

Leitura hermenêutica da Geografia [Urbana] e do Urbanismo, desde Brasília, sob a ótica dos
utopismos patrimoniais latino-americanos

RENATA MELLO MONTENEGRO DE ARAÚJO
TESE DE DOUTORADO

Leitura hermenêutica da Geografia [Urbana] e do Urbanismo, desde Brasília, sob a ótica dos *utopismos patrimoniais* latino-americanos

RENATA MELLO MONTENEGRO DE ARAÚJO

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, linha de pesquisa Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

ORIENTADOR: PROF. DR. EVERALDO BATISTA DA COSTA – UNB
COORIENTADOR: PROF. DR. ADRIANO BITTENCOURT ANDRADE – IF/SP

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A663l Araújo, Renata
Leitura hermenêutica da Geografia [Urbana] e do
Urbanismo, desde Brasília, sob a ótica dos utopismos
patrimoniais latino-americanos / Renata Araújo; orientador
Costa Everaldo; co-orientador Andrade Adriano. -- Brasília,
2024.
176 p.

Tese(Doutorado em Geografia) -- Universidade de Brasília,
2024.

1. Brasília. 2. Universidade de Brasília . 3. urbano. 4.
utopismos patrimoniais. 5. hermenêutica. I. Everaldo, Costa,
orient. II. Adriano, Andrade, co-orient. III. Título.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

BRASÍLIA, 26 DE FEVEREIRO DE 2024.

RENATA MELLO MONTENEGRO DE ARAÚJO

Leitura hermenêutica da Geografia [Urbana] e do Urbanismo, desde Brasília, sob a ótica dos *utopismos patrimoniais* latino-americanos

RENATA MELLO MONTENEGRO DE ARAÚJO

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, linha de pesquisa Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

BRASÍLIA, 26 DE FEVEREIRO DE 2024.

APROVADA POR:

EVERALDO BATISTA DA COSTA – GEA/UNB
ORIENTADOR

ADRIANO BITTENCOURT ANDRADE – IF/SP
COORDENADOR

LUCÍA RIBA HERNÁNDEZ – EAU/UNIV. Costa Rica
EXAMINADORA EXTERNA

FLÁVIA BRITO DO Nascimento – FAU/USP
EXAMINADORA EXTERNA

MARIA FERNANDA DERNTL – FAU/UNB
EXAMINADORA INTERNA

JOSÉ SOBREIRO FILHO – GEA/UnB
EXAMINADOR INTERNO (SUPLENTE)

Dedicatória

Aos meus pais, Celia e Ronaldo, e à minha filha, Flora.

AGRADECIMENTOS

Depois de quatro anos de imersão nesse projeto, dois de pandemia, é importante refletir sobre a gratidão que eu sinto ao conseguir chegar ao final.

Agradeço aos meus pais, pelo amor e pelo apoio de sempre e por acreditar no meu potencial.

Agradeço à minha filha, Flora, por sempre estar comigo, pelo café da tarde de todo dia e por ser minha melhor companhia sempre.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Everaldo, pela presença, pelas palavras de sabedoria e, sobretudo, pela sua calma e tranquilidade.

Ao meu coorientador, Prof. Adriano Bittencourt, pelo apoio nessa caminhada e pela disponibilidade para a leitura e orientação.

Aos colegas do Gecipa, em especial, Gabriela, Pedro e Taryk (Deryk), pelas aventuras.

Aos professores(as) e funcionários(as) do PPG-GEA.

Ao meu primo, André, pelos passeios noturnos e pela escuta paciente. Aos meus amigos Aline e Rubens, pelas orientações extracurriculares. Especialmente ao meu amigo José Hélder, pelo *coworking* e pelo *beerchat*. Aos amigos arquitetos Marcelo Savio e Sávio, por me trazerem de volta às minhas origens, quando delas eu escapava.

Especialmente à nova antiga amiga Mayra [essa tese também é sua!], pela parceria e cumplicidade, desde os anos 90, para a vida toda.

Aos animais que habitam a minha casa e o meu coração: Mario, Gata Preta e Mennie.

Agradeço às professoras e ao professor da banca examinadora, Prof.^a Lucía Riba Hernández, Prof.^a Flávia Brito do Nascimento, Prof.^a Maria Fernanda Derntl e Prof. José Sobreiro Filho, pela disponibilidade e leitura atenta.

À Capes, pelo apoio financeiro.

Meu filho,

Você é um ser.

Existe na medida do mundo.

É pouco.

O mundo é a constatação da realidade exterior que te cerca.

É a tua medida inicial.

É o teu começo, mas não o teu fim.

É o chão da tua expressividade pois você é um ser vertical.

Para cima do chão há o "invisível".

Você pode olhar os seus pés, mas não a sua própria imagem.

Esta você a percebe.

Na verticalidade está a medida da sua procura.

Quando você aceitar a simples constatação da vida, aí sim, será o seu começo.

O primeiro sentimento será de perda pois tudo que cai na constatação é vivido como ganho.

Tudo adquirido como perda até a integração absoluta do "o percebido" no seu interior.

É a própria dinâmica da vida: perde-ganha.

Quando você se sentir no mais absoluto desespero você está sendo salvo.

Solte e aceite a tua intuição que te levará a uma aparente solução – solução esta sempre provisória.

Aceite o provisório pois jamais o processo pode parar.

A vida pode vir a ser uma realidade extraordinária desde que você esteja voltado para sua procura interior.

Não há realidade independente do "interior de si".

Desconfie das coisas claras, a pureza é descoberta dentro da maior conturbação de uma crise.

É o ponto luminoso dentro da maior escuridão.

O teu corpo meu filho, é o veículo da tua vivência.

Não o impeça de florir por nada. Cuide dele como você cuida do teu carro.

Toda a tua riqueza interior vai suá-lo, sujá-lo, e até sangrá-lo.

Quando ele estiver gasto externamente você mesmo estará mais inteiro e completo interiormente.

Você o despirá um dia como a crisálida deixa o casulo.

Ai de você se neste momento você é ainda o início não elaborado,
pois aí você vai saber que esteve permanentemente morto em vida.

Lygia Clark, 1970

RESUMO

Leitura hermenêutica da Geografia [Urbana] e do Urbanismo, desde Brasília, sob a ótica dos *utopismos patrimoniais* latino-americanos

O objetivo central da pesquisa é estabelecer uma interpretação, com base em pressupostos da hermenêutica filosófica, dos estudos acadêmicos sobre Brasília de autoria de geógrafos(as) e urbanistas, professores(as) da UnB - Universidade de Brasília, verificando se e como incorporam, em seus discursos espaciais-urbanos, elementos dos *utopismos patrimoniais* pela América Latina, pensados por ideias aproximadas. A tese se concentra na obra escrita produzida entre 1970 e 2023, de autoria de docentes da UnB, atuantes em Geografia Urbana, desde o Departamento de Geografia, e em Urbanismo, desde a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. O debate tem por objetivo a identificação, em um recorte proposto de autores(as) e obras(as), dos elementos que preconizam *utopismos patrimoniais* latino-americanos, noção apresentada originalmente por E. Costa, de fundamento dialético-existencialista-decolonial, e que busca restaurar ao sujeito o protagonismo na construção e recuperação da história dos territórios no continente.

Um total de 320 publicações sobre Brasília de autoria de 18 pesquisadores(as), selecionadas pela afinidade temática com a pesquisa, foram representadas cronologicamente em diagramas, para realização da hermenêutica. A interpretação se dá a partir do um *fio condutor hermenêutico* – fundamentado conceitualmente pelos *utopismos patrimoniais* e *pelo sujeito em situação espacial duradoura* –, cuja aproximação oscila na obra dos professores no arco temporal das cinco décadas de análise.

Palavras-chave: Brasília; Universidade de Brasília; urbano; *utopismos patrimoniais*; hermenêutica.

RESUMEN

Lectura hermenéutica de la Geografía [Urbana] y el Urbanismo, de Brasilia, desde la perspectiva de los *utopismos patrimoniales* latinoamericanos

El objetivo central de la investigación es establecer una interpretación, basada en supuestos de hermenéutica filosófica, de estudios académicos sobre Brasilia escritos por geógrafos y urbanistas profesores de la UnB - Universidad de Brasilia, verificando si y cómo se incorporan, en sus discursos espacio-urbanos, elementos de *utopismos patrimoniales* en toda América Latina, pensados a través de ideas aproximadas. La tesis se centra en el trabajo escrito producido entre 1970 y 2023, de autoría de profesores de la UnB, actuantes en Geografía Urbana, del Departamento de Geografía, y en Urbanismo, de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo. El debate pretende identificar, en una propuesta de selección de autores y obras, los elementos que propugnan los *utopismos patrimoniales* latinoamericanos, noción originalmente presentada por E. Costa, con fundamento dialéctico-existencialista-decolonial, y que busca restituir las principales tendencias del tema papel en la construcción y recuperación de la historia de los territorios del continente.

Un total de 320 publicaciones sobre Brasilia, escritas por 18 investigadores, seleccionados por afinidad temática con la investigación, fueron representadas cronológicamente en diagramas, para la realización de la hermenéutica. La interpretación se sustenta en un hilo conductor hermenéutico – conceptualmente basado en *utopismos patrimoniales* y el *sujeto en una situación espacial duradera* –, cuyo enfoque fluctúa en el trabajo de los docentes a lo largo de cinco décadas de análisis.

Palabras clave: Brasilia; Universidad de Brasilia; urbano, *utopismos patrimoniales*, hermenéutica.

ABSTRACT

Hermeneutical reading of Geography [Urban] and Urbanism, from Brasília, under the perspective of Latin American *patrimoniais utopisms*

The main objective of the research is to establish an interpretation, based on the assumptions of philosophical hermeneutics, of the academic studies about Brasilia written by geographers and urbanists professors at the University of Brasilia, verifying whether and how they incorporate, in their spatial-urban discourses, elements of the *patrimoniais utopisms* in Latin America, supposed by approximated notions. The academic thesis focuses on the written work produced between 1970 and 2023, by UnB – University of Brasília, working in Urban Geography, from the Department of Geography, and in Urbanism, from Architecture and Urbanism School. The discussion aims to identify, in an excerpt of authors and works, the elements that precede latin american *patrimoniais utopisms*, concept originally presented by E. Costa, of a dialectical-existencialist-decolonial foundation, and which attempts to restore the individual's protagonism in the construction and recovery of the territory's history on the continent.

A total of 320 publications about Brasília authored by 18 researchers, selected for thematic affinity with the research, were represented chronologically in diagrams, for the realization of the hermeneutics. The interpretation is based on a hermeneutic guiding thread – conceptually based on *patrimonial utopisms* and the *subject in a lasting spatial situation* –, whose approach fluctuates in the work of teachers over five decades of analysis.

Keywords: Brasília; University of Brasília; urban; *patrimoniais utopisms*; hermeneutics.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – SACOLÂNDIA, 1958 E FAVELA DO CERRADO, SETOR NOROESTE, 2023.....	17
FIGURA 2 – MAPA LOCALIZAÇÃO BRASÍLIA, AMB E RIDE.....	34
FIGURA 3 – LOCALIZAÇÃO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DF E CUB.....	35
FIGURA 4 – LINHA DO TEMPO PESQUISADORES(AS) ORDENADOS PELOS ANOS DE INGRESSO NA UNB	36
FIGURA 5 – DIAGRAMA ALUVIAL GERAL – PRODUÇÃO DOS AUTORES(AS) POR PERÍODO FAU E GEA	38
FIGURA 6 – DIAGRAMAS ALUVIAIS DETALHADOS DOS PERÍODOS.....	39
FIGURA 7 – CONSTELAÇÃO CONCEITUAL – <i>UTOPISMOS PATRIMONIAIS</i> PELA AMÉRICA LATINA	41
FIGURA 8 – LINHA DO TEMPO – <i>UTOPISMOS PATRIMONIAIS PELA AMÉRICA LATINA</i>	47
FIGURA 9 – NARRATIVAS DO CENSO EXPERIMENTAL DE. BRASÍLIA, 1959	52
FIGURA 10 – POPULAÇÃO URBANA DO DISTRITO FEDERAL – 1969	56
FIGURA 11 – MAPA DAS LOCALIDADES URBANAS DO DISTRITO FEDERAL – 1969	57
FIGURA 12 – LEVANTAMENTO DE “INVASÕES” EM 1984.....	58
FIGURA 13 – PONTOS DE “INVASÃO” EM JULHO DE 1995	61
FIGURA 14 – ESTRATÉGIAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – PDOT 2009, ATUALIZAÇÃO DE 2012.....	65
FIGURA 15 – ANTOLOGIA DE OCUPAÇÕES NO DF – 1958-1969	71
FIGURA 16 – ANTOLOGIA DE OCUPAÇÕES NO DF – 1970-1979	72
FIGURA 17 – ANTOLOGIA DE OCUPAÇÕES NO DF – 1980-1989	73
FIGURA 18 – ANTOLOGIA DE OCUPAÇÕES NO DF – 1990-1999	74
FIGURA 19 – ANTOLOGIA DE OCUPAÇÕES NO DF – 2000-2009	75
FIGURA 20 – ANTOLOGIA DE OCUPAÇÕES NO DF – 2010-2023	76
FIGURA 21 – ESTRUTURA DA UNB PROPOSTA NO PLANO ORIENTADOR, 1962.....	80
FIGURA 22 – FLUXOS DE ACESSO E FORMAÇÃO - UNB – 1962	81
FIGURA 23 – FLUXOS DE ACESSO E FORMAÇÃO - UNB – 1962	88
FIGURA 24 – HISTÓRICO DAS UNIDADES ACADÊMICAS – FAU E GEA	94
FIGURA 25 – DIAGRAMA ALUVIAL GERAL – PRODUÇÃO DOS AUTORES(AS) POR PERÍODO FAU E GEA	104
FIGURA 26 – LINHA DO TEMPO PRESIDENTES, PREFEITOS E GOVERNADORES DO DF E REITORES DA UNB.....	105
FIGURA 27 – DIAGRAMA ALUVIAL 1 – 1970-1989.....	107
FIGURA 28 – PROJETO DE MELHORAS GRADATIVAS NO ASSENTAMENTO PARANOÁ.....	112
FIGURA 29 – “INVASÃO” DO PARANOÁ	113
FIGURA 30 – “INVASÃO” DO CHAPARRAL	113
FIGURA 31 – DIAGRAMA ALUVIAL 2 – 1990-1999.....	115
FIGURA 32 – DIAGRAMA ALUVIAL 3 – 2000-2009.....	121
FIGURA 33 – DIAGRAMA ALUVIAL 4 – 2010-2014.....	126
FIGURA 34 – DIAGRAMA ALUVIAL 5 – 2015-2019.....	130
FIGURA 35 – ALGUNS TERREIROS DO DF E SEUS RESPONSÁVEIS.....	132
FIGURA 36 – DIAGRAMA ALUVIAL 6 – 2020-2023.....	136
FIGURA 37 – INSTALAÇÕES DO ARTISTA GU DA CEI.....	139
FIGURA 38 – PONTO DE APOIO DE CATADORES NA COLINA DA UNB.....	142

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – LEVANTAMENTO DE “INVASÕES” EM 1975	57
QUADRO 2 – LEVANTAMENTO DAS “INVASÕES” EM 2000 E 2004 POR REGIÃO ADMINISTRATIVA	61
QUADRO 3 – ÁREAS DE REGULARIZAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – ARIS	64
QUADRO 4 – AGLOMERADOS SUBNORMAIS NO DF EM 2010	66
QUADRO 5 – DOMICÍLIOS EM “AGLOMERADOS SUBNORMAIS” NO DF – ESTIMATIVA 2019	67
QUADRO 6 – POPULAÇÃO RESIDENTE. ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA (AMB), DISTRITO FEDERAL E	70

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMB – ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA

CEAM – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES

CEPLAN – CENTRO DE ESTUDOS E PLANEJAMENTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO

CNPQ – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

CUB – CONJUNTO URBANO DE BRASÍLIA

DF – DISTRITO FEDERAL

FAU – FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

FNHIS – FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

GEA – DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

GECIPA – GRUPO DE PESQUISA CNPQ CIDADES E PATRIMONIALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

GEPAFI - GRUPO EXECUTIVO PARA ASSENTAMENTO DE FAVELAS E INVASÕES

IAB – INSTITUTOS DOS ARQUITETOS DO BRASIL

IAPI – INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ICH – INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

IMS – INSTITUTO MOREIRA SALES

NOVACAP – COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

PDOT – PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL

PEOT – PLANO ESTRUTURADOR DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

PLANHAB – PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO

PMB – PERIFERIA METROPOLITANA DE BRASÍLIA

POLIMI – INSTITUTO POLITÉCNICO DE MILÃO

PPG-FAU – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

PPG-GEA – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

REUNI – PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

RIDE – REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE BRASÍLIA

SEDUR – SEMINÁRIO DE DESENHO URBANO

SHIS - SOCIEDADE DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

SNHIS – SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

SPHAN – SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

SUDECO – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

UNB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E CULTURA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	18
1 APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS E AO MÉTODO	25
1.1 NOTAS SOBRE OS FUNDAMENTOS DA HERMENÊUTICA FILOSÓFICA	25
1.2 OPERANDO O MÉTODO: A SITUAÇÃO HERMENÊUTICA	30
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
2 A EXISTÊNCIA NA METRÓPOLE MODERNISTA	40
2.1 APROXIMAÇÕES AOS <i>UTOPISMOS PATRIMONIAIS</i> PELA AMÉRICA LATINA	40
2.2 A LUTA POR PERMANÊNCIA: UTOPIA PARA QUEM?	51
2.3 O <i>SUJEITO SITUADO</i> EM BRASÍLIA: 65 ANOS CONSTRUINDO PERMANÊNCIAS	70
3 HERMENÊUTICA DO URBANISMO E DA GEOGRAFIA [URBANA] DESDE A UNB – 1970-2023	79
3.1 SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FAU E DO GEA	79
3.2 UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: LABORATÓRIO SÍNCRONO DO FAZER E DO PENSAR A CIDADE	95
3.3 UTOPISMOS PATRIMONIAIS, SUJEITO E TERRITÓRIO – 1970-2023	102
3.3.1 MIGRAÇÕES, DESEMPREGO, ASSENTAMENTO DE “INVASÕES”, METRÓPOLE TERCIÁRIA – 1970-1989	106
3.3.2 SEGREGAÇÃO PLANEJADA, MOVIMENTOS POPULARES, ORDENAMENTO TERRITORIAL – 1990-1999	114
3.3.3 <i>URBS X CIVITAS</i> , VIOLÊNCIA, CIDADE ESTRUTURAL – 2000-2009	120
3.3.4 CENTRALIDADES, LAGO PARANOÁ, MEMÓRIA CANDANGA – 2010 -2014	125
3.3.5 TERREIROS, HISTORIOGRAFIA CRÍTICA, TECNOCIÊNCIA SOLIDÁRIA – 2015-2019	129
3.3.6 SANTA LUZIA, PLANEJAMENTO URBANO POSSÍVEL, URBANISMO NÃO UTÓPICO – 2020-2023	135
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
5 REFERÊNCIAS	143
ANEXO 1	152
ANEXO 2	156

APRESENTAÇÃO

Sou formada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – FAU/UnB – que frequentei entre os anos de 1993 e 1999. Em alguns momentos daquela época, como estudante, percebia um certo desequilíbrio entre a quantidade de disciplinas dedicadas à área de projeto de urbanismo, história do urbanismo e planejamento urbano e aquelas disciplinas referentes ao estudo e projeto de arquitetura, sua história e seus elementos técnicos e estéticos.

Na área do urbanismo, as temáticas abordadas e o conteúdo oferecido, nos anos em que estive lá, centravam-se na origem e na evolução das cidades ao longo da história da humanidade, no processo de formação do campo disciplinar do urbanismo, nas análises morfológicas das cidades, e, sobretudo, nos exercícios práticos de projeto de expansão urbana na forma de novos bairros ou ampliação de outros, além de, claro, muita, mas muita discussão sobre o Plano Piloto de Lucio Costa e exaltação das suas qualidades e do seu ineditismo. Ainda que se abordassem criticamente o urbanismo modernista e os problemas da cidade, existia uma forte tendência ao uso de padrões estatísticos e matemáticos e outras concepções próprias da leitura urbana sob a ótica da lógica formal.

No sentido de tecer críticas aos processos de análise centrados na morfologia citadina, destaca-se o que nos ensina Santos sobre a forma como “o aspecto visível de uma coisa, refere-se ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão, e se tomado isoladamente, torna-se uma mera descrição de fenômenos ou de um dos seus aspectos em um instante de tempo” (Santos, 2014, p. 69). Assim, para a totalização dos fenômenos, há de se adotar um ponto de vista holístico, que considere, concomitantemente, *forma, função, processo* e estrutura (Santos, 2014, 2017).

Como sou de Brasília, presenciei, desde muito jovem, diversas “invasões”¹, que surgiam e se desenvolviam nos enormes terrenos vazios do Plano Piloto. Cresciam, multiplicavam-se, e eram removidas violentamente por força policial: as moradias improvisadas eram queimadas e aquelas famílias eram expulsas do local.

Lembro muito de uma comunidade enorme no Lago Sul, na QI 15, durante os anos 1980 e 1990, onde moravam os(as) trabalhadores(as) da minha casa e da minha rua, domésticas, jardineiros e o pessoal que fazia reparos nas casas e manutenção das piscinas. Lembro muito o quanto foi dramática e violenta [em vários sentidos] a remoção das pessoas dessa ocupação. Tenho memórias também [na década de 1980], da “favela da 110 Norte”, e do seu contraste com as superquadras vizinhas. Conhecia algumas pessoas que moravam lá, e lembro, com muito pesar, do quanto que era triste vê-las sendo retiradas.

O destino daquelas pessoas, supostamente, eram as cidades-satélites e suas constantes expansões, que eu e meus colegas projetávamos nas nossas pranchetas, a partir de princípios da boa forma urbana e da distribuição espacial-formal ótima dos equipamentos urbanos.

¹ Os termos “Invasão” e “invasões” estão grafados entre aspas. Entende-se que são de ocupações populares, que eram estrategicamente, tratadas pelo Estado por “invasões”.

Nos exercícios de projeto de urbanismo que participei na FAU, éramos verdadeiros “deuses”: desenhar ruas, dimensionar lotes, propor tipologias edilícias, localizar praças, escolas e postos de saúde, projetar bairros inteiros dentro de regras técnicas estabelecidas e aceitas sem muitas críticas ou reflexões mais aprofundadas.

A cidade era um jogo baseado em números e estatísticas e pressupostos urbanísticos assépticos, corretos estética e tecnicamente, quase sem a participação popular. Assim, a segregação espacial era, nitidamente, parte inerente ao projeto de Brasília, ensinada e, em alguma medida, reproduzida institucionalmente, considerando o Estado, o Governo e suas instituições. E a vida urbana, aquilo que oferece o ânimo aos lugares, era apenas um elemento abstrato e inatingível. Nesse jogo, as pessoas eram padronizadas e desprovidas de história.

Algumas vezes, íamos a campo para conhecer o terreno, observar a topografia, a vegetação existente, o escoamento da chuva, porém, esporadicamente, conhecíamos as pessoas para as quais estávamos projetando. Em algumas raras vezes, éramos apresentados aos líderes comunitários que nos recebiam para que divulgássemos nossas ideias “*sensacionais*” de urbanismo elaboradas no conforto do ateliê de arquitetura da FAU, que pretendiam, milagrosamente, atender às demandas e às expectativas daquela população invisível. Mesmo quando as atividades diziam respeito a contribuir para fixar comunidades no local da ocupação, as proposições eram feitas de maneira muito mais impositiva do que participativa.

Não se trata de invalidar a minha experiência como aluna da FAU ou de desvalorizar o trabalho dos(as) professores(as) em si, muito pelo contrário; da mesma maneira que o espaço é um processo, o conhecimento e sua transmissão se dão à esteira dele. Acredito na existência (e resistência) de outros discursos e práticas sobre a cidade, e, por reconhecer sua potência explicativa, é que proponho essa pesquisa sobre a Universidade de Brasília e sobre a obra dos(as) professores(as).

Minha formação na FAU, sem nenhuma dúvida, foi de extrema importância para desenvolver a minha avidez pela crítica e essa procura por um outro olhar sobre o urbano. Entretanto, ainda me acompanha a convicção de que existem muitas lacunas a serem investigadas e discussões a serem alimentadas no que diz respeito à formação de urbanistas, geógrafos(as) e planejadores(as) urbanos em todo o Brasil, assim como nos discursos produzidos pelos(as) pesquisadores(as). Como professora atuante no ensino privado de Arquitetura e Urbanismo no Distrito Federal, por 12 anos, ainda vejo as mesmas estratégias de ensino serem replicadas [inclusive por mim] e a notável distância que a pesquisa e a reflexão sobre a cidade guardam do ser humano em carne e osso e do protagonismo da sua experiência nos processos urbanos, como destaca Costa (2016, 2017, 2018, 2021a).

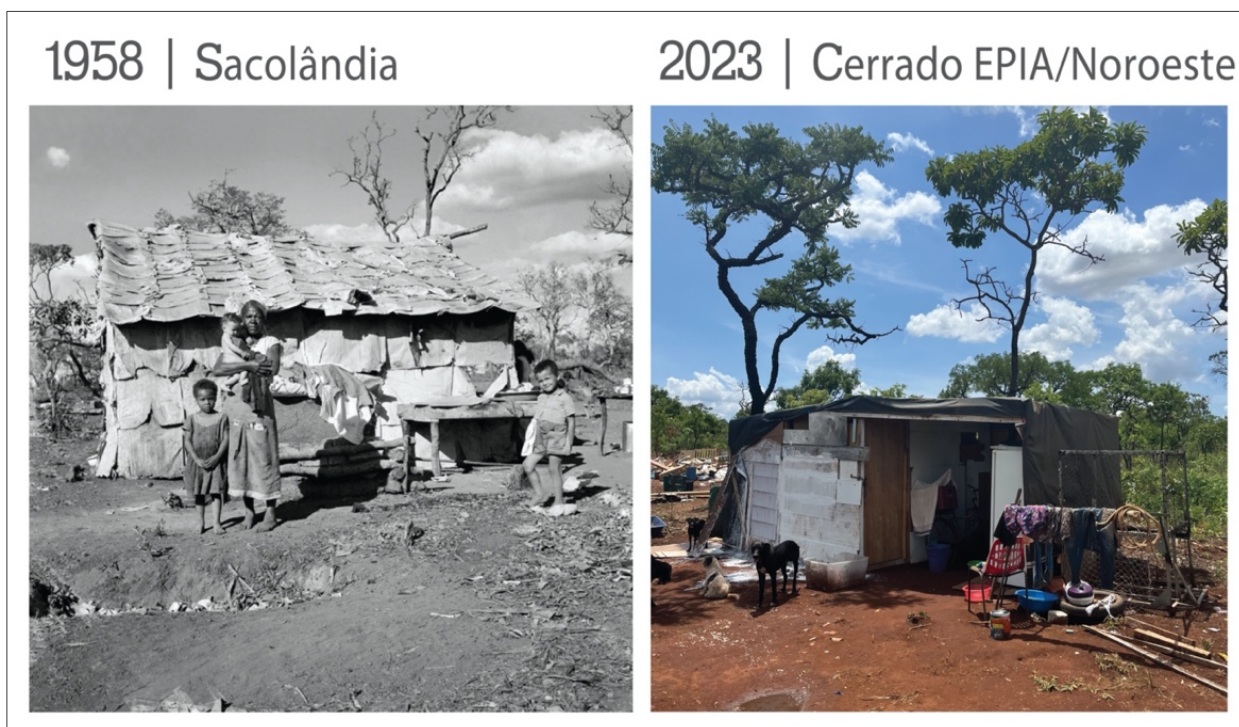
Entre os anos de 2009 e 2011, cursei o mestrado em Geografia na PUC/Minas, vivência que me conferiu um novo ânimo nas discussões sobre o urbano e seu conteúdo político, um olhar mais abrangente sobre a produção de desigualdades em nossas cidades e a certeza de que mudar apenas a forma e os padrões urbanos no nível físico, a exemplo do que experimentamos em Brasília e em algumas cidades-satélites implantadas na capital, não transforma o que de fato define a dinâmica espacial pautada na desigualdade.

Como orienta os ensinamentos de Milton Santos, o intelectual deve fazer várias leituras sobre um fato, e não apenas uma, para permitir uma leitura que se aproxime mais da totalidade do mundo, ao considerar as diversas escalas do fenômeno e os motivos reais da segregação territorial e suas intencionalidades.

Em 2020, novamente estudante da UnB, agora no Doutorado em Geografia, fui integrada ao GECIPA – Grupo de Estudos sobre Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe (GEA/CNPQ), sob coordenação do meu orientador, Prof. Everaldo Batista da Costa. Nesse contexto, conheci o debate que vinha sendo trabalhado pelo Prof. Everaldo no grupo de estudos, em especial os *utopismos patrimoniais pela América Latina*, noção teórico-metodológica que nasce da observação empírica das cidades-campo latino-americanas e que propõe, nas análises sobre o território, uma maior aproximação à experiência, existência e resistência do sujeito subalternizado, posicionando-o como verdadeiro protagonista da história dos lugares e na história do território (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021a).

Com este estímulo inicial, o projeto de pesquisa aqui apresentado foi desenhado para agregar às minhas formulações críticas acerca da minha formação [e da atuação do(a) pesquisador(a), do(a) profissional urbanista e planejadores(as) urbanos(as)] um olhar mais interessado no cotidiano e na sabedoria daqueles cujo direito à cidade é negado e assim mesmo resistem. Acredito que somente com a reflexão crítica sobre o paradigma da assistência e das proposições de soluções de cima para baixo é possível potencializar um olhar que reconheça que a vulnerabilização também produz potencialidades e que o empobrecimento não é apenas um amontoado de problemas a serem erradicados.

Figura 1 – Sacolândia, 1958 e Favela do Cerrado, Setor Noroeste, 2023



Fonte: Fotografia de Michel Gauthier, 1958 e acervo da autora, 2023.

INTRODUÇÃO

...Brasília é construída na linha do horizonte. — Brasília é artificial.

Tão artificial como devia ter sido o mundo quando foi criado.

Quando o mundo foi criado, foi preciso criar um homem especialmente para aquele mundo.

...Brasília ainda não tem o homem de Brasília.

...É urgente. Se não for povoada, ou melhor, superpovoada, uma outra coisa vai habitá-la.

E se acontecer, será tarde demais: não haverá lugar para pessoas.

Elas se sentirão tacitamente expulsas.

...A cidade de Brasília fica fora da cidade.

Clarice Lispector²

Em suas três passagens por Brasília, entre 1962 e 1976, Clarice Lispector, em forma de prosa poética, arriscou decifrar a identidade de uma cidade artificial, criada e planejada sem multidões e baseada em um discurso oficial, como se costumava dizer. Ainda acerca de suas impressões sobre a cidade recém-construída, em sua crônica *Brasília: Esplendor*, Clarice afirma que *Brasília ainda não tem o homem de Brasília*, e demonstra seu receio de nela não haver lugar para as pessoas. Entre outras impressões sobre Brasília, Clarice também pontua que *a cidade de Brasília fica fora da cidade*, como quem diz que aqui ela não encontrou o que imagina ser uma cidade, mas que em algum lugar fora daquilo que viu, ela deveria existir (Lispector, 2012).

As opiniões aqui destacadas, da *cidade fora da cidade* e do *homem ainda inexistente*, expostas pela escritora, são traduções da sua experiência e leitura sobre Brasília, apresentadas em crônicas, gênero literário, usando as prerrogativas da sua sensibilidade poética.

É nesse sentido que esta pesquisa pretende traduzir outras perspectivas e expressões sobre a mesma cidade, porém, assumindo como objeto da leitura a produção acadêmica de professores(as), pesquisadores(as) da Universidade de Brasília – UnB –, e o que expressam em seus escritos sobre Brasília, e, como método de análise, os fundamentos da hermenêutica filosófica.

Para melhor viabilizar essa tarefa, já que não foi possível ler e interpretar tudo que foi produzido academicamente, desde a UnB, sobre a capital, assume-se como o fio condutor da pesquisa as ideias que, nas palavras poéticas de Clarice, podem soar devaneios: revelar a *cidade fora da cidade* e a *existência do homem de Brasília*.

²Lispector, [1970] 2012, pp.179-181. Crônica publicada originalmente em 20 de junho de 1970 no Jornal do Brasil.

Por tratar de um doutorado em Geografia, empreendido por uma Arquiteta e Urbanista, considerou-se limitar-se aos campos disciplinares que têm a abordagem espacial como essência, mesmo que com perspectivas distintas: a **Geografia [Urbana]** e o **Urbanismo**.

Assim, o **tema central** da tese é estabelecer uma leitura, apoiada nos princípios da hermenêutica filosófica, do discurso sobre o urbano presente na obra dos(as) professores(as) pesquisadores(as) da UnB, geógrafos(as) urbanos(as) e urbanistas, sob a ótica *da utopia Brasília* e dos *utopismos patrimoniais* pela América Latina.

O debate que se desenvolve nessa tese tem sua base construída nos fundamentos da hermenêutica filosófica (Gadamer, 1999, 2007; Habermas, 1987; Heidegger, 1995, 2005), e tem por missão a identificação, na obra escrita dos(as) professores(as), de elementos constituintes do que se denomina *utopismos patrimoniais* pela América Latina, proposta teórico-metodológica e noção apresentada originalmente por E. Costa (2016, 2017, 2018, 2021a), de fundamento dialético-existencialista-decolonial e que busca restaurar ao sujeito o seu lugar de protagonismo na construção e recuperação da história dos lugares e dos territórios no continente. Sinteticamente, os Utopismos patrimoniais pela América Latina cruzam a história dos territórios e a biografia dos sujeitos subalternizados no continente, que se dá pela relação *sujeito situado* ↔ *território* (Costa, 2021a; Costa & Alvarado-Sizzo, 2023).

Por ter como objeto de estudo o discurso acadêmico sobre Brasília, produzido desde a UnB, a pesquisa procura se apropriar de pressupostos da hermenêutica filosófica como método de interpretação das narrativas espaciais produzidas sobre Brasília pelos(as) professores(as) pesquisadores(as), concentrando-se na obra escrita produzida desde a década de 1970 até 2023, em um recorte estabelecido a partir de critérios metodológicos que serão expostos oportunamente, na seção dedicada aos mesmos.

A proposta dessa investigação foi elaborada a partir de algumas formulações críticas acerca da minha formação e da atuação do/da pesquisador, do/da profissional urbanista e do planejador urbano em Brasília, em diálogo com alguns conceitos formulados a partir da Geografia, e discutidos no âmbito do **GECPA** – Grupo de Pesquisa CNPq Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe –, coordenado pelo Prof. Everaldo Costa.

Assim, esse estudo desponta em busca de um olhar mais interessado no cotidiano e na sabedoria daqueles cujo direito à cidade foi e é negado e assim mesmo resistem. Trata-se de repensar e, quiçá, mudar o paradigma da assistência e das proposições de soluções de cima para baixo fortalecendo o olhar que potencializa o poder de resistir, de se reinventar e de lutar pela permanência nos territórios

A teoria-metodologia e noção dos *utopismos patrimoniais*, proposta por Costa, tem origem na preocupação de realizar um giro de pensamento sobre a ideia institucional de patrimônio, vinculada a uma larga observação empírica das cidades-campo latino-americanas e propõe, nas análises sobre o território, uma maior aproximação à experiência, à existência e à resistência do sujeito, posicionando-o como verdadeiro protagonista da história dos lugares, na história do território e na própria história.

Aprofunda-se na existência do “*sujeito em situação espacial duradoura*”, cuja vida e experiência política, de acordo com Costa (2021a), resultam do necessário enfrentamento aos poderes instituídos ao largo da história, a submeter e subalternizar os empobrecidos do continente, e suas formas de luta urbano-rural pela sobrevivência na América Latina.

Pela proposição inicial de Costa (2016, p. 2) “se a utopia rompe com a realidade presente e projeta o futuro, assume-se o *utopismo* como o ideal do processo social inovado e já em andamento; proposição no devir fundada em ações de potencialidades e de fragilidades situadas e em situação duradoura.”

Mergulha-se nos textos dos(as) docentes, utilizando os pressupostos da hermenêutica filosófica, verificando em que medida as narrativas espaciais construídas sobre a cidade, produzidas especificamente por pesquisadores(as) atuantes em Geografia [Urbana] e Urbanismo, incorporam elementos correspondentes ou inerentes aos *utopismos patrimoniais* pela América Latina, ou seja, como abordam ou se aproximam, de alguma forma, do *sujeito em situação espacial duradoura*, noções conceituais guias, as quais serão explicitadas com maior profundidade ao longo da tese.

Em termos gerais, pretende-se construir uma linha histórica da genealogia das ideias sobre o urbano disseminadas a partir da Universidade de Brasília, tendo como objeto da análise selecionada obra produzida pelos seus e suas professores(as) pesquisadores(as) urbanistas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU –, e geógrafos(as) que se dedicam aos estudos urbanos do Departamento de Geografia – GEA –, que faz parte do Instituto de Ciências Humanas – ICH. Sendo essa linha histórica conduzida a partir da busca pela aproximação à corporeidade daquele sujeito que experimenta a vida cotidiana na cidade, o cidadão em carne e osso (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021a).

A origem da Universidade de Brasília confunde-se com a construção de Brasília, tanto em relação ao momento, como em relação às ideias e às perspectivas utópicas associadas aos ideais de modernização e de desenvolvimento do Brasil. A nova universidade exerceria o papel de centro cultural do país e a missão de contribuir para a integração nacional, ensejando o pleno desenvolvimento das ciências, das letras e das artes.

Nas palavras do Presidente do Brasil, João Goulart, ao sancionar a Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que instituiu a Fundação Universidade de Brasília:

Na deliberação de trasladar a Capital da República para o Planalto Central, estava já implícito este ato de criação da Universidade de Brasília, órgão complementar indispensável para dar sentido espiritual e assegurar a autonomia cultural ao conjunto de instituições que compõem a cidade-capital. Não se tratava apenas de acrescentar uma universidade mais às que já temos e nos esforçamos por ampliar e aprimorar. O que esperamos da Universidade de Brasília e lhe indicaram como missão fundamental é que contribua para a integração nacional através da ampliação das oportunidades de educação asseguradas à juventude. É que enriqueça as modalidades de formação superior ministradas no país, contribuindo decisivamente para o preparo dos cientistas e dos técnicos, capazes de empreenderem a exploração racional do imenso patrimônio de recursos de que somos herdeiros, para colocá-los ao serviço do desenvolvimento nacional. E é, sobretudo, que constitua o centro cultural de Brasília, dotado da necessária criatividade para que essa Cidade seja capaz de imprimir aos empreendimentos

nacionais que aqui se conceberão, o mesmo espírito inovador e o mesmo padrão de excelência que presidiram ao seu planejamento. (Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, 1962)

Além disso, Anísio Teixeira, em seu pronunciamento sobre o projeto pedagógico a ser implantado, confere à universidade da nova capital a árdua tarefa de “corrigir os defeitos mais graves de que sofriam as universidades brasileiras em sua mistura de anacronismo e deformações congênicas” (Teixeira, 1961, p. 104). Ele considera a estrutura imaginada por Darcy Ribeiro propícia à cooperação e capaz de dar ao ensino o espírito de equipe para assim acolher as atividades interdisciplinares, interdepartamentais, interinstitutos e interfaculdades e se tornar o primeiro arco da integração universitária do país, enquanto, metaforicamente, a implantação da cidade de Brasília no Planalto Central promoveria a integração em escala nacional (Teixeira, 1961).

Em 1965, de acordo com Almeida (2017), a UnB sofreu um dos seus maiores reveses, denominado por ele como diáspora, em seu livro *Universidade de Brasília: ideia, diáspora e individuação*. Nesse momento, vários(as) professores(as) pediram demissão em solidariedade aos colegas demitidos por motivações políticas. Assim, a implantação do projeto da universidade, conforme concebida, foi interrompida e alguns aspectos institucionais se alteraram, tomaram outros rumos e nem tudo se concretizou. No entanto, alguns aspectos do formato pedagógico imaginado, de fato, favoreceu a interação entre os departamentos, que compartilham disciplinas, projetos de extensão e a própria produção acadêmica.

O curso de Arquitetura e Urbanismo e o curso de Geografia, apesar de origens institucionais diferentes e terem sido implantados em momentos distintos, apresentam intersecções disciplinares e afinidades temáticas no tocante ao estudo do fenômeno urbano e ao planejamento urbano e territorial. Ao longo dos anos da existência da universidade, nota-se, cruzando o currículo dos(as) docentes, uma significativa interação entre seus professores(as) em publicações, bancas, projetos de pesquisa e extensão, a exemplo de Aldo Paviani (GEA), Benny Schvarsberg (FAU), Frederico de Holanda (FAU), Neio Lucio Campos (GEA), Ricardo Farret (FAU), entre outros, que dividem a autoria de alguns trabalhos, espaço em livros organizados, simpósios e congressos. O mesmo ocorre com a nova geração de docentes de ambos os cursos, na interação que se identifica, por exemplo, na atuação de Liza Andrade (FAU) e de Everaldo Costa (GEA).

Sabe-se que outros Departamentos e Institutos, como o de Turismo e os das Ciências Sociais, também estudam a cidade de Brasília, porém, optou-se por direcionar a pesquisa no que podem ser consideradas duas das mais importantes áreas dedicadas ao estudo do urbano e das cidades, a Geografia [Urbana] e o Urbanismo, disciplinas de natureza espacial. Cabe ressaltar que a escolha pelo Urbanismo e pela Geografia urbana se deve, principalmente, ao caráter essencialmente espacial das suas perspectivas e abordagens (mesmo que variadas e distintas, epistemologicamente), além da interdisciplinaridade que lhes é própria.

A responsabilidade de produzir e divulgar conhecimento, inerente à missão das universidades, deve ser comprometida com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, e, para tanto, necessita recorrer a matrizes de pensamento que busquem proposições de futuro e que se ocupem em denunciar injustiças e apontar caminhos de verdadeira transformação social. Assim, a noção e a abordagem teórico-metodológico proposta por Costa (2016, 2017, 2018, 2021a) nos *utopismos patrimoniais* pela América Latina mostra-se capaz de reconhecer como parte do processo urbano os atores não raras vezes negligenciados ou apagados nos discursos sobre a cidade.

Em resumo, a pesquisa se **justifica** pela oportunidade de investigar como os(as) docentes da Universidade de Brasília, geógrafos(as), dedicados ao urbano, e urbanistas, têm abordado as dinâmicas socioespaciais relativas à Brasília, e, com isso, aproximar da essência das interpretações urbanísticas e as proposições de futuro que se conjecturam para a capital do país. Como já foi dito, a escolha dos departamentos se baseia, sobretudo, na proximidade disciplinar e na natureza espacial das abordagens e na interação acadêmica entre os(as) pesquisadores(as), bem como para assegurar a exequibilidade da pesquisa dentro dos prazos regulamentares.

Este estudo poderá, ainda, trazer contribuições aos departamentos, tanto no sentido do registro e do resgate de suas histórias e memórias institucionais, como no porvir de possibilidades de se autoconhecer em termos de produção científica e acadêmica.

A **hipótese central** da pesquisa nasce do confronto entre a ideia da *utopia Brasília* e os discursos espaciais produzidos sobre Brasília, durante seus mais de 60 anos de existência. Partindo da ideia da Universidade de Brasília ter se conformado como um laboratório síncrono da produção e do estudo de Brasília, problematiza-se o vínculo entre o discurso urbano produzido academicamente, que parece reforçar a concepção formalista do urbanismo original proposto e executado para a cidade e suas expansões projetadas, e a abstração do *sujeito em situação espacial duradoura*.

A *utopia Brasília*, compreendida como a síntese de um projeto de modernização territorial e expansão do capitalismo, atribui à construção da capital um papel primordial de estabelecer a unidade geográfica do país, ampliando a comunicação entre as regiões, trazendo modernidade e progresso. Dessa forma, alguns discursos urbanísticos centrados nos aspectos formais do projeto não totalizam o fenômeno Brasília, tanto na sua complexidade real como na escala do país.

Dessa forma, infere-se que a concepção cartesiano-newtoniana de espaço não potencializa a leitura das relações sociais e contradições fundamentais que estão à base da produção do território. Em outro extremo, as abordagens centradas apenas na crítica aos processos sociais e políticos perdem a oportunidade e a capacidade propositiva e acabam não revelando novas utopias, além de desestimular a práxis espacial (L. Andrade et al., 2018; Costa, 2021b; Costa & Suzuki, 2012; Schvarsberg, 2017).

A tentativa de se aproximar do *sujeito situado*, em contraposição à concepção abstrata do sujeito, inerente à proposta dos *Utopismos patrimoniais pela América Latina* (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021a), orienta

uma investigação da cidade, no cruzamento de escalas e na dimensão do cotidiano, e leva a uma maior aproximação da história daqueles que construíram a cidade e que nela permaneceram e resistiram, mesmo que contra a vontade do projeto de nação revelado pela *utopia Brasília*.

Assim, diante do confronto entre a concepção do sujeito abstrato – uma massa populacional própria das utopias urbanas – e do *sujeito concreto em situação espacial duradoura* (Costa, 2021a), operando seus *utopismos patrimoniais*, a hipótese central desta tese é a de que a *utopia Brasília* e os *utopismos patrimoniais* constituem um par dialético, ou de simultaneidade contraditória, que oscilará no conjunto da obra dos(as) geógrafos(as) urbanos(as) e urbanistas da Universidade de Brasília.

O **objetivo central da pesquisa** é estabelecer uma interpretação, com base na hermenêutica filosófica, de um recorte da produção acadêmica sobre Brasília de autoria de geógrafos(as) urbanos(as) e urbanistas professores(as) da UnB, verificando se e como incorporam em seus discursos espaciais-urbanos elementos correspondentes ou inerentes aos *utopismos patrimoniais pela América Latina*, pensados por ideias aproximadas.

Como **objetivos específicos**, a pesquisa se concentrará em:

- A. Discutir, em linhas gerais, a hermenêutica filosófica e as possibilidades de apropriação dos seus fundamentos como método de pesquisa em Ciências Humanas, especialmente em Geografia.
- B. Contextualizar os *utopismos patrimoniais* pela América Latina e a *noção do sujeito em situação espacial duradoura* com a construção de Brasília.
- C. Compreender a fundação da Universidade de Brasília como evento simultâneo ao projeto, construção e desenvolvimento da cidade, estabelecendo-a como laboratório síncrono de sua produção e de seu estudo.
- D. Traçar um panorama da produção acadêmica sobre Brasília, produzida por pesquisadores e pesquisadoras desde a FAU [Urbanismo] e do Departamento de Geografia [Geografia Urbana], considerando o histórico institucional da universidade e dos departamentos objeto do estudo, simultaneamente às transformações da cidade.
- E. Estabelecer um diálogo entre o panorama da obra documental-escrita dos(as) docentes e sua aproximação aos elementos dos *utopismos patrimoniais e à concepção do sujeito em situação espacial duradoura* (pensados por noções aproximadas).

A tese está organizada em 3 Capítulos, conforme segue:

No **Capítulo 1**, são discutidos os fundamentos do que pode significar a apropriação da hermenêutica filosófica como método em Ciências Humanas, especialmente em Geografia, estabelecendo, dentro desses princípios, aquilo que deve ser adotado como postura para a leitura da obra dos(as). Ainda no Capítulo 1,

são apresentados os procedimentos metodológicos para a seleção dos(as) docentes e do recorte da obra de cada pesquisador(a).

O **Capítulo 2** promove a aproximação aos conceitos balizadores da tese, a *utopia Brasília, utopismos patrimoniais* pela América Latina e o *sujeito em situação espacial duradoura*, e, a partir desse entendimento conceitual e da implantação de Brasília, pousa nos processos de resistência e de luta pela permanência no Distrito federal, articulado pelas populações empobrecidas.

Em seguida, no **Capítulo 3**, são abordados os processos de institucionalização das unidades acadêmicas objeto da tese, ao passo que são apresentadas as motivações e as justificativas para a construção da ideia da Universidade de Brasília como laboratório síncrono de produção e análise da cidade de Brasília, destacando as particularidades desse cenário de gênese conjunta.

A partir dos diagramas é traçado um panorama, ao longo das cinco décadas, da produção acadêmica dos(as) docentes, separados em seis períodos, para a facilitação da interpretação hermenêutica, que traz discussões sobre os principais enfoques de cada período, à luz dos conceitos condutores da tese.

Assim, as abordagens mais relevantes identificadas em cada bloco temporal, paralelamente a alguns aspectos marcantes da evolução metropolitana de Brasília, são apresentadas e relacionadas aos aspectos enfáticos dos *utopismos patrimoniais* e à concepção do *sujeito em situação espacial duradoura*, destacados no capítulo anterior.

Nas considerações finais são apontados alguns desdobramentos e conclusões, no intuito de avançar com os conceitos trabalhados.

1 APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS E AO MÉTODO

O que está em questão não é o que fazemos nem o que devemos fazer, mas o que nos sobrevêm além de nosso querer e de nosso fazer.

Hans-Georg Gadamer

1.1 NOTAS SOBRE OS FUNDAMENTOS DA HERMENÊUTICA FILOSÓFICA

De maneira introdutória e como forma de construir um procedimento metodológico para a pesquisa, nessa seção são elencados pontos de apropriação da hermenêutica filosófica enquanto método em Ciências Humanas. Muito distante de esgotar a discussão sobre a hermenêutica na Filosofia, essas notas servirão de balizamento para a construção das bases analíticas desta pesquisa.

De acordo com Marques (2021), a palavra **HERMENÊUTICA** remonta, de maneira mais longínqua, ao verbo grego **HERMENEUEN** (ερμηνεύειν), que, traduzido para a língua portuguesa, pode significar:

- A. Expressar: dizer, falar. Remete à linguagem oral. Fazer aparecer aquilo que naturalmente está no interior.
- B. Interpretar: expor, explicar e argumentar. Remete à linguagem escrita. Desvendar o que está dentro antes de exteriorizar.
- C. Traduzir: portar a mensagem, com compromisso de conservar a mensagem original. Remete à linguagem escrita. Encontrar o melhor modo de exteriorizar.

Nas três ações a que o verbo *hermeneuen* se reporta, é possível perceber, mesmo em graus diferentes de elaboração do pensamento, a presença da mediação do conteúdo entre o sentido interno e aquele que se externaliza, seja pela linguagem oral, escrita ou pela tradução; pode-se compreender que o verbo *hermeneuen* tem uma função mediadora da linguagem, pela qual passam os pensamentos antes de se assumirem um sentido de linguagem, exteriorizada por palavras ou discursos (Marques, 2021).

Dessa forma, para o início do debate sobre a hermenêutica filosófica, a hermenêutica será entendida como o campo da ciência que estuda as ações mediadoras da linguagem, contidas no sentido original do verbo *hermeneuen*: expressar, interpretar e traduzir.

Dilthey (1999) , por exemplo, considerava a hermenêutica como um conjunto de procedimentos e uma teoria da interpretação, e que seu desenvolvimento no século XX havia sido essencial para as Ciências Humanas:

Concebida na conjunção entre teoria do conhecimento, lógica e metodologia das ciências humanas, esta teoria da interpretação se torna um importante elo entre a filosofia e as ciências históricas, ela se torna um elemento principal para a fundamentação das ciências humanas. (Dilthey, 1999, p. 32)

No entanto, para a construção da perspectiva de aplicação dos pressupostos filosóficos da hermenêutica para compreender os discursos urbanos e espaciais sobre Brasília, produzidos pelos(as) pesquisadores(as) da UnB, é indispensável examinar os avanços teóricos resultantes do debate sobre o tema, protagonizado por Hans-Georg Gadamer e Jürgen Habermas, entre os anos 1960 e 1980.

Conceitualmente, faz-se necessário esclarecer a diferença entre a hermenêutica tradicional – empenhada na arte e na técnica de interpretar as leis, textos antigos ou sagrados –, da hermenêutica filosófica, que, segundo Gadamer (1999), discípulo de M. Heidegger, não se trata de um procedimento, ou de um conjunto de procedimentos, mas da própria forma de *ser e existir no mundo*, um mundo de valores, saberes, cultura e tradição. Dessa forma, segundo o autor:

O compreender deve ser pensado menos como uma ação da subjetividade do que como um retroceder que penetra em um acontecer da tradição, no qual é o que tem de fazer-se ouvir na teoria hermenêutica, demasiado dominada pela ideia de um procedimento, de um método. (Gadamer, 1999, pp. 435–436)

Ao criticar o historicismo e seu fundamento romântico em relação à compreensão do passado, Gadamer rejeita a leitura do passado como algo monumental e heroico, que pode ser acessado como ele foi, de forma neutra e científica, na qual se anula a identidade do intérprete. Para ele, a tarefa da compreensão não é isenta de *pré-conceitos*³ ou de opiniões prévias, mas deve partir da consciência dos *pré-conceitos e da distância histórica* não como obstáculos, e sim como *a condição de possibilidade* para essa compreensão, o que ele caracteriza como a própria *situação hermenêutica* (Gadamer, 1999, p. 683).

Nesse contexto, ao considerar como *pré-conceitos* toda a estrutura prévia existente na tradição do intérprete, ou seja, no sujeito por trás do objeto da interpretação e toda sua história de educação, valores e tudo aquilo que foi construído ao longo da sua formação, a hermenêutica passa a ser compreendida como um processo que pressupõe uma ação da existência humana, e, por isso, supera a ideia de neutralidade do sujeito, segundo Gadamer (1999).

A crítica de Gadamer à pretensão de neutralidade do Iluminismo se volta para a impossibilidade de se compreender algo sem pré-compreensões, ou mesmo sem a influência daqueles que são autoridades sobre o tema. Para o filósofo, a suspeita ou o preconceito sobre os *pré-conceitos* reduz a potencialidade da tradição como ponto de partida para a compreensão:

Torna-se claro que o historicismo, apesar de toda crítica ao racionalismo e ao pensamento naturalista, encontra-se ele mesmo sobre o solo do moderno *Aufklärung* [Iluminismo] e

³ Optou-se por adotar a grafia em itálico e com uso de hífen - *pré-conceito(s)* - para esclarecer que o sentido semântico aqui abordado é o sentido da *pré-compreensão*, e não o de **preconceito** como ideia ou conceito formulado antecipadamente sem fundamento sério ou imparcialidade, tampouco o de opinião ou atitude desfavorável preconcebida sem fundamento ou ponderação.

Os *pré-conceitos* tratados neste texto dizem respeito às formulações trazidas conscientemente e elaboradas a partir da tradição formativa daquele indivíduo que interpreta.

compartilha, inadvertidamente, seus *pré-conceitos*. Pois há realmente um preconceito do *Aufklärung* que suporta e determina sua essência: esse preconceito básico do *Aufklärung* é o preconceito contra os *pré-conceitos*, enquanto tais, e, com isso, a despotenciação da tradição. (Gadamer, 1999, p. 121)

Assim, Gadamer compreende que, quando o intérprete deixa de se perceber dentro de uma tradição e de admitir que o seu modo de lidar com o passado já está interpelado, imbuído, influenciado pelos efeitos que esse passado produziu até o momento da sua interpretação do fato ou objeto sobre o qual se debruça no presente, essa suspeição sobre os *pré-conceitos* se torna uma dificuldade para a compreensão dos objetos das ciências humanas, quando deveria ser a sua *condição de possibilidade*.

Ao contrário dos historicistas, que tem a pretensão de entender o passado como ele foi, inerte e estagnado, Gadamer (1999) acredita que não se acessa o passado sem intermediações e que a tarefa da compreensão deve ter como porto de partida o reconhecimento de que somos seres finitos, que estamos inseridos em uma temporalidade, e que, para compreender a realidade ou o passado, devemos reconhecer que os efeitos produzidos por esse passado formaram e ainda moldam os conceitos e as opiniões de quem o interpreta.

Não se trata, porém, de simplesmente compreender o passado ou o objeto ao qual se debruça no presente à luz apenas das suas estruturas individuais anteriores, mas sim estabelecer uma aproximação dialógica entre esses *pré-conceitos* e o que o objeto da interpretação tem a oferecer, diferenciando-os e confrontando-os (Gadamer, 1999). Reconhecer que o acesso ao passado não é neutro para se ter uma maior consciência sobre os *pré-conceitos*, segundo Gadamer, nos torna mais próximos de compreender a realidade ou de interpretar uma obra escrita. Assim, quanto maior a capacidade de se distinguir o que é o *pré-conceito*, maior a consciência hermenêutica e a capacidade de verificar se aquela *pré-compreensão* se legitima ou não através da investigação realizada.

Dessa forma, Gadamer (1999, p. 416) afirma que “se se quer fazer justiça ao modo de ser finito e histórico do homem, é necessário levar a cabo uma drástica reabilitação do conceito do *pré-conceito* e reconhecer que existem *pré-conceitos* legítimos”.

Então, ao estabelecer um diálogo entre a tradição de quem lê e aquilo que o texto oferece, é possível dar aos *pré-conceitos* um papel de mediador da compreensão. Através desse embate, os *pré-conceitos* são legitimados ou superados, reconstruídos, ampliando a visão hermenêutica daquele que lê. Há também de se considerar que alguns *pré-conceitos* derivam de um argumento de autoridade, que Gadamer considera como um atributo de pessoas, não em um ato de abdicação da razão e de submissão cega, mas pautado no conhecimento e reconhecimento, que não se outorga, mas adquire-se.

Na verdade, a autoridade é, em primeiro lugar, um atributo de pessoas. Mas a autoridade das pessoas não tem seu fundamento último num ato de submissão e de abdicação da razão, mas num ato de reconhecimento e de conhecimento: reconhece-se que o outro está acima de nós em juízo e perspectiva e que, por consequência, seu juízo precede, ou seja, tem primazia em relação ao nosso próprio... Este sentido retamente entendido de autoridade não tem nada a ver com obediência cega de comando. Na realidade, autoridade não tem nada a ver com obediência, mas com conhecimento. (Gadamer, 1999, pp. 419–420)

Assim, dos choques sucessivos entre a tradição de quem interpreta e o texto interpretado, a consciência hermenêutica se amplia, ao rejeitar ou confirmar as *pré-compreensões* do sujeito por trás da ação interpretativa. Esse é um desafio a ser encarado na tese, uma vez que o exercício hermenêutico empreendido confrontará *as pré-compreensões* da autora, orientadores e trabalhos balizadores referentes a duas obras: a cidade artefato em si e os documentos manuscritos dos e das pesquisadoras interpretados. Gadamer usa o conceito de horizonte para ilustrar aquilo que o embate da compressão pode gerar em termos de possibilidade de inovação.

Horizonte é o âmbito de visão que abarca e encerra tudo o que é visível a partir de um determinado ponto. Aplicando-se à consciência pensante falamos então da estreiteza do horizonte, da possibilidade de ampliar o horizonte, da abertura de novos horizontes etc. Aquele que não tem um horizonte é um homem que não vê suficientemente longe e que, por conseguinte, supervaloriza o que lhe está mais próximo. Pelo contrário, ter horizontes significa não estar limitado ao que há de mais próximo, mas poder ver para além disso. Aquele que tem horizontes sabe valorizar corretamente o significado de todas as coisas que caem dentro deles, segundo os padrões de próximo e distante, de grande e pequeno. A elaboração da situação hermenêutica significa então a obtenção do horizonte de questionamento correto para as questões que se colocam frente à tradição. (Gadamer, 1999, p. 452)

Segundo Stein (1983), o confronto entre as ideias de Gadamer e Habermas tem início em 1967, quando Habermas publica *A Lógica das Ciências Sociais*, obra na qual examina cuidadosamente a hermenêutica gadameriana, contrapondo a ela o pensamento crítico dialético e mostrando assim lacunas relativas à racionalidade da hermenêutica. Mais ou menos na mesma época, Gadamer publica seu ensaio *A Universalidade do Problema Hermenêutico*. Gadamer responde às críticas de Habermas à sua hermenêutica filosófica com o ensaio *Retórica, Hermenêutica e Crítica da Ideologia*. Em 1970, Habermas realiza um primeiro balanço crítico do debate entre pensamento dialético e hermenêutico com o ensaio *A Pretensão de Universalidade da Hermenêutica*.

Entre as críticas que Habermas apresenta à hermenêutica de Gadamer, mesmo reconhecendo seu alcance, está o receio de que sua autossuficiência ontológica – herança *heideggeriana* do pensamento de Gadamer –, a afaste do debate relevante com as questões do método nas ciências.

Hermenêutica e dialética não podem dispensar a questão do método e o debate com as ciências humanas. Mas, ao mesmo tempo, ultrapassam a questão do método nas ciências para recolocá-la ao nível filosófico pela reflexão. É nela que se produz o ponto de convergência entre ciência e filosofia. (Stein, 1987, p. 114)

Outra crítica apresentada por Habermas sobre a pretensão da universalidade da hermenêutica de Gadamer diz respeito às comunicações perturbadas quando afirma que a “Hermenêutica se refere a uma ‘capacidade’ que adquirimos à medida que aprendemos a ‘dominar’ uma linguagem e à arte de compreender um sentido linguisticamente comunicável e, no caso de comunicações perturbadas, torná-lo inteligível.” (Habermas, 1987, p. 26)

Habermas aponta também que o que falta à hermenêutica é a reflexão. Reflexão, segundo Stein (1987):

...tem como propriedade ser em si enquanto se relaciona com o outro; produzir identidade justamente pela oposição. A consciência de algo é ao mesmo tempo, consciência de si e a consciência humana de maneira geral, só se sustenta e mantém sua unidade, se constantemente se relaciona com conteúdos estranhos a ela. (Stein, 1987, p. 102)

Neste contexto, Habermas mostra como a hermenêutica pode tornar transparente, pela reflexão, a relação com a autoridade e a tradição:

A formação metódica da inteligência nas ciências hermenêuticas desloca os pesos entre autoridade e razão. Gadamer desconhece a força da reflexão que se desenvolve na compreensão.

A razão não fica aqui por mais tempo ofuscada pela aparência de uma absolutidade que deveria ser justificada na autofundação e não se desvincula do chão do contingente em que está radicada; mas a razão torna transparente a gênese da tradição da qual nasce a reflexão e para onde ela de novo se volta: o dogmatismo da práxis é sacudido. (Habermas, 1987, p. 16)

Stein aponta para alguns argumentos apresentados por Habermas a favor da universalidade da hermenêutica de Gadamer, ao entender que

Qualquer comunicação do homem com outros homens é, em última instância, um processo de tradução, de fusão de horizontes, uma incorporação do estranho no que é próprio. Esse processo da compreensão é essencialmente interminável, porque o homem não consegue reduzir, através de sua razão finita, a totalidade do que é compreensível, a um conceito. (Stein, 1987, p. 118)

De acordo com Villaschi (2014), que defendeu sua tese de doutorado na Geografia a partir do método hermenêutico, aplicado à interpretação patrimonial da cidade colonial Ouro Preto, Minas Gerais, “dentre outros desdobramentos, a controvérsia acirrada estabelecida entre Gadamer e Habermas explicitou, ao mesmo tempo, o confronto e a complementaridade entre crítica e hermenêutica, na medida em que ambas visam a apreensão de nosso tempo pela reflexão, base da consciência” (Villaschi, 2014, p. 174).

Assim, convém comentar que Habermas considera Gadamer como aquele que lança pontes, abre importantes discussões e abre caminhos para aproximação, seja entre gerações, ou reconciliando disciplinas que foram se distanciando umas das outras.

A seguir serão apresentadas as posturas investigativas, adotadas em favor da procura pela *situação hermenêutica*, aqui compreendida não apenas como um método ou conjunto de procedimentos que pretende alcançar a *validade universal*. A interpretação passa a ser a própria forma de *ser e existir no mundo*, um mundo de valores, saberes, cultura e tradição (Gadamer, 1999). A interpretação se torna um recurso necessário que se lança para além das estruturas lógicas, quando essas não dão conta do entendimento total do mundo, dadas as limitações do discurso e da linguagem.

1.2 OPERANDO O MÉTODO: A SITUAÇÃO HERMENÊUTICA

Nessa seção, são apresentadas algumas questões fundamentais para aproximar a discussão ao máximo do que pode ser aplicado de fato como método em um estudo sobre narrativas espaciais, que envolve a discussão de duas disciplinas acadêmicas distintas, mas de mesma natureza e objeto, ou seja, são estudos de natureza espacial e que tem como objeto o fenômeno urbano, e o caso concreto de Brasília. Busca-se, assim, propor estratégias em relação à linha de interpretação que se seguirá nos capítulos seguintes.

Como a interpretação recai sobre a linguagem, pressupõe-se ao discurso a articulação de *conceitos* para chegarmos aos objetos através dos *significados*. Dessa forma, as palavras assumem uma importância preeminente em uma pesquisa que opera a hermenêutica como método. Assim, será necessária uma atenção especial ao se trabalhar os *conceitos*, assim como com os *significados* estruturados pelo discurso, considerando ainda as condições históricas e culturais nas quais esses discursos se desenvolvem e são interpretados. Além disso, o conceito de verdade absoluta, herança dos métodos das ciências exatas, dificulta a compreensão da complexidade dos fenômenos observados nas ciências humanas e sociais, que sempre se dá a partir da tradição do intérprete, e a partir das limitações do discurso e da linguagem:

Essas sempre foram as duas alternativas da filosofia: ou existe um fundamento empírico, ou então um fundamento último da verdade. [...] A hermenêutica é esta incômoda verdade que se assenta entre as duas cadeiras, quer dizer, não é nem uma verdade empírica, nem uma verdade absoluta - é uma verdade que se estabelece dentro das condições humanas do discurso e da linguagem. (Stein, 2004, p. 48)

A intenção é assumir, como ensina Stein (2004), ao analisar Gadamer, que os objetos de estudo das *ciências do espírito*, ou das ciências humanas, são objetos altamente fluidos e altamente imprecisos em sua verificação, o que obriga o pesquisador a constantemente reescrevê-los. Além disso, nem sempre somente as estruturas lógicas darão conta de todo o processo cognitivo, o que leva o investigador a recorrer, de alguma maneira, à interpretação, que é hermenêutica e sempre ocorre dentro de determinado contexto e de determinada tradição.

As estruturas lógicas não dão conta de todo o nosso modo de ser conhecedores das coisas e dos objetos, e aí somos obrigados a introduzir um elemento que será o núcleo dessa análise, o elemento da interpretação. A interpretação é hermenêutica, é compreensão, portanto, o fato de nós não termos simplesmente o acesso aos objetos via significado, mas via significado num mundo histórico determinado, numa cultura determinada, faz com que a estrutura lógica nunca dê conta inteira do conhecimento, de que não podemos dar conta pela análise lógica de todo o processo do conhecimento. (Stein, 2004, p. 19)

Stein (2004, p. 95) defende, ao propor o início do caminho para construção da *situação hermenêutica*, uma investigação profunda do que ele convencionou chamar de metalinguagem e define como uma espécie de *ortolinguagem* produzida intersubjetivamente por um grupo, que se compromete, por meio da discussão, em um determinado contexto temporal e cultural, convencionar o significado de um termo ou o uso de uma expressão, de maneira mais ou menos rígida.

A extração desses termos fundamentais acerca do objeto, determinados por essa *ortolinguagem*, seria um passo fundamental para a concretização da *situação hermenêutica*, assim como a elaboração de uma cuidadosa história conceitual dos termos desse campo disciplinar.

Outra questão importante levantada por Stein (2004) para propiciar a *situação hermenêutica* diz respeito à aceitação de que, em ciências exatas, os textos possuem uma dimensão sincrônica, recortada e estática no tempo. A leitura de um texto de química antiga, por exemplo, nada irá trazer de novo, visto que, cientificamente, ele já produziu seus efeitos. Assim, esse texto torna-se puramente formal, conforma-se apenas um elemento museológico, sendo um texto fechado em si mesmo, podendo ser citado como referência, mas de algo que já passou, teve sua validade dentro de um espaço determinado de tempo. Já os textos em ciências humanas ou filosofia possuem características diacrônicas, ou seja, podem e devem ser lidos, revistos, revisitados ou reinterpretados em várias épocas, e essa é a concepção hermenêutica da história.

Ao assumir a ideia de interpretação como um processo isento de neutralidade, que se dá pela via de um intérprete, em seu tempo e em seu lugar, não deve desconsiderar os efeitos que o passado e o próprio texto interpretado exercem nesse intérprete. Gadamer (1999), então, desenvolve e destrincha o conceito de *história efetual*, e convida esse intérprete a se perceber dentro de uma tradição, e a admitir que o seu modo de lidar com o passado já está interpelado, imbuído, influenciado pelos efeitos que esse passado produziu até o momento da sua interpretação do fato ou objeto sobre o qual se debruça no presente.

Considera-se, ainda, na operação da *situação hermenêutica*, que o indivíduo é modificado à medida da sua investigação, e assim o próprio método não deve representar uma amarra à criatividade e à construção do conhecimento, admitindo-se algum caráter especulativo no ato da interpretação.

[...] O método não é uma explicação exterior, o método não é simplesmente um instrumento, não é apenas procedimento, vamos dizer assim, de tipo técnico. Não é apenas um caminho mecânico que permitiria ser trilhado através do uso de algumas regras.

No conceito de método, a hermenêutica se amplia muito, justamente como consequência dessa ideia de totalidade e talvez por isso possamos falar de um certo caráter especulativo da hermenêutica. (Stein, 2004, p. 103)

Por fim, pode-se afirmar que a *situação hermenêutica* é a própria consciência de que o investigador [na área de humanas] sempre está vinculado ao objeto. Dessa maneira, a evolução de suas análises irá depender da sua capacidade de autocontrole e de autocrítica, da sistematização dos métodos e dos procedimentos de reconstrução dos textos, e da consciência de que todo trabalho científico é um caminho de investigação que perpassa sua biografia, sua formação intelectual e sua assimilação de um repertório conceitual específico.

Dentre os princípios básicos da hermenêutica filosófica discutidos neste texto, que servem de alicerce para a construção de uma conduta assumida no processo de interpretação dos textos no desenvolver da tese, destacam-se, resumidamente:

1. Deve-se considerar a fluidez dos objetos em ciências humanas e a necessidade de sua permanente reformulação;
2. Procura-se aceitar que objeto e intérprete não se separam totalmente, e sempre aparecem em determinado mundo histórico e cultural, em uma tradição. Assim, considera-se que a obra tem um autor que se situa dentro de uma tradição, bem como o sujeito que a interpreta tem seu lugar histórico determinado;
3. Há uma *ortolinguagem* do campo disciplinar que deverá ser decifrada cuidadosamente para a elaboração da história conceitual dos termos e expressões fundamentais, sendo a assimilação desse repertório conceitual essencial ao desenvolvimento da pesquisa científica;
4. As estruturas lógicas não dão conta de todo o conhecimento do mundo, e, por isso, ao lado da forma lógica dos processos cognitivos, é inevitável recorrer à interpretação, que é hermenêutica e não é neutra;
5. Assumir uma postura consciente dos efeitos que história produz sobre o intérprete, admitindo que o seu modo de lidar com o passado já está imbuído pelos efeitos que esse passado produziu até o momento da sua interpretação do fato ou objeto sobre o qual se debruça no presente,
6. O intérprete deve exercer uma atitude dialógica entre a sua tradição e os seus *pré-conceitos* e aqueles apresentados pelo texto, em um embate circular, a fim de legitimar ou rejeitar suas pré-compreensões;
7. Ao aceitar que o indivíduo é modificado à medida da sua investigação, aceita-se que o próprio método também pode se transformar e não deve representar uma amarra à criatividade e à construção do conhecimento, admitindo-se algum caráter especulativo na interpretação.

Sem a pretensão de concluir ou encerrar os debates, os apontamentos aqui apresentados devem servir de guias, balizamentos iniciais, para a construção conceitual e metódica desta tese. Assumir tais posturas, apreendidas desde a hermenêutica filosófica, traz importantes contribuições para a condução da pesquisa, desde amparar a escolha dos autores e dos textos a serem estudados e localizá-los em suas respectivas tradições epistemológicas no campo disciplinar, assim como o desenvolvimento do repertório conceitual desejado, para a adequada interpretação da obra dos pesquisadores e pesquisadoras, em consonância com o objetivo central da pesquisa.

Essa discussão tampouco visa a esgotar o debate da hermenêutica, pois a tese não se propõe a um debate do método, mas sim a operacionalizá-lo, a fim de alcançar o objetivo central da pesquisa, que é: estabelecer uma interpretação, com base hermenêutica filosófica, do discurso espacial presente em um recorte da produção acadêmica sobre Brasília de autoria de geógrafos(as) urbanos(as) e urbanistas professores(as) da UnB, verificando se e como incorporam em seus discursos espaciais-urbanos elementos correspondentes ou inerentes aos *utopismos patrimoniais* propostos para a América Latina.

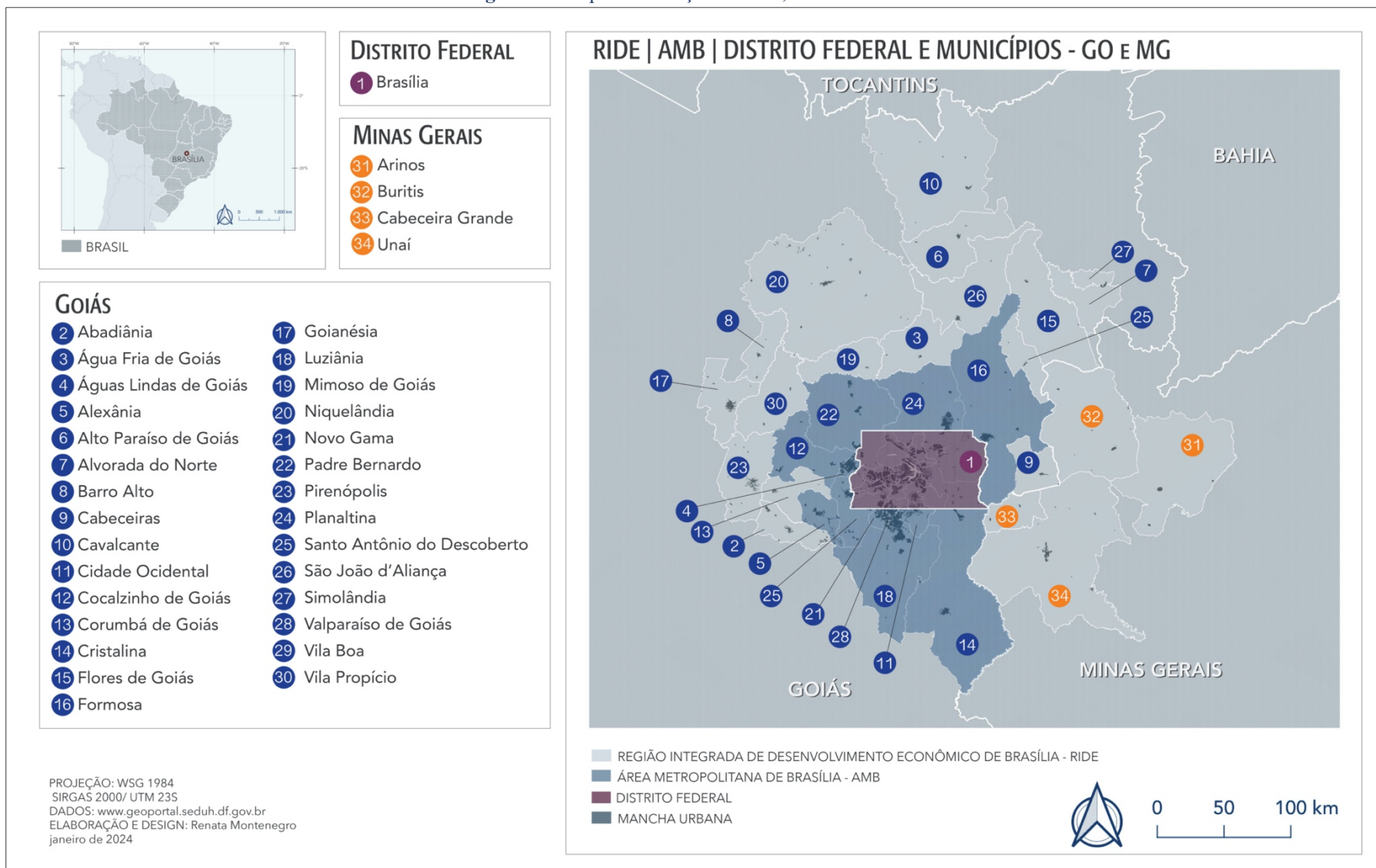
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização da pesquisa, foram adotados alguns critérios metodológicos, sobretudo para selecionar os(as) pesquisadores(as) para interpretação da obra escrita, bem como o recorte da obra de cada um dos(as) professores(as).

Os procedimentos metodológicos encontram-se descritos a seguir:

- A. Como forma de estabelecer o recorte temporal e contextualizar historicamente a Fundação Universidade de Brasília, propõe-se traçar o histórico da gênese e evolução institucional da universidade, com ênfase nos cursos objeto da pesquisa proposta, a partir de fontes bibliográficas e documentais. Para tanto, foram feitas as seguintes pesquisas:
 - Revisão bibliográfica para construção do referencial teórico e de método;
 - Pesquisa bibliográfica e documental para construção do histórico institucional da Universidade de Brasília, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Departamento de Geografia, que hoje faz parte do ICH.
- B. Para designar os parâmetros para seleção dos(as) professores(as) pesquisadores(as) e do recorte da obra de cada pesquisador(a) os seguintes passos metodológicos foram adotados:
 - Centrar a análise na Geografia [Urbana] e o Urbanismo, considerando o caráter essencialmente espacial das suas perspectivas e abordagens, mesmo que variadas e distintas, além da interdisciplinaridade que lhes é própria;
 - Dar prioridade às publicações que consideram Brasília além dos limites do perímetro do CUB – Conjunto Urbano de Brasília –, atentando aos estudos que refletem sobre cidade em sua totalidade (ver figuras 2 e 3);
 - A partir da listagem dos(as) professores(as) que consta nos sítios na internet dos cursos – incluindo a graduação e a pós-graduação –, realizou-se uma busca no currículo da *Plataforma Lattes* de cada professor(a) pelas palavras-chaves: [BRASÍLIA, URBANO, GEOGRAFIA URBANA E URBANISMO](#);
 - A seleção dos(as) professores(as) tem ponto de partida em um dos critérios avaliativos adotados pelos Comitês de Assessoramento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): a produção científica na forma de [ARTIGOS COMPLETOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS; LIVROS PUBLICADOS/ORGANIZADOS OU EDIÇÕES E CAPÍTULOS DE LIVROS PUBLICADOS](#) (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2023). Nessa etapa, incluem-se os autores(as) que assinam pelo menos 5 títulos no total, na área de interesse - [BRASÍLIA, URBANO, GEOGRAFIA URBANA E URBANISMO](#).

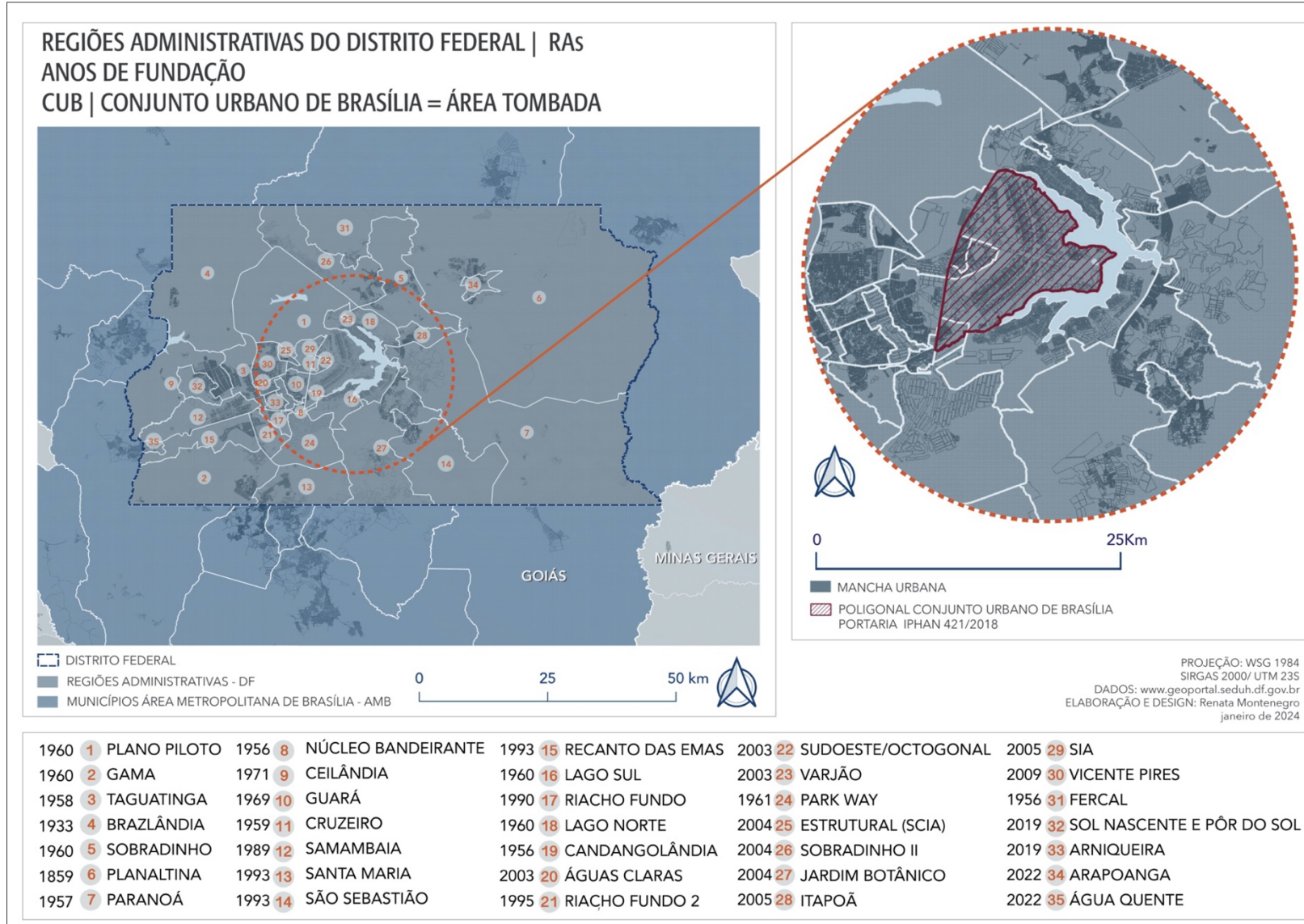
Figura 2 – Mapa Localização Brasília, AMB e RIDE



Fonte: Elaborado pela autora (2024) com base em <https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/geoportal/>. Imagem em alta resolução disponível em: <https://rb.gy/c3wheg>.



Figura 3 – Localização das Regiões Administrativas DF e CUB



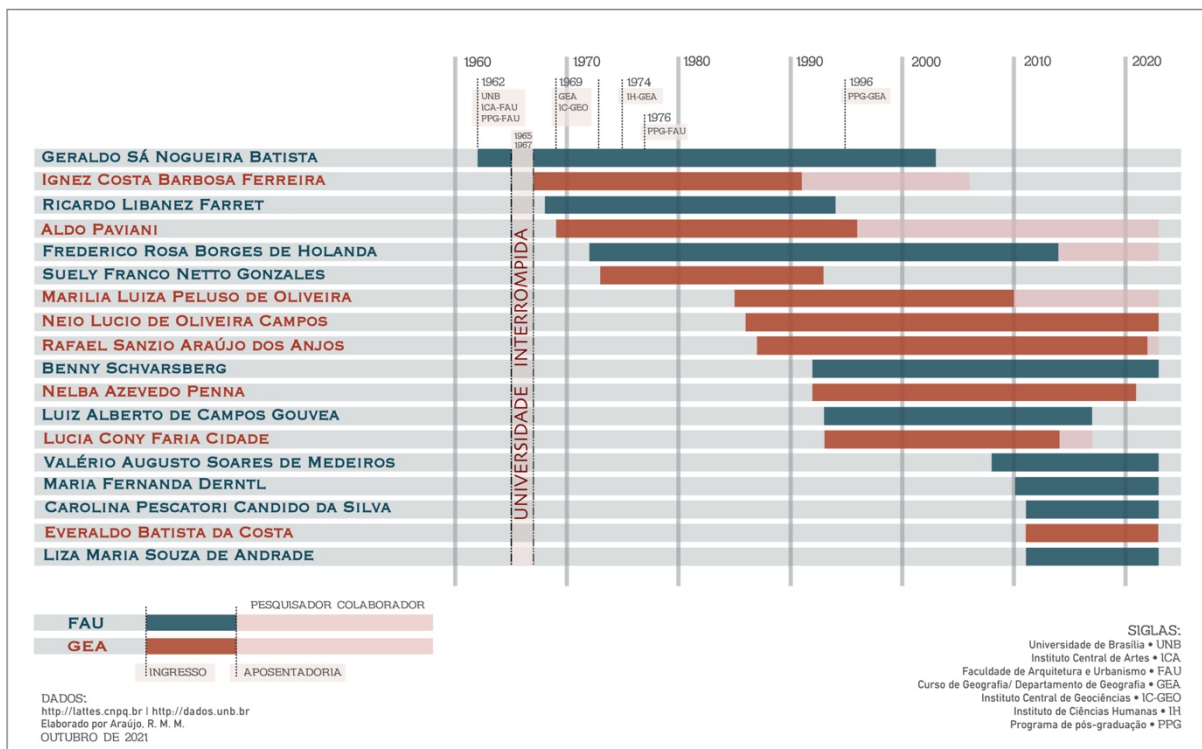
Fonte: Elaborado pela autora (2024) com base em <https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/geoportal/>. Imagem em alta resolução disponível em <https://rb.gy/40ib27>.



- Leitura exploratória dos textos dos(as) pesquisadores(as) pré-selecionados(as) para verificação e confirmação ou adaptação e readaptação contínua dos critérios estabelecidos nos itens anteriores. Nesse processo, foram consideradas as seguintes intercorrências:
 - Detecção da participação importante, em livros organizados e congressos, de uma autora, pesquisadora que atuou na FAU, que não possui currículo cadastrado na *Plataforma Lattes*, Suely Franco Netto Gonzalez.
 - Inclusão do Prof. Valério Augusto Soares de Medeiros, considerando suas contribuições como professor visitante e, depois, sua permanência como orientador na pós-graduação e pesquisa na qualidade de pesquisador colaborador no PPG/FAU.
 - Prospecção exploratória também em textos publicados em anais de eventos, considerando a importância no contexto da obra de cada autor, com atenção especial às publicações nos anos 1970, 1980, 1990 e 2000, que, em sua maior parte, são físicas, considerando que os eventos científicos eram, primordialmente, uma importante forma de divulgação acadêmica e de circulação de ideias.
 - Supressão de alguns autores(as), a partir da leitura dos textos, por se dedicarem apenas ao Plano Piloto de Brasília e suas questões patrimoniais e morfológicas, distanciando a pesquisa do seu propósito de leitura da cidade em sua totalidade.

A linha do tempo – figura 4 – contém o resultado da seleção dos(as) pesquisadores(as) cujo recorte da obra será considerado na pesquisa, ordenados(as) pelos anos de sua contratação⁴.

Figura 4 – Linha do tempo pesquisadores(as) ordenados pelos anos de ingresso na UnB



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em <http://lattes.cnpq.br/> e <http://dados.unb.br/>.

⁴ De acordo com dados disponíveis em <http://dados.unb.br/group/recursos-humanos>.

O gráfico foi desenvolvido a partir de informações constantes na *Plataforma Lattes*, considerando os anos de ingresso e de aposentadoria na instituição de acordo com dados do portal da transparência da UnB. Para os(as) professores(as) já aposentados(as), foi observada, ainda, a continuidade, ou não, da atuação como *Pesquisador(a) Colaborador(a)*, observada até a data da última publicação ou orientação na pós-graduação, segundo dados do *currículo lattes* do(a) docente.

Na linha do tempo, é possível visualizar os(as) professores(as) pesquisadores(as) que experimentaram o mesmo período produtivo dentro da instituição e perceber em quais intervalos de tempo a vida acadêmica ocorre em concomitância com os(as) outros(as) pesquisadores(as) e, em relação a alguns marcos institucionais, a implantação dos programas de pós-graduação. Ainda é possível visualizar as várias gerações de pesquisadores(as), ao percebermos as ondas de aposentadoria e novas contratações. Essa discussão será retomada no **Capítulo 3** da tese, dedicado ao debate sobre o panorama traçado resultante da leitura hermenêutica do conjunto de textos selecionados, cuja metodologia se comenta a seguir, no **ITEM C**.

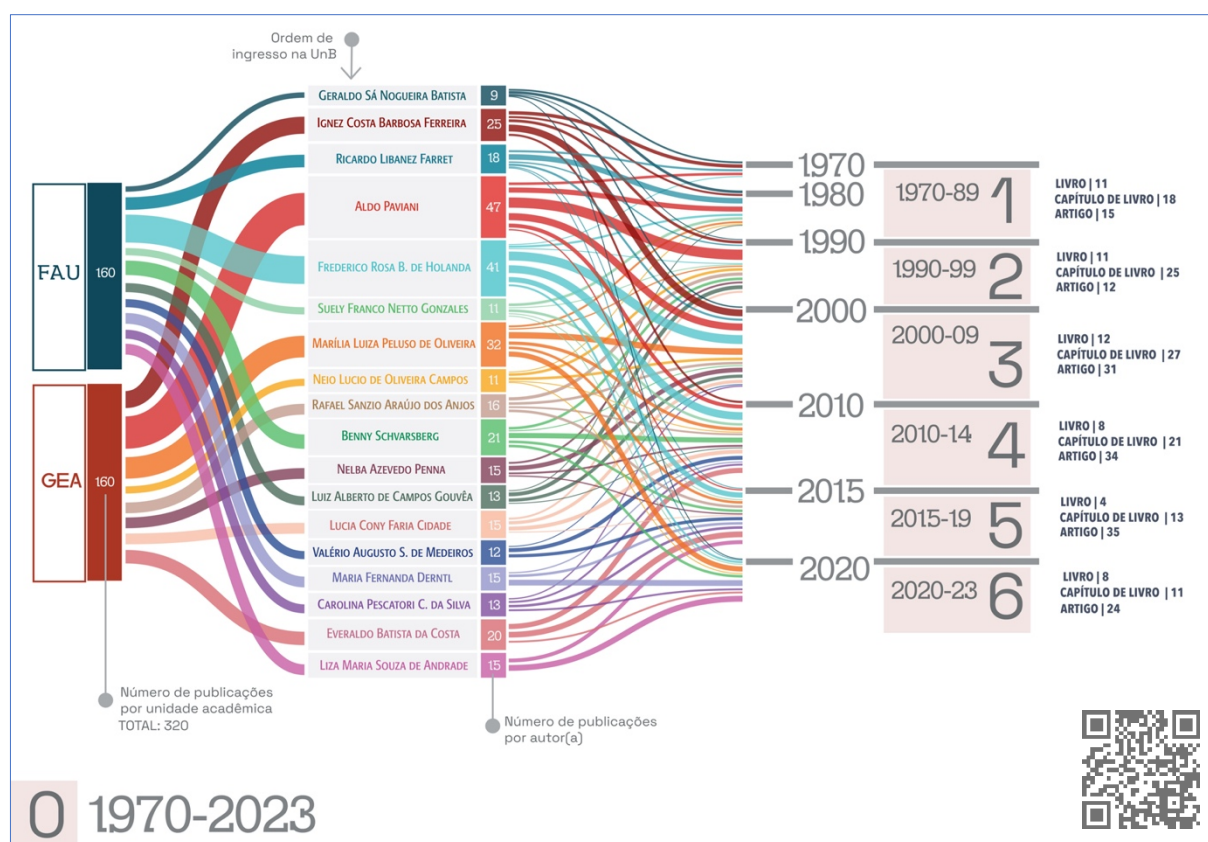
C. Para selecionar o recorte da obra (textos) dos(as) professores(as)-pesquisadores(as) listados no **ITEM B**, constantes na figura 4, foram seguidos os seguintes procedimentos metodológicos:

- Foram elencadas, em **ordem cronológica**, as obras de cada pesquisador que aborda Brasília, de acordo com os critérios anteriormente determinados, descartadas as redundâncias e sobreposições verificadas nas informações constantes na *Plataforma Lattes*;
- Consideram-se redundâncias e sobreposições: publicação do mesmo texto em mais de um veículo ou formato, publicação do mesmo texto em outros idiomas e capítulos de livro lançados também como livro;
- Verificação de disponibilidade para leitura de cada um dos textos. Foram retirados alguns títulos cujo acesso não foi possível (principais motivos: livros ou artigos físicos não encontrados, periódicos pagos e com acesso não oferecido institucionalmente pela UnB);
- Organização final por ordem cronológica de publicação de todos os títulos selecionados de acordo com os critérios metodológicos citados;
- A opção pela organização cronológica se demonstrou mais pertinente para a abordagem desejada na pesquisa (hermenêutica), uma vez que a organização por autor não permite perceber a visão de conjunto em relação às abordagens e sua diversificação ao longo do tempo. A listagem cronológica possibilita a percepção entrelaçada do que estava sendo produzido pelos 18 autores a partir da FAU e do GEA, e não de cada pesquisador, isoladamente;
- Elaboração de diagramas do tipo aluvial⁵ com todas as obras que serão consultadas no processo de leitura hermenêutica, elencados cronologicamente, por período;

⁵ Os diagramas aluviais são semelhantes aos gráficos de coordenadas paralelas, mas as variáveis dos eixos são categóricas e as conexões são representadas por áreas em vez de linhas. São ótimos para mostrar como os dados mudam ao longo do tempo ou entre diferentes períodos. Pode ser comparado a um rio fluindo através de diferentes áreas (degraus) que se dividem em vários fluxos menores.

- A ordem dos(as) pesquisadores(as) no gráfico aluvial – figura 5 – é a ordem do ano de ingresso na instituição, ou seja, mesma ordem da figura 4;
- Os diagramas enumerados de 1 a 6 na figura 5 e reunidos na figura 6 serão apresentados em detalhe no Capítulo 3, reservado ao panorama da produção acadêmica e à leitura hermenêutica, à luz dos *utopismos patrimoniais* pela América Latina,
- A cada docente foi atribuída uma cor. As linhas mudam de espessura conforme a quantidade de títulos de cada autor(a), correspondente ao número que a parece ao lado do seu nome no diagrama;
- Nos diagramas dos períodos, os nomes dos(as) pesquisadores(as), sempre ordenados pelo ano do ingresso na instituição, aparecem (ou não) à medida que os textos de sua autoria são elencados, pela ordem do ano da publicação.

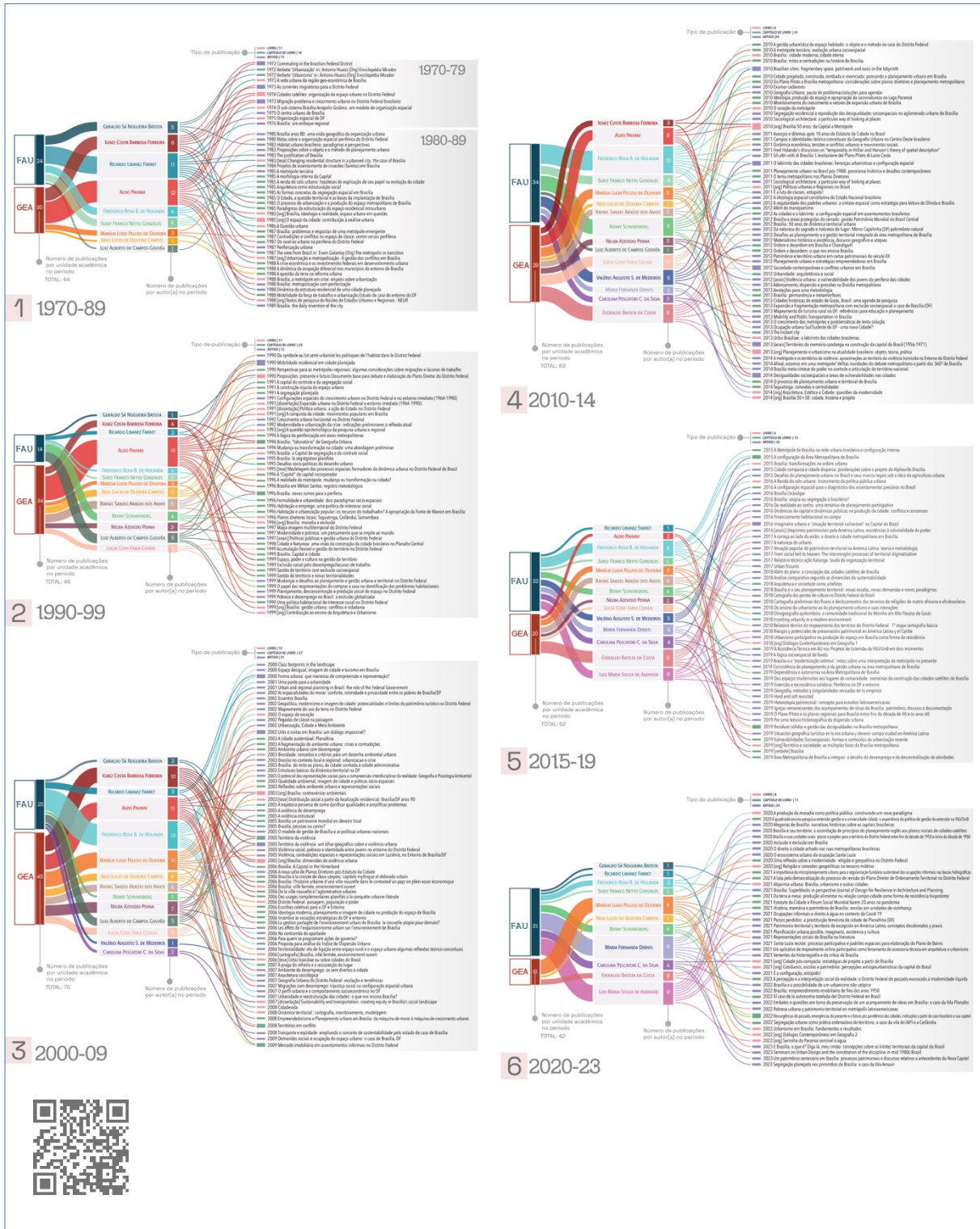
Figura 5 – Diagrama aluvial geral – produção dos autores(as) por período | FAU e GEA



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em <http://lattes.cnpq.br/> e <https://www.unb.br/>, processado em <https://app.rawgraphs.io>. Diagrama completo em alta resolução disponível em: <https://rb.gy/lcqqxv>.

O conjunto completo de diagramas em alta resolução pode ser acessado nesse [link](#), que também se encontra abaixo da imagem ou no *código QR* ao lado do diagrama. A cada um dos diagramas aluviais [numerados de 1 a 6] foi dedicada uma subseção do capítulo 3, na qual são abordadas as especificidades de cada intervalo e as perspectivas conceituais-metodológicas dos textos, procurando por aproximações aos *utopismos patrimoniais pela América Latina* e à perspectiva do *sujeito situado*.

Figura 6 – Diagramas aluviais detalhados dos períodos



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em <http://lattes.cnpq.br/> e <https://www.unb.br/>, processado em <https://app.rawgraphs.io>. Diagrama completo em alta resolução disponível em: <https://rb.gy/lcqxxv>.

2 A EXISTÊNCIA NA METRÓPOLE MODERNISTA

José Arcadio Buendía, que era o homem mais empreendedor de que se teria notícia na aldeia, havia disposto de tal modo a posição das casas, que de cada uma delas se podia chegar ao rio e abastecer-se de água com a mesma facilidade, e traçou as ruas com tanto bom-senso que nenhuma casa recebia mais sol que outra à hora do calor. Em poucos anos, Macondo chegou a ser uma aldeia mais ordenada e laboriosa que qualquer das conhecidas até então pelos seus 300 habitantes. Era em verdade uma aldeia feliz, onde ninguém tinha mais de 30 anos e onde ninguém havia morrido.

Gabriel Garcia Márquez⁶

2.1 APROXIMAÇÕES AOS *UTOPISMOS PATRIMONIAIS* PELA AMÉRICA LATINA

A proposta dos *UTOPISMOS PATRIMONIAIS PELA AMÉRICA LATINA*, que está na base do método construído para esta pesquisa, procura totalizar o conceito de território a partir da singularidade do *sujeito em situação espacial duradoura*. Assim, essa seção, dedica-se a percorrer o caminho da construção conceitual e metodológica proposta por Costa (2016, 2017, 2018, 2021a), fazer alguns breves apontamentos sobre o significados e contextos de utopia e utopismos, e comentar alguns desdobramentos realizados a partir do debate dos *utopismos patrimoniais*.

Os *utopismos patrimoniais* correspondem, conjuntamente, a uma noção e a um conceito de fundamento teórico-metodológico, baseada na tríade **existência do sujeito**, a **singularidade de suas experiências** e a **história do território**, que, juntas, possibilitam protagonizar o *sujeito situado* frente aos processos hegemônicos de domínio territorial e dos grupos sociais subalternizados, como indígenas, afrodescendentes, migrantes, apátridas etc (Costa, 2016, 2021a). Logo, *utopismos patrimoniais* não correspondem ao patrimônio cultural institucional ou institucionalizado tal como é apresentado, gestado ou discutido pelos órgãos preservacionistas ou mesmo pela universidade. Os *utopismos patrimoniais* são a base da esperança de presente e de futuro, revelada pela força política dos grupos subalternizados e situados.

Cabe apontar que os *utopismos patrimoniais* se ancoram, epistemologicamente, na *Geografia da Existência*, proposta pela Geografia brasileira, que, a partir de Milton Santos, vai dialogar especialmente com Jean Paul Sartre, e oferecer fundamentos para uma disciplina geográfica preocupada com a biografia do sujeito e com a história dos territórios latino-americanos, convidando à reflexão sobre todos os homens:

O existir, ser em ato, oferece esta ideia de epistemologia da existência, porque existindo estão todos. Existem todas as empresas, existem todas as instituições, e todos os homens juntos existem, não importam as suas diferenças. E os geógrafos não devem escolher entre empresas, e instituições e muito menos entre pessoas. Todos constituem este espaço banal que é o centro de nosso trabalho. (Santos, 1996, p. 14)

⁶ Márquez (2019, p. 9). Cem Anos de Solidão, originalmente publicado em 1967.

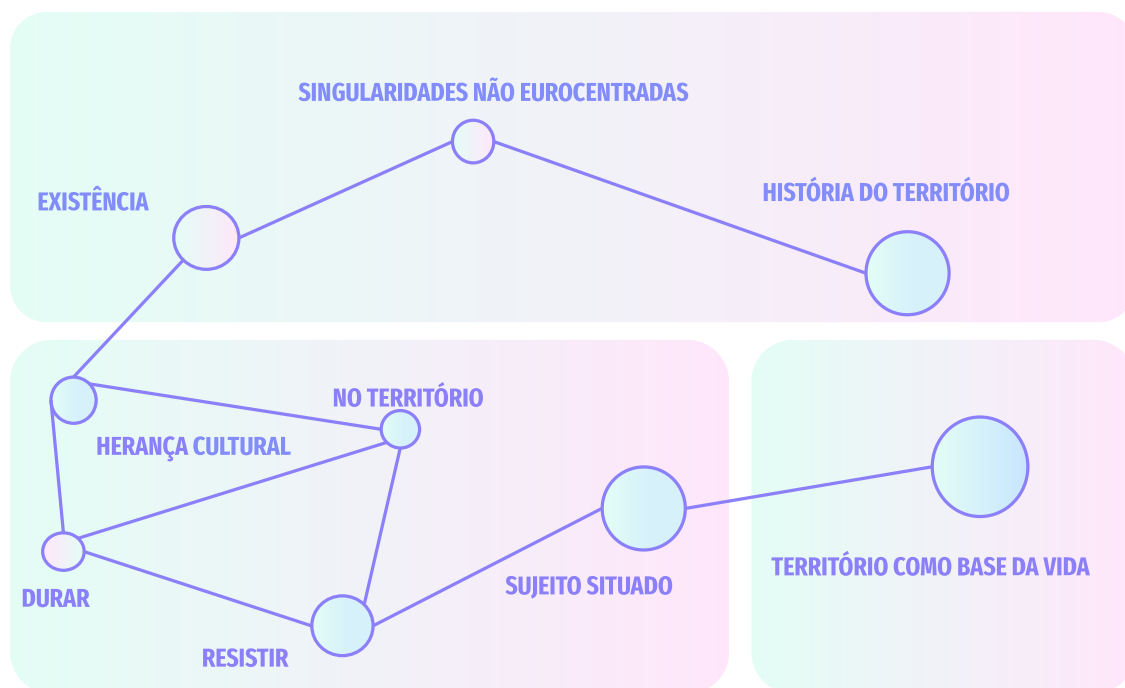
A construção teórico-metodológica que fundamenta os *utopismos patrimoniais* (figura 7) também atravessa a discussão do território usado, tomado como totalidade e categoria de análise social, desde Milton Santos juntamente com outros(as) geógrafos(as) brasileiros(as), como Maria Adélia de Souza, María Laura da Silveira, Antônio Carlos Robert de Moraes e outros, culminando no entendimento do território como abrigo de todos os homens em contraposição ao território assimilado como recurso:

O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso. Para os atores hegemônicos o **território usado é um recurso**, garantia da realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território.

Por outro lado, as situações resultantes nos possibilitam, a cada momento, entender que se faz mister considerar o comportamento de todos os homens, instituições, capitais e firmas. Os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando levando a uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonizados. Dessa combinação, temos o arranjo singular dos lugares. Os atores hegemonizados **têm o território como um abrigo**, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade. (Milton Santos et al., 2006, p. 5)

Além disso, a *teoria pós-colonial*, discutida desde Anibal Quijano, Walter Dignolo e Edgardo Lander, confere aos *utopismos patrimoniais* o impulso necessário para dismantelar a matriz colonial do poder, a partir do enfrentamento da totalidade eurocêntrica, que nega e opaca as outras totalidades (Costa, 2016).

Figura 7 – Constelação conceitual – *Utopismos patrimoniais* pela América Latina



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em Costa (2016, 2017, 2018 e 2021a).

Para atribuir um caráter propositivo ao conceito, o autor recorre à utopia. Todavia, apreendendo os *utopismos* como um processo já em marcha e cuja base tópica são os países latino-americanos e caribenhos (Costa, 2016).

É importante destacar que a noção de utopia sofre múltiplas ressignificações ao longo da história, de maneira que “está presente em estudos dos mais variados campos – literatura, estética, sociologia, história, filosofia, ciências políticas etc. –, as abordagens apresentam-se sob formas muito variadas, com associação de temáticas muito diversas” (Caúla, 2019, p. 21).

Ainsa (2006) acredita que a concepção de utopia como “lugar que não existe” parece ter confirmado que não há um lugar no mundo onde seja possível projetar “outra” realidade, ou seja, uma sociedade radicalmente diferente da dominante. O autor destaca que a impossibilidade da realização de outro modelo de sociedade torna todo projeto utópico, a princípio, totalitário, e que o “sonhar despertado” no século XX se transformou num inventário de pesadelos, e toda intenção utópica remete para a triste realidade das utopias realizadas.

No entanto, não se deve perder de vista a fortuna semântica da palavra no decorrer da história. Ainsa (2006, p. 24) se refere às palavras derivadas de *utopia*, que logo deixa de ser “tão somente o título de uma obra para converter-se em gênero literário: utopias passam a ser todos os textos que sugerem sociedades ideais imaginadas em locais isolados no espaço-tempo”.

Palavras como *utopista*, *utopismos* e o adjetivo *utópico* passam a ser relacionadas com um “*estado de espírito*, de um imaginário subversivo, sinônimo de atitude mental rebelde, de oposição ou de resistência à ordem existente pela proposição de uma ordem radicalmente diferente” (Ainsa, 2006, p. 26).

Se o termo é marcado pela extensa variação de significados, mutabilidade e pela imprecisão no uso, é no início da experimentação da vida moderna, como ressalta Berman (2007), que a utopia adquire um sentido marcado pela crítica e pela negação das condições vivenciadas, chegando a noções de sociedades ideais inatingíveis, alimentando-se de projetos de cidades imaginárias, mas pousando na força crítica do ser humano.

Souza (2006, p. 518), ao propor o resgate da “utopia em épocas de conformismo generalizado”, afirma que a humanidade não parou de sonhar, mas seus sonhos se tornaram cada vez mais pobres e esporádicos. O autor contesta as abordagens da palavra utopia, explorando uma possibilidade de inversão de sentido:

O ‘em lugar nenhum’, da palavra utopia é traduzida, no senso comum e nas mais diversas línguas como ‘**nunca**’, como ‘**impossibilidade lógica**’ (sentido essencialmente negativo e paralisante), não como ...‘**nunca, até agora**’ (sentido essencialmente positivo e estimulante). (Souza, 2006, p. 518)

Mesmo que relacionada à realidade, a utopia tem o poder de lançar-se às possibilidades futuras, em oposição à história e em busca de inovações, mas é no espaço que ela se realiza:

A utopia não é um bom conceito porque, mesmo quando se opõe à história, refere-se a ela e ainda se inscreve nela, como um ideal ou motivação. Mas o devir é o próprio conceito. Nasce na História, e nela recai, mas não pertence a ela. Não tem em si mesmo nem início nem fim, mas somente um meio. Assim, é mais geográfico que histórico. (Deleuze & Guattari, 1992, p. 143)

A utopia proclamada nos *utopismos patrimoniais* diz respeito a uma “*utopia particular*, que demarca variantes estéticas continentais ou objetos e saberes simbólicos tratados aqui por patrimônio-territorial resultante e certificador daqueles contrassensos – resistência que perdura espacial e subjetivamente” em contraponto a uma “*ideologia universal*, dilatante de contrassensos do colonialismo e da colonialidade” (Costa, 2016, p. 5). Dessa forma:

A utopia, então, é partilhada pelos grupos subalternizados na história que, apesar de toda e qualquer conjuntura, passa a reconhecer centralidades instituídas como vínculos para se afirmar e para novas rendas locais; a utopia passa a ser assimilada e a se situar, pela força contraditória da colonialidade, nas periferias urbanas com seus protagonistas indígenas, negros, mestiços, mulheres e homens. (Costa, 2016, p. 2)

Em 2016, por meio do XIV Geocrítica⁷, Costa nos apresenta o artigo *Utopismos patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder*, trabalho que inaugurou a proposta teórico-metodológica que inclui a noção de *utopismos patrimoniais* pela América Latina.

O autor entende que, enquanto a **utopia** lança-se ao futuro, o **utopismo** é o processo já em curso no continente:

Se a utopia rompe com a realidade presente e projeta o futuro, assume-se o utopismo como o ideal do processo social inovado e já em andamento; proposição no devir fundada em ações de potencialidades e de fragilidades situadas e em situação duradoura. Em outros termos, “qualquer utopismo requer uma base tópica”, independente da escala da proposta; agrega, seletivamente, sentidos, valores, fenômenos e coisas do passado, para dar novo rumo à matéria e à ideia. Assim, são propostos *utopismos patrimoniais* cuja topicidade é a América Latina. (Costa, 2016, p. 19)

Costa (2016, 2017, 2018, 2021a) nos convida a superar dicotomias e estigmas epistemológicos, onde o *utopismo* em si aparece como caminho de método, no processo investigativo que culmina na elaboração do conceito patrimônio-territorial, cuja base empírica dessa formulação foram diversos sítios urbano-rurais no continente, analisados entre 2015 e o presente. Para o autor:

Os estudos urbano-rurais latino-americanos, por exemplo, devem avançar com urgência na superação de dicotomias conceituais e analíticas ou estigmas epistemológicos e metodológicos, agregando capacidades criativas, saberes territorializados, poderes de grupo e a emergência de alternativas construídas ou suscetíveis de serem disseminadas por dentro e de baixo. (Costa, 2021a, p. 113)⁸

Os *utopismos patrimoniais* pela América Latina são três e se operam simultaneamente; não podem ser entendidos separadamente, pois são regidos pelo movimento interno que agencia a existência e a singularidade não euro-centrada, relativa ao *sujeito em situação espacial duradoura* e à história dos

⁷ XIV Coloquio Internacional de Geocrítica – Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro. Barcelona, 2-7 de mayo de 2016.

⁸ Tradução nossa.

territórios, confrontando discursos e práticas hegemônicas de domínios (Costa, 2016, 2021a). Sinteticamente, os três *utopismos* conexos são:

1) *UTOPISMO PATRIMONIAL EXISTENCIALISTA*

Reconhece a força do *sujeito situado*, mesmo diante dos riscos e vulnerabilidades socioespaciais construídos intencional e politicamente pelo *continuum* de crises enfrentada nos países da América Latina e do Caribe.

Esse *utopismo* critica e confronta a universalidade eurocêntrica, a inevitabilidade dos riscos provenientes da urbanização latina e das violências históricas sofridas pelos grupos subalternizados no continente.

O *utopismo patrimonial existencialista* se refere “à manutenção da ordem da vida frente a destruições ou sua iminência” e “guarda a ideia primária de qualquer utopismo: derrubar negatividades feitas na história para um futuro novo possível, a partir do próprio sujeito” (Costa, 2016, p. 4).

2) *UTOPISMO PATRIMONIAL SINGULARISTA*

Questiona o sentido de *universalidade* atribuído ao patrimônio latino-americano reconhecido pela Unesco, e procura assegurar benefícios ao patrimônio negligenciado ou não-institucionalizado, a partir do sistema dos bens universais instituídos. Assim, o *utopismo patrimonial singularista* tem o desafio de estabelecer, nos lugares dos bens mundiais latinos, roteiros patrimoniais utópicos que reafirmem a existência periférica vinculada espacialmente com os sítios já consagrados.

Conclama alternativas econômicas populares por meio do patrimônio-territorial singular que resiste, a ser preservado e mobilizado por sujeitos localizados e empoderados, apesar da essência contraditória da urbanização e das situações de riscos. (Costa, 2016, p. 5).

A tese defendida é a da necessidade de renúncia dos centros antigos ou tradicionais como as únicas referências memoriais da cidade. As periferias são representação de espaços políticos e econômicos, cujos estratégicos fluxos centros-periferias-centros fazem do periurbano lugar de centralidades artístico-culturais a serem cartografadas, usadas e apropriadas. (Costa, 2016, p. 14)

3) *UTOPISMO PATRIMÔNIO-TERRITORIAL*⁹

Exalta as resistências socioculturais e memoriais no contexto das formações territoriais de países latino-americanos e do Caribe. Refere-se à conexão existencial entre o *sujeito situado* subalternizado e o território, como elo vital e atual de experiências socioespaciais ancestrais desde o Sul.

O patrimônio-territorial é uma utopia de resistência popular que confronta, através de sujeitos, grupos e bens culturais não institucionalizados, a ideologia que legitima historicamente a *colonialidade do poder e do saber*. O patrimônio territorial é a expressão cultural dos subalternizados espacializada no processo colonizador da América Latina e do Caribe. (Costa, 2018, p. 2)

⁹ Costa (2021a) adverte que outros cientistas tratam, de outra forma, do ‘patrimônio territorial’ (sem hífen). Ortega Valcárcel (1998), por exemplo, apresenta a proposta desde a Europa, preocupado com a relação institucional de preservação do patrimônio, onde o território aparece como recurso.

Concretamente, o patrimônio-territorial pode ser entendido por elementos que vão desde a forma de se alimentar, de habitar, de trabalhar, de se relacionar, cultivar e mesmo lutar, ou seja, toda alternativa existencial criada pelos grupos subalternizados, a partir de seus territórios [ou se deslocando para outros], para a manutenção da vida.

O patrimônio-territorial resgata, situa e ressignifica, espacialmente, o que resiste na América Latina: do índio sacrificado, do negro escravizado, da mulher oprimida, da cultura popular desprestigiada, dos recursos territoriais expropriados, ou seja, aquela “face oculta” da modernidade. (Costa, 2016, p. 7)

O utopismo patrimônio-territorial é a base para os utopismos patrimoniais singularista e existencialista, pois a localização e a situação dos subalternizados, no continente, decorre dos escombros da colonialidade mimetizada no discurso de universalidades ideologicamente impostas. (Costa, 2016, p. 10)

Nesse sentido, o patrimônio-territorial identifica e ilumina a cultura barbarizada pela presente colonialidade, reconhecendo sua força e sua pujança, acreditando que os subalternizados latino-americanos são essenciais à escrita da nova história continental.

Costa (2016) considera que a temática da urbanização e do chancelado patrimônio declarado, frente aos riscos *construídos* socialmente pelas violências históricas da colonialidade e da modernidade, seja tratada através de matrizes existenciais e propositivas, de forma que a vida do sujeito, sua história e vínculos espaciais também sejam entendidos como condutores da política desde o sítio. O patrimônio-territorial não é o patrimônio declarado e independe, totalmente, do que preconizam as agências estatais de planejamento e de patrimonialização.

Assim, vale reforçar que o termo *utopismo patrimonial* não possui relação semântica e de conteúdo com o que se constrói para os patrimônios institucionais. A concepção proposta (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021a), que centraliza os *utopismos patrimoniais* e o *patrimônio-territorial* derivado, faz relação com o sentido da herança cultural, e de tudo o que, efetivamente, permita aos sujeitos subalternizados a resistir e a durar no território, ou seja, faz-se um giro de pensamento em relação à concepção moderna e eurocentrada de patrimônio cultural; os *utopismos patrimoniais* são mobilizadores da política de sítio gestada pelos grupos sociais violentados no processo de tomada territorial, na larga duração histórica do continente latino-americano. Os *utopismos patrimoniais* e, em sua decorrência, o fato-conceito patrimônio-territorial, guardam, enaltecem e representam o que produz esperança aos sujeitos empobrecidos, frente às lógicas hegemônicas da globalização econômica, política e cultural.

Em 2017, ao avançar com os trabalhos de campo na América Latina e apresentar no *Geocrítica* a proposta dos *utopismos patrimoniais* de corte decolonial-existencial, E. Costa publica, na revista *Cuadernos de Geografía da Colômbia*, uma metodologia de ativação popular do patrimônio-territorial, numa proposta que enaltece e valora aquilo que resiste em termo territoriais e populares à degradante colonialidade do poder:

Os graves problemas de ordem social, na América Latina -da intolerância étnico-cultural à precarização trabalhista e à indignidade- produzem ‘territórios de exceção’ como locus de vida, paradoxalmente, segmentada e pujante, dos subalternizados pela modernidade/colonialidade do poder. Nesse sentido, objetiva-se fazer apontamentos teórico-metodológicos para a ativação popular do denominado ‘patrimônio-territorial’ situado em territórios de exceção latino-americanos. Adotam-se dois procedimentos analíticos principais: a) o patrimônio-territorial é abordado como resistência, na lógica da divisão social e espacial do trabalho latino-americano; b) a ativação popular do patrimônio-territorial é discutida, metodológica e propositivamente, no viés de níveis, escalas e temporalidades, para elaboração de ‘roteiros patrimoniais utópicos’. (Costa, 2017, p. 53)

É importante destacar que, nesta segunda etapa do projeto, correspondente à metodologia de ativação popular de um patrimônio-territorial, o autor considera que, além de representar alternativa política de sítio ou situada, os elementos do patrimônio-territorial podem ser eleitos pelos grupos sociais como potencial de conquista de autonomia econômica local, caso o grupo entenda que a ativação ou cartografia de seu acervo pode servir não apenas à mobilização política, mas à subsistência, no contexto de crises que assolam a América Latina e o Caribe.

Na sequência da proposta, em 2018, E. Costa publica, na *Revista Investigaciones Geográficas, do Instituto de Geografía da UNAM*, o texto *Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe*. Nesse artigo, o autor avança com a realização dos trabalhos de campo para a verificação empírica da força das noções e dos conceitos, entendendo que “a singularidade disciplinar ou geográfica é revisada pelo empírico”(Costa & Scarlato, 2019). Nesse trabalho, são avaliados os riscos e as potencialidades de preservação patrimonial em diversos sítios urbano-rurais latino-americanos. O autor constrói um quadro-síntese de riscos e potenciais de preservação patrimonial em que o patrimônio-territorial é chave inclusive para manter aquele acervo instituído. Por mais que o patrimônio-territorial não seja em si o patrimônio cultural, a pesquisa sugeriu seu poder em otimizar a preservação patrimonial institucional, pois é a força dos grupos sociais que, normalmente, não são integrados à gestão dos territórios instituídos pelo Estado-mercado. Nessa investigação (Costa, 2018), o autor percebe, *in loco*, as potencialidades de uma gestão patrimonial mais centrada no sujeito, assim como verifica, concretamente, os riscos resultantes da anulação da participação das pessoas nos processos de identificação de seus próprios valores situados.

Al considerar los principales riesgos, la inevitabilidad de pérdidas y la existencia de potenciales de preservación en el continente, a partir de los casos investigados, se aprecia que las políticas de gestión de riesgos tienen en la praxis patrimonial situada la capacidad de desarrollar una racionalidad menos instrumental y funcional y más humana. (Costa, 2018, p. 22)

[...]

La mitigación de daños producidos a partir de tragedias se da, antes que nada, por el reconocimiento político periférico de la política generadora de vulnerabilidades. El proceso de resistencia debe ser enfrentado como pedagógico; las acciones de resistencia, educativas. Confrontar problemas estructurales que conllevan trabajo infantil, discriminación de ancianos y criminalización de la pobreza en sitios patrimoniales demanda acción conjunta con los violentados. (Costa, 2018, p. 24)

Na sequência da proposta, nos anos de 2020 e 2021, o autor realizou uma revisão dos *utopismos patrimoniais*, reconsiderando algumas assertivas. A experiência própria e de outros pesquisadores do **GECEPA** que também tem se dedicado ao debate, desde o Paraguai (Mesquita, 2019, 2020), Bolívia (Schrage, 2020), Cuba (Sousa, 2020), Argentina (Pinassi & Bertoncetto, 2023), México (Rodríguez, 2020) e Brasil (Alves, 2020; A. B. Andrade, 2021; Fernandes & Fazito, 2022; K. de S. Ferreira et al., 2023; Hostensky, 2020; Junior & Boscarriol, 2022; Lima, 2020; Oliveira & Almonfrey, 2024; Queiroz, 2022; L. A. de Sousa, 2020), e outros. Tais desdobramentos visam verificar teórico-metodologicamente os *utopismos patrimoniais* a partir de diversos sítios latino-americanos, apontando as utopias como críticas ao existente e como desejo de transformação da realidade pelo *sujeito situado*.

Se, por um lado, a utopia transcende a realidade ao projetar o futuro, para o autor, os *utopismos* já se concretizaram e constituem um processo já em curso, e, com base tópica (desde o Sul), na forma de potencialidades e de vulnerabilidades dialeticamente situadas e personificadas pelo sujeito *em situação espacial duradoura*. A figura 8 ilustra essa construção conceitual, que se dá desde entre 2015 e 2023 (ano da entrega dessa tese), com seus desdobramentos.

Figura 8 – Linha do tempo – *Utopismos patrimoniais pela América Latina*



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em Costa (2016, 2017, 2018 e 2021a).

Em 2021, no texto de título *Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina, conceptos decoloniales y praxis*, publicado na *Revista Geográfica Venezolana*, o autor apresenta os conceitos de território de exceção¹⁰ e de patrimônio-territorial como indissociáveis, defendendo-os como indutores da mitigação de violências e de estigmas espaciais. Para isso, o autor analisa as crises como um *continuum* de desigualdades originárias na América Latina, os *utopismos patrimoniais* como base teórica do *patrimônio-territorial* e o *território de exceção* como um conceito emergente e estimulante da práxis decolonial latino-americana.

O conceito de território de exceção – nascido inicialmente desde o empírico, a partir do significado primário da exceção como desvio positivo da regra ou dos padrões de poderes instituídos –, juntamente ao patrimônio-territorial, estimula processos de irrupção simbólica, epistêmica e material, para recuperar a solidariedade nas interações sociais e nas formas de pensar sobre e no lugar:

La excepción significa (más allá de la degeneración social y del drama de la ubicación de los sujetos guiada por el Estado-mercado) los usos que aseguran el dominio popular y la pertenencia al territorio, los cuales contienen valores del pasado y señalan el devenir de lo que dictó, dicta o justifica el existir localizado y el imaginario. El patrimonio-territorial en el territorio de excepción es inductor y causa de la permanencia del sujeto situado. (Costa, 2021a, p. 121)

Em 2022, em coautoria com Amália Inés Geraiges de Lemos e Ilia Alvarado Sizzo, registra-se mais um avanço em relação à tríade operativa dos *utopismos patrimoniais*, a partir do patrimônio-territorial, com a publicação intitulada *Pobreza urbana y patrimonio-territorial en metrópolis latinoamericanas*. O artigo problematiza o entendimento da *pobreza* como um fato espacial em movimento, do *empobrecimento* como um processo e fenômeno histórico catalisado por ações e objetivos capitalistas, e do *empobrecido* como sujeito de conhecimento, memória, cultura e poder político ligado ao território que não deve ser reduzido à sua condição de escassez:

Es urgente un giro de pensamiento sobre la pobreza, que dialectice la historia del territorio (por sus usos) y la historia misma (del sujeto y del grupo social ubicado). En otras palabras, hay que considerar los cambios estructurales que impactan el contenido de la pobreza entendida como un hecho espacial en movimiento, el empobrecimiento como un proceso histórico y un fenómeno catalizado por acciones y objetos capitalistas; sobre todo, al empobrecido como sujeto de conocimiento, memoria, cultura y poder político ligados al territorio. ¿Qué, además de la ‘escasez’ y la ‘deformidad’ generada por el capital, caracteriza los territorios ordenados y vividos por el trabajador? (Geraiges de Lemos et al., 2022, p. 142)

A partir da totalização da pobreza como fenômeno transescalar e transtemporal, o autor e as autoras articulam os enfoques sobre o tema, atualizando-o e relacionando-o ao patrimônio-territorial a partir da existência e da interculturalidade. O patrimônio-territorial surge como conceito e fato que traz a

¹⁰ O autor atenta que Haesbaert (2006, 2008 e 2014) também tem se dedicado ao debate do 'território de exceção', porém, em uma abordagem distinta, preocupada com o papel do Estado, seu compromisso com a segurança, suas estratégias de privatização e, concomitantemente, a formação de 'territorializações de exceção'. Assim, a definição de território de exceção de Costa não se baseia na mesma matriz teórica de R. Haesbaert, mas se complementam, possuindo semelhança nos termos e na preocupação: denunciar a violência espacial histórica.

potencialidade de mitigação de estigmas espaciais nas metrópoles latino-americanas, que, no texto, são exemplificados com casos singulares de Porto Rico, México, Paraguai, Peru e Brasil.

Alguns estudos vêm, nos últimos anos, trazendo resultados dos desdobramentos dessa proposta, dentro do eixo analítico que envolve a história do território e as singularidades que remontam à resistência dos sujeitos frente ao domínio hegemônico dos territórios. A seguir, como forma de ilustrar as possibilidades de apropriação do teórico-metodológica, alguns desses trabalhos serão brevemente comentados.

Nesse contexto, no âmbito do Grupo de Estudos [GECIPA](#), cita-se, por exemplo, a síntese da tese de doutoramento defendida em 2017, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, intitulada *Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência*, de autoria de Luana Lima, publicada como artigo em 2020:

A abordagem está concentrada na análise sobre bens não institucionalizados ou parcialmente institucionalizados, concepção que coincide com a proposta de Costa (2017) no viés de um patrimônio-territorial, como alternativa real de valoração do patrimônio latino-americano subalternizado na história oficial. (Lima, 2020, p. 203)

Outro trabalho desenvolvido nesse sentido teórico-metodológico, fruto da dissertação de mestrado de Évellin Mesquita, estabelece uma análise do bairro Loma San Jerónimo, localizado em Assunção, Paraguai, sob a ótica do patrimônio-territorial:

A partir da reflexão de duas lógicas patrimoniais apresentadas por E. Costa, em diálogo com a proposta de território usado de M. Santos e revisada por M. A. Souza, tratou-se aqui de dar centralidade aos impactos que a patrimonialização global ocasiona no patrimônio-territorial, mas não sem suscitar resistências e reafirmação. (Mesquita, 2020, p. 181)

Ainda como forma de exemplificar os desdobramentos dos *utopismos patrimoniais* e do *sujeito em situação espacial duradoura*, Rúbia Schrage, em 2019, apresentou tese ao PPG-GEA-UnB, na qual estabelece uma análise das tragédias relacionadas à mineração na América Latina.

Desta forma, a noção situação espacial duradoura possui dupla vinculação a esta tese: compor a triangulação que denuncia a condicionante capitalística situação espacial pelo minerar que acomete e assujeita o ser social; bem como, auxiliar a leitura da base concreta e empírica que, utopicamente, serve de suporte às reações criativas e significativas que respondem ao próprio movimento. (Schrage, 2020, p. 10)

Mais um importante trabalho a ser citado nesse contexto é a tese de doutorado de autoria de Vítor Alves, que tem como proposta compreender a natureza e definir as territorialidades das rodas de samba do Distrito Federal brasileiro, a fim de reconhecê-las e ativá-las popularmente como patrimônio-territorial latino-americano. O trabalho (Alves, 2020) cartografa os valores memoriais da tradição negra no Distrito Federal, por meio do samba, realçando um elemento central da cultura nacional que surge junto à própria cidade. No bojo dos *utopismos patrimoniais*, o samba discutido pelo autor aparece como elemento de resistência dos grupos sociais minorizados pelos definidores do lugar de subalternização desses grupos.

...é possível considerar as rodas de samba dos Coletivos de Rodas de Samba, tal como patrimônio-territorial, por carregarem o utopismo de emancipação popular e reforçar o protagonismo de lutas passadas, feitas solidária e comunitariamente. (Alves, 2020, p. 148)

Em 2022, Pedro Queiroz, ainda no âmbito do [GECIPA/UNB](#), defendeu sua dissertação de mestrado *Patrimônio-territorial indígena na urbanização de Brasília e no Santuário Sagrado dos Pajés – contexto latino-americano* –, trabalho contemplado, em 2023, com o *Prêmio Maurício de Almeida Abreu* de melhor dissertação, concedido pela ANPEGE. O estudo teve como objetivo central a identificação e a análise do patrimônio-territorial indígena e seus elementos de resistência e de duração em um ambiente de disputa territorial urbano-metropolitano, no contexto da capital federal:

Nesse sentido é que a pesquisa se propõe a identificar e analisar, sob a ótica do fato-conceito patrimônio-territorial, as representações materiais-imateriais que emergem do território indígena Santuário dos Pajés, inserido em um contexto de perda e supressão territorial em favorecimento da urbanização representada pelo bairro Noroeste, de Brasília, promovendo riscos existenciais e conflitos territoriais, em uma área cujo metro quadrado é um dos mais caros do país. (Queiroz, 2022, p. 54)

Deve-se mencionar, ainda, a tese de doutoramento de Milaine Pichitelli, orientada pelo Prof. Francisco Scarlato, defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo – PPG-USP. A pesquisa, com título *Paisagem cotidiana e patrimônio-territorial: um olhar sobre as Feiras Livres da cidade de São Paulo*, baliza-se metodologicamente na tríade dos *utopismos patrimoniais* e aborda, conjuntamente, o conceito de paisagem cotidiana e o patrimônio-territorial:

A busca maior desta pesquisa com relação as feiras livres é, através dessas paisagens cotidianas, descobrir de que maneira se dá a valoração desses ambientes ao passo que se transformam em patrimônios-territoriais para os sujeitos de vivência. (Pichitelli, 2023, p. 51)

Por fim, a pesquisa de doutorado de Sabrina Gonçalves, defendida desde a UFPA, traz a perspectiva patrimônio-territorial amazônico, em uma leitura da Feira do Ver-o-Peso, em Belém. O trabalho busca identificar as expressões dos utopismos patrimoniais encontradas na feira, a partir do sujeito, e aborda os riscos que o patrimônio-territorial enfrenta diante da urbanização, em especial, aos processos da patrimonialização global:

A tese comprova que os utopismos patrimoniais já se encontram em andamento na feira do Ver-o-Peso, coexistindo de maneira complementar e contraditória com o movimento urbano/turístico do Centro Histórico de Belém. Ou seja, no Ver-o-Peso os sujeitos subalternizados pelos processos coloniais e urbanos já ativam (e mantêm) o patrimônio-territorial amazônico. E reivindicam sua importância como protagonistas da preservação daquilo que lhes confere sentido de existência e pertencimento; reivindicando, também, sua permanência no território como lugar de direito; e seu lugar como agentes sociais participes dos processos decisórios. (Gonçalves, 2023, p. 210)

Concluída esta primeira aproximação à noção teórico-metodológica dos *utopismos patrimoniais* e de sua aplicabilidade em pesquisas geográficas, após essa breve incursão em alguns dos seus desdobramentos, fica registrada a potencialidade do conceito e do giro epistemológico que é capaz de promover no sentido da superação das lógicas universais eurocêntricas da urbanização e da preservação patrimonial, para uma lógica baseada na valorização da vida comunitária, a partir de sujeitos protagonistas do seu próprio patrimônio.

2.2 A LUTA POR PERMANÊNCIA: UTOPIA PARA QUEM?

Para contextualizar a chave teórico-conceitual dos *utopismos patrimoniais* com a construção de Brasília, é fundamental se aproximar à discussão da ideia de desenvolvimento, progresso e modernidade e dos desdobramentos utópicos que permeiam a história da cidade, além das peculiaridades que atravessam seu processo de metropolização.

Pode-se compreender Brasília “como expressão material e simbólica do poder para o controle e a articulação do território nacional; poder incorporado e projetado pelo Estado, que ganha ímpeto a partir de 1956 e se perpetua” (Costa & Steinke, 2014, p. 2). Os autores consideram que é por meio dessa dimensão concreta da modernidade e da modernização territorial brasileira que residem as verdadeiras bases para a mudança da capital, e é nesse cenário político que o território serve de suporte à decisão do Estado de manter a “unidade nacional” e de conduzir “ordem e progresso” a todas as regiões brasileiras.

Criada no século XX, vincula-se às expressões de seu tempo, nasce de um plano urbanístico modernista e se desenvolve em torno dele, marcada pelos mitos do lugar ideal e do planejamento como solução para todos os problemas.

Tavares (2004, p. 51) considera que a expressão material de Brasília atingiu seus objetivos ao penetrar na trivialidade do brasileiro como ícone representativo da nação, construído e reforçado pelas narrativas oficiais:

Sintetizou o relacionamento estreito entre o poder estatal e o mecenato moderno na construção da identidade nacional. Ligada à estratégia propagandística do governo serviu à sua imagem, marcando-o como avançado e dinâmico. Construiu-se como uma marca, transformou-se num logotipo e foi incorporada ao cotidiano como símbolo nacional. Ilustrou um modelo de crescimento baseado no avanço industrial e desenvolvimentista. Dialogou com os padrões econômicos e políticos ao corresponder às aspirações e à difusão de um ideário urbano e moderno.

No entanto, para se compreender esse fenômeno, dialeticamente, é necessário regressar ao momento no qual se dão os debates da mudança da capital, e não perder de vista que o projeto mudancista é proveniente das elites republicanas conservadoras – de um lado, os defensores de um republicanismo liberal e, do outro, os adeptos a um republicanismo positivista –, que não ocultam uma visão de modernidade tradicionalista, a qual, por definição, não incluí o povo:

...esses dois pilares da República parecem totalmente cegos diante dos desejos e das expectativas de uma sociedade e de um povo que percebem como uma massa "bestializada": não é nem o medo do povo que guia suas ações e sim a vontade de escondê-lo, mascará-lo, rejeitá-lo no mais profundo da memória ou das cidades, e quando não é possível fazer diferente, de erradicá-lo

...as elites governamentais, cegas com a ideia de transplantar a modernidade europeia, e um povo cujas práticas quotidianas e modos de representação permanecem ainda cerrados pelas amarras de uma cultura política tradicional. O projeto de mudança adquire então um outro significado: oferece a possibilidade de planejar uma cidade especialmente destinada às elites, **uma cidade sem povo**. (Vidal, 2009, pp. 103–104)

Nas circunstâncias de sua idealização, Brasília deveria ser o cenário da vida moderna, de forma a atender as ambições dessa nova sociedade republicana:

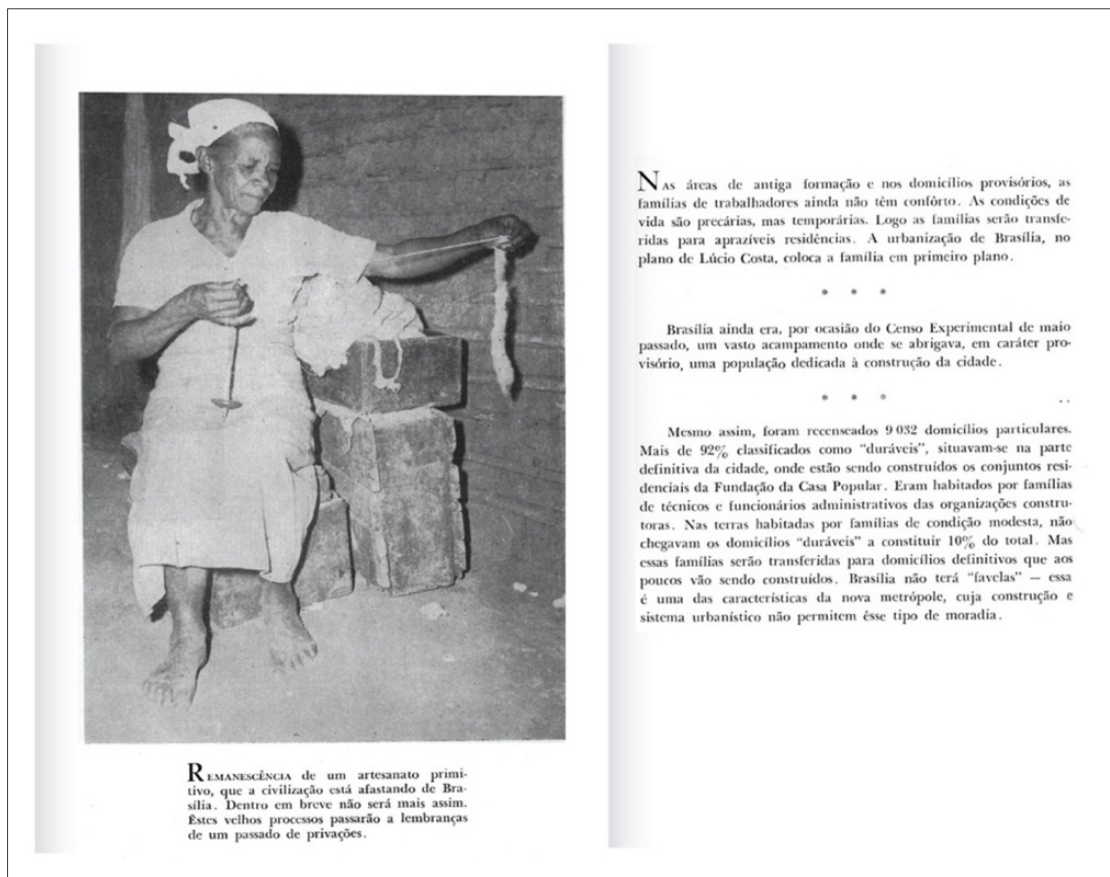
É na busca por uma cidade moderna adaptada às novas exigências econômicas e sociais que se deve compreender a construção de Brasília. Essa visão determina a organização urbana e social da futura capital. Ela não pode ser uma cidade qualquer. Ela deve encenar, racionalmente, a nova organização social imaginada para a sociedade brasileira, tanto quanto a nova dimensão e a nova prática do Estado. (Vidal, 2009, p. 197)

Porém, Lucio Costa esclarece que Juscelino Kubitschek não escondia sua pretensão de satisfazer os anseios das elites, afastando para longe do sonho da modernidade “a população que não tem condições”:

Em Brasília, explica Lúcio Costa, tratava-se de estabelecer ao longo do eixo residencial, todos os modelos econômicos, de maneira que toda a população more na cidade e não na periferia. Juscelino Kubitschek disse que não, que isso não era possível, que a cidade era para os funcionários públicos, os comerciantes, e para a população que não tem condições se pensaria em centros urbanos na periferia: "Essa gente não deve se instalar no Plano Piloto" ele disse. (Vidal, 2009, p. 223)¹¹

No material institucional publicado pelo Censo experimental de Brasília (figura 9), realizado em 1959, é evidente a intenção de divulgar a materialização da nova capital como um grande marco da superação da “pobreza e do atraso”. Diante da presença de uma artesã e ao se referir às casas provisórias dos trabalhadores da construção, declara-se:

Figura 9 – Narrativas do Censo Experimental de Brasília, 1959



Fonte: IBGE, 1959, p. 43 e 47.

¹¹ Costa, Lucio. Entrevista com Laurent Vidal. Rio de Janeiro, 10 de março de 1993.

Remanescente de um artesanato primitivo, que a civilização está afastando de Brasília. Dentro em breve não será mais assim. Estes velhos processos passarão a lembranças de um passado de privações. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959, p. 43)

Brasília não terá "favelas" essa é uma das características da nova metrópole, cuja construção e sistema urbanístico não permitem esse [sic] tipo de moradia. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959, p. 47)

A despeito dos esforços em manter a cidade modernista livre da pobreza, Brasília, segundo Ribeiro (2008), deve ser entendida como a concretização de um grande projeto da construção civil, que implica em atrair uma grande quantidade de trabalhadores que irá se engajar temporariamente para executar uma tarefa de volume excepcional. O autor acrescenta que:

Um grande projeto cria, quase repentinamente, uma grande oferta de empregos em uma determinada região. Ao mesmo tempo, o volume de trabalho que vai ser realizado requer uma organização da produção que permita o cumprimento do prazo fixado para a entrega da obra. É necessário que o trabalho seja feito constante e intensamente.

Em face da enorme necessidade por trabalho, a utilização de formas comuns de exploração dos trabalhadores da construção civil ocorre de maneira exacerbada. A frequência e recorrência destas formas são o núcleo definidor da especificidade da construção de Brasília, em termos da exploração da força de trabalho. São formas vinculadas a um aumento da exploração via extensão ou via intensificação da jornada (viradas e tarefas, por exemplo) que permitiram instaurar o ritmo de trabalho, possibilitando a inauguração da capital federal em 21 de abril de 1960. Este ritmo adquire uma excepcionalidade tamanha que passa a ser conhecido com o rótulo do produto final: o célebre ritmo Brasília. (G. L. Ribeiro, 2008, p. 153)

Soma-se o fato de que um dos objetivos da transferência da capital era de interiorizar uma parcela da população, a fim de que se operasse a sua integração com o resto país. Nesse caso, segundo (G. L. Ribeiro, 2008), alimenta-se uma espécie de promessa em redimir uma região, dentro do universo ideológico criado em torno de Brasília, entendida como uma obra da nacionalidade, que inauguraria uma nova era. Dessa forma, o operariado era levado a crer que também participava de uma grande obra de redenção nacional.

A *utopia Brasília*, então, não deveria ser simplificada aos discursos da integração nacional e da modernidade vista desde a elite. Esse ser humano que se desloca de sua terra e submete seu corpo a condições extremas de exploração e degradação não seria também um utopista? De acordo com Ainsa (2008), há uma relação inevitável entre a miséria e a migração, e, no caso de Brasília, não é de se estranhar que grande parte dos trabalhadores mobilizados serem de grupos sociais empobrecidos, desprotegidos e exploráveis, movidos pela esperança de uma vida melhor:

A infelicidade que motiva a emigração é causada fundamentalmente pela opressão. Essa opressão pode dar-se na terra natal ou derivar de uma rígida tradição familiar, um sistema político tirânico ou uma religião dogmática, mas em todo caso a miséria é a grande auxiliar da exaltação da alteridade possível, a causa fundamental que impulsiona o homem a deixar a sua terra. (Ainsa, 2006, p. 109)

A utopia espacial sustenta-se, pois, num território idealizado pela distância ou pelo pouco que se sabe dele. [...] São os Eldorados dos agricultores do nordeste do Brasil narrados em novelas por Jorge Amado nos Caminhos da fome, que acreditam que pelo simples fato de atravessar o Sertão, deixarão para trás a miséria e a fome. (Ainsa, 2006, p. 112)

Todavia, não havia espaço para a esperança do “candango” no projeto da capital símbolo da modernidade. A essa população restava voltar para sua cidade de origem, ou, habitar, na qualidade de “invasor”, os núcleos que se proliferavam (e ainda se proliferam) ao redor do Plano Piloto, dentro dele ou nas “periferias”¹² do DF:

Estes [os candangos], porém, estavam nos alojamentos das construtoras e havia a expectativa governamental de que regressassem a seus lugares de origem depois de construída Brasília. Aqueles que ergueram a Capital deveriam deixá-la ao término de sua missão, mas negaram-se a isso e no Distrito Federal permaneceram, a compor os núcleos populacionais novos no entorno da cidade finalizada. (Costa & Peluso, 2016, p. 12)

A partir da inauguração da cidade, mesmo antes dela, funda-se uma praxe que podemos verificar até a atualidade: a expulsão para núcleos afastados do Plano Piloto da população que se fixa nas chamadas “invasões”. Essa expulsão pode ocorrer de forma literal, com recursos de violência física, ou pela grande valorização imobiliária do ambiente planejado, que produz uma ocupação de terras fundamentada na renda. Serão aprofundadas as situações de expulsão explícita e marcada por violências.

Um exemplo emblemático é o da Vila Amauri ou Núcleo Provisório do Bananal, ocupação “informal”¹³ que comportou cerca de 20 mil habitantes durante os anos de 1958-1959 e que teve seu território inundado pelas águas do Lago Paranoá (Fialho & Pescatori, 2023).

A prática de remover para longe os operários da construção acabou se tornando a principal política para o enfrentamento do *problema das invasões*, como relata G. L. Ribeiro:

No caso da Vila Amauri, a intenção de expulsar os trabalhadores foi flagrante, já que irremediavelmente o avanço das águas do lago, com o fechamento da barragem do Paranoá em 12 de setembro de 1959, expulsaria os habitantes daquele local.

[...]

A população se organizou e passou a lutar, não pela permanência propositalmente impossibilitada, mas por uma transferência organizada. (G. L. Ribeiro, 2008, p. 250)

Alguns autores (Del’isola & Boianovsky, 2013; Holston, 1993; G. L. Ribeiro, 2008) sugerem que a aglomeração surgiu e permaneceu, em caráter temporário, por agregar os interesses da Novacap em combater a dispersão das ocupações, reunindo-as em um só local, o que facilitava a vigilância e o controle, aos interesses políticos de Amaury de Almeida, favorecendo também o *clientelismo* no Distrito Federal, conduta política que, futuramente, encontraria solo fértil na região:

¹² A expressão “periferia” é usada de maneira variada ao longo dos anos. Nos Anos 1970/1980, nota-se a expressão ser muito utilizada para se referir ao que hoje se entende como “entorno” do DF, que seriam os municípios goianos e mineiros que hoje integram a Região da AMB – Área Metropolitana de Brasília – ou mesmo da RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento Econômico de Brasília. A expressão cidades-satélites eram utilizadas para se referir à periferia do Plano Piloto, quando legalizada. Qualquer ocupação não legalizada era tratada como “invasão” ou “favela”.

¹³ Assentamentos informais são áreas residenciais onde: (1) moradores não têm segurança de posse com relação à terra ou moradias que habitam, com modalidades que variam entre ocupações ilegais e locação informal; (2) os bairros geralmente carecem ou estão isolados dos serviços básicos e da infraestrutura urbana e (3) as habitações podem não cumprir com os regulamentos vigentes de planejamento e construção, e muitas vezes estão situadas em áreas geograficamente e ambientalmente perigosas.

Nos primeiros meses de 1959, ele [Amaury de Almeida] organizou uma campanha bem-sucedida para criar um novo assentamento como meio de reunir em um só acampamento legal os milhares de favelados que trabalhavam para as empresas de construção, mas que, por uma outra razão, haviam fixado residência ilegal dentro e à volta do Plano Piloto. Para o aspirante à vida política, essa reunião seria uma maneira de estabelecer uma base eleitoral. Para a Novacap, parecia uma maneira pacífica de reunir favelas dispersas em um sítio único, mais fácil de vigiar. Para assegurar que o novo povoamento seria temporário, como os outros que havia autorizado para os pioneiros, a Novacap localizou-o em uma terra baixa, que seria inundada com a construção de um lago artificial, o Paranoá. O governo pretendia que, por volta do dia da inauguração de Brasília, tudo o que tivesse restado da destruição dos tratores ficasse debaixo d'água. (Holston, 1993, p. 263)

Essa sequência “invasão” x remoção de populações empobrecidas no Brasil, entretanto, não é uma novidade inventada em Brasília. No Rio de Janeiro, já se experimenta a retirada de *favelas* desde a década de 1920, com o Plano Agache, que promoveu a derrubada do Morro do Castelo “em nome da aeração e da higiene” (Valladares, 2005), ainda que, segundo a autora, reconheçam-se alguns elementos exteriores à pobreza e alguma reflexão de cunho social a respeito do processo de constituição do aglomerado no relatório do arquiteto francês:

Pouco a pouco surgem casinhas pertencentes a uma população pobre e heterogênea, nasce um princípio [sic] de organização social, assiste-se ao começo do sentimento da propriedade territorial. Famílias [sic] inteiras vivem ao lado uma da outra, criam-se laços de vizinhança, estabelecem-se costumes, desenvolvem-se pequenos commercios [sic]: armazens [sic], botequins, alfaiates etc. (Agache, 1930, como citado em Valladares, 2005)

Mesmo tendo sido um dos primeiros a tentar compreender o problema a partir de uma abordagem social, o que marca um avanço em relação aos observadores anteriores, as soluções propostas por Agache no Plano de Extensão, Renovação e Embelezamento seguem as orientações dos reformadores sociais europeus, amplamente divulgadas a partir do final do século XIX: “que sejam construídas moradias adaptadas à população, acompanhando a destruição das habitações precárias” (Valladares, 2005, p. 51).

Gouveia (1995) considera que, nos anos 1960, o acesso a recursos de agências internacionais de desenvolvimento, consolidou, em todo o país, uma política nacional de erradicação de favelas e construção de grandes conjuntos habitacionais, distantes dos locais de trabalho da classe operária. Essa prática deixou um rastro de destruição de um grande número de favelas em áreas centrais, nas principais cidades brasileiras, seguidas da valorização e reapropriação desses locais pelas classes mais abastadas.

Em Brasília, a conduta inaugurada com a Vila Amauri se torna permanente e viciosa e, ao longo dos anos, ganhou proporções e assumiu complexidades cada vez maiores.

Da Vila Amauri foram removidas para Taguatinga e Sobradinho, ainda em 1959, cerca 20 mil pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959).

A Vila do IAPI e Vila Tenório, reconhecidas pelo próprio governo do Distrito Federal como “grandes invasões”, possuía, oficialmente, 73 mil habitantes em 1969, (Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 1970) – figura 8.

Figura 10 – População urbana do Distrito Federal – 1969

DISTRITO FEDERAL: População Urbana, em 19/04/69, segundo as Localidades Urbanas		
LOCALIDADES	PORCENTAGEM EM RELAÇÃO AO TOTAL	POPULAÇÃO
Plano Pilôto ¹⁾	28,41	140.037
Taguatinga	24,77	122.095
Sobradinho	6,21	30.610
Gama ²⁾	10,58	52.150
Núcleo Bandeirante	3,64	17.942
P. Localidades ³⁾	11,58	57.079
G. Invasões ⁴⁾	14,81	73.000
Distrito Federal	100,00	492.913

Fonte: CODEPLAN
 1) Asa Norte, Asa Sul, Cruzeiro, Penínsulas, Água Mineral, Acampamentos (exclusive Candangolândia), Setor Militar Urbano e UnB.
 2) Inclusive Área Alfa.
 3) Pequenas Localidades: Planaltina, Brazlândia, Guarã, Paranoá, Candangolândia e Velhasp.
 4) Grandes Invasões: Vila Tenório e Invasão do IAPI.

Fonte: Companhia de Planejamento do Distrito Federal [Codeplan], 1970, p. 132.

É interessante notar que as “grandes invasões” aparecem também representadas no mapa – figura 11 –, apresentado no documento de Diagnóstico do Setor de Habitação do DF, realizado em 1970. No cartograma estão representadas por uma espécie de retícula uniforme: Vila do IAPI (removida), Vila Tenório (removida), Candangolândia, Vila Planalto (inclusive a área que ficava do outro lado da Via L4 e a área que ficava à beira do Lago Paranoá, removidas), Vila da Telebrasília (COTELB) e algumas ocupações dispersas próximas ao Núcleo Bandeirante, Vila Divinéia e Vila Metropolitana e Vila Cauhy.

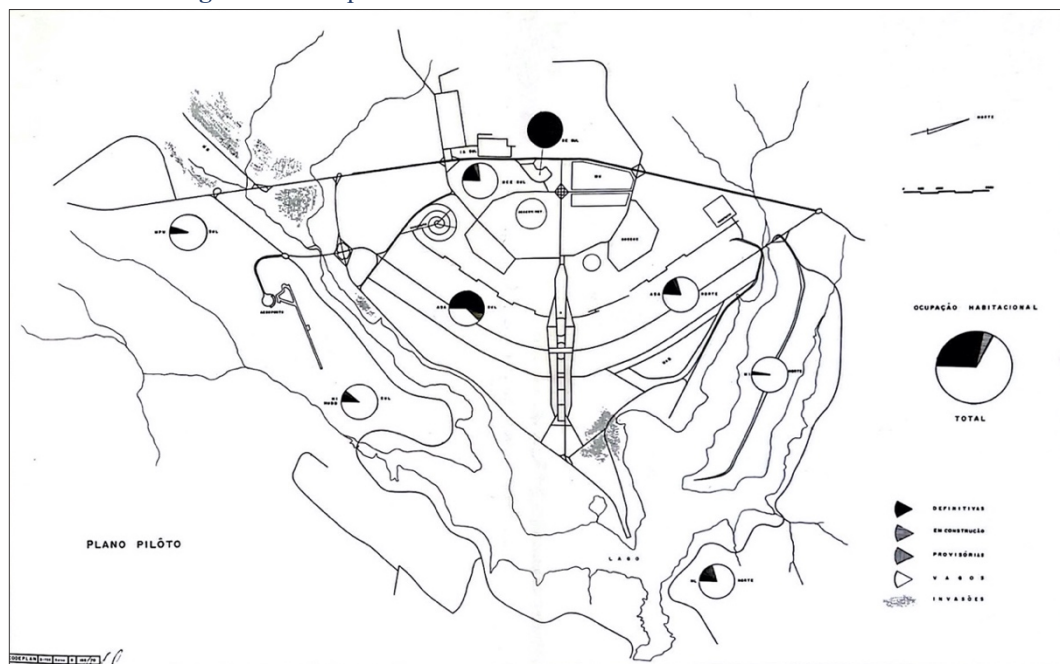
Entre 1969 e 1972, cerca de 70 mil pessoas foram transferidas para a Ceilândia. Apesar dos esforços para controlar o crescimento das “invasões”, em 1975, o estudo *Comportamento das Invasões do Distrito Federal* registrava a existência de 3500 barracos na região do Plano Piloto, sem contabilizar as ocupações que cresciam junto às cidades satélites (Grupo Executivo para Assentamento de Favelas e Invasões, 1982).

Gouvêa acredita que o número de pessoas removidas para a Ceilândia ultrapassava 80 mil:

Composta de 12 mil barracos, com uma população de 82 mil pessoas foi removida contra a vontade de seus moradores para um local sem infra-estrutura urbana ou comunitária, localizado a cerca de 30 km do Plano Piloto

Ressalte-se que o próprio governo, no plano de erradicação da Vila, reconhecia que ela apresentava “ruas bem traçadas, lotes cercados e em alguns setores um processo espontâneo de fixação, uma verdadeira comunidade de vivência e serviço”. (Gouvêa, 1995, p. 68)

Figura 11 – Mapa das localidades urbanas do Distrito Federal – 1969



Fonte: Codeplan, 1970, mapa 1.

Entre 1975 e 1979, sem constatar uma certa estabilidade no crescimento das “invasões”, provavelmente devido a uma grande oferta de habitações populares no período. Tomando como exemplo a Vila Paranoá (na época, a maior de Brasília), que cresceu, em população, 61% entre 1972 e 1974, e, entre 1974 e 1979, o incremento foi de 11% ao ano. No entanto, entre 1980 e 1982, a Vila Paranoá praticamente triplicou o número de habitantes, de acordo com o Censo de 1980 (IBGE), passando de 5.100 para cerca de 15.000 pessoas, acréscimo superior a 100% ao ano (Grupo Executivo para Assentamento de Favelas e Invasões, 1982).

Um estudo realizado pela Secretaria de Serviços Sociais, em 1975, registrou a existência de 1.509 barracos no Distrito Federal, entre “invasões adensadas” e “invasões dispersas” – Quadro 1 (Farret & Campos, 2009).

Quadro 1 – Levantamento de “invasões” em 1975

1975			
Invasões adensadas	Barracos	Invasões dispersas	Barracos
Acampamento da CEB	152	Águas Claras	116
Acampamento da COTELB	77	Estrada de Ferro	38
Areal	140	Jóquei Clube	37
CEUB	22	Churascaria O túlio	44
Morro do Querosene	13	Vila dos Carroceiros	99
Núcleo Bandeirante	123	Avenida das Nações	9
Paranoá	598	Subtotal	343
Samambaia	41	Total Distrito Federal	1.509
Subtotal	1.166		

Fonte: Adaptado de Farret & Campos (2009), p. 247¹⁴.

¹⁴ De acordo com os autores, os dados foram obtidos em: *O Comportamento das Invasões no Distrito Federal-1974/1975* Secretaria de Serviços Sociais. Departamento de Habitação Social.

No ano de 1984, de acordo como documento de título *Invasões no Distrito Federal: base para um programa de ação - 1983-1985* (Grupo Executivo para Assentamento de Favelas e Invasões, 1982), o número de moradores de “invasões” no interior do Distrito Federal abrigava mais de 70 mil pessoas – figura 12.

O estudo, contudo, considera que o levantamento não expressa a realidade, dadas as dificuldades de realização desse tipo de cadastramento, e estima que a quantidade real de famílias na situação de clandestinidade seja o dobro da apresentada, ou seja, 20 mil famílias. As maiores comunidades citadas nesse documento são: Paranoá, com cerca de 2.500 famílias, Chaparral e Boca da Mata, em Taguatinga, com 1.500 famílias e com 500 famílias, respectivamente, e Itamaracá, no Gama, com 250 famílias.

Figura 12 – Levantamento de “invasões” em 1984

REGIÃO ADMINISTRATIVA	* NÚMERO DE INVASÕES	* NÚMERO DE BARRACOS	NÚMERO * DE PESSOAS
RA I (BRASÍLIA)	37	5.373	37.611
RA II (GAMA)	4	356	2.492
RA III (TAGUATINGA)	10	2.943	20.601
RA V (SOBRADINHO)	2	472	3.304
RA VI (PLANALTINA)	17	892	6.244
TOTAL	70	10.036	70.252

FONTES: TERRACAP/DLFO/FUNDAÇÃO EDUCACIONAL/ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS.

* A CONFIRMAR

Fonte: GEPAFI, 1984, p. 5.

O estudo do GEPAFI também faz críticas à aparente inação do governo diante do quadro habitacional da população de baixa renda no DF e chama a atenção para outras questões referentes às condições de vida dos moradores das “invasões”:

Na realidade, o problema não se reduz apenas à posse "ilegal" de terras. Nas "invasões" as condições de abastecimento d'água e eliminação de esgotos são precaríssimas. No Paranoá e na invasão do Chaparral, por exemplo, a água obtida nas fontes naturais existentes nestas áreas, está contaminada, como é do conhecimento da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (CAESB). O esgoto sanitário é lançado diretamente em valas e/ou fossas negras.

A qualidade da moradia é também muito precária, devido ao material utilizado (restos de madeira), já que não têm espaços suficientes nem adequados para as atividades das famílias, especialmente para dormir.

Há barracos de 9m² onde residem 7, 9, 10 pessoas entre adultos e crianças.

As condições de arruamento e iluminação pública também são problemáticas e há ainda uma carência significativa de equipamentos comunitários (escolas, creches, comércio local, posto de saúde, telefones públicos, correios; etc.). (Grupo Executivo para Assentamento de Favelas e Invasões, 1982, pp. 6–7)

Nos anos 1984 e 1985, a política praticada pelo GEFAFI – Grupo Executivo para assentamento de favelas – modificou-se em relação à prática anterior e propunha urbanizar as “invasões” onde a fixação era viável e adequada, transferir as “invasões” para áreas vizinhas, ou transferir para as áreas residenciais previstas no PEOT – Plano Estrutural de Organização Territorial do DF –, cabendo a escolha da alternativa mais adequada em cada caso específico e sempre prevendo além da distribuição do lote, a construção da habitação e da infraestrutura e dos equipamentos comunitários. O GEPAFI ainda pressupunha o acréscimo da oferta de empregos na construção civil, com as obras das casas e dos equipamentos, além de ações participativas no processo de melhoria das habitações, com objetivo de reforçar os laços comunitários já existentes nas “invasões”, abordados pelo grupo como um aspecto positivo a ser preservado.

As atividades do GEPAFI tiveram um caráter inovador do DF, e pode-se dizer que constituíram uma breve efusão da gestão social da “irregularidade”. Essa abordagem contribuiu para a fixação da Vila Metropolitana, da Candangolândia, da QE 38 do Guará e da Vila Itamaracá do Gama, Vila Varjão, Vila DVO, Areal e a Agrovila São Sebastião, da Vila Planalto (1990) e mesmo a relocação da Vila Paranoá (1992), para um sítio bem próximo do original. Nesse período, foram entregues 8.317 lotes às famílias cadastradas, mediante acréscimos em quase todas as cidades satélites (Farret & Campos, 2009).

Com a Constituição de 1988, o DF adquire autonomia política, e, em 1990, ocorre a primeira eleição para governador; com isso, as ações da política habitacional deixam de ser somente técnicas e adquirem uma conotação política.

Segundo Jatobá (2016), a partir de 1992, há uma inflexão na política habitacional, com a substituição da entrega de moradias prontas por lotes semi-urbanizados¹⁵, com a criação do Programa de Assentamentos para a População de Baixa Renda (PAPBR).

O autor relata que a nova política ensejou não só a ocupação definitiva de Samambaia, como a criação das cidades de Santa Maria, Recanto das Emas e Riacho Fundo, todas em terras públicas de expansão urbana já propostas pelo PEOT, elaborado em 1977.

Foram distribuídos cerca de 92 mil lotes, apenas no período 1989-1994, para alojar famílias de baixa renda que estavam em ocupações irregulares e situações de coabitação em um mesmo lote. O programa não entregou escrituras definitivas, mas títulos de concessão de direito real de uso para evitar a transferência para terceiros. Contudo, muitos dos lotes foram repassados para ocupantes de maior renda, fazendo muitas famílias voltarem à informalidade. (Jatobá, 2016, p. 21)

No DF, entre 1989 e 1995, o número de parcelamentos irregulares identificados elevou-se de 159 para 529, com a predominância de 69% da sua população com baixa renda, conforme o Diagnóstico Preliminar dos Parcelamentos Urbanos Informais. (SEDUMA, 2006)

¹⁵ O Decreto nº 11.476, de 09 de março de 1989, que fixava critérios para o Assentamento de residentes em “invasões” em áreas do Distrito Federal, cita “o elevado número de invasões atualmente existentes no Distrito Federal, conforme recente levantamento cadastral.”

O trabalho *Mercado imobiliário em assentamentos informais no Distrito Federal* (Farret & Campos, 2009), apresenta uma série de entrevistas com os grupos moradores de algumas ocupações entre 2004 e 2005. De acordo com essa pesquisa, o número de lotes semi-urbanizados doados entre 1989 e 1994 totaliza 120 mil.

O governo cria o “Programa de Assentamento das Populações de Baixa Renda do DF”. Em todo o DF, são recenseadas 40 mil famílias de invasores, distribuídas em cerca de 62 invasões, e ainda 140 mil famílias de locatários de fundos de lotes. São distribuídos, ocupados ou vendidos entre 1989 e 1990 cerca de 83 mil lotes em assentamentos nas cidades-satélites e em núcleos que posteriormente se tornaram cidades-satélites: Recanto das Emas (1993), Santa Maria (1992) e São Sebastião (1993). **No total do Programa, de 1989 a 1994, o número de lotes doados atingiu 120 mil.** (Farret & Campos, 2009, p. 248)

A distribuição dos lotes semi-urbanizados deixou impactos que podem ser verificados até os dias atuais, já que algumas regiões administrativas frutos dessa política habitacional, a exemplo da Estrutural, do Itapoã e do Sol Nascente, figuram entre as maiores concentrações de pessoas residentes em “assentamentos informais”, segundo os levantamentos realizados nos anos subsequentes.

Mesmo a doação de 120 mil lotes “semi-urbanizados” não foi impedimento para o surgimento de novos pontos de “invasão”, podendo até ter servido como estímulo para novas migrações. Em levantamento realizado em 1995, foram identificadas oito áreas de “invasões” com mais de 50 barracos, totalizando 4.844 pessoas, além de outras aglomerações dispersas, de acordo com dados apresentados no documento de referência do PDOT - Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (Governo do Distrito Federal, 1997) – figura 13.

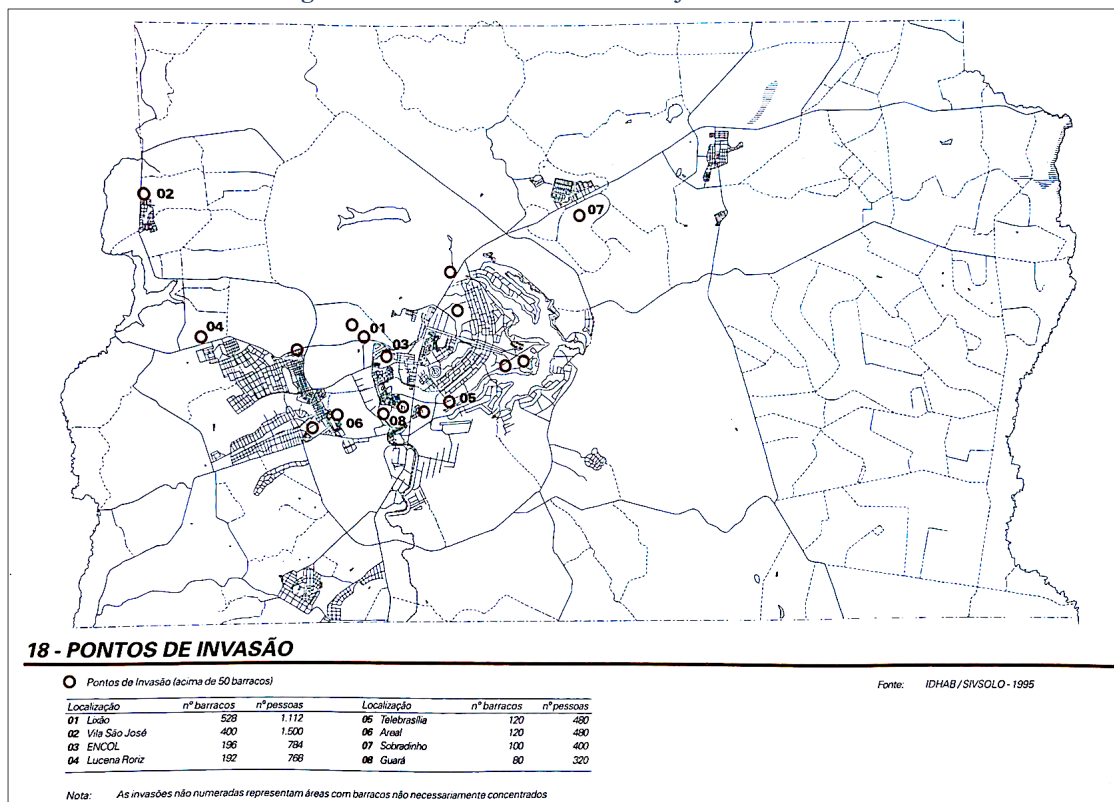
A política habitacional que se desenvolveu nos anos seguintes se estruturava nas seguintes premissas básicas, de acordo com o documento de referência do PDOT/97:

- não haverá doação de terra pública;
- a invasão de terra não garantirá qualquer benefício ao invasor;
- a política habitacional não se restringirá à oferta de lotes a um só segmento da sociedade;
- moradia é mais que um lote: é casa, infra-estrutura, bens e serviços públicos. (Governo do Distrito Federal, 1997, p. 153)

No ano de 2000, a despeito da política urbana anunciada na lei, cerca de 60 mil pessoas residiam em aproximadamente 17.500 barracos. O Quadro 2 mostra o quantitativo de “barracos” distribuídos no DF por Região Administrativa. O que se verifica, na realidade, é a continuidade e o aumento do número de pessoas nos “assentamentos informais”.

Assentamentos informais de grandes dimensões surgiram ou se expandiram entre o início e o final da década de 1990, como a Estrutural, o Itapoã e o Sol Nascente. Gouvêa (1999) informa que em 1996, no início do Governo Cristovam, a Vila Estrutural teve um acréscimo de 300 para 3000 famílias residentes. (Jatobá, 2016, p. 22)

Figura 13 – Pontos de “invasão” em julho de 1995



Fonte: GDF, 1996, p. 157.

Quadro 2 – Levantamento das “invasões” em 2000 e 2004 por Região Administrativa

2000		2004	
Região administrativa	BARRACOS	Região Administrativa	BARRACOS HABITANTES
RA I - Brasília	969	RA I - Brasília	1.067 4.242
RA II - Gama	87	RA II - Gama	60 194
RA III - Taguatinga	1.467	RA III - Taguatinga	188 731
RA IV - Brazlândia	3.787	RA IV - Brazlândia	3.824 13.372
RA V - Sobradinho	45	RA V - Sobradinho	14.530 57.672
RA VI - Planaltina	134	RA VI - Planaltina	12.995 54.553
RA VII - Paranoá	23	RA VII - Paranoá	21 70
RA VIII - Núcleo Bandeirante	0	RA VIII - Núcleo Bandeirante	30 70
RA IX - Ceilândia	140	RA IX - Ceilândia	170 704
RA X - Guará	4.411	RA X - Guará	7.482 32.108
RA XI - Cruzeiro	0	RA XI - Cruzeiro/Sudoeste	9 32
RA XII - Samambaia	59	RA XII - Samambaia	112 405
RA XIII - Santa Maria	106	RA XIII - Santa Maria	37 147
RA XIV - São Sebastião	729	RA XIV - São Sebastião	435 1.203
RA XV - Recanto das Emas	4.592	RA XV - Recanto das Emas	44 157
RA XVI - Lago Sul	67	RA XVI - Lago Sul	67 235
RA XVII - Riacho Fundo	266	RA XVII - Riacho Fundo I e II	106 354
RA XVIII - Lago Norte	522	RA XVIII - Lago Norte	527 1.844
RA XIX - Candangolândia	101	RA XIX - Candangolândia	198 759
Total Distrito Federal	17.505	Total Distrito Federal	41.902 168.852

Fonte: Adaptado de Farret e Campos (2009), p. 250-255¹⁶.

¹⁶ O levantamento de 2000 apresentado no texto de Farret e Campos (2009) cita como fonte o Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais do Distrito Federal – PEMAS (2000) – e os números apresentados não fazem constar o número de habitantes. Já os dados de 2004 não tem a fonte citada, o que nos leva a supor que seja de elaboração dos próprios autores, que realizaram um amplo trabalho de campo nos assentamentos nos anos de 2004 e 2005.

Na década de 1990, a “informalidade” no DF também se alastrou em forma de condomínios de média e alta renda, o que demonstra que a política habitacional no DF também foi omissa em relação à oferta de oportunidade de moradia para essa parcela da população. Contudo, esse não é o eixo de discussão da pesquisa.

Em 2004, o DF possuía 122 “invasões”, com 41.900 domicílios e uma população de 168.850 habitantes (Farret & Campos, 2009). Nesse momento, a maior parcela dessa população estava concentrada em alguns poucos assentamentos, sendo eles: Expansão Vila São José, em Brazlândia, Itapoã, em Sobradinho, Vila Estrutural, no Guará e Mestre d’armas e Arapoanga, em Planaltina. Juntas, essas comunidades abrigavam um total de aproximadamente 150 mil pessoas, o que corresponde a 89% do total dos moradores contabilizados nessa ocasião, com cerca de 120 mil habitantes.

Pode-se destacar algumas peculiaridades que caracterizavam, em 2005, o processo de ocupação “informal” do solo em Brasília:

1. Brasília contava com um serviço especializado em controlar a ocupação irregular do seu território, o SIV-Solo, o que, se inibe a implantação de grandes assentamentos, mas não consegue deter a formação de pequenos assentamentos, o que caracteriza a ocupação informal no DF;
2. Brasília sempre teve uma política clientelista/populista de doação de lotes semi-urbanizados; isso faz com que a abordagem do tema iniba as informações sobre as transações (venda, compra e aluguel), pelo medo da perda do direito à “regularização gratuita”;
3. O assentamento irregular em Brasília é um fato político, pulverizado e conflituoso, ao contrário de outras cidades, onde está nas mãos de uma única “instituição” (“líder do tráfico” ou “líder político”, por exemplo); na Capital, as lideranças são múltiplas, atreladas a diversas correntes político-partidárias, o que gera certa desconfiança na população em relação à pesquisa, pois cada família está ligada a uma dessas “correntes”. (Farret & Campos, 2009, p. 252)

A partir de 2005, o assunto das “invasões” sofre uma transformação profunda em nível institucional no Distrito Federal. A partir de então, nota-se uma alteração na forma de mencionar as até então chamadas de “invasões”, que passam a ser mapeadas e denominadas de “ocupações”. São realizados alguns diagnósticos sobre o déficit habitacional e levantamentos sobre a “informalidade”, porém, com uma abordagem diferente, trazendo a ótica da regularização fundiária e dos novos programas habitacionais implantados tanto no âmbito federal como no local.

Isso se deve, em grande parte, à oficialização da Política Habitacional do Distrito Federal com Lei Distrital no 3.877 de 26 de junho de 2006, coincidindo com o lançamento da Política Nacional de Habitação, de 2004, a instituição do Sistema e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/FNHIS), em 2005, e do Plano Nacional de Habitação (PlanHab) em 2008.

Um dos principais documentos produzidos nesse período é o *Diagnóstico Preliminar dos Parcelamentos Urbanos Informais no Distrito Federal – 2006*, que subsidiou as estratégias de regularização fundiária aprovadas no PDOT de 2009. O levantamento realizado constatou a presença de 347 parcelamentos “informais”, abrigando 22% da população do Distrito Federal. O documento aponta que 191 desses assentamentos, entre eles a Estrutural, o Itapoã e o Sol Nascente, abrigavam população de baixa renda, servindo como moradia para 369.692 habitantes e, ainda, eram considerados “clandestinos”, mesmo tendo origens datadas da década de 1990 (Governo do Distrito Federal, 2006).

Nesse contexto, e, com o processo de revisão do PDOT, as ocupações “informais” de baixa renda levantadas no *Diagnóstico Preliminar* foram enquadradas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)¹⁷, quando passíveis de regularização, ou seja, situadas fora de áreas de preservação ou de zonas consideradas de risco, e localizadas em terras com perfil fundiário favorável à regularização (fora de áreas particulares, por exemplo). A partir de critérios especificados, para otimizar a estrutura urbana, são delimitadas as poligonais, a população ocupante é cadastrada nos programas habitacionais disponíveis e, em teoria, dentro daquilo previsto no planejamento, as ocupações ganham status de cidade. À época do levantamento (2006), a população total em ARIS – Áreas de Regularização de Interesse Social –, somava cerca de 248 mil pessoas – Quadro 3.

Presume-se que as ocupações não enquadradas como ARIS no levantamento de 2006 deveriam ser removidas para as localidades delimitadas como passíveis de regularização. Porém, não é exatamente o que ocorre na prática. Na realidade, o que se verifica é que, mesmo após sucessivas tentativas de remoção, a maior parte das ocupações não passíveis de regularização voltam a se organizar e a ocupar os mesmos territórios, ou outros, sucessivas vezes.

Ainda, foram incluídos como passíveis de regularização de interesse social os Parcelamentos Urbanos Isolados – PUI –, aqueles com características urbanas implantados originalmente em Zona Rural, deslocados dos núcleos urbanos, e que, em 2012, totalizavam 22 núcleos.

¹⁷ Instrumento da política urbana, incluído como instituto jurídico e político na lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade (art. 4º, inc. V, alínea "f").

A definição de ZEIS dada pela Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009 – PDOT/DF é:

Art. 126. São consideradas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, nos termos da Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, e têm como objetivo a regularização fundiária de assentamentos irregulares ocupados predominantemente por população de baixa renda as:

I – ARIS indicadas no Anexo II, Mapa 2 e na Tabela 2B, desta Lei Complementar;

II – ARIS listadas no art. 127, parágrafo único, desta Lei Complementar;

III – ocupações informais identificadas como passivo histórico previsto no art. 125, III, desta Lei Complementar, que possuam caracterização urbanística compatível com o interesse social;

IV – ocupações informais de interesse social previstas no art. 125, IV, desta Lei Complementar.

Quadro 3 – Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS

Área de Regularização de Interesse Social - ARIS em Setor Habitacional	NÚMERO DE LOTES	POPULAÇÃO ATUAL	POPULAÇÃO PREVISTA	LOTES OCUPADOS
Torto	800	sem dados		
Vila Operária do Torto	Incluída por decretos depois de 2009			
Vicente Pires	1.159	3.501	4.361	921
Primavera	1.000	3.600	3.600	500
Itapoã	Virou RA antes do PDOT de 2009			
Mansões Sobradinho I	1.587	4.735	6.181	1.247
Mansões Sobradinho II	333	1.101	1.265	290
Fercal I	1.945	7.311	7.391	1.924
Fercal II	135	515	515	135
Fercal III	130	494	494	130
Fercal IV (Queima Lençol)	243	920	920	243
Nova Colina I	Incluídas por decretos depois de 2009			
Nova Colina II				
Dorothy Stang				
Mestre D'Armas I	7.478	25.347	29.958	6.292
Mestre D'Armas II	381	904	1.479	233
Mestre D'Armas III	448	410	1.740	105
Expansão Mestre D'Armas II	Incluídas por decretos depois de 2009			
Miguel Lobato				
Arapoanga I				
Arapoanga II	186	256	722	66
Aprodarmas I	109	252	423	65
Aprodarmas II	471	1.587	1.847	404
Aprodarmas III	111	431	431	83
Vale do Amanhecer	2.910	10.809	11.364	2.767
Sol Nascente	9.762	67.000	75.000	6.151
Água Quente	2.122	5.517	8.545	1.371
Ribeirão	1.255	2.628	2.657	625
Estrada do Sol	970	905	2.921	192
SUBTOTAL	40.952	166.535	214.853	29.705

Áreas de Regularização de Interesse Social - fora de Setor Habitacional	NÚMERO DE LOTES	POPULAÇÃO ATUAL	POPULAÇÃO PREVISTA	LOTES OCUPADOS
Indaia	10.533	35.676	40.013	9.484
Expansão Vila São José	3.039	9.750	11.880	2.493
Buritis	394	1.474	1.497	388
DNOCS	573	1.920	1.920	573
Vila Cauhy	432	1.550	1.550	432
Pôr do Sol	3.158	7.100	9.800	3.158
Privê Ceilândia	1.240	4.754	4.868	1.210
Estrutural	6.082	25.000	25.000	6.082
Vida Nova	260	1.000	1.000	260
Céu Azul	500	2.105	2.105	500
Morro da Cruz	463	1.772	1.772	463
CAUB I	113	442	442	113
CAUB II	78	343	460	58
QNP 22 e 24 Ceilândia	Incluídas por decretos depois de 2009			
QNR 05 Ceilândia				
Vila Roriz				
QR611				
Vargem Bonita				
Buritizinho				
Capão Comprido II				
Morro da Cruz II				
Favelinha da Horta Comunitária				
Condomínio Bica do DER				
Vila do Boa				
Nova Gênesis				
SUBTOTAL	26.865	92.886	102.307	25.214
	67.817	259.421	317.160	54.919
TOTAL DF	NÚMERO DE LOTES	POPULAÇÃO ATUAL	POPULAÇÃO PREVISTA	LOTES OCUPADOS

Fonte: Adaptado de PDOT 2009 e atualizações, dados do Geoportal e do Diagnóstico Preliminar dos Parcelamentos Urbanos Informais no Distrito Federal – 2006.

Na figura 14, as ARIS estão representadas com cor amarela, conforme o PDOT aprovado em 2009, atualizadas até 2012. O PDOT passou por diversas atualizações¹⁸ que permitiram a inclusão de mais 17 comunidades como ARIS.

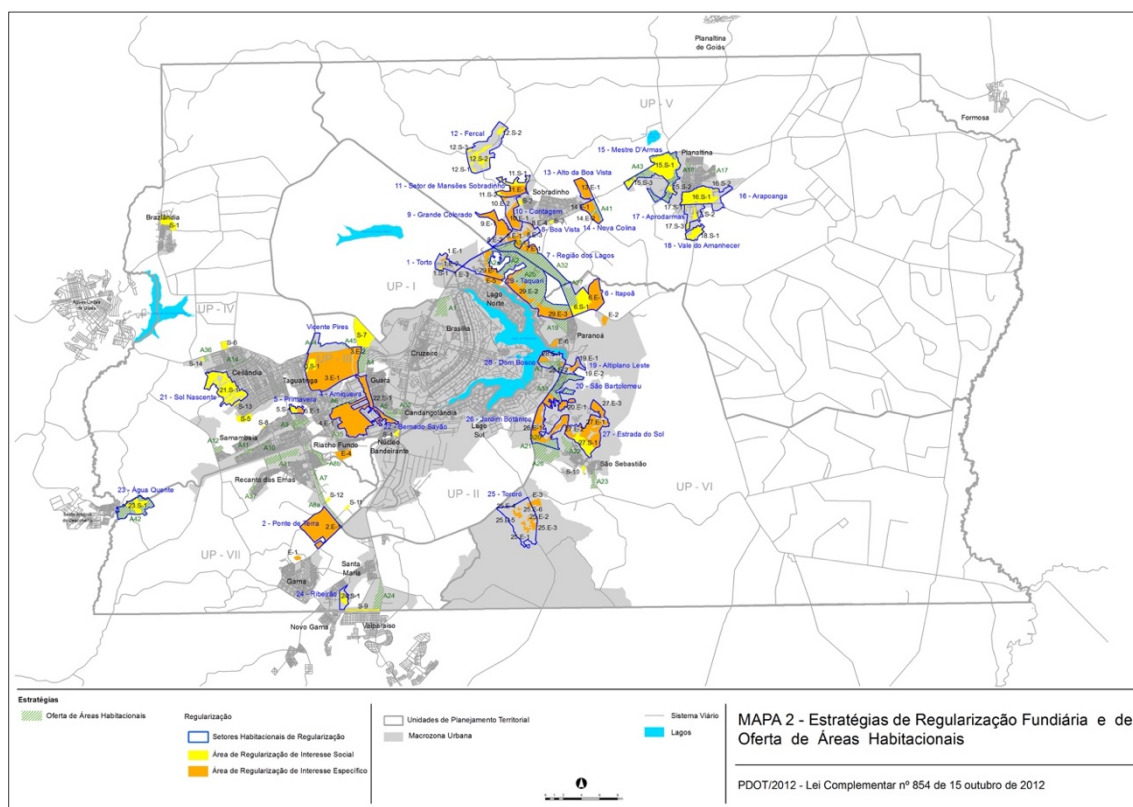
A partir da aprovação do PDOT de 2009, não foi possível encontrar documentação oficial produzida pelo GDF que fizesse menção direta ao quantitativo das ocupações “informais” de baixa renda no DF (“invasões”), o que não significa que deixaram de existir.

No âmbito federal, desde a década de 1970, existe o esforço para inclusão das *favelas e territórios populares* de maneira diferenciada nos censos. Na década de 1980, foram denominadas inicialmente como “aglomerados especiais” e, no estudo de 1991, a nomenclatura “aglomerados subnormais¹⁹” foi usada pela primeira vez (IBGE, 2010).

¹⁸ Principais alterações: Lei Complementar nº 854 de 15 de outubro de 2012, da Lei Complementar nº 951 de 25 de março de 2019, e da Lei Complementar nº 986 de 30 de junho de 2021. A maior parte das alterações diz respeito à inclusão de novas ARISs e PUIs e a definição de suas poligonais.

¹⁹ Ocupações irregulares de terrenos, constituídas de, no mínimo 51 unidades, para fins de habitação em áreas urbanas e que, em geral, são caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos básicos e localização em áreas restritas à ocupação (IBGE, 2010).

Figura 14 – Estratégias de Regularização Fundiária – PDOT 2009, atualização de 2012



Fonte: Lei Complementar nº 854, Mapas. Disponível em http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/mapa-2-regularizacao-fundiria-e-oferta-reas-habitacionais_resolucao.jpg.

No Censo de 2010, o IBGE realizou o levantamento da população abrigada nos “aglomerados subnormais”, contando domicílios e moradores nessa situação, a partir dos seguintes critérios:

- Conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa.
- Possuir pelo menos uma das seguintes características:
 - urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou
 - precariedade de serviços públicos essenciais, tais quais energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010)

Em setembro de 2023, a mudança da expressão “aglomerados subnormais” foi discutida no *I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil*, evento promovido pelo IBGE. O debate que teve por objetivo modificar o termo nas publicações do Censo de 2022. Rolnik (2023) destaca a importância do debate e da atualização do termo, que define o lugar desses territórios na cidade de forma negativa – “subnormal” –, e como não cidade, – “aglomerado”.

Em 2024, o órgão publicou a *Nota Metodológica Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas*, contendo os elementos metodológicos que orientaram a opção pela mudança de nomenclatura e a reescrita dos critérios que orientam a produção, a análise e a disseminação de informações geográficas e estatísticas sobre esses territórios, com reflexos na divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2022 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024). Porém, no momento da finalização da tese, os dados de 2022 ainda não haviam sido disponibilizados.

O Censo de 2010 identificou, no DF, 36 “aglomerados subnormais”, abrigando uma população de cerca de 130 mil pessoas, em aproximadamente 36 mil domicílios (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). Nesse levantamento – quadro 04 – é possível constatar a correspondência entre os “aglomerados subnormais” e algumas comunidades que estão passando por processos de regularização (ARISs e ARINE²⁰s – Áreas de Regularização de Interesse Específico), como a Vila Estrutural, o Sol Nascente, o Por do Sol e Vila São José e expansão. Outras comunidades reportadas no Censo de 2010 foram incluídas como ARIS em decretos adendos ao PDOT de 2009 (Vila Cauhy, Vila do Boa), o que sugere que os dados do IBGE coincidem, de alguma forma, com as bases da atual política urbana do Distrito Federal. Mas também é importante perceber que a regularização fundiária não retira a comunidade do entendimento de “subnormal”, assim como algumas ARINEs (Boa Vista II e Contagem), que, supostamente, são ocupadas por população de renda média e alta, são classificadas pelo IBGE como “aglomerados subnormais”.

Quadro 4 – Aglomerados subnormais no DF em 2010

Aglomerado subnormal Censo 2010	peessoas	Aglomerado subnormal Censo 2010	peessoas
Vila Estrutural	21.947	Pôr do Sol (ARIS - Pôr do Sol)	7.653
Varjão	730	Cond. Privê (ARIS - Privê Ceilândia)	6.658
Vila do Boa	1.518	Vila São José (ARIS - Vicente Pires)	2.503
Morro Azul	420	Expansão da Vila São José (ARIS - Expansão da Vila São José)	2.390
Sol Nascente (ARIS - Sol Nascente)	56.483	Cond. Residencial Sobradinho II (ARIS - Buritis)	2.047
Vila dos Operários	479	Vila Rabelo (ARIS - Mansões Sobradinho)	1.726
FERCAL (ARIS - Fercal III)	1.281	Cond. Café Planalto (ARINE - Boa Vista II)	413
Vila Cauhy	1.640	Expansão da Vila Nova	1.030
Bela Vista	1.789	Bairro João Cândido (ARIS - Estrada do Sol)	1.458
Invasão da Quadra 305	351	Cond. Vila Vitória (ARIS - Estrada do Sol)	454
Cond. Porto Rico (ARIS - Ribeirão)	7.129	Cond. Del Rey (ARIS - Estrada do Sol)	630
Cond. Alto da Bela Vista (ARIS - FERCAL I)	1.164	Cond. Vitória (ARIS - Morro da Cruz)	1.597
Rua do Mato (ARIS - FERCAL II)	279	Cond. Vila Verde / Casa Rosada (ARINE - Contagem)	963
Cond. Quintas do Amanhecer (ARIS - APRODARMAS II)	1.104	Cond. Versalhes (ARINE - Contagem)	730
Queima Lençol (ARIS - Queima Lençol)	749	Cond. Residencial Sobradinho III	521
Cond. Morada Nobre (ARIS - APRODARMAS I)	410	Cond. Portal do Sol	381
Cond. Vale do Sol (ARIS - APRODARMAS II)	612	Cond. Fortaleza	169
Cond. Mansões do Amanhecer (ARIS - APRODARMAS III)	302	Engenho Velho (ARIS - FERCAL I)	3.846
SUBTOTAL	98.387	SUBTOTAL	35.169
		TOTAL	133.556

Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

²⁰ As Áreas de Regularização e os PUIs – Parcelamentos Urbanos Isolados –, por sua vez, se classificam em: 1 – ARIS – Interesse Específico – áreas ocupadas predominantemente por população de renda média e alta; e 2 – ARINE – Interesse Social – áreas ocupadas predominantemente por população de baixa renda, até cinco salários mínimos, sendo consideradas como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, para os fins previstos no Estatuto da Cidade.

De acordo com o *Mapeamento Preliminar dos Aglomerados Subnormais - 2019*, realizado pelo IBGE (2020), a estimativa de domicílios ocupados no DF era de aproximadamente 60 mil – quadro 5 –, o que pode significar, se considerarmos 5 pessoas por domicílio, aproximadamente 300 mil habitantes, ou seja, quase o dobro do levantamento realizado em 2010. Entre as comunidades listadas pelo IBGE, aparecem algumas ARIS e ARINES, assim como aparecem regiões administrativas já reconhecidas e consolidadas, como a Vila Estrutural e o Sol Nascente. Percebe-se que, em grande medida, há correspondência entre os dados federais e os processos de regularização fundiária promovidos pelo GDF, que empreende esforços para acomodar a população ocupante de “invasões”, quando considera viável, sendo esse processo uma constante na ocupação territorial do DF.

Quadro 5 – Domicílios em “aglomerados subnormais” no DF – estimativa 2019

Nome do Aglomerado Subnormal	Domicílios estimativa 2019	Nome do Aglomerado Subnormal	Domicílios estimativa 2019
Acampamento Dandara MTD	92	Invasão Arapoanga	30
Acampamento Dorothy Stany	677	Invasão ARIS Araponga II	27
Alça Viaduto Nucleo Bandeirante / Candagolandia	65	Invasão ARIS Estrada do Sol	66
Associação de Carroceiros Baia	70	Invasão Avenida Monjolo	179
Bairro João Cândido (ARIS-ESTRADA DO SOL)	418	Invasão Cond Bela Vista	35
Bela Vista	885	Invasão da Quadra 305	86
Borá do Manso	180	Invasão do Setor Olaria	140
Capão Comprido	1.326	Invasão Rua Ortogalmo	25
Cond Alto da Bela Vista (ARIS-FERCAL I)	330	Invasão Setor de Chácaras da Samambaia	469
Cond Café Planalto (ARINE-BOA VISTA II)	117	Invasão Setor de Inflamáveis	310
Cond Del Rey (ARIS-ESTRADA DO SOL)	190	Mestre D'Armas Rural II	410
Cond Fortaleza	50	Morro Azul	98
Cond Mansões do Amanhecer (ARIS-APRODARMAS III)	100	MTD_Zilda Xavier	518
Cond Morada Nobre (ARIS-ASPRODARMAS I)	100	Núcleo Rural Taguatinga (Invasão QI_621)	133
Cond Portal do Sol	108	Pôr do Sol (ARIS PÔR DO SOL)	2.831
Cond Porto Rico (ARIS-RIBEIRÃO)	2.097	Queima Lençol (ARIS-QUEIMA LENÇOL)	199
Cond Privê (ARIS-PRIVÊ CEILÂNDIA)	2.032	Residencial Cooperville / Sítio Celeiro	95
Cond Quintas do Amanhecer (ARIS-APRODARMAS II)	334	Rua do Mato (ARIS-FERCAL II)	81
Cond Residencial Sobradinho II (ARIS-BURITIS)	531	Santa Luzia	2.563
Cond Residencial Sobradinho III	141	Sol Nascente (ARIS - Sol Nascente)	25.441
Cond Vale do Sol (ARIS-APRODARMAS II)	423	Vendinha	264
Cond Versalhes (ARINE-CONTAGEM)	185	Vila Cauhy	641
Cond Vila Verde/Casa Rosada (ARINE-CONTAGEM)	268	Vila do Boa	625
Cond Vila Vitória (ARIS-ESTRADA DO SOL)	113	Vila dos Carroceiros	151
Cond Vitória (ARIS-MORRO DA CRUZ)	5.744	Vila dos Operários	132
Condomínio Bica do DER	80	Vila Estrutural	5.974
Engenho Velho (ARIS-FERCAL I) / Bananal	1.274	Vila Rabelo (ARIS-MANSÕES SOBRADINHO)	441
Expansão da Vila Nova	320	Vila Santa Maria	228
Expansão da Vila São José (ARIS-EXPANSÃO DA VILA SÃO JOSÉ)	568	Vila São José (ARIS-VICENTE PIRES)	574
FERCAL (ARIS - Fercal III)	485	Invasão Rural Sobradinho	30
Instituto Maria do Barro	50	Invasão do Condomínio Residencial Buritis	30
SUBTOTAL	19.353	SUBTOTAL	42.826
		TOTAL	62.179

Fonte: Adaptado de IBGE (2019).

O PDOT aprovado em 2009 [com suas várias emendas] é emblemático na tentativa de solucionar as questões fundiárias no DF. A partir de sua aprovação, o monitoramento e ordenamento urbano dá início a um processo de sistematização e unificação das informações, e a regularização fundiária passa a ser uma das maiores bandeiras institucionais do GDF [a despeito da posição político-partidária], dando

origem a portais e sistemas²¹ que fornecem informações e instruções aos [muitos] interessados. A. Martins et al (2021) consideram que “vive-se um estágio de profissionalização do parcelamento ilegal de terras no Distrito Federal” (A. Martins et al., 2022, p. 73).

Assim, é correto afirmar que os instrumentos jurídicos e as ferramentas de controle urbano não são capazes de deter a “cidade ilegal”. A cada nova lei ou regulamentação que se aprova, novos focos de ocupação surgem no território, na maior parte das vezes fora das zonas e vetores de expansão previstos. De acordo com A. Martins et al (2021), o controle efetivo da ocupação das terras torna-se uma missão inexecutável e a legislação de ordenamento territorial já nasce defasada em relação às dinâmicas reais:

Parcelar o solo de forma legal é tão burocrático e moroso que, muitas vezes, o próprio poder público prefere a regularização fundiária *a posteriori* (que dispensa exigências de licenciamento ambiental e de investimentos em infraestrutura) aos trâmites legalmente estabelecidos para a prévia aprovação de parcelamento do solo. Nesse contexto, o controle efetivo da ocupação das terras torna-se uma tarefa inalcançável. Como controlar a edificação de mais um pavimento em uma área em que todos os terrenos ainda se encontram na condição de irregulares, ilegais? Como deter um crescimento exponencial de uma ocupação durante um final de semana? (A. Martins et al., 2022, p. 72)

A trajetória de resistência que se pretende ilustrar aqui, que se inicia com os simbólicos casos da Vila Amauri e da Ceilândia, sinalizam a existência de forças sociais que, dialeticamente, se contrapõem à produção de desigualdades na capital, e que reivindicavam por direitos ainda nem reconhecidos formalmente:

É interessante notar que o conjunto de direitos reivindicados pelos movimentos sociais que se formaram desde o início não possuía previsão legal à época. O direito à moradia fora reconhecido na esfera internacional como um direito humano apenas em 1996, após a Conferência das Nações Unidas, Habitat II, assim como somente foi positivado no ordenamento jurídico brasileiro pela Emenda Constitucional n. 26, de 2000. A consciência desse direito emergiu das/os próprias/os moradoras/es de Brasília, no seio de seus movimentos sociais. A partir da necessidade e desigualdade social vivenciadas, essas pessoas romperam com uma posição pacífica de indivíduos para assumirem uma postura enquanto sujeitos atores de sua própria história. (K. F. Martins, 2015, p. 62)

É sabido que esse fenômeno não é exclusivo do Distrito Federal. No entanto, alguns aspectos o tornam peculiar na capital brasileira: (i) a segregação sistemática e planejada das populações de menor renda, promovida, deliberadamente, pelo Estado, desde o início da construção da cidade e; (ii) a expressividade de uma luta coletiva respaldada na resistência situada no território, que, no caso de Brasília, é totalmente documentada e constatada com maior nitidez do que em outros cenários metropolitanos.

É importante perceber e considerar a continuidade de um número significativo de pessoas lutando pela permanência na cidade, a partir da imposição de sua presença física no território. Os números apresentados aqui demonstram, em forma de síntese, a abrangência territorial e populacional desse

²¹ Portal da Regularização: <https://portaldaregularizacao.seduh.df.gov.br/>
Portal Terracap Regularize Imóveis: <https://www.terracap.df.gov.br/index.php/regularize-imoveis>.
Cadastro para a Regularização Fundiária (Venda Direta) por aplicativo:
<https://www.terracap.df.gov.br/index.php/cadastre-pelo-app>

fenômeno: desde os primeiros anos de Brasília, grande parte da população empobrecida conquistou sua “moradia” em um processo de luta pela terra e pelo território e forçando o governo a promover estratégias para acomodá-la.

A despeito das particularidades e da complexidade que a questão envolve, não se deve desprestigiar a importância das pressões exercidas pelo *sujeito situado*, seu universo de potencialidades e os *utopismos patrimoniais* que eles representam e ativam.

Costa (2021a) defende enxergar as crises na América Latina e no Caribe como um processo contínuo que se estabelece pelo condicionamento moderno europeu dos territórios, nos quais as pessoas, os sujeitos, os grupos subalternizados seguem durando, resistindo, vinculados e na luta por eles.

Se a desigualdade só é evidente no auge de crises nas “economias desenvolvidas”, na América Latina a crise é um *continuum* de desigualdades originárias nascidas do condicionamento europeu-moderno do território, que produz estéticas de conteúdo dramático nas cidades. (2021a, p. 111)

Assim, o conceito de território de exceção visa amenizar os estigmas de uma estética espacial que revela problemas, mas também revela potencialidades vividas em todo o continente, fazendo-se notar uma dialética entre a fragilidade e a força espacial dos sujeitos [nos territórios de exceção], cuja essência pode ser encontrada nas periferias urbanas e na luta cotidiana e solidária pela sobrevivência.

Nessa perspectiva, o “sujeito situado” é a chave para a explicação e da manutenção da ancestralidade e dos elementos singulares da existência, estabelecida em ações de potencialidades e de fragilidades situadas e em situação duradoura. Assim, os *utopismos patrimoniais* e o patrimônio-territorial derivado têm fundamento na continuidade e na vida das pessoas empobrecidas na América Latina e no Caribe. Eles têm o desígnio de fortalecer a política de sítio dos grupos subalternizados, desde o sujeito situado, ou em situação espacial duradoura, que resiste e dura nessa condição espacial há cinco séculos, no continente, definindo territórios de exceção, onde constrói alternativas e defende aquilo que assegurou sua existência ao longo dos séculos de opressão (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021a).

A leitura desde Brasília permite perceber, de forma amplificada, que a ação segregadora promovida pelo Estado e imposta às camadas empobrecidas construiu [e constrói] uma história de resistência e de não-aceitação dessa lógica perversa.

Por fim, a metrópole modernista é tomada como objeto singular considerando: (i) o peso da intervenção do estado nos processos de urbanização, conferido pelo monopólio estatal da terra, experimentados em um cenário de metropolização acelerada e totalmente documentada e; (ii) a dispersão urbana como elemento gerador de uma paisagem composta por grandes vazios que fazem da presença [indesejada] dos empobrecidos um verdadeiro manifesto.

2.3 O SUJEITO SITUADO EM BRASÍLIA: 65 ANOS CONSTRUINDO PERMANÊNCIAS

Dado esse cenário que se instaura em Brasília, desde sua construção, de ocupação/remoção contínua de populações empobrecidas para áreas distantes do Plano Piloto, que se perpetua até hoje (2023), é necessário reconhecer a *ação do sujeito que empreende uma luta legítima para permanecer no território, luta que se dá mediante imposição da sua presença física, material, ou seja, o próprio corpo se torna o principal recurso da sua resistência.*

A coletânea de imagens apresentadas nas figuras de 15 a 20, que compõem a *ANTOLOGIA DE OCUPAÇÕES NO DF – 1958-2023*, tem por objetivo demonstrar a trajetória das ocupações que protagonizam o *sujeito situado* no território do DF. Independentemente da conjuntura político-institucional em que isso se opere, sempre vai existir o ser humano em carne e osso que está situado no território, instrumentalizando seu corpo e sua existência material em defesa dessa disputa que considera legítima

Metodologicamente, a seleção das localidades e das imagens das figuras 15 a 20, não necessariamente dizem respeito ao momento inicial da formação da ocupação em si, mas foram selecionadas pelo fato de serem noticiadas pela mídia local ou citadas em publicações institucionais (ver anexo 1). O objetivo da coletânea de imagens é demonstrar que se trata de um processo contínuo e que ainda está andamento.

O quadro 6 mostra a proporção populacional entre a Área Metropolitana de Brasília (AMB) e a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB) em relação ao núcleo central, que corresponde a cerca de 12% do DF. A população abrigada na área central possui um ritmo de incremento muito diferente do restante do DF e da AMB, o que demonstra que a cidade, na realidade, é muito mais do que o CUB – área protegida como patrimônio histórico.

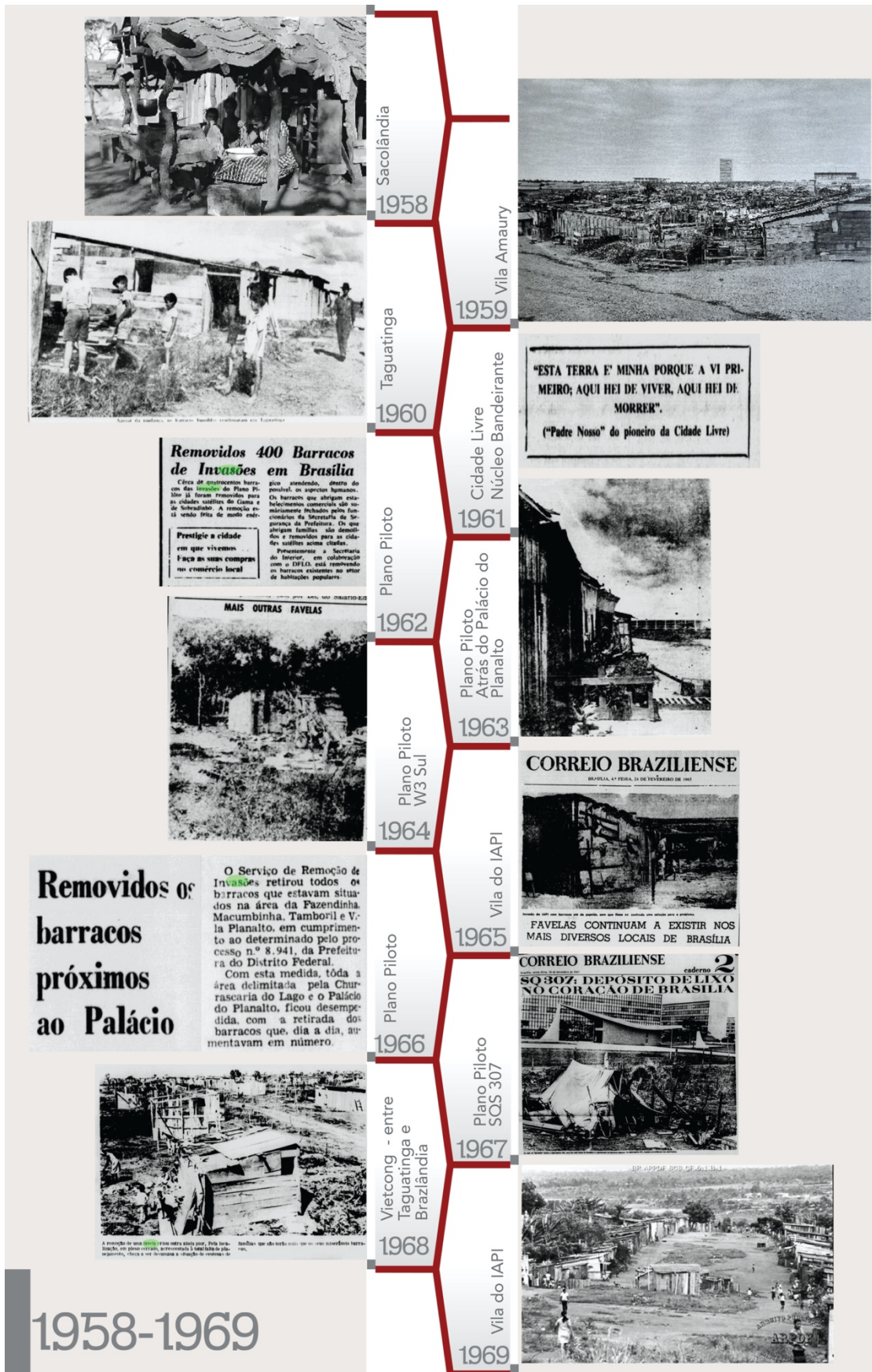
Quadro 6 – População residente. Área Metropolitana de Brasília (AMB), Distrito Federal e Periferia Metropolitana de Brasília (PMB), 1960-2020

Ano	Área Metropolitana de Brasília (AMB)	Distrito Federal			Periferia Metropolitana de Brasília (PMB)	%	
		Total	Núcleo Central	Outras Áreas		Núcleo Central / DF	Núcleo Central / AMB
1960	175.955	141.732	68.655	73.077	34.223	48,40	39,00
1970	587.081	545.217	243.163	302.054	41.864	44,60	41,40
1980	1.373.145	1.176.908	293.210	883.698	196.237	24,90	21,40
1991	2.005.369	1.601.094	313.494	1.287.600	404.275	19,60	15,60
2000	2.802.156	2.051.146	319.947	1.731.199	751.010	15,60	11,40
2010	3.594.052	2.639.212	336.025	2.303.187	954.840	12,70	9,30
2015	3.967.379	2.848.633	348.525	2.500.108	1.118.746	12,20	8,80
2020	4.296.230	3.052.546	361.844	2.690.702	1.243.684	11,90	8,40

Fonte: Organizado pela autora com base em Vasconcelos (2020, p. 230). Dados: IBGE: Censos demográficos 1960 a 2010; IBGE: Projeções populacionais, 2018; Codeplan: Projeções populacionais para as RAs do Distrito Federal 2010-2020, 2019.²²

²² Nota: A AMB é composta pelo DF e 12 municípios de Goiás: Águas Lindas, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso. A PMB refere-se somente aos municípios de Goiás.

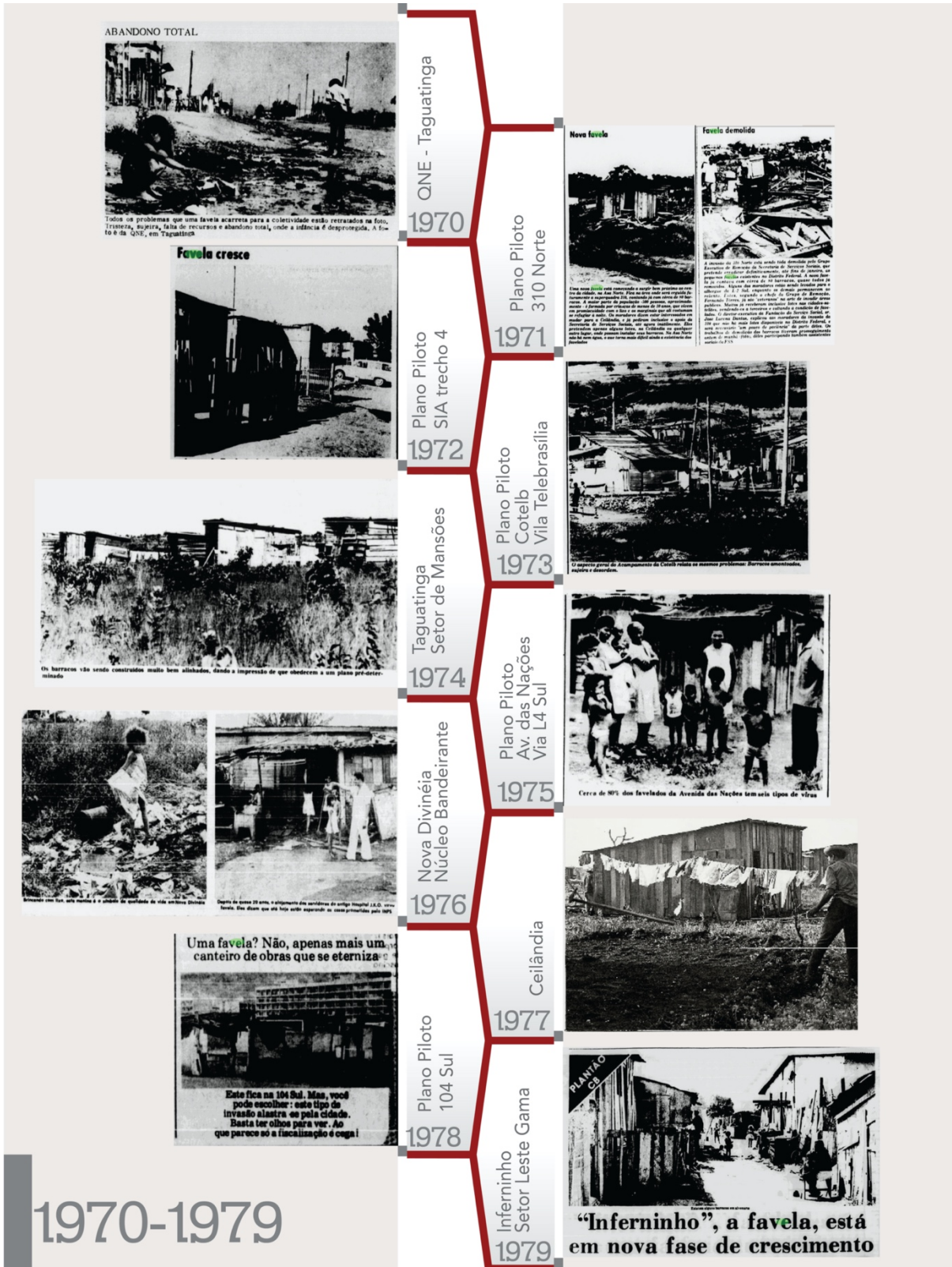
Figura 15 – Antologia de ocupações no DF – 1958-1969



Fonte: Elaborada pela autora (2023) com base em diversas fontes – ver Anexo 1.
Diagrama em alta resolução disponível em: <https://rb.gy/v59xlz>.

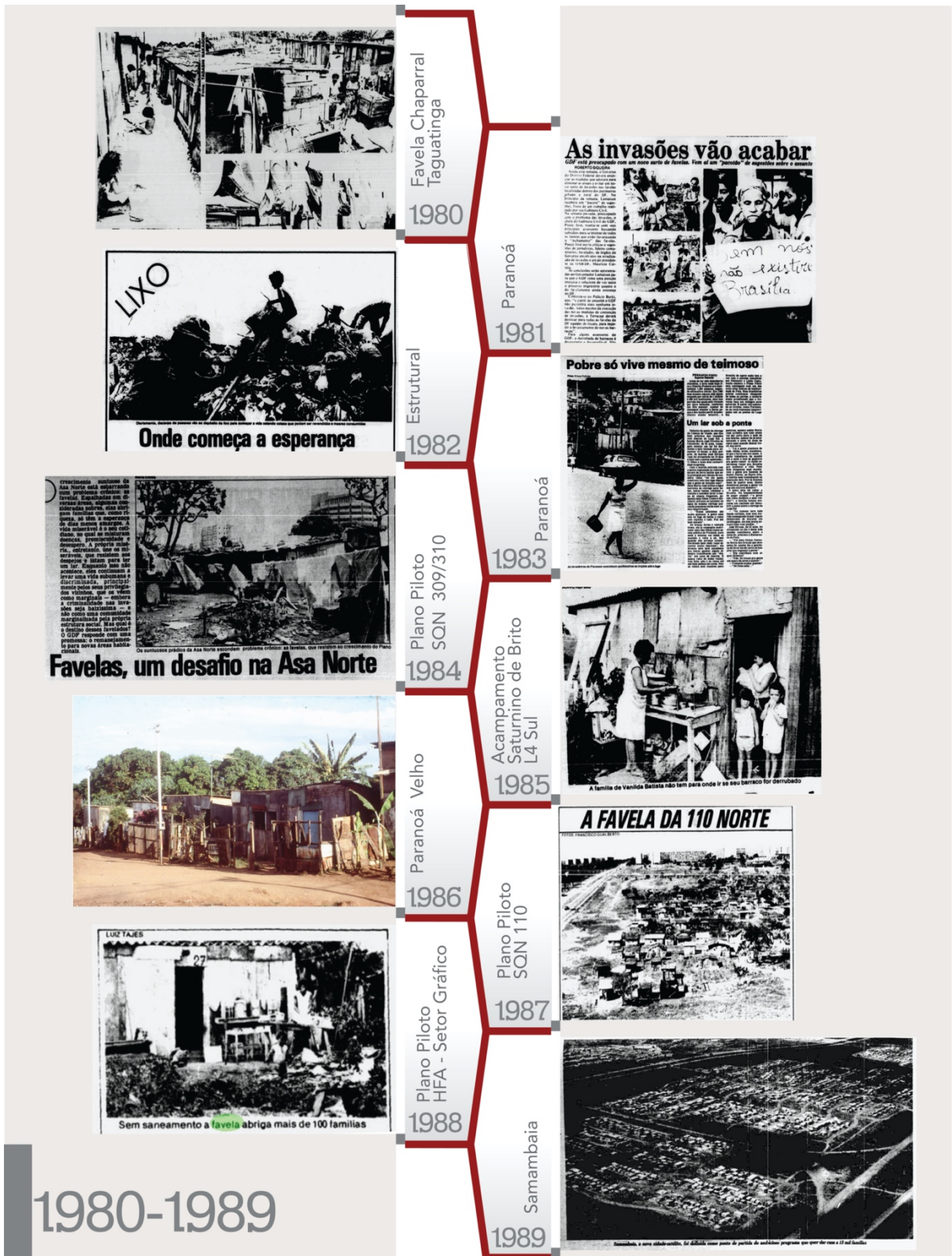


Figura 16 – Antologia de ocupações no DF – 1970-1979



Fonte: Elaborada pela autora (2023) com base em diversas fontes – ver Anexo 1.
Diagrama em alta resolução disponível em: <https://rb.gy/v59xlz>.

Figura 17 – Antologia de ocupações no DF – 1980-1989

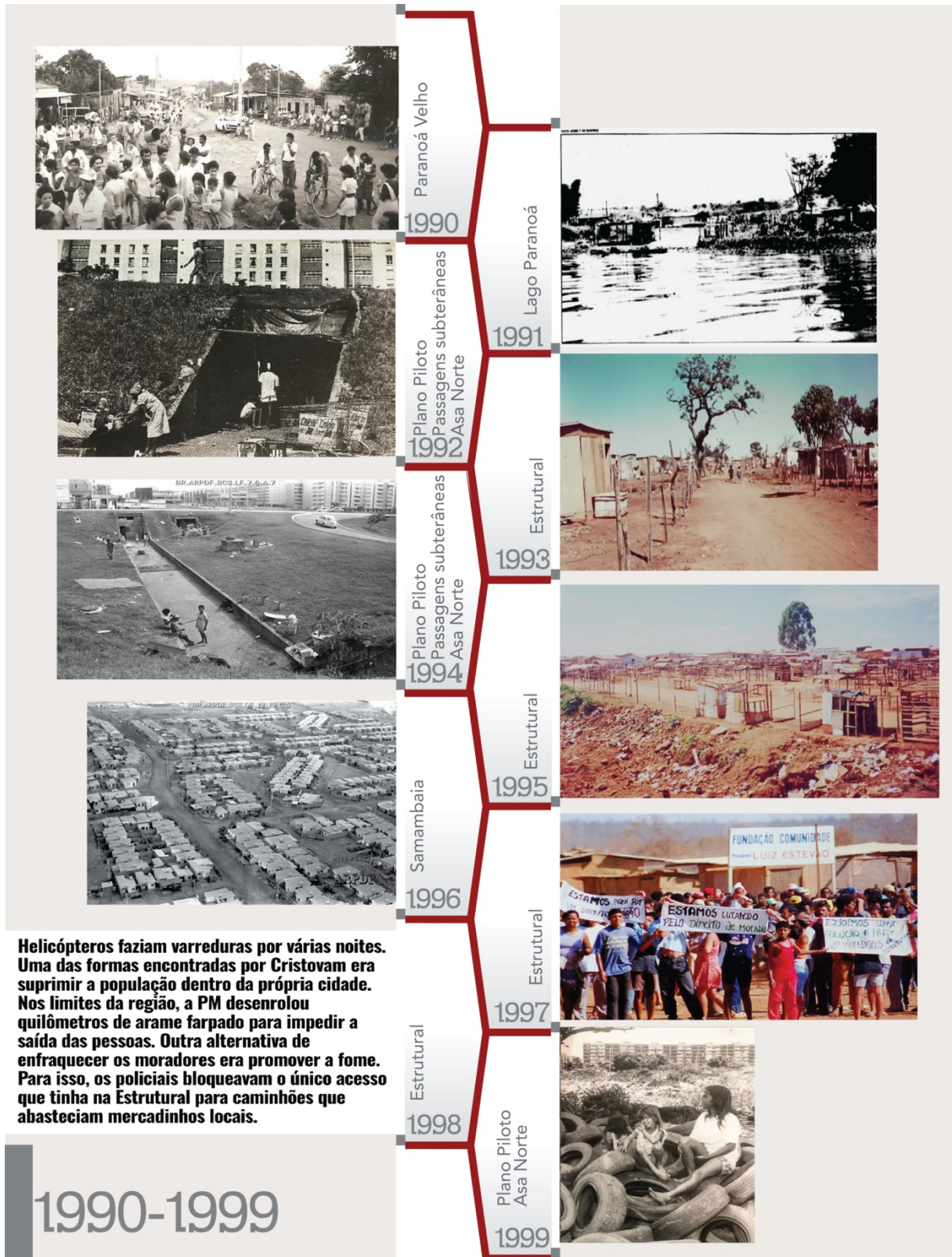


Fonte: Elaborada pela autora (2023) com base em diversas fontes – ver Anexo 1.

Diagrama em alta resolução disponível em: <https://rb.gy/v59xlz>.



Figura 18 – Antologia de ocupações no DF – 1990-1999



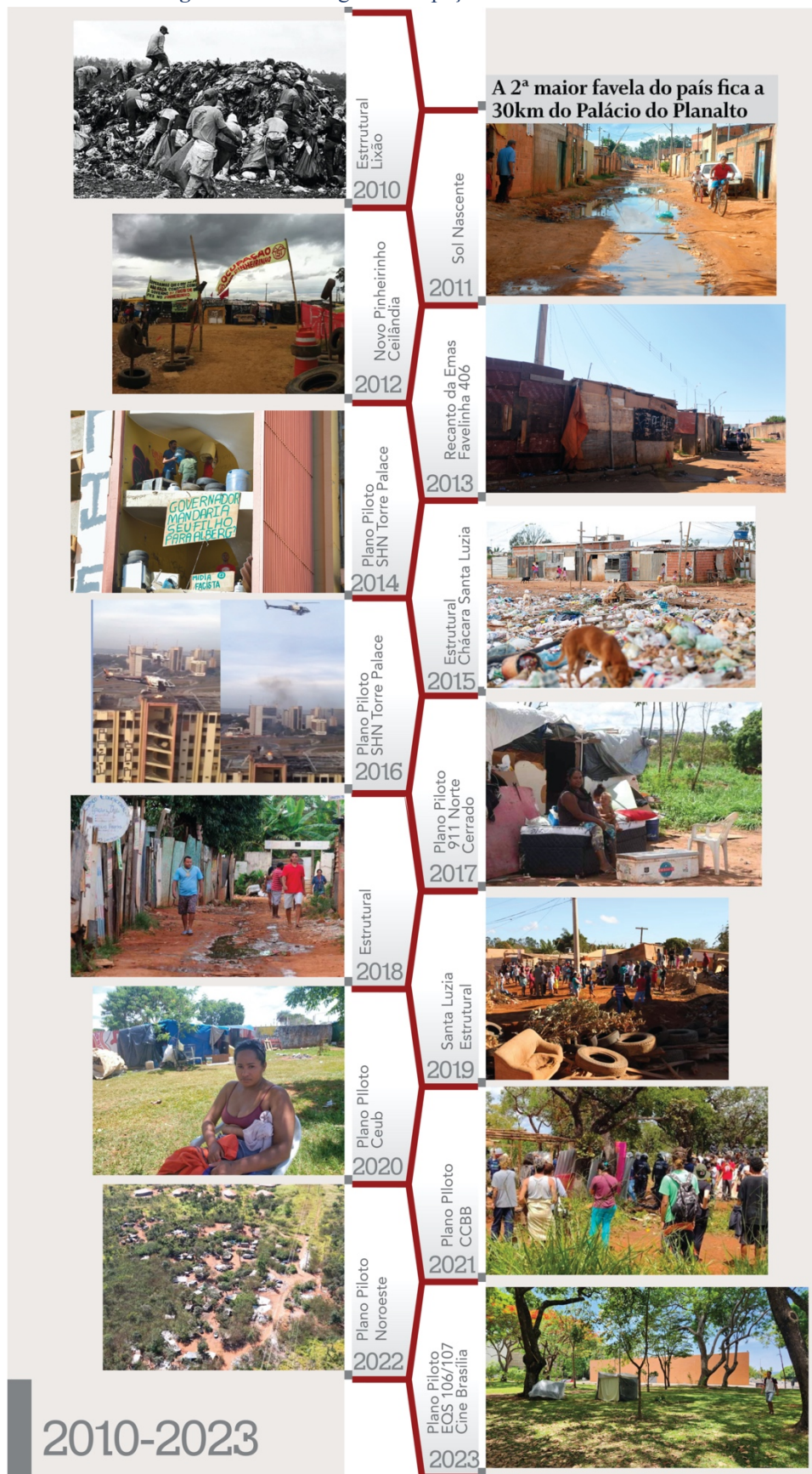
Fonte: Elaborada pela autora (2023) com base em diversas fontes – ver Anexo 1.
 Diagrama em alta resolução disponível em: <https://rb.gy/v59xlz>.

Figura 19 – Antologia de ocupações no DF – 2000-2009



Fonte: Elaborada pela autora (2023) com base em diversas fontes – ver Anexo 1.
Diagrama em alta resolução disponível em: <https://rb.gy/v59xlz>.

Figura 20 – Antologia de ocupações no DF – 2010-2023



Fonte: Elaborada pela autora (2023) com base em diversas fontes – ver Anexo 1.
 Diagrama em alta resolução disponível em: <https://rb.gy/v59xlz>.

Dessa forma, é fundamental perceber que as forças segregacionistas, dialeticamente, produzem as resistências populares e fundamentam as lutas [pela terra, pela moradia e pela própria sobrevivência], que, por sua vez, carregam *utopismos patrimoniais* e configuram os territórios de exceção.

O que se pretende nessa pesquisa é apontar, pela ótica dos *utopismos patrimoniais latinoamericanos* (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021a), uma vertente de leitura de Brasília que se ampare no reconhecimento da potencialidade de um processo simultâneo e permanente de produção de resistências situadas no território.

Assim, os *utopismos patrimoniais* pela América Latina representam a possibilidade de mudança de paradigma, desde um giro decolonial, na reflexão sobre o futuro das nossas cidades-campo. O exercício reflexivo proposto nessa pesquisa passa pelo reconhecimento do potencial abrigado nos “territórios de exceção”:

Sujeitos, aglomerados, objetos e saberes (não só a pobreza) constituem territórios de exceção na América Latina. Cultura que recupera e denuncia o destino dos povos negros, indígenas e suas gerações usurpadas, mas ainda espacializadas, no continente. Falar num negligenciado patrimônio latino equivale a fazer representar, também, os desígnios da opressão no e do território. (Costa, 2018, p. 61)

É necessário dar visibilidade às resistências e formular projetos para o futuro que considerem a biografia do sujeito, ultrapassem os diagnósticos que reduzem a pobreza a um problema a ser erradicado e ignoram a força utópica de cinco séculos de sobrevivência nos territórios do continente:

Ao invés de estimular um imaginário acadêmico e coletivo que marginaliza ainda mais as periferias do continente, via pesquisas críticas radicais da urbanização (que raramente mapeiam resistências sociais), os estudos do patrimônio-territorial devem enaltecer o que resiste -do ponto de vista cultural e popular- à degenerante colonialidade do poder. (Costa, 2017, p. 55)

De acordo com Costa (2016, 2021a), os territórios de exceção e o patrimônio-territorial, entendidos como conceitos e fatos indissociáveis, são noções “mitigadoras de violências e estigmas urbano-rurais, resultantes e promotores de estéticas degenerativas na América Latina, que são reflexos e que geram os problemas da vida urbano-rural no continente” (Costa, 2021a, p. 110).

O autor considera que o território de exceção e o patrimônio-territorial, além de revelar a dialética vulnerabilidade ↔ potencialidade nos territórios, estimulam alternativas populares de existência ou práxis decoloniais. Dessa forma, considerando que a vulnerabilidade, dialeticamente, produz potencialidades, a reflexão sobre as cidades na América Latina deve considerar o valor das resistências situadas e a sua *relação fecunda com o território*, como menciona Santos (2006, p. 24):

É por isso que são os mais pobres na cidade que apontam o futuro. Parafraseando Heidegger, quando trabalha a questão do morar, a relação do homem com o lugar, quase diríamos que as classes médias e as classes ricas não moram, a relação fecunda com o território é feita pelos mais pobres. Os ricos e as classes médias, de tanto olhar para fora por essa busca incessante de cosmopolitismo, reduzem a capacidade de uma relação fecunda com o território próximo. Riqueza que é deixada aos pobres e aos migrantes.

Além disso, Santos (2006) convida a uma reflexão sobre a adaptabilidade dos empobrecidos e dos migrantes nas cidades, apontando para um caminho de produção de soluções a partir da vida e do cotidiano, da solidariedade espacial e da força política do estar juntos no lugar:

Um outro equívoco das ciências sociais é considerar a dificuldade da adaptação dos pobres e dos migrantes nas cidades. Não é verdade. São os pobres e os migrantes os que melhor se adaptam à cidade porque são obrigados a tratar o espaço em torno de um modo selvagem que é necessário conhecer para sobreviver. Nós, as classes médias, não necessitamos. Daí a nossa preguiça intelectual, a nossa incapacidade de ver a realidade se dando e de interpretar o mundo.

Essa geração local de novas solidariedades, vividas na emoção, permite soluções locais e globais através do que fazemos todos os dias. Essa negociação permanente é feita, sobretudo, pelos mais pobres, porque nós não negociamos nada, pois as nossas relações são, a maior parte das vezes, pragmáticas. Mas os pobres e os migrantes da cidade são forçados pela sua circunstância a essa negociação permanente. (Santos, 2006, p. 24)

Costa (2016) reforça, na construção conceitual dos *utopismos patrimoniais*, essa relação do sujeito com o território e as potencialidades situadas e produzida pelos povos periferizados:

[...] em um continente ainda marcado pela colonialidade do poder e do saber, pela modernidade e modernização seletivas no território, a potência das mudanças está com os povos periferizados, cuja formação social [que sempre demandou solidariedade espacial] espacializa-se em cultura material e ideal, saberes e fazeres singulares localizados. (Costa, 2016, p. 28)

Assim, a hermenêutica que se deseja construir no **Capítulo 3** dessa tese, a partir dos textos escritos por pesquisadores(as) da UnB, sobre Brasília, tem como base a busca por indícios dessa possibilidade de uma aproximação aos elementos *dos utopismos patrimoniais* e do *sujeito em situação espacial duradoura*, mesmo que por noções aproximadas. A procura pelos elementos preconizadores dos *utopismos*, em contrapartida, busca fundamentar outras concepções sobre Brasília, no esforço de, a partir dos discursos interpretados, relevar uma outra história da cidade, que protagonize *a ação do sujeito situado no território e sua luta por permanência e pela sobrevivência*, no caso emblemático da capital do país.

3 HERMENÊUTICA DO URBANISMO E DA GEOGRAFIA [URBANA] DESDE A UNB – 1970-2023

Fracassei em tudo o que tentei na vida.
Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui.
Tentei salvar os índios, não consegui.
Tentei fazer uma universidade séria e fracassei.
Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei.
Mas os fracassos são minhas vitórias.
Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.

Darcy Ribeiro²³

3.1 SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FAU E DO GEA

Como forma de estabelecer o contexto sobre Universidade de Brasília com ênfase nos setores institucionais a qual essa pesquisa se dedica – a FAU e o GEA –, propõe-se traçar um breve histórico da gênese e da evolução institucional dos departamentos, trazendo alguns acontecimentos significativos.

São apresentadas algumas informações que podem ser relevantes para compreensão do teor da pesquisa produzida no âmbito dos departamentos, assim como a trajetória pelas quais passaram até assumirem o formato atual.

O Plano Orientador da UnB, publicado em 1962, previa a estrutura dividida nos Institutos Centrais, as Faculdades os Órgão Complementares, como mostra a figura 21 e explica Darcy Ribeiro:

Sua característica distintiva assentava-se na macroestrutura tripartida de **Institutos Centrais Ciências, Letras e Artes**, dedicados ao cultivo e ao ensino do saber fundamental; de **Faculdades Profissionais**, dedicadas à pesquisa e ao ensino nas áreas das ciências aplicadas e das técnicas; e dos **Órgãos Complementares**, que prestariam serviços à comunidade universitária e à cidade. (D. Ribeiro, 1991, p. 154)²⁴

Assim, o ingresso na universidade assumia um formato mais livre e permitia que os estudantes transitassem entre as diversas áreas do conhecimento para então fazer suas escolhas e organizar seu curso a partir dos seus interesses, o que foi inédito entre as universidades latino-americanas.

A organização de ensino da UnB, tal como foi originalmente concebida, proporcionaria ao aluno formas mais abertas, participantes e eletivas de orientar-se e de compor seus programas de estudo. Já de início, ele não se inscreveria numa faculdade para fazer um curso predeterminado. A universidade apenas registraria seu propósito supostamente vocacional e o encaminharia aos cursos básicos dos Institutos Centrais. (D. Ribeiro, 1991, p. 156)

Considera-se que a UnB, segundo Almeida (2017, p. 55), “inovou em relação às outras universidades brasileiras em pelo menos três aspectos principais: a estrutura acadêmica e organizacional, na gestão colegiada de suas unidades e no sistema tripartido universitário”.

²³ Trecho do discurso que o antropólogo, etimólogo, educador, escritor e político Darcy Ribeiro (1922-1997) proferiu na Universidade Sorbonne, em Paris, quando recebeu o título de *Doutor Honoris Causa*.

²⁴ Grifo nosso.

Figura 21 – Estrutura da UnB proposta no Plano Orientador, 1962.



Fonte: Plano Orientador da Universidade de Brasília, 1962.

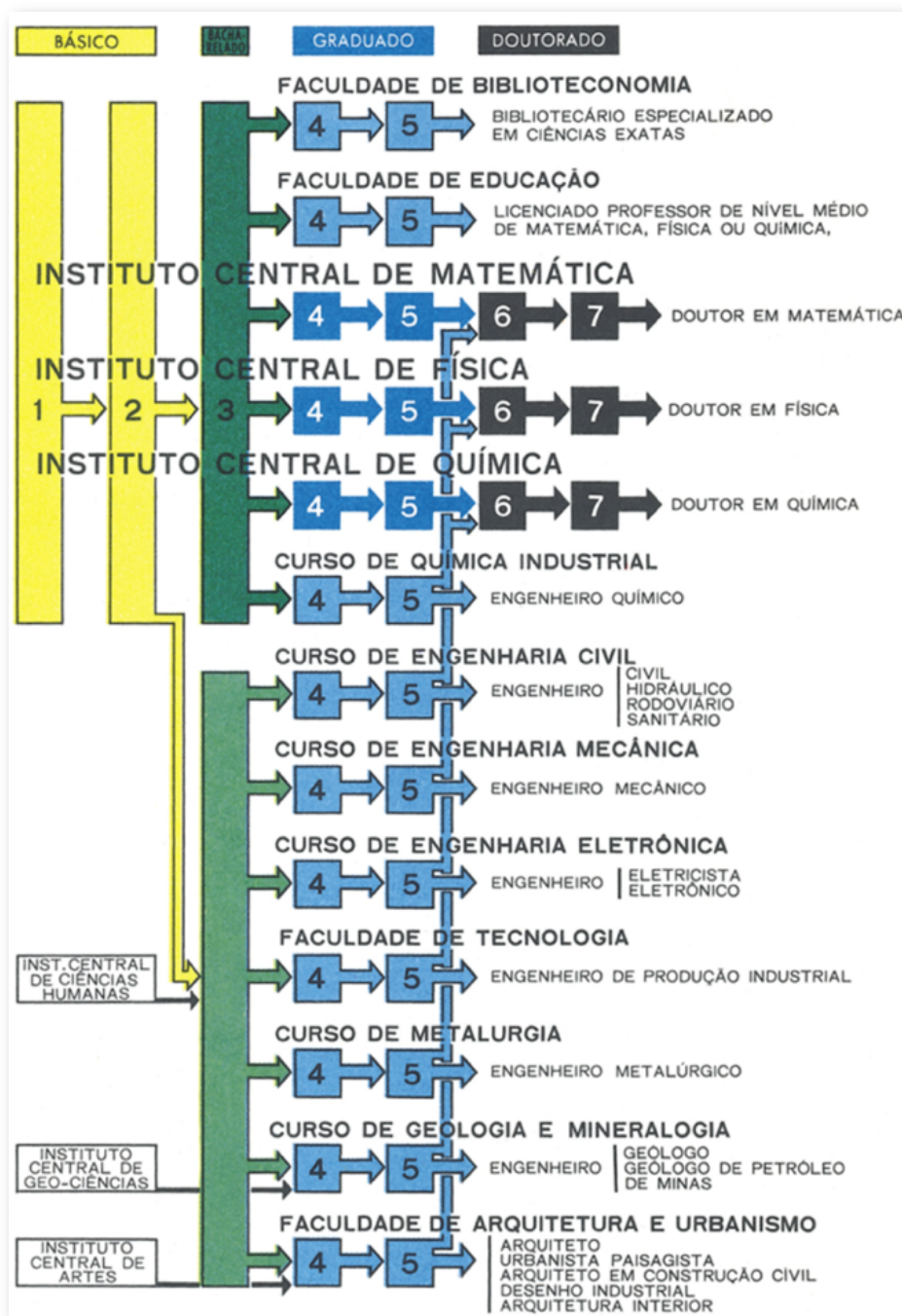
Essa estrutura pedagógica pretendida para a promoção da integração entre os saberes, em certa medida, ainda se preserva no sistema de créditos, ainda hoje adotado, e que substituiu o currículo seriado anual, comum nas universidades, e na oferta de disciplinas em modalidades optativas ou como domínio conexo e módulo livre. Isso permite que, por exemplo, o estudante de Arquitetura curse disciplinas na Geografia, e vice-versa, conferindo uma maior aproximação entre as unidades acadêmicas e uma vivência acadêmica mais ampla.

O Plano Orientador da UnB (Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, 1962) preconizou que os Institutos Centrais concentrariam as atividades formativas nos primeiros momentos, especializando-se em departamentos, porém concentrando-se nas atividades de ensino e pesquisa, em cada especialidade. Às Faculdades caberia receber os estudantes já preparados pelos cursos introdutórios a fim de oferecer-lhes o treinamento para o exercício de uma profissão.

As atividades da universidade foram iniciadas com três cursos-tronco: Arquitetura e Urbanismo, no Instituto Central de Artes (ICA); Letras Brasileiras, que geraria o Instituto Central de Letras (ICL); Direito, Administração e Economia, que daria origem ao Instituto Central de Ciências Humanas (ICH). Os cursos-troco eram ministrados através de programas comuns de dois anos de estudos, ao fim dos quais o estudante faria a opção definitiva pela carreira. Os cursos eram ministrados em regime transitório e seriam absorvidos pelos Institutos e Faculdades à medida que entrassem em funcionamento (Fuentes, 2017, p. 44).

A FAU, simultaneamente à implantação da universidade, surge dentro do Instituto Central de Artes – ICA. O esquema da figura 22 demonstra o fluxo de formação proposto para o estudante de Arquitetura, com ingresso pelo ICA. É possível notar, no gráfico, que a proposta era que Faculdade de Arquitetura, desde o Instituto de Artes, fosse conectada aos Cursos de Engenharia, à Faculdade de Tecnologia e aos Institutos Centrais das Ciências Exatas, Química, de Física e de Matemática. Isso sugere que essa concepção pode ter contribuído para que o curso de Arquitetura e Urbanismo fosse eleito, estrategicamente, por conta do seu caráter integrador, como um dos primeiros cursos a serem oferecidos pela universidade.

Figura 22 – Fluxos de acesso e formação - UnB – 1962



Fonte: Plano Orientador da Universidade de Brasília, 1962.

Também é notória a concepção da Arquitetura como uma interface, uma espécie de área compartilhada, entre as ciências e as artes. Essa visão se distanciava da posição tradicional das escolas de Belas Artes, que ensinavam apenas pintura, escultura e arquitetura, e incluía, ainda, o ensino das artes gráficas, desenho industrial, fotografia, cinema e música.

O ensino de Arquitetura, como concebido e implantado, era articulado com o de Artes, a partir de um ciclo básico obrigatório e inicial, coordenado pelo Professor Alcides da Rocha Miranda. A segunda etapa do curso, como relata Almeida (2017), era coordenada por Oscar Niemeyer e tinha como objetivo formar o arquiteto construtor, para atuar no mercado com a construção industrial, suprimindo a necessidade de arquitetos(as) e urbanistas sintonizados com a arquitetura produzida na cidade, e era fortemente relacionada ao canteiro de obras do campus e do Plano Piloto.

Posteriormente, o aluno era apresentado à pesquisa, no âmbito do Programa de Pós-Graduação da FAU, primeiro na área de Arquitetura e Urbanismo no país, fundado em 1962, que era apoiado em um escritório de projeto, o Centro de Planejamento – CEPLAN –, dirigido inicialmente pelo arquiteto João Filgueiras Lima, o Lelé (Cavalcante, 2021).

De acordo com Fuentes (2017), a estrutura proposta por Darcy Ribeiro para a pós-graduação da UnB ocorria dentro de um sistema integrado de formação do magistério e visava formar professores(as) que poderiam operar tanto na graduação como na pós-graduação dos cursos em funcionamento, nos quais o mestrando dava início à sua carreira docente como instrutor.

Segundo o Plano Orientador da UnB, de 1962, o curso-troco de Arquitetura e Urbanismo representava, também, uma experiência de reforma do ensino de Arquitetura e do Urbanismo, no Brasil, apresentado a seguinte concepção:

Em lugar de tratar esse campo com as vistas voltadas exclusivamente para a arquitetura de edifícios e de casa, são abertas aos alunos perspectivas de, após os dois anos de estudos introdutórios, encaminharem-se, além daquele campo, para:

1. Arquitetura de Construção Civil, ou seja, para o domínio da técnicas da Indústria de Construção;
2. Desenho Industrial, ou arquitetura de objetos, como utensílios, etc.
3. Arquitetura Paisagística, com o domínio dos conhecimentos da Ecologia e Botânica, para a composição da paisagem;
4. Urbanismo e Planejamento Regional, com vistas à formação de arquitetos capazes de trabalhar em equipes devotadas ao problema da reordenação da vida regional, através de planos de desenvolvimento econômico-social ou da implantação de redes urbanas com melhores condições de vida;
5. Comunicação Visual, compreendendo os campos especializados da Fotografia, do Cinema, da Televisão, com o uso dos meios audio-visuais [sic] na educação e na difusão cultural. (Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, 1962, p. 44)

Para alcançar esses objetivos, o currículo tradicionalmente seguido no Brasil teve de ser revisto, para aproximar os alunos das técnicas artesanais e industriais básicas do campo da Arquitetura, bem como de neles inculcar, simultaneamente, maior preocupação com a história das artes e melhor compreensão dos momentos brasileiros de superior criatividade artística. Além disso, o curso assume como objeto de estudo e campo de treinamento a cidade de Brasília (Universidade de Brasília, 1975a).

A estrutura do curso-tronco de Arquitetura e Urbanismo, mesmo em caráter provisório, foi dividida inicialmente em três departamentos: Teoria e História, Representação e Expressão e Tecnologia da Construção. O Prof. Edgar Graeff, que dirigiu a FAU juntamente com Oscar Niemeyer, nos primeiros anos, após o primeiro ano de atividade, fez críticas à divisão departamental, julgando-a precipitada e alegando que tal divisão não correspondia ao curso que se idealizava para 1964 (ano previsto para estruturação definitiva do curso). Alegava também que a divisão adotada diminuía as possibilidades de trabalho em equipe e que gerava dificuldades no compartilhamento dos conhecimentos, sugerindo uma série de revisões para evitar no curso o retrocesso àquilo que chamava de “divórcio entre a arte e a técnica” (Fuentes, 2017, p. 76).

Essa experiência de ensino desenvolveu-se de 1962 a 1964, quando foi interrompida em função do cenário político vivido no país. Uma série de mudanças, implementadas de maneira autoritária, desencadeiam um processo que iria tornar a UnB um centro de resistência na Capital Federal e o movimento estudantil a maior força de mobilização contra a ditadura no Distrito Federal. Tudo isso iria culminar na paralisação das atividades do curso:

Na UnB, no dia 28 de julho de 1964 a Instrução da Reitoria n. 9 determinou a extinção dos cursos-tronco, e em 1965 todos os cursos passaram a ser ministrados em regime integral, isto é, integralmente nas faculdades profissionais, sem os cursos básicos.

[...]

No dia 18 de outubro de 1965, 15 professores foram demitidos, acusados de incompetência ou de subversão; destes, foram presos Edgar Albuquerque Graeff, Eustáquio Toledo Machado Filho, José Zanine Caldas, Ítalo Campofiorito, Nelson Rossi, José Paulo Sepúlveda Pertence, Lincoln Ribeiro, Perseu Abramo, José Albertino Rodrigues, Hélio Pontes, Ramiro de Porto Alegre Muniz, Glênio Bianchetti e José Guilherme Vilela. A ordem de prisão atingia ainda Oscar Niemeyer e o maestro Cláudio Santoro, ausentes de Brasília na ocasião. Mas a reação não se fez esperar: no dia seguinte, em solidariedade aos colegas e farto do clima de instabilidade que havia se instalado na universidade, 223 dos 305 professores pediram demissão.

[...]

Como se essa perda nada significasse para a qualidade do ensino e para o desenvolvimento da UnB, no dia seguinte à demissão coletiva dos professores, a Reitoria, considerando a decisão dos docentes um ato de indisciplina, já anunciava o recrutamento de novos docentes.

[...]

A recomposição emergencial do quadro docente, feita em 1966, não foi bem recebida pelos estudantes. Exigindo a demissão dos novos professores, os alunos do Instituto de Artes e da

Faculdade de Arquitetura (ICA/FAU) suspenderam as aulas, fecharam literalmente os prédios que ocupavam e iniciaram uma greve que duraria vários meses.

[...]

Numa tentativa de reiniciar as aulas, o reitor Laerte Ramos de Carvalho convidou Oscar Niemeyer para reestruturar o curso de Arquitetura. Em solidariedade aos demais professores, o arquiteto recusou o convite e indicou o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) para assessorar a universidade na contratação de novos professores.

[...]

Em janeiro de 1968, a reitoria da UnB contratou um grupo de professores do Paraná, composto pelos arquitetos José Maria Gandolfi, Roberto Luiz Gandolfi, Jaime Lerner, Marcos Prado e Leo Bonguestap, o que desagradou os estudantes da FAU, que, além de fortemente influenciados pelas referências deixadas pelos fundadores, reivindicavam o direito de participar na escolha do quadro docente da escola. (Cavalcante, 2021, pp. 100–103)

O ICA e a FAU tiveram sua reabertura definida em um grupo de trabalho constituído em maio de 1968, composto por Neudson Braga, Miguel Alves Pereira, Liberal de Castro, Paulo Mendes da Rocha, Paulo de Mello Bastos e Paulo Barbosa Magalhães, representando as diferentes Universidades Federais e Institutos dos Arquitetos do Brasil – IAB – e arquitetos de Brasília (Universidade de Brasília, 1975a). Os estudantes retomaram as aulas em outubro de 1968 (Cavalcante, 2021).

As duas unidades de ensino passaram a ter um único coordenador, com uma maior interação administrativa, didática e conceitual, “com a intenção de concretizar uma experiência universitária que pudesse dar ao campo das artes um sentido revitalizado de abordagem, afastando-se da velha tradição das escolas de ‘Belas Artes’, e voltando-se para uma maior profissionalização dos diferentes setores desse campo de conhecimento” (Universidade de Brasília, 1975a, p. 6).

Até o início de 1970, o ICA/FAU estava organizado em seis departamentos, sendo:

INSTITUTO CENTRAL DE ARTES – ICA:

- Departamento de Cinema e Fotografia;
- Departamento de Expressão e Representação;
- Departamento de Música;
- Departamento de História.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO – FAU:

- Departamento de Projeto [de Edificação e Urbanismo]²⁵;
- Departamento de Tecnologia.

²⁵ No documento da proposta do curso de Mestrado em Planejamento Urbano, de 1975, consta apenas “Departamento de Projeto”. No Relatório das Atividades UnB 1969, consta “Departamento de Projeto de Edificação e Urbanismo”.

A partir de março de 1970, consumou-se a fusão das duas unidades (ICA e FAU), surgindo o [INSTITUTO DE ARTES E ARQUITETURA – IAA](#) –, com apenas três departamentos:

- [AUR](#) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo;
- Departamento de Artes Visuais e Cinema²⁶, que, em 1971, foi transformado em Departamento de Desenho (Universidade de Brasília, 1975a, p. 6);
- Departamento de Música.

Em 1976, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo, para atender às demandas provenientes de um longo processo de avaliações e da institucionalização de um currículo mínimo no âmbito nacional, é desmembrado em três departamentos, que irão constituir o [INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO](#), o [IA](#):

- Departamento de Arquitetura;
- Departamento de Urbanismo;
- Departamento de Desenho²⁷.

A reestruturação que conferiu à FAU *status* de Instituto tinha como prioridade o reequilíbrio da carga-horária entre as áreas e a tentativa de conferir realismo à oferta de disciplinas geradoras de diversificações profissionais, uma vez que a carga-horária de disciplinas obrigatórias já excedia o total de créditos exigidos (Universidade de Brasília, 1975a).

É importante perceber que o Curso de Arquitetura e Urbanismo da UnB nasce desde o Instituto Central de Artes, ou seja, tem sua procedência claramente fundamentada nas artes, dentro de uma concepção ampla e com a missão integrativa das ciências com as artes. O ICA e a FAU experimentam uma estrutura “administrativa, didática e conceitual” em comum por mais de 10 anos. No entanto, durante a ditadura, observa-se um “encolhimento” das artes que culmina em uma inversão, que pode ser verificada na estrutura que as unidades acadêmicas assumem em 1976, que permanece até o final da década de 1980. Nesse momento, as artes ficam reduzidas ao Departamento de Desenho, abrigado no IA, e ao Departamento de Arte, dedicado à música, contido no Instituto de Expressão e Comunicação (IC). Somente em 1988 o Instituto de Artes recuperou sua autonomia com a criação do IdA – Instituto de Artes –, que passou a compreender os Departamentos de Artes Visuais, Departamentos de Artes Cênicas e Departamentos de Música, e, mais tarde (2004), o Departamento de Desenho Industrial.

Também merece destaque o fato de que, mesmo com seus departamentos divididos entre Arquitetura e Urbanismo, há indícios da existência de um microcosmo do projeto inicial da FAU (de 1962), nas atividades de pesquisa e ensino de cada um dos departamentos, que contemplavam, igualmente nos dois departamentos, as áreas de teoria e história, projeto e tecnologia, porém, de maneira mais especializada para a arquitetura e para o urbanismo, apoiados pelo Departamento de Desenho, que ofereceria suporte

²⁶ O Curso de Cinema foi extinto em 1971.

²⁷ A FAU abrigou o Departamento de Desenho (que junto com o Departamento de Arte (correspondia ao antigo ICA) até 1988, quando o IdA recupera sua autonomia.

aos campos de expressão e de representação das duas áreas (Universidade de Brasília, 1975a). Após a extinção do Departamento de Desenho, os dois departamentos voltam a contemplar também a pesquisa e o ensino da área da representação e expressão (Universidade de Brasília, 1996).

Em 1976, ocorre, também, a retomada da Pós-Graduação (que funcionara na primeira fase da FAU, entre 1962 e 1965), com o início do Mestrado em Planejamento Urbano, já dentro do [INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO \(IA\)](#). O objetivo principal do curso era de atender às demandas por capacitação de recursos humanos no campo das políticas públicas e do desenvolvimento das cidades, assim como acomodar programas e convênios junto ao Governo Federal e ao governo local (Universidade de Brasília, 1975a).

É importante mencionar que os(as) professores(as) do Departamento de Geografia (e de outros departamentos), também atuavam nos Mestrados oferecidos pela FAU, tanto como docentes, como orientadores(as) ou participando das bancas de avaliação. Um exemplo ilustrativo é a dissertação de mestrado de Rafael Sanzio dos Anjos (que posteriormente se tornou professor no GEA), orientada pelo Prof. Aldo Paviani, cuja banca avaliadora tinha em sua composição a Prof.^a. Suely Gonzales, da FAU, e o Prof. Brasilmar Ferreira Nunes, do Departamento de Sociologia (Anjos, 1991b).

Outro exemplo da interação entre professores(as) a partir da Pós-Graduação da FAU é a dissertação de Nelba Penna (que posteriormente se tornou docente no GEA), orientada pelo Prof. Aldo Paviani, com banca de avaliação composta pela Prof.^a. Suely Gonzales e pelo Prof. Ricardo Farret, ambos da FAU (Penna, 1991).

A Pós-Graduação manteve a ênfase no Planejamento Urbano e na História e Crítica da Arquitetura e do Urbanismo até os anos 1980, quando o Desenho Urbano surgiu como percurso paralelo à pesquisa no âmbito da FAU-UnB.

Em 1986, como desdobramento do Mestrado em Planejamento Urbano, tem início também o Mestrado em Desenho Urbano, voltado para o estudo da configuração físico-espacial das cidades.

Em 2 de abril de 1996, com a extinção dos Departamentos de Arquitetura (ARQ) e Urbanismo (URB), a FAU assume sua estrutura atual, composta por três Departamentos:

- Departamentos de Projeto, Expressão e Representação em Arquitetura e Urbanismo (PRO);
- Tecnologia em Arquitetura e Urbanismo (TEC);
- Teoria e História em Arquitetura e Urbanismo (THAU).

A estrutura definida nessa ocasião – e mantida até hoje – é uma evolução da primeira estrutura da FAU, ainda no curso-troco em 1962: *Departamento de Teoria e História; Departamento de Representação e Expressão e Departamento de Tecnologia da Construção*, diferenciando-se apenas pela inclusão expressa de Projeto no Departamento de Expressão e Representação e pela declaração das áreas de Arquitetura e Urbanismo nos nomes de cada um dos Departamentos.

Na segunda metade da década de 1990, os cursos de Mestrado em Planejamento Urbano e Mestrado em Desenho Urbano oferecidos pela FAU passam por uma reestruturação que retoma sua estrutura anterior como um programa único, o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-FAU). A estrutura do programa abrangia três áreas de concentração de pesquisa:

1. Planejamento Urbano e Projeto Urbanístico;
2. Tecnologia, Paisagem, Ambiente e Sustentabilidade;
3. Teoria, História e Crítica.

Por volta dos anos 2000, a Pós-Graduação passa por mais um processo de reorganização e, no final de 2002, passa a oferecer o Doutorado, adotando a estrutura em 3 áreas de concentração e respectivas linhas de pesquisa que se mantém até hoje:

1. **Teoria, História e Crítica:**
 - Arquitetura, cidade e território;
 - Patrimônio e preservação;
 - Estética, Hermenêutica e Semiótica.
2. **Tecnologia, Ambiente e Sustentabilidade:**
 - Estruturas e Arquitetura;
 - Sustentabilidade, qualidade e eficiência do ambiente construído;
 - Tecnologia de produção do ambiente construído.
3. **Projeto e Planejamento:**
 - Paisagem, território e políticas urbanas;
 - Configuração urbana, apropriação e participação social.

Em meados de 2010, como resultado do Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais –, foi implementado o curso noturno, demandando a contratação de novos docentes, cerca de 21 no período entre 2008 e 2012.

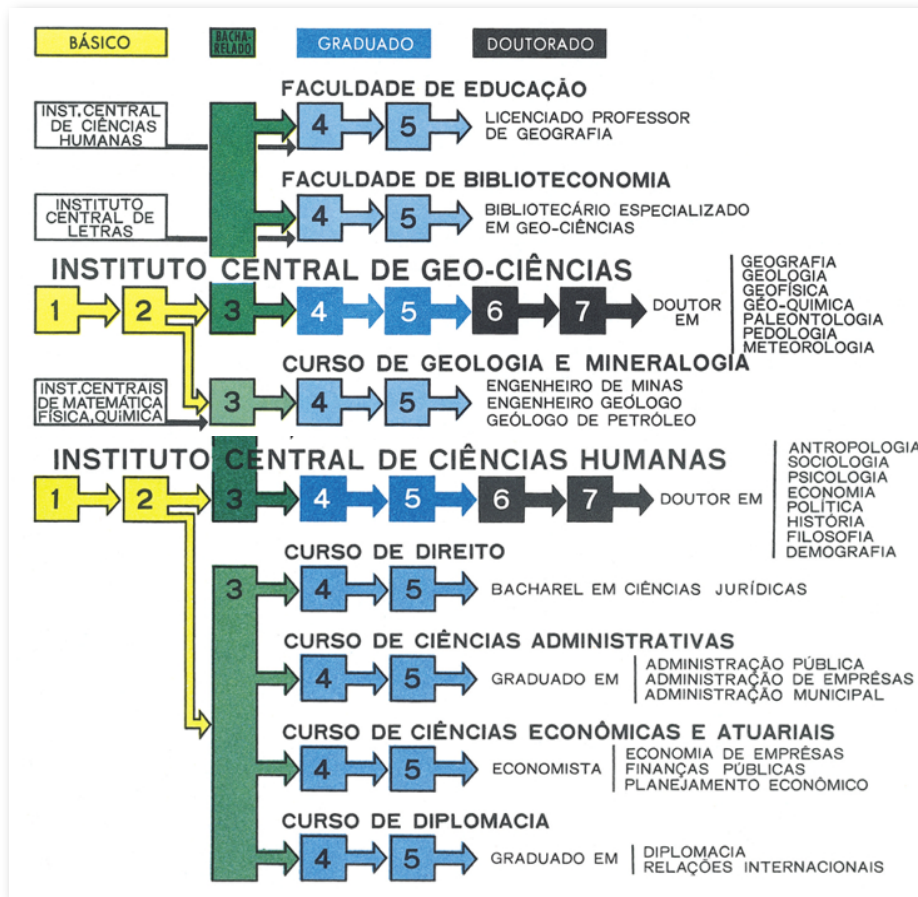
No contexto atual (2024), as disciplinas são organizadas por departamento, mas os(as) professores(as), são lotados nessa estrutura departamental por afinidade de suas áreas de conhecimento e movimentam-se ministrando disciplinas de todos os departamentos, o que traz a desejável integração entre os saberes, enriquecendo a experiência didática e a pesquisa.

Em relação à Geografia e à formação do(a) geógrafo(a) prevista pelo Plano Orientador da UnB (Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, 1962), a figura 23 apresenta algumas possibilidades de fluxo:

- professor(a) licenciado em Geografia formado pela Faculdade de Educação, a partir do Instituto Central de Ciências Humanas;
- formação do(a) Doutor(a) em Geografia vinculada ao Instituto Central de Geociências;
- doutoramento em Demografia pela via do Instituto Central de Ciências Humanas.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Bacharelado em Geografia (2015), o primeiro projeto de criação do Curso de Geografia remonta ao início da década de 1960, entre 1963 e 1964, com a participação de nomes expressivos da Ciência Geográfica Brasileira à época: Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, Aluizio Licínio M. Barbosa, Edson Rabelo dos Santos, Milton Santos, Luiz de Oliveira Castro, Ramiro do Porto Alegre Muniz e Sylvio Queiros Mattoso. Esse projeto foi interrompido por questões associadas ao momento político vigente do país (Universidade de Brasília, 2015, p. 2).

Figura 23 – Fluxos de acesso e formação - UnB – 1962



Fonte: Plano Orientador da Universidade de Brasília, 1962.

O mesmo documento (Universidade de Brasília, 2015) registra que, em outubro de 1967, o projeto de criação do curso de Geografia avança, por meio de designação de Comissão Especial composta pelos(as) seguintes especialistas e professores(as) universitários(as): Maria do Carmo Corrêa Galvão (UFRJ), Aziz Nacib Ab'saber (USP), Carlos de Castro Botelho (IBGE), Nilo Bernardes (IBGE) e Nice Lecocq Muller (USP).

Em 1968, algumas disciplinas de caráter geográfico já eram ministradas no recém-criado curso de Geologia, então lotado no Instituto Central de Geociências, assim como nos cursos de Antropologia e Sociologia, ambos alocados no então chamado Instituto Central de Ciências Humanas (Universidade de Brasília, 1969b).

Em 1969, já era possível optar pela formação em Geografia, como confirma o Diagnóstico de Desenvolvimento da UnB 1962/1968:

Os alunos que ingressam na área de ciências Exatas e optam pelo bacharelado no Instituto de Geo-Ciências [sic] prosseguem estudos no próprio instituto, com vistas a graduação em Geologia, Geofísica, Geoquímica, Paleontologia e Mineralogia e, mediante a obtenção de créditos no Instituto de Ciências Humanas. Graduar-se-ão, ainda, em **Geografia**. Já se encontra em funcionamento o curso de Geologia, estando em fase de instalação, em 1969 o de **Geografia**. (Universidade de Brasília, 1969a, p. 191)

O curso de Geografia iniciou suas atividades em 1969, vinculado ao Instituto de Geociências. De acordo com o Prof. Aldo Paviani, as atividades de instituição do curso em 1969 foram coordenadas pelo denominado Grupo Gerador da Geografia:

Lembro que, em 1969, ao ser convidado para trabalhar na UnB, havia ensino de Geografia no antigo Instituto de Ciências Humanas, Geografia da População na Faculdade de Ciências da Saúde e Geomorfologia no Instituto Central de Geociências (ICG). Em meados de 1969, constituiu-se o Grupo Gerador da Geografia, encarregado de elaborar um plano para o futuro Departamento. Esse grupo era formado pelos Profs. Getúlio Vargas Barbosa, Ignez Costa Barbosa Ferreira, Azize Drumond e por mim. (Paviani, 2007, p. 2)

A partir de 1970, o Instituto Central de Geociências se torna um departamento dentro do Instituto de Ciências Exatas, o Departamento de Geociências, juntamente aos Departamentos de Química, Física e Matemática.

O curso foi organizado para o horário diurno e estruturado com duas habilitações que permanecem até hoje, Bacharelado e Licenciatura. A estrutura curricular, no primeiro ano do curso, contava com dois semestres de disciplinas do chamado *Ciclo Básico Geral* e, no restante do curso, denominado *Ciclo Profissional*, eram ministradas disciplinas específicas de conteúdo geográfico. A Licenciatura Plena e Bacharelado do curso de Geografia foram reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação em 1975 (Universidade de Brasília, 2015).

A Geografia é mencionada nos documentos examinados como “curso” ou como “setor” até 1974, quando passa a compor um Departamento conjunto com o curso de História, no Instituto de Ciências Humanas – ICH –, que, na ocasião, possuía três departamentos:

- Departamento de Geografia e História – GEH;
- Departamentos de Ciências Sociais – CIS;
- Departamento de Economia – ECO.

Alguns anos depois, em 1986, dar-se-ia o desmembramento. Cria-se, neste momento, mais três departamentos dentro do Instituto de Ciências Humanas – IH:

- Departamento de Geografia – GEA;
- Departamento de História – HIS;
- Departamento de Filosofia – FIL.

Em 1986, foi criado o CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares –, um centro vinculado diretamente à Reitoria, constituído por Núcleos Temáticos (NTs), com objetivo de coordenar e de apoiar

atividades multi, inter e transdisciplinares oferecidas e realizadas pelos NTs e por suas diferentes esferas de atuação.

Essa ideia acalentava um intento de experimentação, no seio de uma Universidade com vocação progressista, de um padrão não convencional de construção e organização do saber e do fazer acadêmico, técnico e artístico, centrados no paradigma da inter e multidisciplinaridade, que se mostrava: avesso à compartimentalização do conhecimento, à monopolização disciplinar de conteúdos, ao raciocínio dicotômico e à linguagem incomunicável, sem, contudo, eliminar a disciplinaridade e a especialização. (Universidade de Brasília, 2019, p. 33)

Junto com o CEAM, iniciam-se as atividades do NEUR – Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais –, que foi coordenado pelo Prof. Aldo Paviani e que, durante os anos 90 até por volta de 2010, tornou-se uma das principais referências em pesquisa sobre Brasília, com a publicação da *Coleção Brasília*. Essa série de livros, gestada no âmbito do NEUR, foi difundida inicialmente com o título *Textos de pesquisa do NEUR*, contendo os estudos realizados pelos(as) docentes e estudantes de pós-graduação de vários campos disciplinares. A partir de 1985, foi organizada em formato de livros e publicada pela Editora da UnB. Essas coletâneas de estudos foram republicadas em 2010 em uma edição comemorativa.

O ICH manteve a mesma estrutura departamental assumida em 1986²⁸, vindo a agregar, ainda na década de 1980, o Departamento de Serviço Social (que era vinculado às Ciências Sociais), assumindo até os dias atuais a seguinte estrutura:

- Departamento de Geografia – GEA;
- Departamento de História – HIS;
- Departamento de Filosofia – FIL;
- Departamento de Serviço Social – SER.

O Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEA – foi criado em 1996, com o curso de Mestrado e, a partir de 2011, iniciou o curso de Doutorado.

O PPGEA é formado por uma área de concentração: Gestão Ambiental e Territorial e por três linhas de pesquisas estruturadas da seguinte forma:

1. Análise de Sistemas Naturais;
2. Geoprocessamento;
3. Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

De acordo com informações divulgadas no sítio da internet do Programa, o curso tem como objetivo principal formar docentes, pesquisadores(as) e profissionais qualificados para o desenvolvimento de atividades de ensino e de pesquisa, nos setores público e privado, visando à competência do conhecimento científico, acadêmico e tecnológico para a gestão territorial e ambiental. Nos objetivos específicos elencados, destaca-se a ênfase conferida ao Bioma Cerrado, à Região de Brasília, e,

²⁸ Nos anos 1980, o Departamento de Ciências Sociais também fazia parte do Instituto de Ciências Humanas e seus departamentos desmembrados (Sociologia e Antropologia) passam a compor o Instituto de Ciências Sociais na década de 1990.

especificamente ao DF e à RIDE como objetos de estudo. Também pode-se perceber, nos objetivos específicos, a importância do programa na formação de professores, particularmente na área de Geografia, para atuar nos estabelecimentos públicos e privados, capacitados a posicionar-se criticamente frente às realidades complexas do espaço contemporâneo brasileiro.

Porém, vale destacar que o PPGEA, hoje, é integrado por um corpo docente diversificado, o que ganha vulto, a partir de 2007, com a adesão da UnB ao Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Com cerca de 12 docentes até 2007, o Departamento de Geografia praticamente dobrou o número de professores(as), sendo uma parte deles(as) dedicados(as) a projetar o GEA e o PPGEA no cenário nacional e internacional, sobretudo, via América Latina e Caribe; tal internacionalização de recorte latino-americano foi inaugurada em 2015, pelo GECIPA – Grupo de Pesquisas CNPq Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe –, núcleo de pesquisas fundado em 2011.²⁹

Além disso, em meados de 2010, ainda como resultado do Reuni, foi implantado o curso de Bacharelado em Turismo, de perfil interdisciplinar, viabilizado pela parceria entre seguintes unidades acadêmicas: Centro de Excelência em Turismo, Departamento de Administração, Departamento de Economia, Departamento de História, Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Biológicas e Faculdade de Educação, gerando impactos no GEA, no que diz respeito à contratação de novos docentes e à ampliação dos horizontes de pesquisa e de extensão.

Com base no breve histórico aqui apresentado, cabe destacar alguns aspectos relevantes para a leitura da obra dos(as) docentes que será realizada nas próximas seções desse capítulo:

- Há uma grande diferença no porte das duas unidades acadêmicas em tela, desde a fundação da UnB. A FAU, desde sua implantação, nasce como Faculdade, passando um pequeno período como Departamento (cerca de 6 anos), para depois assumir novamente uma estrutura acadêmica de maior porte, no formato de um Instituto, e depois se reestrutura numa Faculdade. Sua estrutura é composta por mais de um departamento, durante a maior parte do tempo. Já o Departamento de Geografia só conquistou a autonomia administrativa e acadêmica a partir de 1986, possuindo sua estrutura compartilhada em outros departamentos desde a formalização do curso em 1969;
- O curso de Geografia, a despeito de ter sido criado formalmente no Instituto de Geociências e ter feito parte do Instituto de Ciências Exatas, possui sua tradição pautada, também, na Geografia Humana, acompanhando, ao longo dos anos, as transformações disciplinares da Geografia. Além disso, a implantação da Geografia na UnB se deu, simultânea e

²⁹ Em 2011, o Prof. Everaldo Costa (UnB) e Prof.^a Bernadete Castro (UNESP/Rio Claro, São Paulo) criaram o GECIPA, que pretendia um caráter nacional. Quando o coordenador do grupo saiu para seu primeiro pós-doutorado (UNAM e USP), entre 2015-2016, um dos resultados acadêmicos práticos foi a criação da **PatryTer** – Revista Latino-Americana e Caribenha de Geografia e Humanidades (2017), revista que nasce internacional, focada em nosso continente. Simultaneamente, foi instituído o CLUP, Colóquio Latino-Americano sobre Urbanização e Patrimonialização, evento bianual e itinerante na América Latina e Caribe. Em 2017, ocorreu o I CLUP, na Cidade do México (UNAM); em 2019, ocorreu o II CLUP, na cidade de Brasília (UnB); o III CLUP ocorreu em Guadalajara (UdeG), em 2022. No ano de 2024, será realizado o IV CLUP (Bahía Blanca, Argentina).

paulatinamente, a partir do Instituto de Ciências Humanas, que oferecia, inicialmente, a formação de professores(as) de Geografia;

- A FAU pode ser considerada uma Escola de Arquitetura de tradição em belas artes, devido à sua concepção e sua trajetória dentro da instituição, desde o ICA. Toda a trajetória da FAU resultou, mesmo após todas as transformações, numa estrutura muito similar àquela idealizada por seus criadores, em 1962. Assim, pode-se compreender que sua tradição se forma tanto pelas artes como pela tecnologia, já que em sua estrutura sempre esteve presente uma área dedicada à tecnologia [da construção e da cidade];
- Percebe-se quatro principais momentos de reestruturação das unidades acadêmicas, que podem ser verificadas na figura 24 e que estão destacadas aqui:
 - **1970:** fusão do ICA/FAU em um único Instituto, o de Arte e Arquitetura no qual a FAU assume o formato de um departamento, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo; o Instituto de Geociências vincula-se ao Instituto de Ciências Exatas na forma de Departamento;
 - **1974 a 1976:** criação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, com a cisão dos Departamentos de Arquitetura e de Urbanismo, retomada da Pós-Graduação, com o Mestrado em Planejamento Urbano, e realocação da Geografia no Instituto de Ciências Humanas, junto à História e à Filosofia, compondo o GEH. Também cabe destacar o encolhimento e a dispersão da área de artes, antes Instituto Central, chegando a ser compartimentada em um Departamento de Desenho, dentro do IAU, e outro de Arte (música), no Instituto de Comunicação³⁰;
 - **1986:** Reestruturação acadêmica que corresponde ao início do período de redemocratização do país e da universidade, momento em que muitas unidades acadêmicas são reestruturadas em busca de autonomia e dentro de uma proposta de integração interdepartamental. No entanto, em 1987, o ciclo básico foi extinto³¹, enfraquecendo a articulação do sistema tripartido. Para mitigar os problemas gerados por essa medida, criou-se o CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares –, que buscava impulsionar a integração pela via da multidisciplinaridade (Almeida, 2017). Nesse contexto, a Geografia ganha autonomia com a criação do Departamento de Geografia, dentro das Ciências Humanas, e a coordenação do NEUR é conferida ao Prof. Aldo Paviani, que, junto com a Prof.^a Ignez Barbosa Ferreira, atuou como articulador entre departamentos e universidades, por pelo menos três décadas;
 - **1996:** Reestruturação da Pós-Graduação da FAU com reorganização das áreas de concentração e das linhas de pesquisa; criação do PPG/GEA, com uma área de concentração;

³⁰ O Instituto de Artes (IdA) recupera sua autonomia em 1988.

³¹ Resolução do Consuni nº 027/87, de 14 de dezembro de 1987.

- **2008-2012:** A adesão da UnB ao Reuni e sua implementação entre os anos de 2008 e 2012 gera impactos na FAU, que resultam na ampliação de vagas ofertadas, com a criação do curso noturno, e conseqüente aumento do quadro de docentes; no GEA, os impactos resultantes do programa são, proporcionalmente, ainda maiores, já que o número de docentes praticamente dobra, repercutindo diretamente na diversificação da pesquisa, que passa a cobrir distintas facetas disciplinares que até então raras no Departamento; nesse contexto, a criação do curso [interdisciplinar] de Turismo também tem repercussão no GEA, pois promove a aproximação interdisciplinar com outras unidades acadêmicas.

Por fim, vale comentar que a conformação das unidades acadêmicas de quase toda a UnB é datada do final dos anos 1990, e que, em certa medida, essa estrutura se conserva até hoje, com pequenos adendos e modificações pontuais, principalmente relacionadas aos programas de pós-graduação e aos cursos que foram implementados depois, principalmente pelo REUNI. Para contextualização:

Em 2022, integram a UnB: 12 institutos, 14 faculdades, 52 departamentos, 19 centros, 8 decanatos, 5 secretarias e/ou assessorias, 8 órgãos complementares, 3 órgãos auxiliares, 2 hospitais veterinários, 4 bibliotecas, 718 laboratórios, 1 fazenda e 4 campi (Darcy Ribeiro, Planaltina, Ceilândia e Gama). São ofertados 138 cursos de graduação com suas respectivas habilitações, sendo 98 diurnos, 31 noturnos e 9 a distância. Além disso, a UnB oferece 159 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 90 de mestrado e 69 de doutorado, e 3 residências. (I. F. B. Silva, 2022, p. 60)

A interpretação que se deseja construir nessa tese nada tem a ver com estabelecer uma comparação ou um *ranking* da produção científica dos(as) pesquisadores(as). Ao contrário, pretende-se apreender o conjunto de obras escritas como um mosaico diversificado de estudos sobre a cidade de Brasília, a partir da UnB, que contribuem, cada um do seu modo e enfoque, para a compreensão da realidade e da história da cidade, com suas contradições e conflitos.

3.2 UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: LABORATÓRIO SÍNCRONO DO FAZER E DO PENSAR A CIDADE

Para melhor compreender sob quais tradições os professores(as) pesquisadores(as) dedicados(as) às questões espaciais e urbanas, atuantes desde a Universidade de Brasília, elaboram suas visões sobre a produção da cidade, é importante refletir sobre os possíveis reflexos ocasionados pela simultaneidade da construção da cidade com a constituição da universidade.

Em que medida o fato de a construção de Brasília e da UnB se confundirem em termos temporais e espaciais as torna singulares?

Essa simultaneidade ocorreu em outras universidades do Brasil? Por certo as cidades continuam a se realizar após a fundação das suas universidades e essas a produzirem conhecimento em nome de resolver seus problemas urbanos. Porém, quando a UnB veio a se concretizar, Brasília havia sido inaugurada há apenas dois anos. Eram muitos os desafios diante dos quais os intelectuais se debruçavam para fazer a nova capital acontecer e dessas dificuldades surgiam, naturalmente, reflexões acadêmicas.

Para conceber a ideia dessa simultaneidade como singular no Brasil, vale constatar que, em outras cidades planejadas no Brasil, como Teresina, Aracaju, Belo Horizonte, Goiânia, Boa Vista e Palmas, as universidades não tiveram esse nível de sincronia, já que foram implantadas posteriormente à consolidação das cidades.

É possível afirmar, em relação à criação da UnB, que havia, entre outras ambições inovadoras, a de estabelecer uma universidade disposta ao enfrentamento dos problemas reais da sociedade brasileira e latino-americana, como se observa em alguns textos sobre sua criação e nas primeiras décadas de sua existência.

Na Exposição de Motivos (E. M. nº492), apresentada pelo então Ministro da Educação e Cultura Clóvis Salgado, na ocasião da justificativa do projeto de lei para criação da Universidade de Brasília, em 16 de abril de 1960, nota-se a exaltação à oportunidade de criar algo inovador, a partir de um campo totalmente livre, e a proposição de uma universidade estruturada para participar ativamente dos processos de desenvolvimento propostos à época.

[...]

11. É o que se tenta fazer agora em Brasília, aproveitando-se a rara oportunidade de encontrar-se o campo inteiramente livre para receber a ideia renovadora. [...]

[...]

17. Consciente do dever que lhe cabe de apoiar o povo brasileiro no arrojado esforço de desenvolvimento em que se acha empenhado, a Universidade de Brasília dará ênfase aos seus propósitos de colaboração. No tronco novo da Nação, não quer brotar apenas como floração ornamental de cultura, mas como raiz que alicerça e nutre. Não quer ficar isolada em torre de marfim, a cultivar as puras virtudes do espírito, antes deseja descer a planície e pelejar, ao lado do povo, pela sua crescente prosperidade. Deseja ser uma oficina sempre acesa, forjando capacidades mais ágeis e alavancas mais robustas para moverem o nosso esplêndido progresso. (Salmeron, 2012, pp. 63–65)

Também na apresentação do Plano Diretor da Universidade, documento de 1962, é explícito o compromisso assumido pela nova universidade de buscar soluções para os problemas brasileiros:

Esta universidade nova é que hoje se institui. Planejada à luz da experiência nacional e internacional. Destinada a cumprir funções específicas de assessoramento aos poderes públicos em todos os campos do saber. Voltada para o cultivo da ciência e da técnica. Comprometida com o estudo e a procura de soluções para os problemas que afligem o nosso povo. (Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, 1962)³²

Alguns autores consideram que o clima de concepção e construção da UnB se dá com “a participação otimista de alguns intelectuais, numa tentativa de introduzir mudanças nas estruturas universitárias” (Salmeron, 2012, p. 28).

Para contextualizar, é importante dizer que o curso de Arquitetura e Urbanismo da UnB iniciou suas atividades na ocasião da inauguração da universidade, quando começaram a funcionar três cursos-tronco: 1) Direito, Administração e Economia, 2) Arquitetura e Urbanismo e 3) Letras Brasileiras. Todos eles eram ministrados através de programas comuns de dois anos de estudos, ao fim dos quais o aluno faria a opção definitiva pela carreira, anteriormente escolhida.

Em 1962, ainda no curso-tronco de Arquitetura e Urbanismo, é clara a intenção dos seus fundadores de instituir um vínculo entre suas atividades acadêmicas e a construção da cidade e, sobretudo, do *campus* universitário que ainda estava em implantação:

O curso teria como objeto de estudo a cidade de Brasília, do ponto de vista urbanístico e arquitetônico e, como campo de treinamento, o próprio projeto da Universidade de Brasília, cujo desenvolvimento caberia, principalmente, à equipe de professores e alunos pós-graduandos. (Universidade de Brasília, 1975a, p. 3)

Além das mudanças propostas para a própria universidade, também é presente na época a vontade de fazer do canteiro de obras que se instalara na capital uma oportunidade única na formação dos arquitetos, como demonstra Salmeron (2012), ao se referir à atuação de Alcides Áquila da Rocha Miranda, coordenador do ICA – Instituto Central de Artes:

Instalou-se (Alcides) em Brasília em 1960, antes da criação da universidade, para fundar o núcleo do SPHAN³³, o que demonstra seu interesse pelo desenvolvimento cultural da nova cidade, para o que foi, efetivamente, um dos pioneiros. Em seus primeiros contatos com a capital inacabada, pensou em organizar em Brasília uma escola de arquitetura onde a análise detalhada de construções, entre as muitas que lá se faziam, completaria a formação dos estudantes, em seu próprio dizer ‘assim como um Hospital das Clínicas funciona para treinamento dos estudantes de medicina’. (Salmeron, 2012, p. 115)

³² Palavras do Presidente da República João Goulart ao sancionar a Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que instituiu a Fundação Universidade de Brasília.

³³ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Alcides da Rocha Miranda trabalhou como arquiteto do SPHAN por 38 anos, colaborando com Rodrigo Mello Franco de Andrade e Mario de Andrade.

Salmeron destaca que o sucesso da experiência instituída nos primeiros anos da Faculdade de Arquitetura poderia ser atribuído ao peso da liderança de Oscar Niemeyer, associado ao entusiasmo que envolvia a construção da cidade e da universidade, assim como a participação simultânea do corpo docente e discente em atividades teóricas e profissionais no âmbito do **CEPLAN** – Centro de Estudos e Planejamento Arquitetônico e Urbanístico –, atual Centro de Planejamento Oscar Niemeyer, onde ocorria uma oportunidade considerada à época como única.

Voltemos às atividades da Faculdade de Arquitetura. Havia coerência no seu funcionamento, com um conjunto trabalhando em estreita colaboração, todos os professores participando dos cursos de formação, de pós-graduação e dos trabalhos do CEPLAN. Este planejava os edifícios e o urbanismo do campus, mas suas atividades iam além da universidade, realizando projetos também para órgãos do governo.

Os arquitetos que faziam pós-graduação seguiam cursos específicos e participavam das atividades profissionais no CEPLAN, encontrando, assim, excepcional ocasião de colaborar em trabalhos de vanguarda. Um grupo de instrutores teve como tema de tese³⁴ de mestrado o projeto de uma superquadra para habitação de funcionários do Itamaraty, denominada Quadra São Miguel. Não é exagero dizer que talvez não tenha havido, no país, escola de arquitetura que pudesse oferecer aos alunos melhor oportunidade para boa formação. (Salmeron, 2012, pp. 131–132)

O **CEPLAN**, também criado em 1962, nasceu com uma tripla missão: primeiro, projetar e executar as edificações necessárias para abrigar as atividades do novo campus universitário; segundo, como parte do projeto político-pedagógico da nova universidade, funcionar como suporte para a prática profissional dos(as) professores(as), instrutores(as) e estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e, terceiro, buscar, por meio do desenvolvimento de tecnologia, soluções para os problemas da nação brasileira, carente de habitações e equipamentos de uso social (Cavalcante, 2021).

O ex-reitor da UnB, Prof. João Claudio Todorov, comenta, em um depoimento, a intenção transformadora proposta para o País a partir da universidade:

o "território do saber" que os criadores da UnB pretendiam demarcar em Brasília pode não ter atingido os limites propostos, mas aos poucos foi sendo habitado e ganhando movimento e seus membros foram capazes de alavancar uma sólida instituição que chegou para ficar. Seus idealizadores queriam reunir nesse espaço um contingente de cientistas e intelectuais com força para transformar o universo cultural do país. Este se encontrava embalado pelas ideias de desenvolvimento, modernidade e futuro. (Todorov, 1991, p. 55)

Darcy Ribeiro (1991, p. 150) considera que a situação se fez excepcional e somente um momento único como criação da nova capital, tornou-se propício para repensar a universidade fazer dela um veículo para o desenvolvimento do Brasil:

O que nos propúnhamos era, por conseguinte, fazer da Universidade de Brasília aquele centro de pesquisas completo, por cobrir todas as áreas, e organicamente integrado numa estrutura unificada, que lhe permitisse operar num alto nível, tanto para o cultivo e o ensino da ciência, como para o estudo crítico dos temas socialmente relevantes, e ainda para a

³⁴ No início dos anos 1960, os trabalhos apresentados para obtenção do título do Mestre na FAU/UnB eram denominados de tese.

realização das pesquisas de maior importância estratégica para o desenvolvimento autônomo do Brasil.

Almeida (2017) assinala como uma importante qualidade da UnB, mesmo após seus 50 anos de fundação, a sua disponibilidade em participar na solução das adversidades locais e do país, o que considera como um legado originário de sua concepção:

A UnB, ao longo de seus 50 anos, passou por várias crises, mas, mesmo assim, tornou-se uma das principais universidades do país. Seu porte é o de uma universidade de massa; no entanto, ela conservou três qualidades provenientes de seu projeto inicial: abertura para o que há de novo, a indissociabilidade do ensino, extensão e pesquisa e a disposição de colaborar na resolução de problemas locais, regionais e nacionais. (Almeida, 2017, p. 87)

Em relação ao Departamento de Geografia da UnB – GEA –, também é possível identificar um forte vínculo entre o que era produzido academicamente e a cidade que de fato despontava. No texto *Brasília: "laboratório" de Geografia Urbana*, fruto de um trabalho apresentado no I Simpósio de Assuntos Urbanos e Regionais, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, em 1989, o Prof. Aldo Paviani e a Prof.^a Ignez Ferreira descrevem a evolução da produção geográfica sobre Brasília e o Distrito Federal, desde os pioneiros no final da década de 1960, revelando uma espécie de “laboratório vivo”, que permitia visualizar melhor a problemática da urbanização brasileira:

A geografia urbana de Brasília pode ser elaborada e avaliada com a utilização dos testemunhos vivos dos pioneiros que, a partir do início de 1957, se aventuraram na tarefa de levantar seus primeiros pilares. A concretização da capital federal como cidade faz contemporâneas da modernidade a geografia e a história. Pode-se, por esse motivo, sugerir que, há quase trinta anos de sua inauguração formal, Brasília se constitui em verdadeiro "laboratório" para estudos urbanos. Assim, é possível resgatar o processo de urbanização ao mesmo tempo em que se inventariaria a produção geográfica a respeito da cidade. (Paviani & Ferreira, 1994, p. 79)

No então Instituto de Geociências, em 1969 (Paviani & Ferreira, 1994), o grupo que deu início às atividades do curso de Geografia buscava debater e estabelecer bases teóricas metodológicas que quebrassem a visão mitificada da cidade, contrapondo-se aos que a consideravam como um caso à parte em relação às outras cidades brasileiras. Assim, os pioneiros e pioneiras do GEA elaboravam linhas de atuação em ensino e pesquisa que “possibilitassem estudar Brasília dentro dos padrões da época e não como *um caso isolado e único*, mostrando que problemas das cidades brasileiras e terceiro-mundistas já se faziam presentes na cidade *planejada*” (Paviani & Ferreira, 1994, p. 80).

Ainda no mesmo texto, os autores tecem críticas a respeito de estudos voltados excessivamente aos aspectos urbanísticos de Brasília, ressaltando as evidências e as contradições que tornavam Brasília cada vez mais semelhante às metrópoles brasileiras:

Com uma visão histórica, todavia, há que se observar que, na UnB, as análises quantitativas se prendiam à necessidade de tornar objetivos os achados, permitir conclusões críticas sobre a urbanização em Brasília e qualificar, com bases científicas, a problemática social, ocultada pela maior parte dos estudos da época, preocupados com o planejamento urbano e com os aspectos urbanísticos da cidade criada. (Paviani & Ferreira, 1994, p. 81)

O texto cita uma série de experiências que envolvem o corpo docente em atividades desenvolvidas para o governo local, a exemplo do PEOT, quando dois geógrafos do Departamento haviam participado da sua elaboração, em colaboração com outros profissionais (sociólogos, economistas, urbanistas e arquitetos), e, também em 1982, quando estudantes e docentes do curso de Geografia são convidados para participar do projeto Águas Claras, intervenção sobre a enorme área disponível entre o Plano Piloto e Taguatinga.

Verifica-se, ainda, a existência do esforço em aproximar a UnB do apontamento das soluções para os problemas regionais e nacionais em um conjunto de trabalhos desenvolvidos na década de 1970 realizados por meio de um convênio entre a universidade (Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Departamento de Economia) e a SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Nesse contexto, podemos citar dois trabalhos: *A rede urbana da região geo-econômica de Brasília*, de 1973, e *O sub-sistema Brasília-Anápolis-Goiânia: um modelo de organização espacial*, de 1974.

São relatórios elaborados por equipes multidisciplinares, coordenadas pelo Prof. Ricardo Farret (Arquitetura e Urbanismo) e pelo Prof. Raimundo Nonato Monteiro de Santana (Economia), que buscam caracterizar os problemas do Distrito Federal e de áreas próximas, tendo como objetivo principal definir as bases de um programa de desenvolvimento econômico e social para a área, visando a solucionar problemas de Brasília e de sua periferia, decorrentes, sobretudo, da concentração demográfica em ritmo excessivo (Farret & Santana, 1973).

Os problemas de desenvolvimento urbano e regional da área de Brasília constituem preocupação sistemática dos Departamentos de Arquitetura e Urbanismo e de Economia, da Universidade de Brasília, tanto através das atividades de ensino, quanto das atividades de pesquisa e da extensão cultural, assegurando, assim, o cumprimento de um dos seus mais caros objetivos: o conhecimento da realidade brasileira, em particular da região onde se insere. (Farret & Santana, 1973, p. 2)

Considerando que, nos anos de 1975/76, o então Departamento de Arquitetura e Urbanismo (vinculado ao Instituto de Artes) passa por uma grande reformulação, há de ser citada a atuação do LEAU – Laboratório Experimental de Arquitetura e Urbanismo –, que, durante os anos seguintes, abrigou convênios e programas como o Programa de Estudos Urbanos do Distrito Federal – PEU/DF –, que pretendia ampliar as atividades da experiência do CEPLAN, que se dedicava principalmente às atividades de planejamento do campus, para atuar alinhado ao enfoque do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que fazia menção explícita à região geoeconômica de Brasília, numa continuidade em relação aos trabalhos citados (Universidade de Brasília, 1975b).

No início da década de 1980, a atuação do GEPAFI – Grupo Executivo para Assentamento de Favelas e Invasões –, em contraposição às políticas anteriores de “erradicação de invasões”, realizadas no âmbito da CEI – Campanha para Erradicação de Invasões –, contou com o envolvimento de professores e de alunos do então denominado Instituto de Arquitetura e do Urbanismo da UnB. Isso também demonstra

a intenção em dispor o conhecimento acadêmico em busca de soluções para problemas locais, regionais e nacionais.

O GEPAFI produziu, junto a estudantes e a docentes do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da UnB, pelo menos 20 publicações entre relatórios, diagnósticos, estudos socioeconômicos e propostas de melhorias para “invasões” no DF. Esse material pode ser encontrado atualmente na biblioteca setorial da FAU/UnB, conhecido como Cediarte.

Ao longo da tese, são levantados outros trabalhos que ilustram o envolvimento dos corpos docente e discente no estudo das soluções apontadas para Brasília, sua região e até para o país. Cabe comentar que muitos(as) professores(as) da UnB também realizavam atividades em órgãos do governo nos âmbitos federal e distrital, como servidores de carreira ou temporariamente. Destaca-se a atuação do Prof. Aldo Paviani na Codeplan – Companhia de Planejamento do Distrito Federal –, hoje Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF. Também merece ser comentada a atuação do Prof. Benny Schvarsberg no Ministério das Cidades e em diversas atividades afetas ao planejamento territorial do DF; a participação do Prof. Geraldo Nogueira na elaboração do PEOT – Plano Estrutural de Organização Territorial do DF –, em 1977; da Prof. Suely Gonzales nos processos de elaboração de diagnósticos, subsídios à discussão e relatórios, como a publicação *Proposições: presente e futuro: documento base para debate e elaboração do Plano Diretor do Distrito Federal*, de 1990, resultante de uma série de seminários e plenárias que viriam a contribuir na construção no primeiro Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF (PDOT), de 1992, entre outras. O Prof. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos participou da equipe de elaboração do PDOT de 1997 como consultor nas áreas de Cartografia, Temática, Análise dos Vetores de Expansão e Sistema de Monitoramento.

Há de ser citado também, nesse contexto, a atuação do NEUR – Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais –, criado em 1986, integrando o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM –, com o objetivo de desenvolver estudos e pesquisas sobre a temática urbana e regional, subsidiar a formulação de políticas e estratégias e alternativas de ação para o equacionamento de problemas conjunturais. Coordenado pelo Prof. Aldo Paviani, o núcleo promoveu seminários e publicou pesquisas durante os anos de sua atuação, procurando fazer intercâmbio com diferentes áreas da universidade, com a comunidade acadêmica e com instituições governamentais e não-governamentais, dentro da temática urbano-regional. O trabalho do NEUR deu origem a uma série de coletâneas multidisciplinares que congregou geógrafos(as), arquitetos(as), antropólogos(as), economistas e outros (as) especialistas. Os textos, reeditados pela Editora da UnB, por ocasião do cinquentenário da capital em 2010, tratam de diversos aspectos do processo de urbanização e de produção do espaço metropolitano de Brasília.

Compreende-se que sempre existirá vínculo entre as práticas profissionais tanto da Geografia como do Urbanismo e os processos governamentais de ordenamento do território e planejamento em qualquer cidade. Porém, em Brasília, além de a prática ocorrer ao mesmo tempo em que a cidade ainda se implanta

e consolida como metrópole, muitas vezes, os mesmos personagens que atuam nas propostas e sistematização dos processos urbanos são aqueles que estão a refletir teoricamente sobre essas práticas, pelo menos nas suas décadas iniciais.

A reflexão é sobre essa configuração de simultaneidade reforçar princípios do urbanismo originário de Brasília na atuação desses(as) pensadores(as) e profissionais, que podem reverberar consequências no território. Aqui destacam-se elementos intrínsecos ao urbanismo modernista, tais como a abordagem preponderantemente fisicalista ou newtoniana-cartesiana do espaço, que resulta na abstração do sujeito e, por outro lado, os enfoques baseados apenas em modelos matemáticos e que também não aterrissam na vida cotidiana. No bojo dessa ideia, também estariam aqueles estudos fundamentados em paradigmas preponderantemente críticos aos processos econômicos, políticos e sociais, que também não pousam no espaço banal, o lugar do acontecer solidário, o espaço da emoção (Santos, 2017).

A realidade não é dada apenas pela economia, ou apenas pela política, ou apenas pela cultura. Essas são reduções da realidade que privilegiam um aspecto em detrimento do todo, é um falso aprofundamento que acaba por esquartejar a realidade.

É a totalidade da existência o que interessa a essa geografia [a geografia existencial]. E, para isso, o mundo não pode ser cindido a partir de enfoques inquestionáveis, como os setores da economia, as redes, as regiões pétreas, mas a partir do nosso concreto pensado: a existência em situação no seu respectivo período histórico. (Silveira, 2006, p. 90)

Fica registrada uma questão, não central nesse estudo, mas importante, e que deverá ser recuperada ao final da tese: em que medida e como, a imersão nessa espécie de *laboratório experimental urbano* produziu [e produz] consequências no território?

3.3 UTOPISMOS PATRIMONIAIS, SUJEITO E TERRITÓRIO – 1970-2023

As seções seguintes dedicam-se, respectivamente, aos **períodos de 1 a 6**, enumerados no gráfico apresentado na figura 25.

Para realização da hermenêutica, conforme preceitos descritos no Capítulo 1, optou-se pela investigação cronológica das obras. Essa preferência se justifica pelo fato dessa tese não tratar do estudo da obra de somente um(a) pesquisador(a), e sim de um conjunto de obras que se agregam aqui por afinidade temática e por serem produzidas a partir da mesma instituição.

Por estarem elencadas pelo ano de sua publicação, evita-se a compartimentação isolada das obras por autor(a) e uma possível impressão equivocada ocasionada pelo aspecto quantitativo, que não é a abordagem proposta na tese. A escolha pela sistematização dos textos por ordem cronológica visa, ainda, uma maior articulação entre os(as) pesquisadores(as), que, ao longo do tempo, também se transformam, assim como os campos disciplinares evoluem e se modificam.

Metodologicamente, os períodos ilustrados nos diagramas foram delimitados, a priori, por décadas. No entanto, as décadas de 1970 e 1980 foram agrupadas em um diagrama, por apresentarem um número menor de títulos. Já a década de 2010 a 2019 foi desmembrada em dois gráficos, 2010 a 2014 e 2015 a 2019, pois apresentam um número maior de publicações. A década de 2020, ainda em curso, teve o diagrama encerrado no ano de 2023.

A interpretação que se faz do conjunto de obras, sistematizadas e ilustradas nos diagramas, é conduzida pelos preceitos dos *utopismos patrimoniais* e *do sujeito localizado*, ao passo que, simultaneamente, propõe-se a construção de uma narrativa sobre o urbano e sobre Brasília, que se confunde com os processos de ocupação territorial do DF. Contudo, essa narrativa busca se nortear pelos elementos conceituais condutores da tese – *fio condutor hermenêutico*. Para isso, a cada intervalo, foram atribuídas *expressões-chave* que correspondem a uma síntese dos textos escolhidos, mesmo que com abordagens e metodologias distintas, desde que, de alguma forma, sinalizem perspectivas que, paulatinamente, aproximam-se da concreção do sujeito e aterrissam na vida cotidiana do trabalho, do lazer, da fome, do empobrecimento, das estratégias de sobrevivência, da luta pela permanência, da biografia grupos sociais bem definidos.

Na medida em que são citados(as), alguns aspectos importantes das tradições dos(as) pesquisadores(as) são assinalados, dentro do contexto temporal da sua obra. Algumas ponderações sobre termos e conceitos dos campos disciplinares são realizadas conforme são constatadas alterações e revisões das expressões ao logo do tempo.

Para auxiliar a localizar os trabalhos dos(as) pesquisadores(as) na cronologia política do país, do Distrito Federal e da própria UnB, foi desenhada a cronologia política apresentada na figura 26, como forma de apoiar a inserção de cada texto e a atuação dos(as) pesquisadores(as) no contexto político nas três esferas: Reitoria da Universidade, Governo do DF e Presidência da República. O gráfico foi produzido para apoiar essa

contextualização, já que, normalmente, essas informações não aparecem reunidas, permitindo também que os nomes dos governantes sejam recuperados pelo leitor em caso de não estarem explicitamente citados no texto. A centralização dessas informações em um mesmo material contribuiu de maneira importante para a compreensão do conjunto de obras no seu contexto espaço-temporal e tornou-se uma referência de consulta durante o processo de leitura dos textos

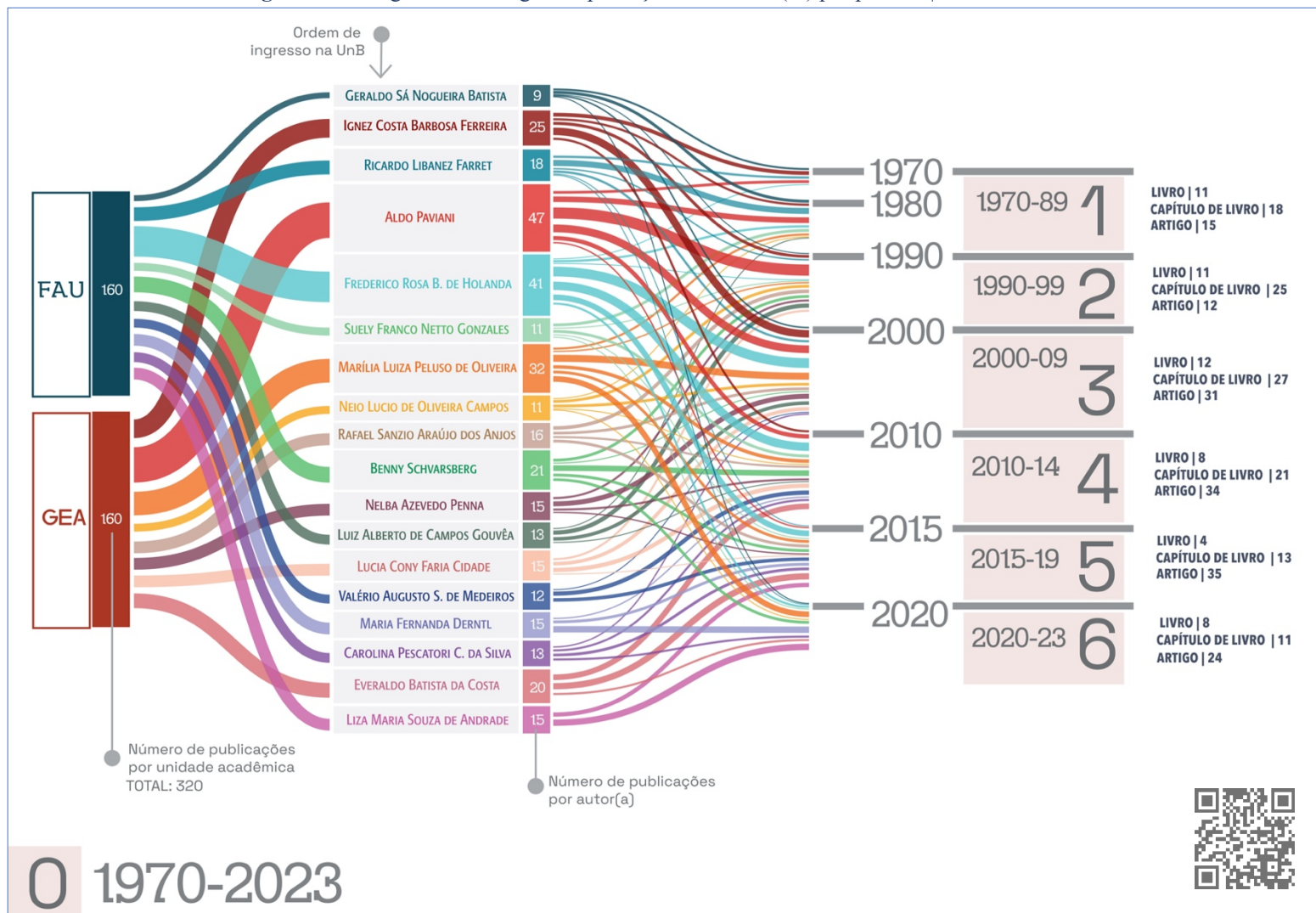
Para consolidação da pesquisa, foram acessados um total de **320 publicações de 18 pesquisadores(as)**, distribuídos em **cinco décadas** de produção acadêmica. Em cada diagrama, é possível conferir a modalidade de publicação – livro, capítulo de livro ou artigo em periódico. Não se pretende apresentar um resumo de cada obra, nem citar todas as publicações. O fato de estar registrada no diagrama significa que a publicação pode ser acessada pelo(a) leitor(a) – ver anexo 2. Porém, o esforço dessa tese é realizar a hermenêutica da obra sobre Brasília, guiado pelo que preconizam os *utopismos patrimoniais*, com o objetivo de recuperar ideias dos autores(as) que ajudem a apontar caminhos para a construção de uma leitura da cidade a partir do *sujeito em situação espacial duradoura*.

É importante lembrar o objetivo principal da tese, que é de estabelecer uma interpretação fundamentada nos princípios da hermenêutica filosófica dos discursos urbano-urbanísticos produzidos sobre Brasília, a partir da obra escrita dos(as) docentes da FAU e do GEA. Para alcançar esse objetivo, recorreu-se aos fundamentos da hermenêutica filosófica (Gadamer, 1999, 2007; Habermas, 1987; Heidegger, 1995, 2005), a fim de embasar a apropriação de alguns desse princípios como método de pesquisa.

Assim, é importante recuperar alguns desses fundamentos, discutidos no **Capítulo 1**:

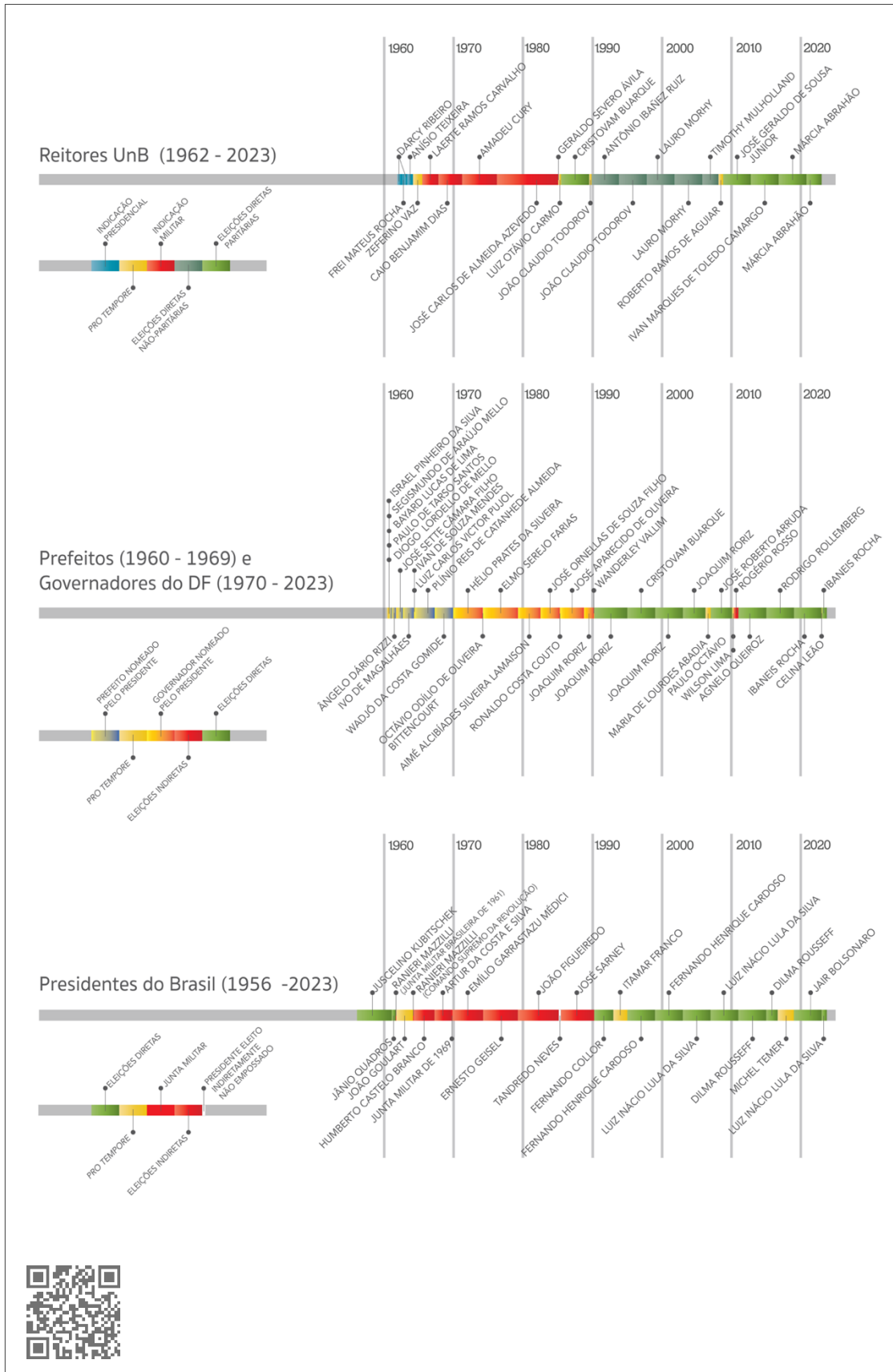
- Longe de ser a única possibilidade, ou de ser definitiva, a interpretação aqui realizada deriva da fluidez e reescrita permanente do objeto da pesquisa, possui enfoque pautado – *utopismos patrimoniais pela América Latina* – como ponto de partida, enquanto abarca um arco temporal de **cinco décadas**. É importante reforçar que não se espera encontrar os mesmos conceitos que sustentam a teoria dos referidos *utopismos patrimoniais*, mas entender a escala e as dimensões de análise desenvolvidas sobre a cidade construída e em seu processo de consolidação – assim, tais utopismos figuram, na tese, como um fio condutor hermenêutico (e não definidor) pelo que eles representam na análise dialética da história do território e da biografia dos sujeitos, segundo E. Costa em sua produção;
- A narrativa aqui apresentada se estabelece desde a tradição da intérprete, confrontada às tradições dos(as) autores(as), dialogicamente; pressupõe-se a adoção desse método como uma postura investigativa;
- A perspectiva proposta nessa pesquisa se faz, primordialmente, a partir da busca por elementos preconizadores dos *utopismos patrimoniais* e das resistências situadas no território;
- Se a hermenêutica é considerada uma ciência mediadora da linguagem, as palavras ganham importância em uma pesquisa que a opera como método filosófico, [e não mera metodologia]. Assim, algumas expressões fundamentais do vocabulário do campo disciplinar são discutidas no decorrer da interpretação;
- A representação proposta em gráficos e a reunião cronológica das obras tem o propósito de convidar outros(as) pesquisadores(as) a fazerem suas próprias interpretações. No anexo 2, é possível acessar as referências bibliográficas completas de todos os títulos incluídos nos diagramas;
- A cada período os textos escolhidos representam a aproximação ao fio condutor hermenêutico da tese, que podem se dar de diferentes formas: temática, teórica ou por apresentar algum fator de inovação em relação aos períodos anteriores, no sentido de superar a abstração do sujeito e incluir a biografia do sujeito na história do território.

Figura 25 – Diagrama aluvial geral – produção dos autores(as) por período | FAU e GEA



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em <http://lattes.cnpq.br/> e <https://www.unb.br/>, processado em <https://app.rawgraphs.io>.
 Diagrama completo em alta resolução disponível em: <https://rb.gy/lcqqxv>.

Figura 26 – Linha do tempo Presidentes, Prefeitos e Governadores do DF e Reitores da UnB



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em <https://www.unb.br/>, <https://www.df.gov.br/galeria-dos-governadores/e> <https://www.politize.com.br/presidentes-do-brasil/>. Diagrama completo em alta resolução disponível em: <https://rb.gy/i92icu>.

3.3.1 MIGRAÇÕES, DESEMPREGO, ASSENTAMENTO DE “INVASÕES”, METRÓPOLE TERCIÁRIA – 1970-1989

Conforme já dito, as atividades do curso-tronco de Arquitetura e Urbanismo têm início em 1962 e ficam paralisadas, ou em funcionamento precarizado, entre 1965 e 1968, retornando em 1968, com uma abordagem distinta daquela inicialmente almejada pelos seus fundadores, que foi apenas parcialmente retomada em meados da década de 1990. Desse período inicial, não foram encontradas publicações acessíveis que pudessem ser recuperadas nessa pesquisa; por essa razão, considerar-se-á obras a partir dos anos 1970. No entanto, cabe citar que a tese de doutorado intitulada *Os primeiros mestrandos da FAU-UnB: de um passado que não se construiu*, da Prof.^a Maribel Fuentes, dedicou-se a resgatar as primeiras dissertações defendidas desde a FAU, antes de ser interrompida por forças decorrentes da situação política do país.

Dessa forma, os anos de 1962 a 1970 correspondem ao período de consolidação das bases da universidade e das unidades acadêmicas em questão, ponderando-se que as condições que viabilizam a realização e publicação efetiva de pesquisa se dão a partir de 1970. Até 1976, o curso de Arquitetura e Urbanismo esteve vinculado ao Instituto de Artes e Arquitetura. A partir de 1976, o Instituto de Arquitetura e Urbanismo é desdobrado em dois departamentos, um de Arquitetura e um de Urbanismo, e abriga o departamento de Desenho, remanescente do ICA.

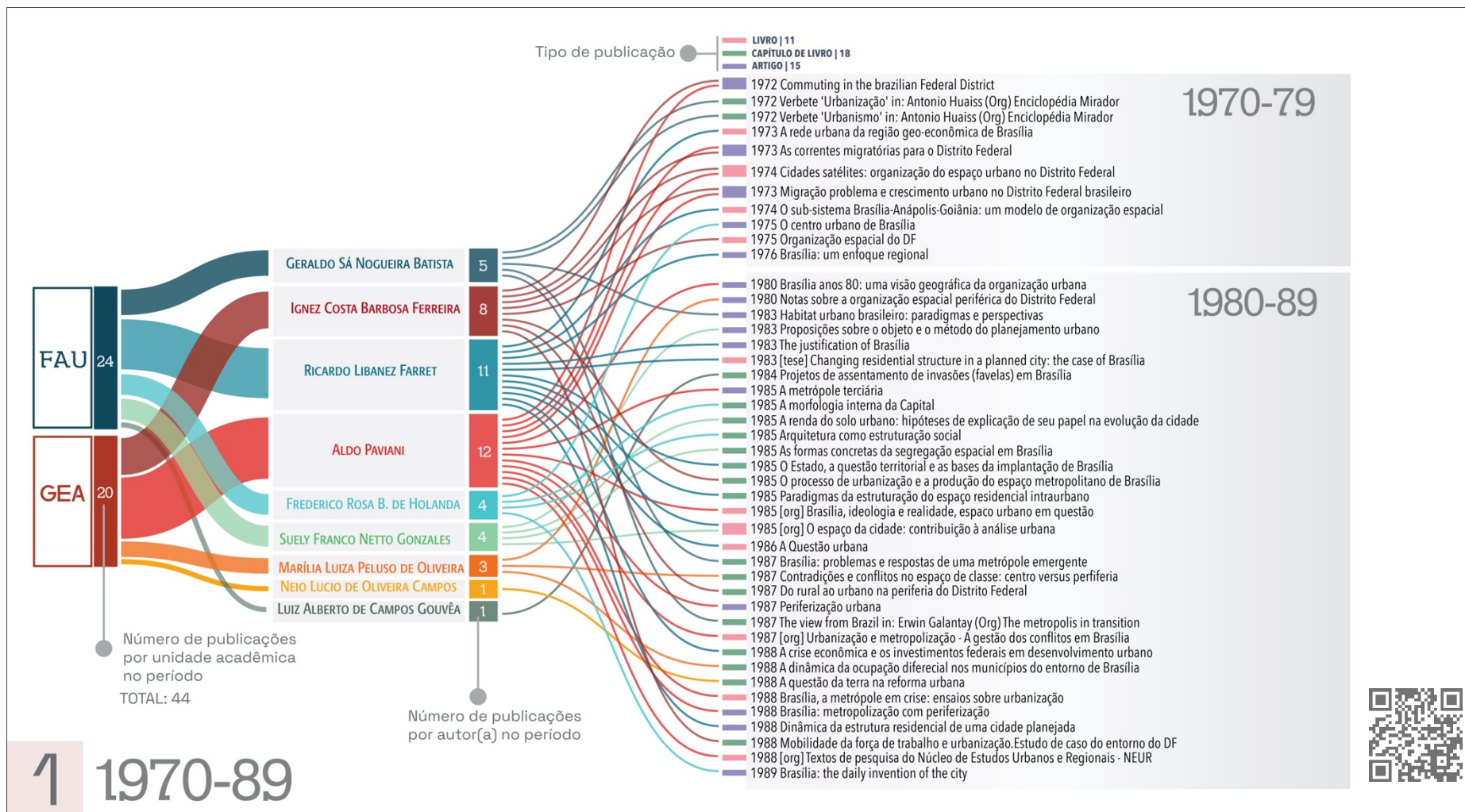
Já o Curso de Geografia, fundado em 1969, encontra-se, na década de 1970, vinculado ao Departamento de Geociências, por sua vez associado ao Instituto de Ciências Exatas. A partir de 1974, passa a vincular-se ao Instituto de Ciências Humanas, dentro do Departamento de Geografia e História.

A figura 27 traz o *diagrama aluvial* do período compreendido entre 1970 e 1989. Percebe-se que, nesse período, a maior parte das publicações se dava na forma de livros e de capítulos de livros.

Na década de 1970, foram listadas publicações de quatro professores(a): Geraldo Batista e Ricardo Farret, do Urbanismo, e Ignez Ferreira e Aldo Paviani, da Geografia, e entre elas, escolhidas aquelas que, mesmo que aproximadamente, trazem perspectivas e elementos conceitualmente conectados às ideias dos *utopismos patrimoniais* e *ao sujeito em situação espacial duradoura*. Nesse período essa aproximação foi percebida, mesmo que sutilmente, na preocupação com um futuro dramático de desemprego, em um cenário em que a cidade ainda atraía muitos imigrantes. Há também uma atenção dos pesquisadores às condições de vida dos trabalhadores nas primeiras cidades-satélites e nas “invasões”.

No âmbito do Curso de Geografia, nesse período, destacam-se uma série de investigações ligadas ao tema das migrações, que geraram algumas publicações de autoria do Prof. Aldo Paviani e da Prof.^a Ignez Ferreira, que atuam, predominantemente, desde uma tradição teórico-quantitativa, sobretudo nos anos iniciais da Geografia da UnB, como se pode verificar a partir das publicações citadas a seguir, produtos de pesquisas fundamentadas em modelos matemáticos; perspectiva de forte tendência e simultaneamente, objeto de críticas geográficas no cenário nacional.

Figura 27 – Diagrama aluvial 1 – 1970-1989



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em <http://lattes.cnpq.br/> e <https://www.unb.br/>, processado em <https://app.rawgraphs.io>.
 Diagrama completo em alta resolução disponível em: <https://rb.gy/lcqxxv>.

Desse conjunto de pesquisas sobre os fluxos migratórios em Brasília, a primeira publicação, que data de 1972, é um artigo publicado na Revista Geográfica (Pan American Institute of Geography and History), que tem como título *Commuting in the Brazilian Federal District*. O trabalho aborda os deslocamentos diários dos trabalhadores das cidades satélites para o Plano Piloto de Brasília. A pesquisa se baseia em dados de uma amostragem direta, levantados em campo, sob coordenação dos(as) docentes, com participação dos(as) estudantes, abrangendo uma população de cerca de 14.000 pessoas

As migrações pendulares, resultado do desequilíbrio entre a população ativa e os empregos ofertados na cidade de residência, identificadas em Brasília pela pesquisa desde a década de 1970, já revelavam a urgência de políticas públicas para fixação da população, demandando, segundo os autores, novas ofertas de emprego fora do Plano Piloto, principalmente após o fim das obras da capital:

As localidades estudadas ainda não se acham equipadas para funcionar como cidades satélites, dependendo em grande parte do Plano Piloto. Daí o grande fluxo de trabalhadores em direção ao mesmo. O estudo sugere que o deslocamento diário ao qual os trabalhadores das localidades periféricas estão obrigados, deverá continuar. Novas políticas no campo da organização espacial e da oferta de emprego terão que ser formuladas; tão logo as obras da implantação de Brasília estejam concluídas, ocorrerá um excesso de mão de obra. Novas políticas poderão aliviar a cidade da turbulência diária da população, e proporcionar condições para novas ofertas de emprego em zonas hoje residenciais. (Paviani & Ferreira, 1972, p. 93)

É importante mencionar que os autores ponderam que Brasília, mesmo ainda não sendo considerada uma metrópole, de acordo com os critérios fixados na época, já enfrentava os problemas decorrentes dos deslocamentos diários de ida e volta para o trabalho, entre outros.

A pesquisa mensura que aproximadamente 60.000 pessoas se encontravam nessa situação, sendo submetidas a viagens diárias de até 130 km, com 4 horas de duração. Outro aspecto a se notar é que o estudo inclui na amostragem domicílios das chamadas “grandes invasões” e “localidades provisórias”, que, de acordo com os dados apresentados no estudo, totalizavam, juntas, 25,4% da força de trabalho do Distrito Federal. A população periférica do DF, nessa ocasião, correspondia a 66% da população total (Paviani & Ferreira, 1972).

Outros dois trabalhos sobre migrações, desdobrados da mesma pesquisa, ambos de 1973 – *As Correntes migratórias para o Distrito Federal*, publicado na *Revista Brasileira de Geografia e Migração problema e crescimento urbano no Distrito Federal brasileiro*, publicado no *Boletim Geográfico – FIBGE*, tem por objetivo distinguir padrões migratórios dos fluxos populacionais, enfocando as relações de Brasília com alguns outros pontos atrativos dentro do sistema migratório nacional. O estudo teve como base a mesma coleta de dados em campo realizada em 1970, nas localidades elencadas a seguir:

Nossos dados foram obtidos mediante pesquisa direta, realizada pelo Departamento de Geociências da Universidade de Brasília, 2º semestre de 1970, abrangendo a população dos núcleos urbanos do Distrito Federal - os administrativamente denominados cidades-satélites (Taguatinga, Gama, Brasilândia, Planaltina, Sobradinho e Núcleo Bandeirante) e as favelas (Invasão do IAPI, Vila Esperança, Vila Tenório, Morro do Querosene, Candangolândia e Metropolitana). Foram excluídas deste levantamento a cidade de Brasília e a cidade-satélite do Guará porque, em sondagem preliminar, ficou constatado que no caso da primeira sua

ocupação resultou predominantemente de migração organizada ou induzida e, a segunda, por estar em fase de implantação na época
[...] foram obtidos dados de cada migrante referentes a: idade, sexo, ocupação, nível de instrução, tempo de residência no Distrito Federal, salário mensal, município de nascimento, município de procedência, município de residência anterior ao da procedência. (Paviani & Ferreira, 1973a, p. 136)

Os resultados apresentados no primeiro trabalho apontam para a existência de um grande fluxo migratório proveniente de grandes distâncias para o DF, composta por uma população com baixa escolaridade e nível de renda, que é tratado como “migração problema”, temática enfatizada no segundo artigo:

As correntes de mais baixo status socioeconômico e que apresentam características de migração problema no que se refere à absorção pela cidade de Brasília, são originárias do interior do Nordeste, do interior do Centro Oeste e do interior de Minas, constituindo elevado percentual do total de migrantes. Constata-se, então, que as regiões mais pobres contribuíram com maiores contingentes para estas correntes do que as regiões mais desenvolvidas do país. Assim, as regiões Centro-Oeste., Nordeste e Norte, contribuíram com 64,51% dos migrantes, enquanto a região Sul e o Sudeste enviaram 34,64%, ressaltando-se, entretanto, que deste percentual, a grande maioria (29,48%) veio do interior de Minas Gerais. (Paviani & Ferreira, 1973a, p. 156)

Esse conjunto de publicações aponta para um cenário de desemprego e de “inchação da periferia” da cidade, devido à falta de investimentos na indústria local, o que tornaria, em curto prazo, a cidade incapaz de absorver a mão de obra, apontando para o baixo status socioeconômico da população migrante:

O aspecto problemático do afluxo migratório em relativo curto espaço de tempo se resume em dois pontos básicos: "a inchação" da cidade de Brasília através das cidades periféricas e o baixo nível socioeconômico de grande parte da população das mesmas. (Paviani & Ferreira, 1973b, p. 15)

A autora e o autor chamam a atenção também ao fato de que as possíveis medidas para interferir no processo migratório deveriam ser buscadas nos locais de origem, as regiões mais empobrecidas do país, já que o maior fluxo migratório, 70,33% do total, fazia seu deslocamento direto da origem.

Mesmo sendo elaboradas dentro de uma abordagem quantitativa e pragmática, é importante notar que, nos estudos sobre migrações, as atividades empíricas para coleta dos dados contavam com participação dos(as) estudantes na época, o que, em alguma medida, promovia uma aproximação da universidade às condições reais de vida dessas comunidades e trazia ao conhecimento acadêmico uma “face obscura” da *utopia Brasília* que não era divulgada amplamente.

Por outro lado, além da denúncia, uma *outra Brasília* era minuciosamente documentada, o que hoje torna a leitura dos processos de produção de desigualdades e de periferização planejada dos empobrecidos, em alguma medida, amplificados na capital, quando comparados a outros cenários metropolitanos do Brasil.

Dentre os demais trabalhos produzidos na década de 1970, destaca-se, ainda, o conjunto de investigações elaborados no âmbito de um convênio entre a UnB e a SUDECO, sob coordenação do Prof. Ricardo Farret, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, e do Prof. Raimundo Nonato Monteiro de

Santana, do Departamento de Economia. São abordagens com enfoque regional, que já foram comentadas e que possuem como principal objetivo a caracterização da região para identificação das “áreas-programa” e a definição das políticas de ação no sistema urbano. Nesses relatórios, também são citados os problemas decorrentes da migração e do desemprego e a necessidade urgente da dinamização dos outros centros urbanos próximos, com o objetivo de dissipar a sobrecarga migratória recebida por Brasília (Farret & Santana, 1973, 1974).

O objetivo geral [do estudo] é definir as bases de um programa de desenvolvimento econômico e social para a área, visando a solucionar problemas de Brasília e sua periferia, decorrentes [...] do ritmo descontínuo da construção civil no mercado de trabalho com implicações no nível de emprego e de renda, na formação de conglomerados de populações marginalizadas e na intensidade do fluxo migratório. (Farret & Santana, 1973, p. 2)

Vale mencionar também o trabalho *Organização Espacial do Distrito Federal*, um dos produtos de um convênio entre a UnB e o GDF, que, além de promover seminários para discussão do planejamento da cidade, organizou a publicação para subsidiar decisões do governo. A investigação, fundamentada em dados estatísticos e em modelos abstratos, desconsidera as “invasões” existentes no DF e abrange, como unidades de investigação, além do Plano Piloto, as cidades-satélites de Taguatinga, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Planaltina, Sobradinho Ceilândia e Brazlândia, e, ainda, considera como “áreas periféricas” do DF apenas os municípios goianos de Cristalina, Luziânia, Alexânia, Formosa, Planaltina e Padre Bernardo – ver figura 2 -p. 34 – considerando uma “Região Metropolitana em formação” (I. Ferreira, 1975, p. 3).

A autora chama a atenção para a grande quantidade de residências provisórias observadas nos núcleos-satélites analisados, nos quais, à exceção do Guará e de Taguatinga, as demais localidades visitadas possuíam mais de 2/3 das habitações constituídas por “barracos” e condições subnormais de ocupação:

Facilmente, pode-se depreender, mesmo não dispondo de dados por domicílio, que a maior parte das habitações está fora das condições normais, preconizadas pela Organização Mundial de Saúde e que são: água potável dentro de casa, esgoto sanitário, densidade inferior a 3 pessoas por cômodo e construções em condições de habite-se. O não preenchimento de um desses requisitos faz considerar a habitação como sub-normal [sic]. (I. Ferreira, 1975, p. 20)

Mesmo não se aproximando de uma concreção do sujeito, as publicações supracitadas revelam uma clara preocupação com a concentração dos empregos na área central, com um excedente migratório composto principalmente por pessoas provenientes das regiões mais empobrecidas do país e com baixa qualificação profissional, com as condições “subnormais” a que estavam submetidas as populações residentes nos “núcleos periféricos” ao Plano Piloto, mesmo aqueles oficialmente reconhecidos. Sinteticamente, os textos trazem uma alarmante mensagem de descontrole das migrações e de um prognóstico de desemprego generalizado em um futuro próximo, considerando o desaquecimento do mercado da construção civil.

Na década de 1980, dois trabalhos publicados nos Anais da primeira edição do SEDUR – Seminário de Desenho Urbano –, organizado em 1984 por professores³⁵ e estudantes da UnB, chamam atenção por manifestarem uma visão mais progressista frente à questão das crescentes “invasões” no DF.

O trabalho *Vila Paranoá - O planejamento de um assentamento na realidade brasileira: uma tentativa de captar as origens de um meio ambiente marginalizado*, foi apresentado por uma equipe de estudantes e professores(as) do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da UnB³⁶ em um evento promovido pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura –, em 1984, e propõe a fixação da Vila Paranoá, na época a maior “favela” do Distrito Federal, no próprio local. Para isso, os autores procuram captar as formas de apropriação do espaço pela população e, contando com a participação da comunidade no processo de planejamento, projetam melhorias gradativas nas condições do assentamento (Acioly Jr et al., 1984).

A figura 28 mostra o projeto de uma lavanderia e bica pública e ilustra as etapas propostas para o processo gradual de melhorias das residências. É importante citar que uma das premissas do projeto era de manter os equipamentos comunitários por ventura existentes tais como a bica, o campo de futebol, as creches, a escola, etc, nos mesmos locais.

A seguir estão listados os objetivos específicos do projeto, que demonstram que a iniciativa era de fato inovadora no DF, trazendo elementos de aproximação ao sujeito concreto e respeito aos modos de vida estabelecidos nas comunidades:

Fixação – oferecer solução urbanística e institucional que conduza à fixação da população que habita a vila no local onde se encontra, às margens do Lago Paranoá, Brasília, e criar possibilidade para legalização da ocupação dos lotes e benefícios em nome dos moradores atuais.

Consolidação – criar mecanismos e regras que definam a participação da comunidade através de suas organizações representativas, como condição essencial para a viabilidade do projeto.

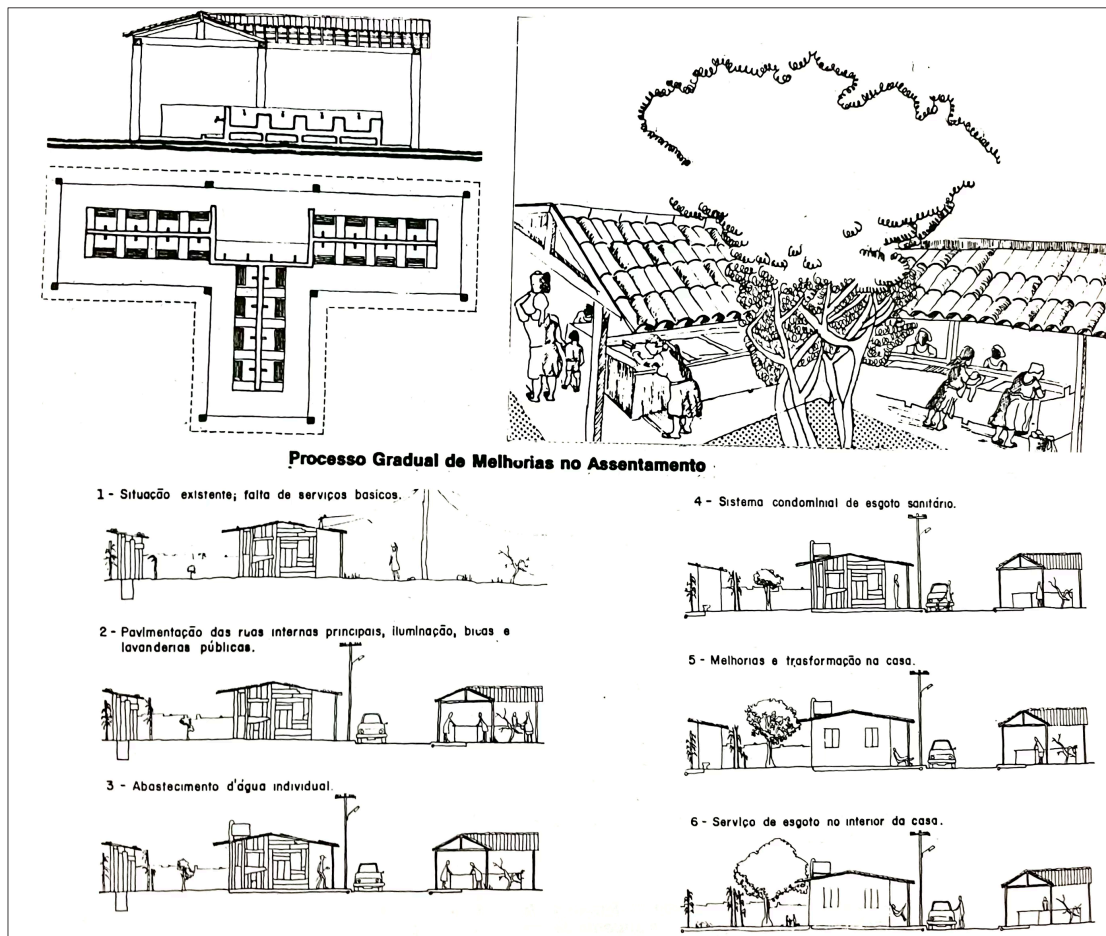
Por uma tecnologia adequada à realidade – capturar os padrões da comunidade e potencializar os recursos materiais locais, sistematizando um processo de produção para solução dos diversos problemas da vila que seja facilmente assimilável pelo morador.

A população como mão-de-obra – viabilizar e revitalizar a mão-de-obra disponível através de regras formais e informais estabelecidas entre as várias entidades participativas do processo de consolidação: o indivíduo, o técnico, as instituições governamentais, a associação dos moradores e a indústria de construção civil. (Acioly Jr et al., 1984, p. 45)

³⁵ Prof. Benamy Turkienicz e Prof. Geraldo Sá Nogueira Batista

³⁶ Participaram do trabalho: Prof. Frederico de Holanda e Prof. Muhdi Koosah – Departamento de Urbanismo –, Prof. Benamy Turkienicz, Prof.^a Harue Yamashita e Prof.^a Claudia Azeredo – Departamento de Arquitetura –, Prof. Marco Antonio de Souza – Departamento de Engenharia Civil –, Eng. Joaquim Pessoa – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano –, Arquitetas Sonia Christina Almeida, Nelson Machado e Cheila Bailão; e os estudantes Claudine Duarte e Newton Godoy.

Figura 28 – Projeto de melhoras gradativas no assentamento Paranoá



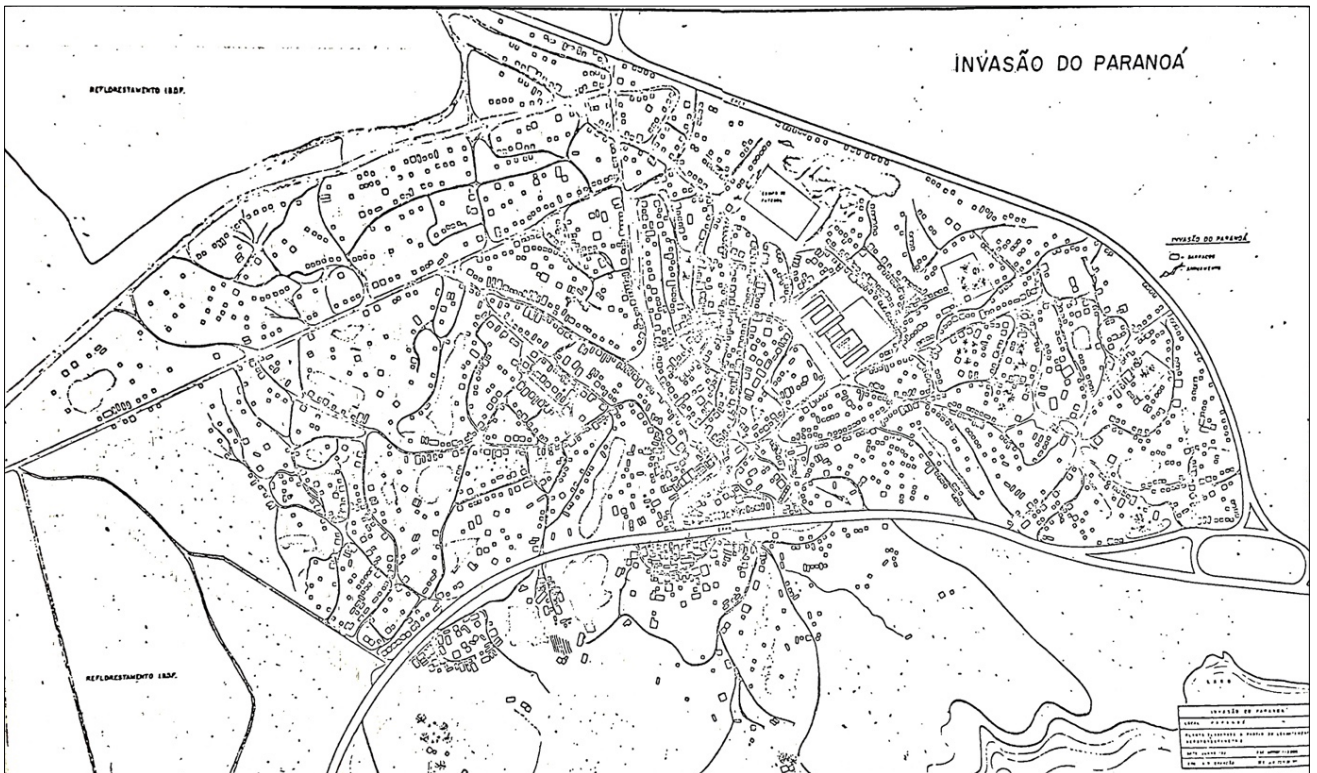
Fonte: Acioly Jr et al, 1984, p. 56.

Dos trabalhos selecionados para fazer essa narrativa sobre a cidade, esse talvez seja um dos mais emblemáticos na aproximação aos *utopismos patrimoniais*, enfaticamente ao existencialista, uma vez evoca a participação da comunidade, como centro das decisões e parte integrante de todo o processo, reforçando a responsabilidade do sujeito na preservação patrimonial de da própria vida.

o utopismo patrimonial existencialista [pautado no existencialismo sartreano] quer reforçar o lugar e a responsabilidade dos sujeitos periféricos e políticos na preservação patrimonial e da própria vida [bem cultural supremo], diante dos riscos constantemente recriados pela modernidade. (Costa, 2016, p. 22)

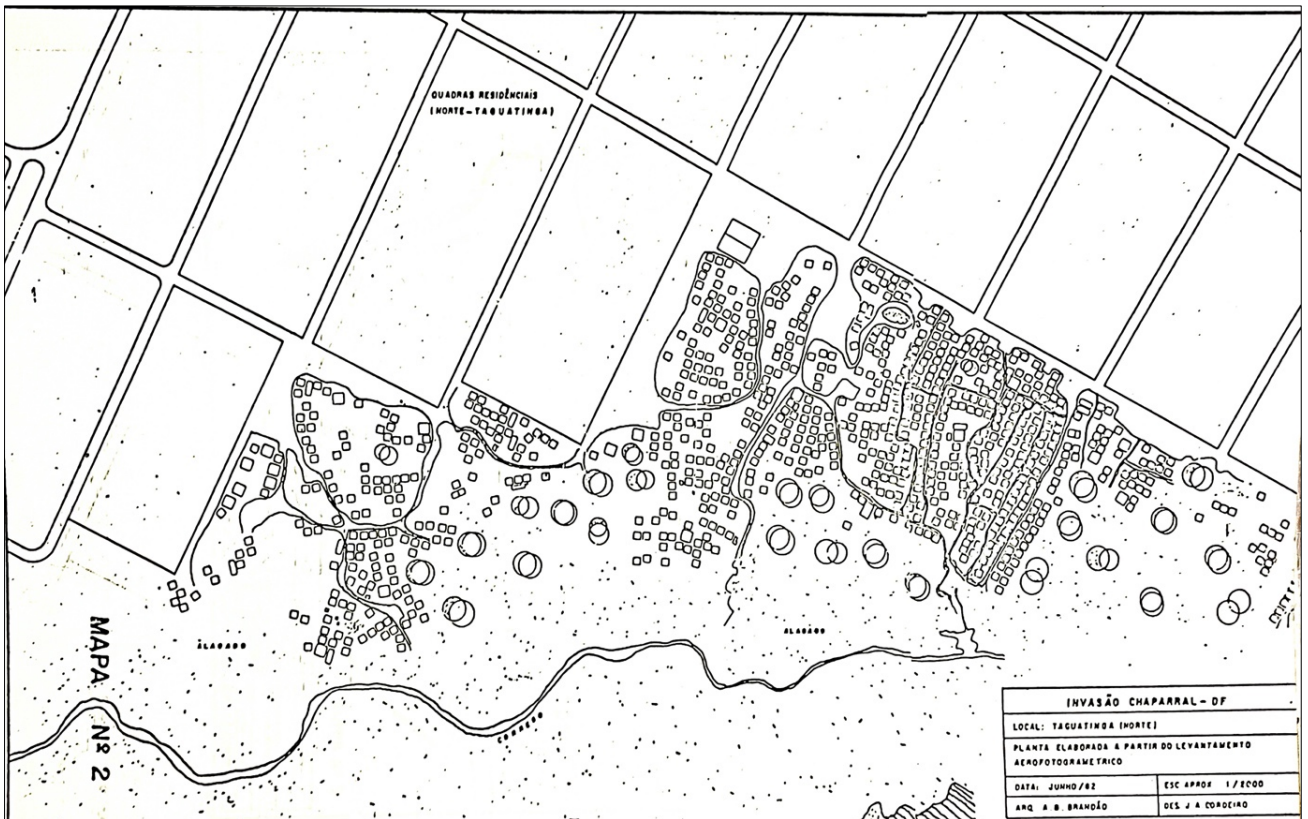
Um outro trabalho também publicado nos Anais da primeira edição do SEDUR, apresenta dois projetos coordenados pela equipe do GEPAFI, que também contava com a participação de professores(as) e alunos(as) de Arquitetura e Urbanismo da UnB, dentre os quais podemos citar o Prof. Luiz Alberto Campos Gouvêa. Um dos projetos consiste em fixar e urbanizar uma “invasão” existente na cidade-satélite do Gama, a Vila Itamaracá; outra idealiza um projeto de expansão da cidade satélite do Guará para acolher comunidades ocupantes das “invasões” situadas nos arredores. Esses dois projetos trazem elementos de participação comunitária em seus conceitos e vêm acompanhados de estudos muito bem aprofundados sobre a situação das comunidades, à semelhança de outros projetos e levantamentos de “invasões” realizadas durante curto período de existência e de atuação do grupo na década de 1980.

Figura 29 – “Invasão” do Paranoá



Fonte: GEPAFI, 1982.

Figura 30 – “Invasão” do Chaparral



Fonte: GEPAFI, 1982.

As figuras 29 e 30 mostram levantamentos realizados pelo GEPAFI em 1982 (Vila Paranoá e “Invasão” Chaparral, Taguatinga Norte), visando intervenções de fixação ou de realocação das comunidades para áreas vizinhas, quando a fixação não se demonstrava viável. A partir dos desenhos (apoiados em fotografia aérea) e dos dados apresentados nos levantamentos (fotografias, desenhos das tipologias habitacionais encontradas, quantitativos de moradores, perfis de ocupação da população, nível de escolaridade etc.) do GEPAFI e no Projeto da Vila Paranoá, infere-se que havia um nível de aproximação com as comunidades e suas lideranças e organizações representativas, uma vez que, conceitualmente, os projetos consideravam a população como ativa e corresponsável pelas soluções.

Ainda na década de 1980, é indispensável citar o livro *Brasília, ideologia e realidade, espaço urbano em questão*³⁷ (Paviani, 1985). Os textos desse livro, durante décadas, foram a principal referência para a crítica de Brasília e ainda podem ser consideradas importantes fontes de dados sobre os processos urbanos de Brasília.

Nesse contexto, Paviani (1985) passa a se referir à cidade como “metrópole terciária”, citando como critério para a classificação o seu alto contingente populacional, a complexidade da sua estrutura urbana e a integração com estados vizinhos, principalmente Goiás. Assim, Brasília já enfrentava os mesmos problemas das outras metrópoles latino-americanas, diferenciando-se das outras pelo povoamento polinucleado, pela ocupação dispersa e pelo peso da intervenção do Estado nos processos de urbanização. O autor alerta para a necessidade de uma política econômica e social capaz de diversificar e equilibrar as oportunidades de trabalho ofertadas na cidade, que se concentravam no núcleo central, tecendo críticas às posturas impeditivas à implantação de indústrias adotadas na Capital Federal, demonstrando preocupação não somente com os migrantes que chegavam, mas com os jovens nascidos na cidade.

3.3.2 SEGREGAÇÃO PLANEJADA, MOVIMENTOS POPULARES, ORDENAMENTO TERRITORIAL – 1990-1999

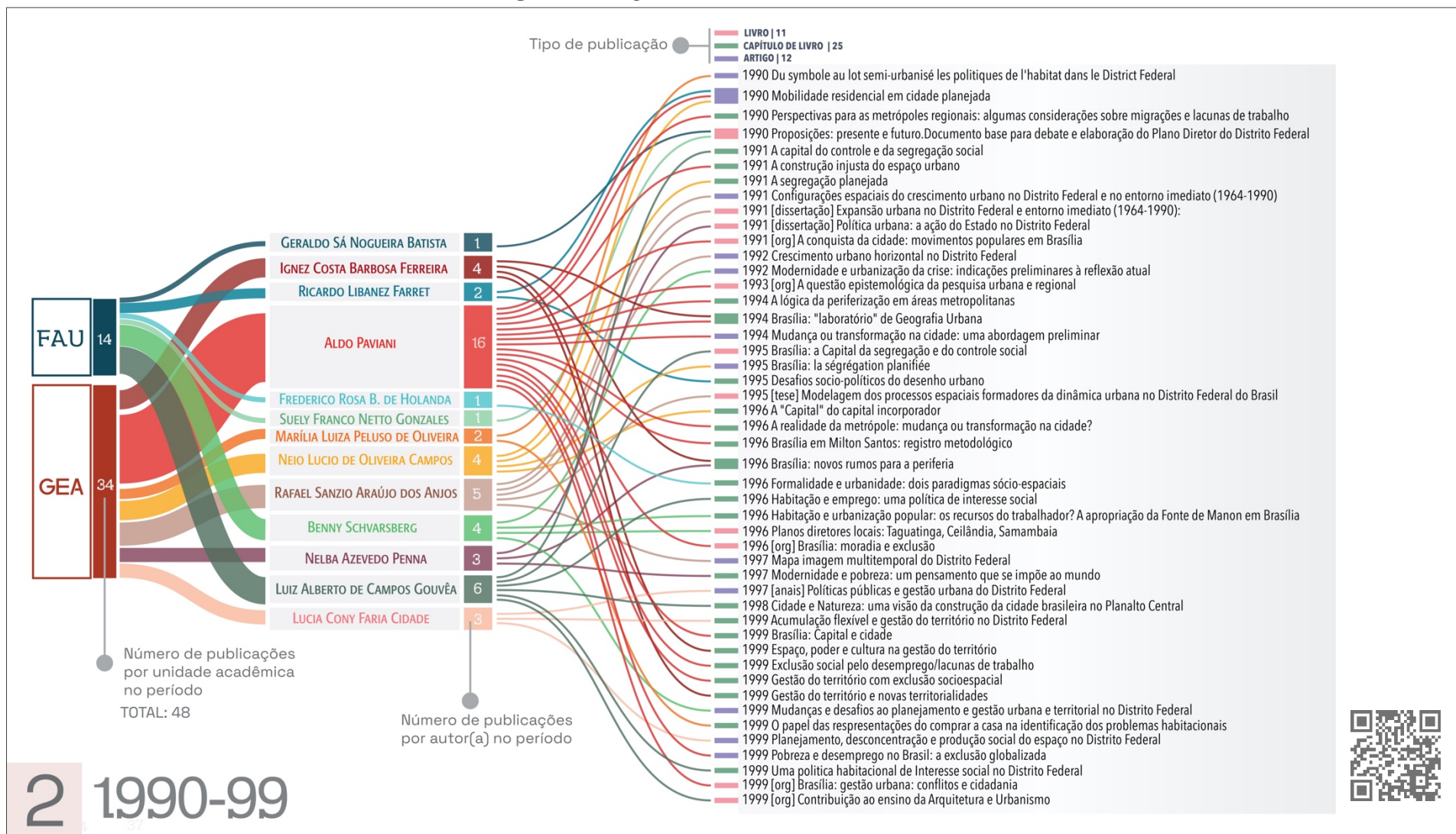
A década de 1990 foi marcada pela repercussão dos efeitos da redemocratização no Brasil, entre os quais se destaca uma grande renovação na política urbana com a inclusão efetiva dos seus instrumentos legais na Constituição Federal de 1988. Isso desencadeou no país a instauração dos atuais métodos do planejamento urbano, que, desde então, passaram por poucas atualizações.

A figura 31, diagrama número 2, elenca os textos sobre Brasília publicados entre 1990 e 1999.

Por outro lado, nas entrelinhas desse cenário, também ganharam importância os movimentos sociais urbanos e o resgate de suas memórias, que, durante esse período, alcançam destaque na produção acadêmica desde a UnB. Alguns desses movimentos são datados de períodos anteriores, porém, sua discussão parece ganhar ímpeto na academia no final dos anos 1980 e na década de 1990.

³⁷ Com prefácio de Milton Santos e textos de: Paulo Bicca, Lia Zanotta Machado, Frederico de Holanda, Benício Viero Schmidt, Luiz Alberto Cordeiro, Maria Elaine Kohlsdorf, Ricardo Libanez Farret, Gunter Roland Kohlsdorf, Suely Franco Netto Gonzales, Themis Quesado de Magalhães, Ignez Costa Barbosa Ferreira.

Figura 31 – Diagrama aluvial 2 – 1990-1999



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em <http://lattes.cnpq.br/> e <https://www.unb.br/>, processado em <https://app.rawgraphs.io>.
 Diagrama completo em alta resolução disponível em: <https://rb.gy/lcqqxv>.



Os textos escolhidos para representarem a década de 1990, dentro da perspectiva de aproximação aos utopismos patrimoniais, *fio hermenêutico condutor*, irão tratar dos movimentos populares em contraposição à “segregação planejada”. Além disso, a narrativa passará por elementos relacionados ao ordenamento territorial do DF, no tocante às consequências das ações do governo cristalizando o território e deixando sequelas da política segregadora, tendo em vista a atuação do Estado como principal especulador de terras no DF.

Nos anos 1990, alguns trabalhos acadêmicos (Campos, 1991; Campos & Grandjean, 1995; Gouvêa, 1991, 1995; Paviani et al., 1990) se ocupavam em compreender a lógica da ‘segregação planejada’ na capital, a partir da perspectiva do capitalismo monopolista e da intervenção do Estado, o qual, em nome da ordem, combatia o espontaneísmo das “invasões”, em contraponto ao plano urbanístico.

A intervenção do Estado, através da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) no sentido de evitar a consolidação das alternativas de moradia (invasões e sublocações), adotadas pelos trabalhadores menos qualificados, expressa na verdade a lógica do capitalismo monopolista na produção e reprodução do espaço, sob a égide do Estado. Em nome da ordem, respaldado por um plano urbanístico que entende a cidade como uma unidade funcional, espécie de empresa estudada previamente e submetida às regras de um ordenamento geral, luta-se contra o espontaneísmo e a desordem simbolizados nos acampamentos e invasões então existentes. (Campos, 1991, p. 100)

O autor, junto a outros(as) pesquisadores(as) atuantes no NEUR (Campos, 1991; Farret, 1988; Gouvêa, 1991), valem-se do termo ‘segregação planejada’ para se referir ao fenômeno da segregação social associado a um fato peculiar de Brasília: o monopólio estatal da oferta de terras na cidade. Assim, o Estado exerce um forte papel de controle social, assentando os moradores mais desprivilegiados em localidades distantes e desprovidas de urbanização, exacerbando o processo que denomina como ‘constituição do espaço dos excluídos’. Entretanto, o processo de segregação construiu e constrói uma história de resistências e de não aceitação dessa lógica.

A publicação do livro *A conquista da Cidade: movimentos populares em Brasília* (Paviani, 1991) traz uma coletânea de estudos urbanos de autoria de geógrafos, antropólogos, sociólogos e arquitetos e urbanistas, que tratam, direta ou indiretamente, da temática dos movimentos surgidos em Brasília, abordando-os como resposta à chamada ‘segregação planejada’.

Assim, os trabalhos sobre o *Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante*³⁸ (N. B. Sousa, 1991), *os Inquilinos da Ceilândia*³⁹ (Resende, 1991) e a *Associação de Moradores da Vila Paranoá*⁴⁰ (Iwakami, 1991) contribuem para a construção de uma narrativa sobre Brasília diferente do registro oficial, pautado na grandiosidade e na mística da conquista do interior do país e na exaltação de candangos e pioneiros, em um clima de harmonia e mobilização em torno da grande obra. Mesmo não

³⁸ Nair Heloísa Bicalho de Sousa é socióloga, professora aposentada do Departamento de Serviço Social da UnB.

³⁹ Mara Resende é mestra em Sociologia pela UnB.

⁴⁰ Luiza Naomi Iwakami é arquiteta e urbanista e concluiu mestrado em Planejamento Urbano na UnB em 1988, com orientação do Prof. Aldo Paviani.

sendo de autoria dos(as) professores(as) especificamente elencados na tese, optou-se por tecer breves comentários sobre esses trabalhos, por tratarem de Brasília sob uma ótica não usual para a época e por estarem, não à toa, agregados ao livro do Prof. Paviani.

Segundo Sousa, “resgatar o passado através da trajetória do Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante, nos anos 1960, é uma forma de recuperar o significado das lutas sociais e criar uma tradição que permita articular as questões do presente com esse passado vivido coletivamente, porém ausente da memória social dos moradores Bandeirante (N. B. Sousa, 1991, pp. 169–170)”. A proposta da autora, desde a Sociologia, é de contestar a imagem de ‘ausência de participação’, ‘parasitismo’ e de ‘despolitização’, presente na representação da história de Brasília contada a partir dos ‘vencedores’, que elaboram os fatos numa versão permeada pelo silêncio dos ‘vencidos’.

O estudo sobre o movimento dos Inquilinos da Ceilândia (Resende, 1991) pontua que o seu surgimento parte das condições de precariedade experimentadas no cotidiano, das quais emergem as reivindicações de melhorias imediatas e localizadas. Porém, as demandas frequentes conduzem os integrantes do movimento a um processo de tomada de consciência da situação social vivida, o que leva a constituição, no caso da Ceilândia, de uma associação de moradores, cuja função política extrapola o caráter localista e pontual, passando a definir estratégias para mudanças aspiradas pela ação coletiva.

As ameaças de despejo, a precariedade das habitações, a contingência de não encontrar imóvel para alugar quando a família é numerosa são elementos que pontilham o cotidiano desses moradores. São exatamente esses elementos que forçam os inquilinos a tomar consciência da própria exclusão e definir estratégias de ação que façam valer o direito que se atribuem: o direito de morar.

[...]

A tomada de consciência da própria exclusão orienta a definição de estratégias tendo em vista a defesa desses direitos. A não-aceitação da quantidade de lotes inicialmente oferecida, a ameaça de invadir uma área para a construção de suas moradias, a institucionalização do movimento com a criação de uma entidade representativa dos inquilinos conforma estratégias que caracterizam⁴¹, respectivamente, a recusa e a resistência, a desobediência civil e a constituição de um poder dual, ainda que complementar ou paralelo. (Resende, 1991, pp. 228–229)

Sobre a construção dos movimentos coletivos na Vila Paranoá, Iwakami (1991) destaca que o aumento populacional verificado no início dos anos 1980 e a distância da vila para o núcleo central podem ser considerados fatores essenciais para a eclosão da emergência reivindicatória por equipamentos coletivos, como escolas, abastecimento de água e luz, oferta de transporte etc.

Porém, o debate ganha uma maior repercussão e se converte em uma campanha pró-fixação quando se enfatizaram “os aspectos espaciais e sociais obtidos a partir de levantamentos de dados em pesquisas de campo, feito por estudantes, que deram continuidade à mesma linha de trabalho como profissionais

⁴¹ A autora se refere às ideias de Geraldo Souza Junior, 1988. Um direito achado na rua: o direito de morar.

incorporados à SHIS⁴², abrindo entre 1982 e 1984 uma frente de ação voltada para as populações faveladas, com o nome de GEPAFI” (Iwakami, 1991, pp. 249–250).

Cabe ressaltar que o trabalho de Iwakami (1991) tem por base sua dissertação de mestrado em Planejamento Urbano defendida na FAU/UnB em 1988; assim, o seu olhar destaca a relevância das assessorias técnicas e do apoio da Universidade e do Sindicato dos Arquitetos na estruturação do movimento a partir de uma aliança que contribuiu para a divulgação das condições precárias da moradia na vila, e instrumentalizou as lideranças locais para os embates junto ao governo.

Entretanto, os estudos realizados pelos(as) arquitetos(as), estudantes e docentes nas ‘invasões’ enalteciam as potencialidades desses assentamentos, expressos nas formas de apropriação do espaço, no sentido coletivo que davam aos equipamentos públicos e pelos próprios laços comunitários e de solidariedade mútua que asseguravam a sua sobrevivência em um cenário de escassez (Iwakami, 1991).

Por outro lado, a ‘remoção de invasores’ continuou sendo a ação predominante em Brasília, e a criação de cidades-satélites distantes e sem infraestrutura, produtos da política de ‘erradicação das favelas’, foi a principal postura do governo diante das ‘invasões’. De acordo com Gouvêa (1991), a política de fixação e urbanização das ‘favelas’ no DF, executada pelo GEPAFI, aparentemente oposta à de remoção, estava relacionada à legitimação, junto à população, da candidatura de Mario Andreazza à Presidência da República, da mesma forma que preparava terreno para a candidatura do então governador José Ornellas nas primeiras eleições distritais, em 1986.

A implantação de infraestrutura nos bairros populares, da mesma forma, seguia o interesse eleitoral, visando cooptar a população e servindo para desmobilizar os trabalhadores engajados nos movimentos populares, com o atendimento parcial e pontual de demandas, o que passava a ser visto pelos moradores como ganhos, e não como pagamento atrasado de uma dívida social adquirida no momento da remoção (Gouvêa, 1991).

...o governo sempre atuou de forma a antecipar as reivindicações, cooptando as lideranças e exercendo controle social sobre a população. Em suma, ao longo destes vinte e nove anos (1956-1985), a ação governamental no Distrito Federal se pautou pela produção de moradias de baixa qualidade para viabilizar interesses eleitorais, segregando a massa operária nas periferias distantes e desenvolvendo um controle do solo urbano, que funcionou como instrumento de elevação dos preços dos imóveis da cidade, instrumentalizando, assim, o espaço de forma econômica e política. (Gouvêa, 1991, p. 90)

Gouvêa (1991) também chama a atenção para a desintegração verificada entre os vários movimentos populares em Brasília, que ocorreram de forma esparsa e pontual, atingindo vitórias significativas, mas, muitas vezes, morrendo no instante seguinte, sem maior repercussão e sem oferecer apoio às pessoas de outras localidades que vivenciavam os mesmos problemas.

... É bem verdade que, à medida que certas reivindicações são atendidas, existe uma tendência natural de esvaziamento do movimento, até mesmo pela pouca 'cultura política' e

⁴² Sociedade de Habitação de Interesse Social.

a forte intervenção do Estado, não existindo a perspectiva de uma luta por mudanças maiores, inclusive em relação à própria estruturação do espaço urbano. (Gouvêa, 1991, p. 91)

Outro tema tratado por Gouvêa (1991) diz respeito à atuação do governo local como o próprio especulador imobiliário, gerando consequências para o planejamento territorial, que teria se ocupado até os 1990 de cristalizar Brasília, sob o pretexto da preservação ambiental e do patrimônio, aos interesses das classes dominantes.

O poder público em Brasília atuou também como incorporador, provocando especulação imobiliária ao utilizar sua prerrogativa de deter o monopólio da terra e a exclusividade das ações de planejamento, para estocar terrenos próximos ao centro de decisões e valorizá-los, obrigando com isto grande parte da população de menor renda a morar fora do Distrito Federal, expandindo a malha urbana desnecessariamente, diminuindo a eficiência da cidade e inviabilizando seu uso para a maioria da população (pelo alto preço do transporte), funcionando também o preço da terra como forma concreta de segregação social. (Gouvêa, 1991, p. 91)

Ainda sobre o ordenamento territorial proposto para o DF, Gouvêa (1991) considera que a setorização das atividades na forma de tratar as questões urbanas é, propositalmente, uma forma de dificultar a apreensão por parte do trabalhador do entendimento das relações das várias partes do urbano. Por fim, o autor cita que o vislumbre da construção do Plano Diretor, aos moldes da nova política urbana prevista na Constituição de 1988, “poderia funcionar como uma alavanca que motivaria os debates sobre as questões urbanas, propiciando a participação organizada da população, por meio de conselhos populares, que explicitariam suas reivindicações e fiscalizariam as ações do Poder Executivo e do próprio Legislativo” (Gouvêa, 1991, p. 96).

Afirma-se, considerando o objetivo central da tese, que os estudos sobre movimentos populares se aproximam da proposta dos utopismos patrimoniais e ao sujeito situado em Brasília, visto que, nos estudos elaborados pelos sociólogos, principalmente, havia uma preocupação em compreender a estrutura desses movimentos com a finalidade de relacioná-los ao cenário político local e nacional. Esses estudos contribuíram para a escrita de uma narrativa desde o cotidiano, pautada nas ações pormenorizadas desde localidades até então sem visibilidade na história de Brasília, e valorizam as diversas formas de articulação das lideranças locais com as autoridades, enaltecendo as conquistas alcançadas pelos movimentos populares.

Já nos estudos propostos pelos geógrafos, a conceituação do fenômeno da ‘segregação planejada’, mesmo que pensada a partir da escala de compreensão da totalidade social, era pautada na experiência dos empobrecidos, desde os ‘espaços dos excluídos’, e denunciavam o alto nível de sofisticação da perversidade alcançado para promover a segregação social, tendo como referência o caso amplificado da Capital Federal.

No caso dos estudos proposto por arquitetos(as) urbanistas, há, também, a aproximação à vida cotidiana e aos *utopismos patrimoniais*, já que se fundamentam na observação da vida desde a escala das localidades populares, trazendo elementos das formas de luta pela terra, e das questões políticas

nacionais que se articulavam a esses sistemas de reivindicações por direitos a partir dos territórios no Distrito Federal. Quanto à prestação de assessoria técnica pelos arquitetos e estudantes nas comunidades, a intenção era de empoderar e instrumentalizar os sujeitos engajados nos movimentos sociais, reconhecendo como válidas e potentes as relações estabelecidas com o território e os laços de coletividade construídos nos assentamentos.

3.3.3 URBS X CIVITAS, VIOLÊNCIA, CIDADE ESTRUTURAL – 2000-2009

A figura 32, que corresponde ao diagrama de número 3, mostra os textos elencados para o período entre 2000 e 2009.

Inicia-se o debate sobre a década de 2000 com o texto da Prof.^a Marília Peluso e da Prof.^a Lucia Cony Cidade (Peluso & Cidade, 2002), que traz um embate entre a *civitas*, a cidade simbólica da brasilidade, e as práticas sociais da formação socioeconômica brasileira que ocorrem na *urbs*, a cidade do cotidiano, que, no caso de Brasília, permeiam um diálogo pautado, simultaneamente, na modernidade e na tradição.

As autoras consideram que é no projeto original e nos seus antecedentes e desdobramentos que as direções espaciais tomadas pela capital se ancoram. As três escalas de conflito apontadas por elas: entre a centralidade e a dispersão, entre o moderno e o tradicional e entre a permanência e a transformação, resultam na necessidade contínua de repor a ordem, para substituir a desordem desencadeada por esses conflitos (Peluso & Cidade, 2002).

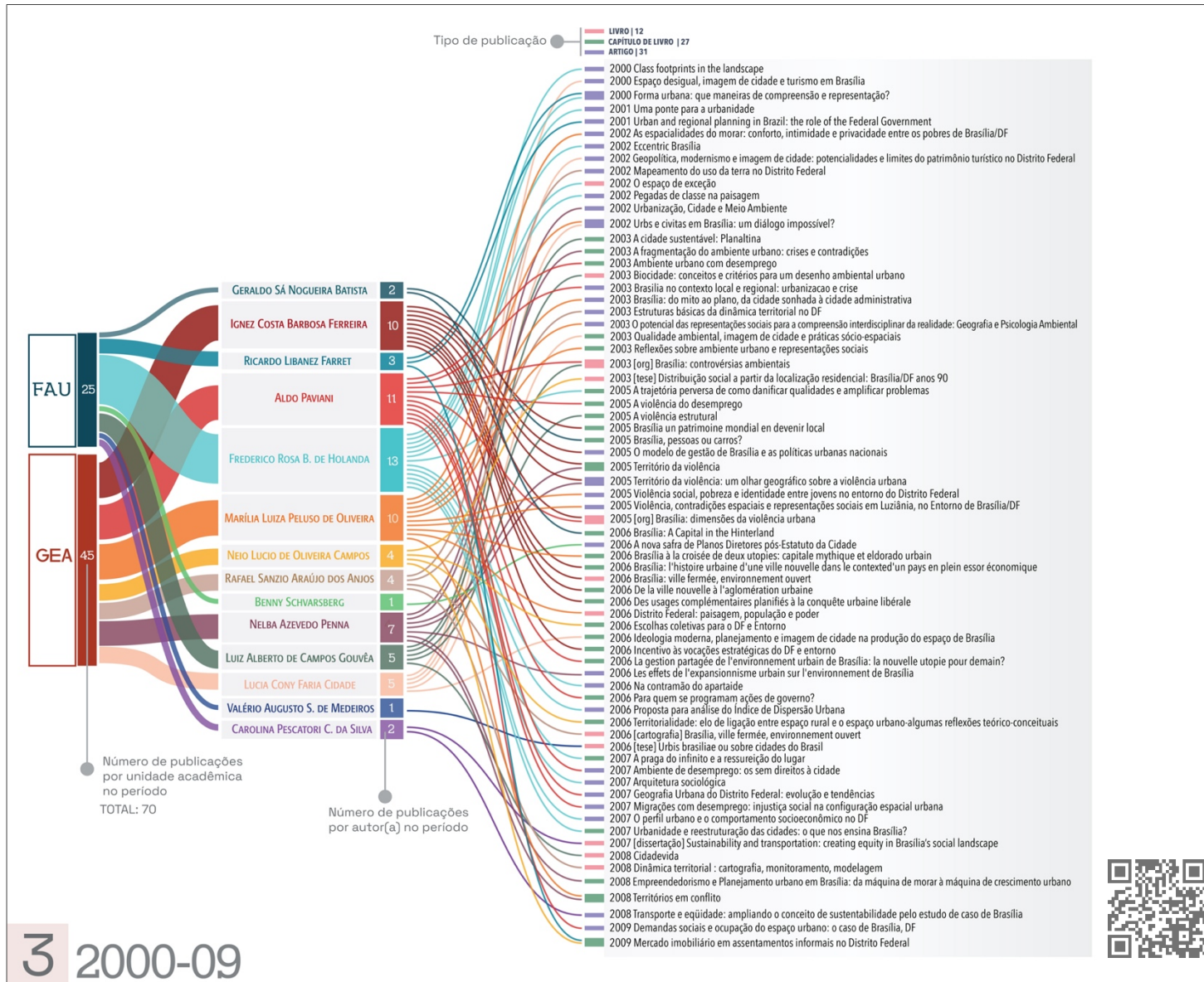
Dessa forma, a ideia da centralidade urbana de Brasília, que aparece no momento da sua fundação, com a implantação das infraestruturas e dos serviços que reforçavam seu poder de atração, será continuamente negada com a expulsão dos operários para as cidades-satélites, promovendo a dispersão. As autoras argumentam que, ao negar a permanência do trabalhador braçal, necessário à construção da cidade, também se nega a brasilidade, a variedade da combinação social e o próprio dinamismo da *urbs*, na medida que as práticas comuns à *urbs* se mostram incompatíveis com a *civitas* (Peluso & Cidade, 2002).

Na escala do conflito entre o moderno e o tradicional, as autoras enfatizam que a *urbs* prevalece, e, nas cidades-satélites, um *novo moderno* clama pelo seu reconhecimento enquanto representatividade brasileira:

Assim, o que era moderno na década de 50 do século vinte é o tradicional do agora. Nas cidades-satélites não se encontra mais o tradicional tecido vernáculo brasileiro, que deveria ser negado e superado pela racionalidade planejada, mas um moderno adaptado que busca reconhecimento e o direito à criação de sua identidade. É a *urbs* em toda sua dinâmica, que prevalece. (Peluso & Cidade, 2002, p. 219)

O debate entre *civitas* e *urbs* proposto no texto se aproxima da escala do cotidiano e adota uma abordagem que não se restringe apenas à discussão do projeto urbanístico e sua forma, mas de um projeto urbano produtor de espaço e da vida que o preenche e anima, ou seja, a sociedade em movimento (Santos, 2014). A discussão proposta agrega aspectos relativos à representação social e simbólica da cidade e leva a um entendimento de duas faces da utopia Brasília: a da representação nacional e da identidade simbólica desde o sujeito.

Figura 32 – Diagrama aluvial 3 – 2000-2009



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em <http://lattes.cnpq.br/> e <https://www.unb.br/>, processado em <https://app.rawgraphs.io>.

Diagrama completo em alta resolução disponível em: <https://rb.gy/lcqqxv>.

Outra importante discussão que ocorre nesse período ganha espaço no livro *Brasília: dimensões da violência urbana* (Paviani et al., 2005), que agrega uma coletânea multidisciplinar sobre o tema. Nesse contexto, a violência é compreendida como “ato de ferir o direito de outrem”, e é definida “como qualquer ação intencional, realizado por indivíduo ou grupo, dirigida a outro, que resulte em morte, danos físicos, psicológicos e/ou sociais” (Paviani et al., 2005, p. 20).

Paviani (1993, 1999b, 1999a; 1991) já vinha discutindo a questão das *lacunas de trabalho* desde a década de 1990. O autor considerava o exercício da atividade remunerada um direito fundamental para exercício da cidadania:

Para enfocar esta categoria de análise (a lacuna de trabalho), consideraremos ser o exercício de atividade remunerada um dos direitos de todo cidadão, ou um dos direitos universais, em igualdade de condições ao direito à liberdade. Segue-se daí que, para ser livre, usufruindo de cidadania plena, o homem deve ter acesso ao trabalho continuado, remunerado justamente e compatível com a dignidade do ser humano. Daí resulta que a luta popular deveria se centrar em adquirir cidadania plena, ou seja, combater todas as formas de supressão de postos de trabalho e, logicamente, de trabalho mal remunerado, esporádico, subemprego, etc., pois para ser cidadão é necessário ter acesso ao trabalho. (N. H. Sousa, 1991, p. 117)

Em trabalhos anteriores, inclusive anteriormente citados na tese, Paviani e Ferreira (1972, 1973b, 1973a) já demonstravam grande preocupação com a baixa oferta de empregos na capital e avaliavam as consequências possíveis para a população de Brasília, em um cenário de alto fluxo migratório. No texto de 2005, Paviani aborda a temática do desemprego como a maior e mais pesada das violências, definida tanto como a supressão de postos de trabalho como a não criação deles:

Ademais, as "lacunas de trabalho" têm se mostrado a mais pesada das violências, pois atingem camadas cada vez mais amplas de pessoas economicamente ativas. Como por nós já definida, a "lacuna de trabalho" traduz-se na eliminação de postos e atividades existentes ou na não criação de novos lugares de trabalho, por vezes, de forma definitiva, pois se produz mais e melhor com uso de tecnologias "capital intensivas". Por trás dos postos de trabalho eliminados estão instituições e empresas que assim atuam impulsionadas pela volúpia do lucro a qualquer preço. Essa é a questão crucial do "período técnico científico e informacional", como definido por Milton Santos, a ciência e a técnica estão a serviço da produção se atentarmos ao que vem ocorrendo no mercado de trabalho. (Paviani, 2005, p. 197)

Cabe mencionar a abordagem sobre a violência adotada no texto *Território da violência* (I. Ferreira & Penna, 2005), na qual as autoras relacionam a violência em Brasília às “transferências compulsórias dos assentamentos informais”. Para elas, os locais que recebem a população remanejada são propícios à criminalidade:

Em Brasília, desde o início da implantação da cidade, as favelas são banidas do espaço urbano, são deslocadas no território e desmembradas em novos assentamentos promovidos pelo poder público na periferia.

As que persistem são recentes aglomerados de pessoas pobres sem tempo de se estruturar em uma comunidade. Por outro lado, no local para onde são transferidos compulsoriamente assentamentos urbanos informais, sem função urbana definida (a não ser de moradia dos pobres), sem infraestruturas, sem a presença do Estado, sem trabalho, onde todos estão há pouco tempo, onde ninguém conhece ninguém, onde inexitem relações de vizinhança e de parentesco; a provisoriidade dos moradores e o remanejamento compulsório das pessoas impedem que se formem laços de solidariedade e de coesão social. Esses locais são uma porta aberta à penetração de criminosos, que se escondem no anonimato e na invisibilidade da população excluída. (I. Ferreira & Penna, 2005, p. 83)

É importante comentar que, de acordo com as autoras, a ausência de laços de parentesco e de vizinhança, a não clareza na definição da função urbana desses novos bairros para além da moradia e a provisoriedade e rotatividade de moradores acabam por dismantelar os laços de solidariedade e de coesão social, muitas vezes imprescindíveis para sobrevivência das pessoas nessa condição de escassez. Esses fatores contribuem para o aumento da criminalidade, dada a possibilidade da permanência dos criminosos no anonimato nessas localidades (I. Ferreira & Penna, 2005). Nesse caso, mais uma vez observa-se a ação do Estado dismantelando as estratégias de vida da população perifêrizada, numa postura ativa na produção de riscos.

Gouvêa (2005) considera que a violência em Brasília remonta aos tempos da construção da cidade e cita a desumanidade presente nas relações de trabalho, como as jornadas exaustivas, a ausência de um serviço do Ministério do Trabalho para fiscalizar e receber reclamações, as baixas remunerações, e, ainda, as frequentes notícias de chacinas e atitudes violentas por parte da Guarda Especial de Brasília, a GEB, responsável pelo policiamento das obras de construção da capital. Porém, o autor considera que a maior violência consiste na segregação dos trabalhadores promovida de maneira planejada, que, nesse texto, chama de “segregação violenta” (Gouvêa, 2005, p. 345).

Com base no exemplo da Ceilândia, o autor dimensiona a escala da violência promovida na transferência dos moradores das “invasões” próximas ao Plano Piloto:

Na Ceilândia não havia água, luz, moradia ou qualquer equipamento comunitário de apoio. A violência social desse fato é enorme, uma vez que o trabalhador de menor renda removido, não só teve sua renda ainda mais reduzida, pelo fato de ter de pagar diariamente pelo mais caro transporte do país, mas ainda, em muitos casos, perdeu sua atividade laboral. (Gouvêa, 2005, pp. 347–348)

O autor ainda cita como parte integrante do que considera como grande violência social o caso dramático das lavadeiras do IAPI e do Núcleo Bandeirante:

O exemplo típico é o das lavadeiras [...] com a remoção para Ceilândia e em razão do fato de não existir água no novo assentamento, essas trabalhadoras, que com seus ganhos arcavam com boa parte das despesas da casa, perderam seu trabalho. (Gouvêa, 2005, p. 347)

O Prof. Luiz Alberto Campos Gouvêa foi um dos pioneiros na FAU a trabalhar com projetos de urbanização de favelas, dentro de uma concepção participativa junto às comunidades, na busca por atender melhor os desejos da população, além de propiciar uma aproximação a um repertório técnico e de alternativas para dar suporte às suas reivindicações. Ele atuou no GEPAFI e, depois, na *Comissão Cidade*, criada pelo Sindicato dos Arquitetos do Brasil, na década de 1980. A comissão prestava assessoria técnica e política aos movimentos populares que se organizavam em Brasília. Como professor da UnB, desenvolveu com os alunos da Graduação e da Pós-Graduação uma frente de projetos de urbanismo e de extensão universitária chamada “*Projetando com a População: uma experiência de ensino, pesquisa e extensão universitária*” (Gouvêa, 1997).

Entre as atividades realizadas pelo grupo, destacam-se as propostas para a urbanização da Vila Estrutural. Gouvêa (2005) narra a história de ocupação da localidade, desde a década de 1980, por uma população de

catadores de resíduos, atraída pela proximidade ao aterro sanitário. A “favela da Estrutural”, como ficou conhecida, experimentou grande crescimento na década de 1990 e foi marcada por episódios de extrema violência⁴³ na contenção do seu avanço. A regularização da cidade e a desativação do aterro foram pautas de discussão pelo governo desde a década de 1990, assim como a organização e engajamento da população na Associação Comunitária da Vila Estrutural, criada em 1992.

No projeto elaborado pelo docente e seus estudantes, estavam previstas, além do parcelamento e regularização dos terrenos para moradia – e de um plano de melhoria progressiva nas condições da habitabilidade e da infraestrutura –, praças, áreas de lazer e de esporte, um centro olímpico, a integração do bairro com caminhos à sombra e ciclovias, pomares populares, um centro comunitário com restaurante popular e, ainda, um programa de promoção de oferta de empregos no setor de oficinas vizinho. A definição dessas estratégias partiu de debates com a população e suas lideranças, e algumas delas foram acolhidas e incorporadas aos planos governamentais, durante os processos que embasaram a criação da Região Administrativa (Gouvêa, 2005).

As abordagens sobre a violência, citadas e comentadas nessa subseção, mesmo aquelas que não chegam a tratar de um sujeito em carne e osso, permeiam a vida cotidiana dos territórios populares no DF. Enquanto alguns autores e autoras demonstram preocupação com os processos indutores do fenômeno em uma escala macro, outros pousam no território do cotidiano a fim de prestar assessorias técnicas em busca de traduzir as reivindicações das populações em elementos técnicos.

Quando considera o desemprego como uma forma de violência, Paviani (2005) denuncia o desmoronamento de toda possibilidade de exercício da cidadania pelos empobrecidos e periféricos em Brasília, ao terem um dos seus direitos universais negado: o de acessar o mercado de trabalho. Além disso, a dissipação dos laços de solidariedade e da coesão comunitária, apontadas por I. Ferreira e Penna (2005), que fundamentam, muitas vezes, a vida e a sobrevivência na escassez, é constantemente providenciada pelo Estado, que remove e reassenta, de maneira dispersa, a população empobrecida. Esse enfraquecimento social induz o aumento e a territorialização da criminalidade, produzindo riscos ainda maiores às comunidades.

Dessa forma, percebe-se que os textos tem uma aproximação não exatamente aos *utopismos patrimoniais* pela América Latina (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021a), mas denunciam um lado obscuro do reconhecimento de suas potencialidades como ameaça ao *status quo*, quando o Estado se empenha em, ativamente, dismantlar e enfraquecer as possibilidades de sobrevivência dos empobrecidos diante dos

⁴³ Entre 1997 e 1998 (no Governo de Cristovam Buarque) a Vila Estrutural viveu uma sequência de operações policiais para remoção dos ocupantes da chamada Vila Nova, que resultaram em choques entre moradores e a polícia, causando oito mortes. Por alguns meses cercaram todo perímetro da cidade arame farpado para impedir a construção de novos barracos. A entrada e saída dos habitantes era controlada, não se podia entrar com mercadoria para abastecer os mercados internos (Saads, 2020).

riscos e das vulnerabilidades socioespaciais construídas intencional e politicamente pelo *continuum* de crises enfrentada nos países da América Latina e do Caribe.

3.3.4 CENTRALIDADES, LAGO PARANOÁ, MEMÓRIA CANDANGA– 2010 -2014

As edições comemorativas de 50 anos de Brasília, *Brasília 50 + 50: cidade, história e projeto* (Derntl & Saboia, 2014) e *Brasília 50 anos: da Capital a Metrópole* (Paviani et al., 2010), trazem coletâneas de estudos sobre a cidade a partir do olhar acadêmico plural de diversos professores(as) e estudantes, sendo que a primeira foi fruto de uma oficina internacional realizada em 2011 por meio de uma parceria entre a FAU/UnB e o Instituto Politécnico de Milão – PoliMi –, e a segunda foi idealizada por pesquisadores(as) do NEUR/CEAM, e é resultado do debate público promovido em um seminário da *Comissão UnB 50 anos de Brasília*.

A figura 33 ilustra os textos do período de 2010 a 2014.

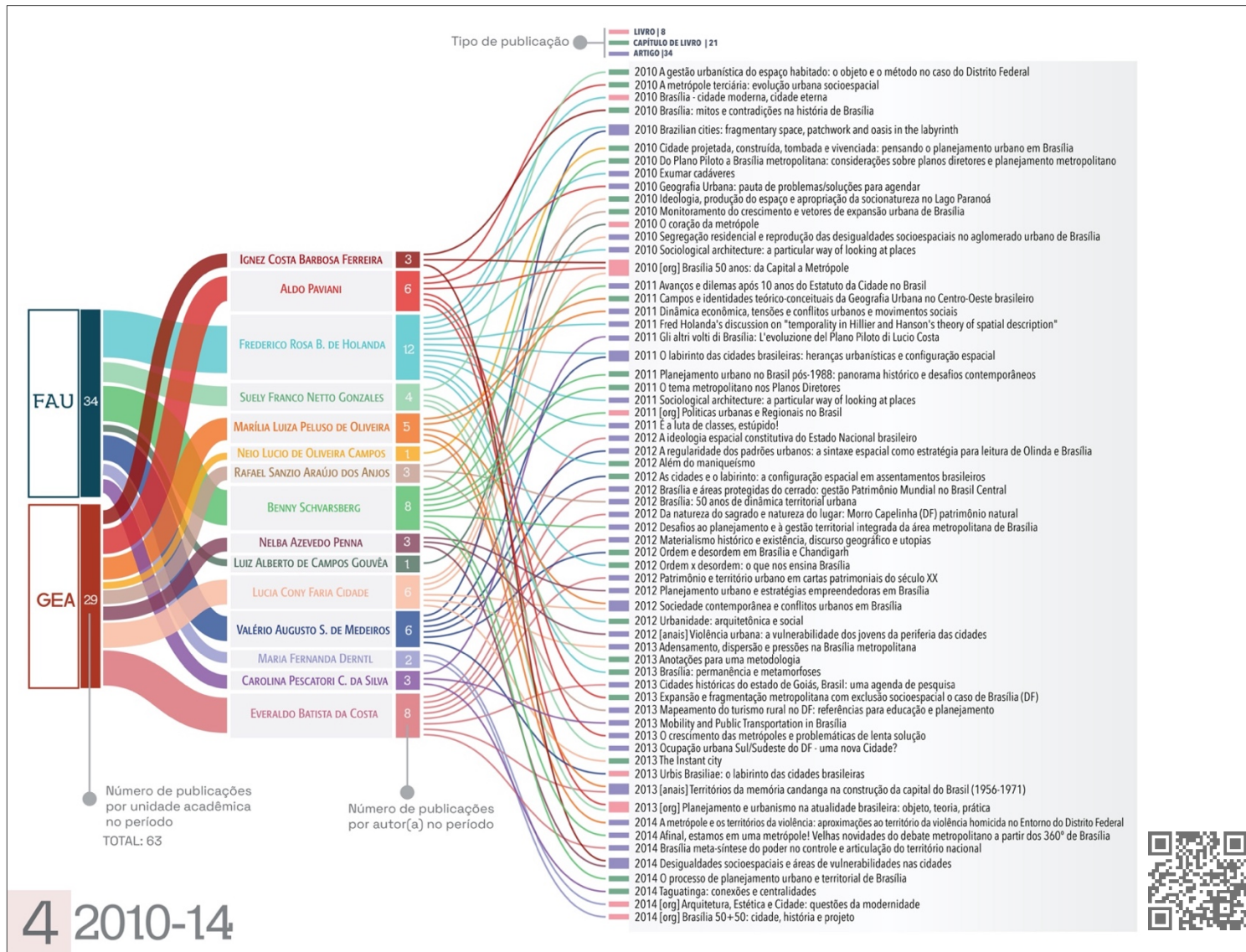
Os textos eleitos para serem comentados nesse período são aqueles que trazem perspectivas mais humanizadas sobre a cidade, propondo soluções urbanas em um nível mais aproximado do sujeito e adentrando nas necessidades e na memória e no imaginário do sujeito desde os territórios populares.

É importante comentar que muitos textos nesse período possuem alto vínculo com a abordagem morfológica altamente afiliada ao paradigma newtoniano-cartesiano do espaço. Há ainda, pesquisas sobre a história da gestão urbana no DF, que buscam periodizar os momentos do seu processo de metropolização. Outros ainda se dedicam a definir o objeto do planejamento urbano e seus aspectos técnicos e práticos, considerando uma década dos marcos constitucionais da política urbana nacional.

Os textos apresentados na primeira coletânea, *Brasília: 50 + 50*, (Derntl & Saboia, 2014), apresentam distintas posturas diante da tarefa de revisitar criticamente os últimos 50 anos, vislumbrando o horizonte dos 50 vindouros. A maior parte dos textos se detém na discussão do Plano Piloto, seja em abordagens históricas sobre o projeto e implantação da capital, seja no tocante aos desafios da preservação patrimonial em contraponto à vida cotidiana e às apropriações dos espaços públicos. Há, ainda, um trabalho (Schvarsberg, 2014) que trata do planejamento urbano e do ordenamento territorial da capital, numa visão panorâmica construída com base em leis, mapas e planos urbanístico, trazendo tanto o viés histórico como uma perspectiva de futuro, como a discussão de uma política urbana integradora para a região metropolitana.

Cabe citar que uma parte dos trabalhos publicados foram produzidos no contexto da oficina internacional que ocorreu em Brasília, envolvendo trabalhos de campo, da qual participaram docentes e estudantes da PoliMi, de várias nacionalidades, estudantes de graduação e de pós-graduação da FAU e de outros departamentos, como Antropologia, além de representantes do governo local.

Figura 33 – Diagrama aluvial 4 – 2010-2014



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em <http://lattes.cnpq.br/> e <https://www.unb.br/>, processado em <https://app.rawgraphs.io>.
Diagrama completo em alta resolução disponível em: <https://rb.gy/lcqqxv>.

Nesse contexto, comenta-se o trabalho *Taguatinga: conexões e centralidades*⁴⁴, que elegeu como objeto de estudo Taguatinga e a Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE JK –, proposto como articulador ecológico entre as cidades de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. Após levantamento realizado em campo, através de percursos urbanos, os autores propõem reforçar a autonomia local de Taguatinga enfatizando sua centralidade, utilizando a ARIE como conexão entre as ‘cidades-satélites’ de Ceilândia e Samambaia, numa tentativa de potencializar a complementariedade social e econômica existente. O trabalho traz críticas à postura do planejamento urbano adotada na capital, que perpetuaram a dependência dessas localidades com o núcleo central, ao passo que sugerem intervenções urbanas na escala local, que possibilitem que as cidades-satélites conquistem sua maioria e passem a emanar luz própria, e, quiçá, transformem-se em ‘cidades-estrelares’ (Pescatori et al., 2014).

Assim, esse estudo traz a discussão da urgência de cumprir a dívida histórica de dinamização dos núcleos periféricos ao Plano Piloto, reforçando suas vocações de novas centralidades, apreendidas localmente a partir das demandas da população. Esse projeto mostra um exemplo de como criar possibilidades de grandes mudanças a partir da observação empírica da vida cotidiana. Um *workshop* realizado em um contexto de tempo exíguo e elaborado por uma equipe heterogênea, como exercício acadêmico e que, surpreendentemente, consegue conceber soluções simples e apontar caminhos possíveis diante de um cenário complexo.

O livro *Brasília 50 anos: da Capital a Metrópole* (Paviani et al., 2010) é o coroamento da Coleção Brasília, republicada na ocasião do jubileu da cidade e mantém a natureza multidisciplinar dos sete livros que compõem a coleção originalmente publicada entre 1985 e 2005.

Durante cerca de um quarto de século, as diversas coletâneas da Coleção Brasília vêm acompanhando a evolução da cidade, seu crescimento, sua expansão territorial, suas peculiaridades, seus problemas e as soluções apontadas. Para isso, inúmeros especialistas têm contribuído com seus diferentes pontos de vista e total liberdade de abordagem. Com isso, esses autores permitiram a interpretação multidisciplinar de Brasília, que se constitui em verdadeiro laboratório do desenvolvimento, da vida urbana e seus problemas e da urbanização brasileira. (Paviani et al., 2010, p. 14)

Entre os textos da coletânea, destaca-se o trabalho *Ideologia, produção do espaço e apropriação da sacionatureza no Lago Paranoá* (Cidade, 2010), que conduz um debate sobre as relações da população do DF com o maior corpo d’água da capital, uma temática raramente abordada, e que diz respeito a um dos espaços públicos mais significativos da capital. A autora apresenta a discussão sobre a ocupação das margens do Lago Paranoá por ‘invasões de ricos’, principalmente composta por estruturas destinadas ao lazer, como churrasqueiras, piscinas e quadras de esportes, associadas às residências

⁴⁴ Participaram do Grupo de Trabalho: Ana Laterza, Giovanni Presti, Lucas de Abreu, Stephanie Souza, Tauana Amaral (FAU/UnB); Airton Costa, Juliane Abe Sabbag, Sandra Pantaleão (PPG-FAU/UnB); Hamidreza Rabiei Dasrjerdi, Malani Herath (PoliMi); Thais Lima (Antropologia/UnB) e Willamy Mamede (Terracap/GDF).

unifamiliars das classes mais abastadas, que bloqueiam o acesso do restante da população ao principal elemento simbólico da escala bucólica da cidade.

Dessa forma, para reunir subsídios para confrontar a visão idealizada com imagem real do lago percebida pela comunidade, foi realizada uma pesquisa de campo com aplicação de questionários sobre o tema. O objetivo era estabelecer até que ponto as pessoas o reconheciam como parte integrante da cidade, verificando com que frequência elas visitavam o local, como se relacionavam com ele, e, por fim, compreender a identidade e o sentimento de posse coletiva ou privada em relação ao corpo d'água (Cidade, 2010).

As entrevistas foram aplicadas na plataforma superior da rodoviária e os resultados demonstram que a população, apesar de compreender o lago como parte integrante da paisagem da cidade, encontra barreiras para usufruir do espaço, principalmente, por questões atribuídas à sua gestão pública, como a poluição ou a oferta de transporte.

A imagem percebida do Lago Paranoá, com a dimensão de significação, ou relação prática com o lago Paranoá, de forte integrante da paisagem e fonte de atratividade, parece encontrar limites na pouca acessibilidade por boa parte da população a esse equipamento.

A dimensão da identidade, como sentimento de posse, representa o lago como um espaço que pertence à sua população, embora apareça uma consciência crítica manifestada na percepção de seletividade. (Cidade, 2010, p. 218)

A discussão do conflito sobre a apropriação privada das margens do lago, sugerida nos resultados dessa pesquisa, sugere a aceitação pela população que participou, na época, de uma seletividade das pessoas que usam de fato o espaço, que, mesmo sendo público, era reservado para um determinado grupo social. Notava-se, ainda, uma certa ambiguidade na percepção das 'invasões de ricos', que, de acordo com a autora, pode ser gerada a partir de uma imagem, produzida ao longo dos anos, de uma ação governamental que tolera a prática da "invasão". Por fim, a definição do uso das margens do lago privilegiado para populações com faixa de renda elevada é uma evidência do planejamento que cristaliza mais uma forma de segregação socioespacial, tão característica da estrutura urbana da capital (Cidade, 2010).

Ainda no período compreendido entre 2010 e 2015, cabe comentar o trabalho de autoria do Prof. Everaldo Batista e da Prof.^a Marília Peluso dedicado a promover o resgate da memória candanga a partir de relatos orais e de fontes documentais e iconográficas. O estudo, fundamentado no âmbito da geografia histórica urbana, trata da formação dos primeiros núcleos populacionais periféricos decorrentes das chamadas "invasões", originadas do desejo de fixação dos imigrantes construtores. São abordadas as cidades do Núcleo Bandeirante, antiga Cidade Livre, Taguatinga e Ceilândia.

Através dos relatos, as lembranças dos pioneiros se sobrepõem e ganham vida ante a memória oficial celebrada pela história institucionalizada e instrumentalizada. Nesta reflexão, os territórios da memória histórica candanga são resistências, imagens reais e invertidas do poder e da ideologia que materializa Brasília enquanto signo paradoxal de uma pretensa brasilidade. (Costa & Peluso, 2013, p. 3)

Os autores destacam os elementos existenciais revelados pela reconstrução da história a partir dos pioneiros, do sujeito em carne e osso e de suas estratégias para conquistar o chão pelo enfrentamento e pela resistência. Assim, as primeiras cidades-satélites configuram-se como patrimônio cultural tangível da formação territorial do Distrito Federal do Brasil:

considerar que o território guarda “ruínas” resistentes ao poder desolador do tempo e das ideologias que o move; revela elementos sintéticos do patrimônio de cada indivíduo: angústias, medos, necessidades, aspirações, em suma, seus sonhos ante as reais condições da existência. Ceilândia enquanto antiga cidade-satélite é expressão concreta desses elementos representacionais. (Costa & Peluso, 2013, p. 26)

Dos trabalhos elegidos para serem comentados nesse período, essa proposta de leitura da memória candanga é o que mais se aproxima *do sujeito em situação duradoura*, o que não surpreende, visto que Costa é um dos autores, junto a Prof.^a Marília Peluso. Nota-se, no entanto, que o autor se encontra em outra fase da sua produção acadêmica, mas que já carrega indícios da abordagem existencialista que se desenvolverá nos anos seguintes, considerando a aproximação ao sujeito concreto pelos depoimentos e da leitura de uma outra história do território, contada a partir da biografia do sujeito.

Nota-se, ainda, que o texto traz uma contraposição imagem idealizada de Brasília, um modelo simbólico construído a partir de uma projeção de futuro, portanto utópica, com a cidade real, resultante de uma modernização precária:

...uma cidade modelo, uma imagem construída, não a partir das condições brasileiras existentes, mas do futuro do país. Porém, entendemos, por outro lado, que Brasília vai reforçar, de fato, o Brasil que se consolidou em sua realidade concreta histórica, expressão objetiva de uma modernização precária, o que se expressou na negligência aos seus construtores imigrantes que formaram as primeiras cidades do Distrito Federal. (Costa & Peluso, 2013, p. 2)

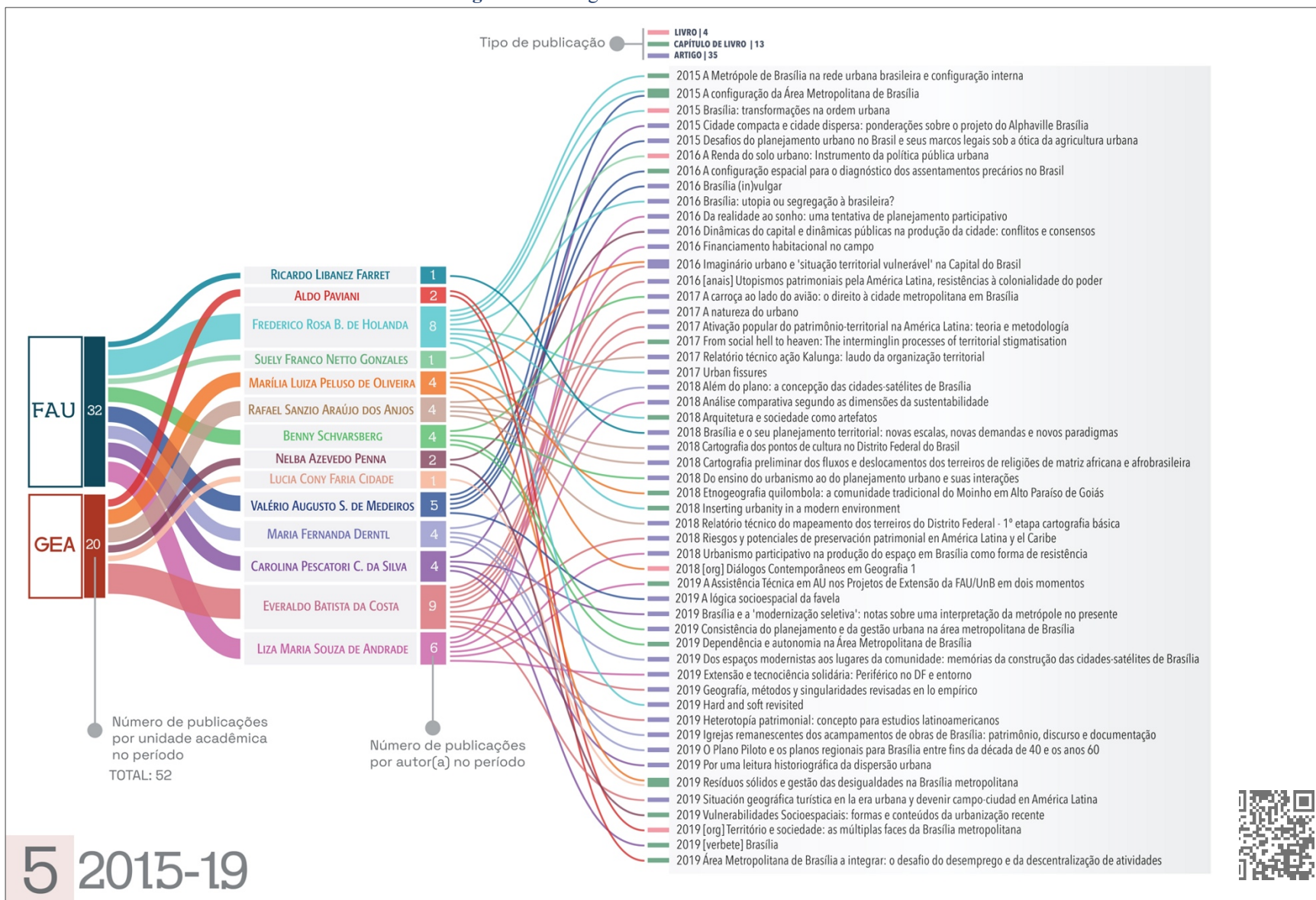
Nesse sentido, a negligência ao trabalhador, construtor da cidade, e sua expulsão, denota o desejo impregnado na *utopia de Brasília*, de não ser o Brasil real, e sim aquele projeto de futuro, no qual toda expressão do atraso foi superada: a urbanização espontânea, a pobreza, a desordem, enfim, o sujeito concreto não pertencia à essa projeção.

3.3.5 TERREIROS, HISTORIOGRAFIA CRÍTICA, TECNOCIÊNCIA SOLIDÁRIA – 2015-2019

Os textos referentes ao período de 2015 a 2019 encontram-se listados no diagrama 5, figura 34.

Os textos tratados nesse período têm um sentido não só da aproximação ao sujeito em carne e osso e aos utopismos patrimoniais, mas, diz respeito também, à incorporação de novas abordagens e enfoques ao que até então vinha sendo praticado em relação ao estudo urbano-urbanístico sobre Brasília, dentro da FAU e do GEA.

Figura 34 – Diagrama aluvial 5 – 2015-2019



Os textos referentes ao fio condutor hermenêutico da tese encontram-se nesse período, e, paralelamente aos trabalhos de Costa (2016, 2017, 2018, 2021a), outros(as) pesquisadores(as) também adotam um olhar mais próximo ao sujeito real, à recuperação de memórias não hegemônicas, e ainda, a estabelecer narrativas críticas em relações ao consenso e à história oficial. Destaca-se ainda, uma ressignificação da prestação de assessoria técnica e de extensão universitária praticada na FAU, com a adoção de uma abordagem fundamentada na *tecnociência solidária*.

O *Mapeamento dos Terreiros do Distrito Federal*, fruto do trabalho da Fundação Cultural Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, em parceria com a UnB, foi uma pesquisa coordenada pelo Prof. Rafael Sanzio de Araújo dos Anjos, no âmbito do Projeto Geografia Afrobrasileira: Educação e Planejamento do Território – Projeto GEOAFRO –, e teve como objetivo principal tirar da inexistência espacial os territórios religiosos de matriz africana no DF (Anjos, 2018).

É importante comentar que o Prof. Rafael Sanzio do Anjos dedicava, até os anos 2000, sua pesquisa e sua produção acadêmica, principalmente às tecnologias e metodologias de mapeamento para produção cartografia temática digital, como base para análise de aspectos do território urbano e como subsídio para o governo nos processos de planejamento e ordenamento territorial (Anjos, 1991b, 1991a, 1995, 2003). No início dos anos 2000, no entanto, o pesquisador passa a usar as tecnologias para mapear o “Brasil Africano”. Assim, em parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, realiza o mapeamento dos remanescentes quilombolas e publica, em 2003, o trabalho *O espaço geográfico dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil*, que se desdobra em outras pesquisas da mesma natureza, configurando a presença inequívoca da pesquisa em Geografia Africana desde o GEA.

Nesse contexto, o mapeamento dos “terreiros” do DF foi elaborado a partir de um extenso trabalho de campo, envolvendo a visita a cada um dos estabelecimentos elencados a partir das bases de dados da Fundação Palmares e da Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno complementadas por fontes documentais, o que permitiu a identificação das características espaciais dos terreiros no espaço urbano e rural do DF.

A pesquisa foi fundamentada no conceito de território étnico e o ‘terreiro’ é compreendido como sua instância concreta, guardiã da resistência da diáspora África-Brasil:

Dessa forma, o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial e, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma autoafirmação política-social-econômica-territorial.

[...]

A abordagem de terreiro que utilizamos neste estudo é larga, portanto, busca contemplar as territorialidades religiosas de matrizes africanas expressas nos seus espaços, sobretudo nos distintos tipos de Candomblés registrados e nos territórios de referência afrobrasileira, expressos na sua maioria pela Umbanda. Dessa forma, tratamos o «terreiro» como uma instância concreta no território étnico que guarda com as suas práticas as ancestralidades, as resistências e as sobrevivências seculares dos quatro séculos de diáspora África-Brasil. (Anjos, 2018, p. 11)

Para fundamentar historiograficamente a pesquisa, o grupo de pesquisadores(as) envolvidos(as) no projeto realizou levantamento em fontes documentais e jornais locais, como o Correio Braziliense, a fim de resgatar a trajetória das casas de culto no território do DF ao longo dos anos. Essa pesquisa resultou na espacialização de um total de 12 sítios no território, representados no *Mapa de referências espaciais historiográficas da distribuição das casas de culto de matriz africana no DF*.

Em pouco tempo, a presença do povo do terreiro se mostra efetiva em todos os locais do perímetro urbano da cidade e fora dele, nas nascentes cidades-satélites, sendo mais importante, num primeiro momento, no Plano Piloto, na Cidade-Livre, na Candangolândia e em Taguatinga. Ao findar a década de 1970, Ceilândia passa a integrar a lista de localidades representativas para a comunidade afroreligiosa e, provavelmente no decorrer da década de 1980 ou no início da década seguinte, começaria a liderar a lista dos locais de maior concentração dos Terreiros. Ainda há evidências de que, posteriormente, houve deslocamentos dos Terreiros para a região do Entorno, uma tendência que estaria em curso durante os anos de 1990. (Anjos, 2018, p. 37)

O projeto registrou e visitou, entre 2017 e 2018, um total de duzentos e doze terreiros distribuídos pelas Regiões Administrativas do Distrito Federal, das quais Ceilândia e Planaltina eram as localidades que concentravam o maior número de casas religiosas, seguidas de Gama, Sobradinho, Samambaia, Santa Maria, Taguatinga, Itapoã e Paranoá. A figura 35 mostra algumas casas de culto e lideranças que participaram do projeto.

Figura 35 – Alguns terreiros do DF e seus responsáveis



Fonte: Anjos, 2018, p. 2 e p. 65.

O mapeamento dos terreiros do DF é um trabalho criterioso e detalhado, que parte da definição conceitual do território étnico, cuja célula concreta encontra materialidade nos terreiros e nas lideranças religiosas. A pesquisa realiza uma incursão profunda nos territórios populares do DF e situa a presença

histórica dos grupos afrodescendentes desde o início da implantação da capital, aproximando-se concretamente ao *sujeito em situação espacial duradoura*. Porém, por se ancorar demasiadamente nos elementos e nos produtos técnicos da cartografia temática, que é o seu principal objetivo, não se aprofunda no patrimônio-territorial, mas deixa os caminhos abertos para que outros pesquisadores avancem, a partir da riqueza do seu levantamento, com pesquisas nesse sentido.

No viés de superar as representações simplistas e mistificadoras da história de Brasília, a pesquisa da Prof.^a Maria Fernanda Derntl contribui para o desenvolvimento do exercício da crítica fundamentada, apoiada em um trabalho historiográfico rigoroso.

Em 2018, a autora publicou um artigo com os resultados preliminares de sua pesquisa sobre a história da concepção e da urbanização de Brasília, com ênfase nos traçados de suas primeiras cidades-satélites. Um dos aspectos marcantes dessa pesquisa é a busca por desmanchar consensos em relação a associação, comum na literatura corrente sobre a capital, das cidades-satélites a uma periferia desordenada e não planejada, tidas como uma falha na criação da capital e motivo de descaracterização do plano original.

Numa visão corrente, as cidades-satélites são tidas como a principal falha na criação da Capital e motivo de descaracterização da sua ideia original. A oposição entre um centro planejado, o Plano Piloto, e uma periferia desordenada, as cidades-satélites, é a tônica de muitos escritos sobre Brasília. Em livros gerais de história da arquitetura e do urbanismo, não é incomum que as cidades-satélites estejam associadas ao *não planejado*, ou a favelas. (Derntl, 2018, para. 2)

No entanto, após sua incursão na documentação escrita e iconográfica encontrada em arquivos de Brasília, incluindo plantas de cidades-satélites de fins dos anos 1950 e da década de 1960, a autora percebe peculiaridades não usualmente abordadas sobre a implantação dos núcleos periféricos ao Plano Piloto, identificando alguns elementos que sugerem uma lógica na distribuição das cidades-satélites no território e padrões comuns a seus traçados urbanísticos

O estudo das cidades-satélites de Brasília leva a ver as especificidades de sua dinâmica centro-periferia. Mostra também uma outra forma de produção dos espaços da Capital, com a participação dos moradores de núcleos periféricos e de arquitetos pouco conhecidos ou ausentes da historiografia tradicional sobre a cidade. (Derntl, 2018, para. 30)

A autora também refuta parcialmente a tese da ausência de planejamento com intuito de inserir a capital em seu contexto regional ou de organizar sua expansão urbana, demonstrando que houve uma significativa preocupação no sentido de conceber a articulação de Brasília à sua região e de definir modos de sua expansão, que se torna evidente nos planos para dispor a infraestrutura de serviços e de equipamentos no território (Derntl, 2019b).

Contudo, o artigo *Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília*, fruto de uma pesquisa embasada em fontes orais, carrega grande aproximação aos utopismos patrimoniais e ao sujeito situado:

Neste artigo, os relatos de moradores envolvidos na construção de cidades-satélites são reveladores de práticas que contribuíram para transformar espaços planejados com

traçados regulares em lugares dotados de características específicas e associados a uma vivência em comunidade.

No entanto, mais do que analisar a efetiva construção daqueles núcleos, pretende-se investigar o modo como esse processo foi assimilado e narrado, na dimensão subjetiva de quem o vivenciou, considerando que seus relatos estão mediados por problemas e preocupações, nem sempre evidentes, do momento presente em que se deram. (Derntl, 2019a, p. 17)

Uma especificidade que merece destaque nessa pesquisa é a sensibilização da autora à simultaneidade do sentimento de *exclusão x inclusão* dos entrevistados, considerando que, ao passo que vivenciavam um processo de exclusão em relação ao Plano Piloto, os indivíduos se identificavam e se reconheciam dentro do seu contexto comunitário.

A tensão entre o sentimento de estar excluído de Brasília e ao mesmo tempo incluído em sua história subjaz nos vários depoimentos, já a sensação de ser parte de uma comunidade formada ao longo do processo de construção de cada um dos lugares foi inequívoca. A experiência de exclusão social veio à tona de muitas maneiras, ainda assim, os depoimentos baseiam-se em narrativas de empenho comunitário e não de confronto, provavelmente entendendo que essa postura seria mais eficiente para se fazer ouvir por seus interlocutores e para comunicar suas demandas. (Derntl, 2019a, p. 29)

Desde 2017, o Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, trabalhos emergentes, registrado no CNPq e vinculado ao PPG-FAU/UnB, vem se destacando pelas atividades realizadas junto às comunidades de periferia, comunidades camponesas e tradicionais, associações de moradores, movimentos populares e entidades ambientalistas. O grupo, coordenado pela Prof.^a Liza Maria Souza de Andrade, tem atuado nos territórios do DF e entorno, e, através da prestação de assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo, tem por objetivo alcançar a *tecnociência solidária*, conceito que vem sido trabalhado por Dagnino, cuja origem o autor relaciona à sua filiação ao “Pensamento Latino-Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade, fundado nos anos 1970, cujo objetivo é utilizar nosso potencial tecnocientífico para superar o subdesenvolvimento, a dependência e a desigualdade” (Dagnino, 2019, p. 47).

Modo como conhecimentos devem ser empregados visando à produção e ao consumo de bens e serviços em redes de economia solidária, respeitando seus valores e interesses, para satisfazer necessidades coletivas.

[...]

...é um modo do original, peculiar, aberto, mutante e adaptativo baseado numa cultura, marco analítico-conceitual e em instrumentos metodológicooperacionais específicos: a tecnociência solidária é uma proposta em construção. (Dagnino, 2019, pp. 63–65)

Nesse sentido, o Grupo Periférico, que agrega em uma equipe multidisciplinar docentes, estudantes de graduação e de pós-graduação, por meio de metodologias ativas e mobilização social, visa integrar o conhecimento técnico ao conhecimento popular, a partir do "sujeito sociotécnico", propondo ações transescalares em Planejamento Urbano, Urbanismo e Arquitetura de maneira participativa.

As ações são classificadas como práticas de assessoria técnica, que se diferencia da assistência técnica⁴⁵, considerando que assume a questão da política cognitiva e identitária do *sujeito sociotécnico* e sua relação com o território e com a natureza dos mais diversos grupos e movimentos sociais na democratização dos processos de mudança tecnológica (L. Andrade et al., 2019).

A atuação do grupo Periférico, em certa medida, carrega semelhanças com atividades realizadas no contexto da FAU, nos anos 1980 e 1990, o que sugere que a abordagem não deixou de existir, mas passou por readequações e ressignificações para, nos dias atuais, assumir um espaço como componente curricular no formato de extensão, de trabalhos de conclusão de curso ou de atividades em pesquisa.

Conforme comentado anteriormente, a atuação direta com as comunidades e com os movimentos populares sugere uma aproximação aos utopismos patrimoniais, uma vez que as atividades ocorrem de maneira a potencializar o conhecimento das comunidades e a ativação, a partir do sujeito, do patrimônio-territorial.

3.3.6 SANTA LUZIA, PLANEJAMENTO URBANO POSSÍVEL, URBANISMO NÃO UTÓPICO – 2020-2023

As publicações mais recentes, de 2020 a 2023, encontram-se ilustradas no diagrama 6, correspondente à figura 36.

Os textos elegidos para sintetizar o período mais recente da produção acadêmica dos pesquisadores(as), a partir dos conceitos condutores da tese, são trabalhos que abrem perspectivas propositivas para a cidade, seja atualizando as atividades de extensão da UnB, que agora se oficializam nos currículos, seja na proposição de um planejamento urbano centrado no sujeito concreto, e da possibilidade de olhar para a cidade sob o viés de urbanismo não utópico.

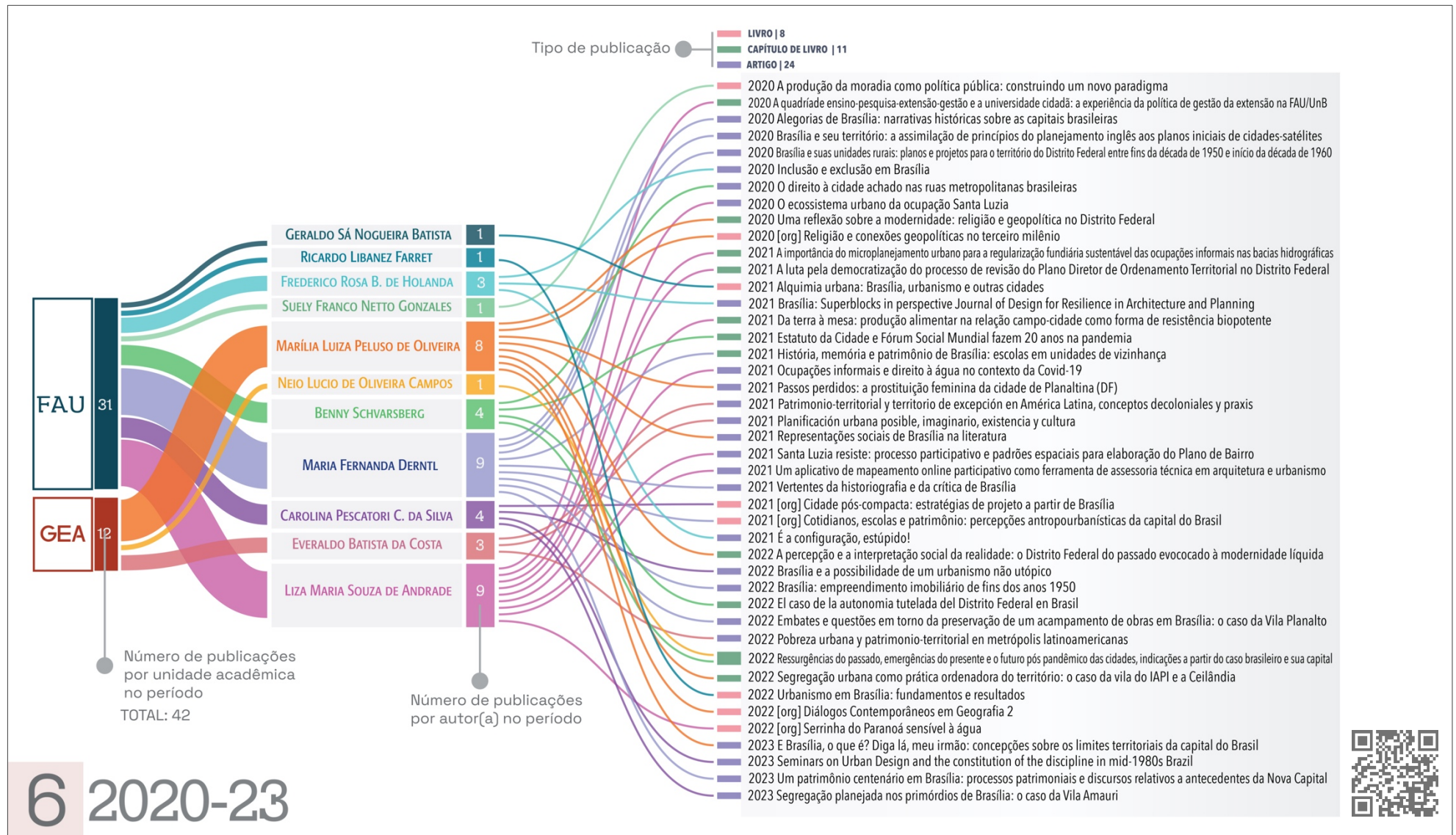
São contribuições que pousam no cotidiano e apontam possibilidades de construção de uma práxis urbana situada e fundamentada do sujeito:

O trabalho, o cotidiano e a criatividade, junto à mobilidade e a mobilização, compõem um arsenal de ideias e de práticas para a práxis situada por uma outra patrimonialização global, de uma economia e uma política também situadas antes de tudo, pela defesa comum da vida na sociedade dos riscos. (Costa, 2016, p. 28)

⁴⁵ A assistência técnica teve início na década de 1970 no Rio Grande do Sul com os Sindicatos dos Arquitetos e o Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura (CREA) e posteriormente se constituiu a partir de um texto Lei de Assistência Técnica (11.888/08). A Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) vem se implementando com o engajamento de arquitetos e urbanistas em muitas práticas ainda sem muita sedimentação ou maiores conformações críticas.

De forma distinta, a assessoria técnica surgiu por meio de práticas envolvendo uma forte articulação com os movimentos sociais de luta por moradia no contexto da cidade de São Paulo, entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, onde a precária situação das periferias mais pobres vinha desencadeando a formação desses movimentos em busca de melhorias urbanas em favelas, em ações diretas de ocupações de terra e de regularização fundiária (L. Andrade et al., 2019, pp. 198–199).

Figura 36 – Diagrama aluvial 6 – 2020-2023



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em <http://lattes.cnpq.br/> e <https://www.unb.br/>, processado em <https://app.rawgraphs.io>.
 Diagrama completo em alta resolução disponível em: <https://rb.gy/lcqqxv>.



A comunidade de Santa Luzia resiste à remoção há mais de 20 anos. Localizada em uma área não passível de regularização fundiária e cercada por áreas ambientalmente sensíveis, sem acesso a instalações oficiais de água, de energia elétrica e de esgoto, os moradores de Santa Luzia vivem uma situação dramática de ameaça de remoção e de constante vigilância por parte do governo local (L. Andrade et al., 2021).

Este assentamento informal surgiu nos anos 1990 às margens da Estrutural, nos limites do antigo Lixão. Hoje vive a “periferização da periferia”, o que faz os moradores viverem em condições extremamente precárias, agravadas pelas constantes ameaças de remoção devido sua localização, com a justificativa por parte do governo de contaminação do solo por causa do Lixão da Estrutural e por agravar o risco de degradação do Parque Nacional de Brasília. (L. Andrade et al., 2021, p. 4).

“O Plano de Bairro de Santa Luzia”, elaborado no contexto das abordagens propostas pelo Grupo Periférico, teve como objetivo mediar os conflitos entre população e Estado, com e para a população de Santa Luzia, por meio de um processo participativo.

O artigo *Santa Luzia resiste: processo participativo e padrões espaciais para elaboração do Plano de Bairro e do Projeto de Habitação das Mulheres Poderosas* descreve, de maneira detalhada, a metodologia trabalhada pelo grupo, desde a aproximação inicial junto à comunidade até a confecção dos produtos gráficos e técnicos finais. Não sendo esse o único projeto ou estudo que o grupo faz com a comunidade, os autores da publicação finalizam suas análises afirmando que os impactos ambientais gerados pela comunidade são mínimos comparados aos impactos gerados pelas outras atividades presentes na vizinhança:

Associando os resultados dos diversos estudos realizados na ocupação Santa Luzia, o consenso é que, dado os impactos ambientais das regiões presentes dentro da microbacia do Córrego Cabeceira do Acampamento, derivados do Lixão da Estrutural, Cidade do Automóvel e Área militar de treinamento de tiros e teste de bombas, os impactos ambientais derivados da ocupação Santa Luzia são mínimos, se restringindo à problemática da falta de saneamento, e o descarte irregular de resíduos sólidos (falta de infraestrutura urbana pública básica), se mostrando inclusive positiva na retenção e tamponamento dos impactos ambientais circundantes. (L. Andrade et al., 2021, p. 28)

As metodologias utilizadas pelas equipes de projeto do Grupo Periférico, assim como, nos anos 1980, pela equipe do GEPAFI, e, nos anos 1990, pelos projetos de extensão sob coordenação do Prof. Luiz Alberto Campos Gouvêa, com a proposta *Projetando com a População: uma experiência de ensino, pesquisa e extensão universitária*, possuem, em comum, a intenção de modificar as estruturas convencionais do Planejamento Urbano nos moldes como é praticado efetivamente.

Costa (2021b) contrapõe a racionalidade instrumental do planejamento à predição dialética do imaginário urbano, propondo o imaginário, a existência e a cultura como *triade operativa* de um *planejamento urbano possível*.

Pensar o planejamento como uma possibilidade concreta de vida urbana menos vulnerável requer cautela epistêmica e prática, uma vez que as ideias de planejamento, cultura e existência, juntas, contêm a experiência imaginativa espacial urbana, que prevê as mobilizações de resistência social para a mitigação das desigualdades. (Costa, 2021b, p. 92)

O autor, sinteticamente, a partir dessa tríade, propõe que se criem condições para assumir o *sujeito em situação espacial duradoura* como a escala mais relevante no processo de planejamento, construindo um urbanismo baseado nas necessidades reveladas por quem vivencia, no cotidiano, os dramas e as possibilidades territoriais. Nesse sentido, a partir da consciência do sujeito subalternizado e sua experiência nas cidades, operar-se-ia uma geografia social imaginativa do lugar, através de interações materiais, sentimentos individuais e imaginários coletivos denunciando vulnerabilidades, para vinculá-los ao planejamento (Costa, 2021b).

É essencial perceber que as metodologias participativas praticadas a partir da FAU/UnB [e em outras escolas de arquitetura, por certo] junto às comunidades e aos movimentos sociais, algumas apresentadas ao longo da tese, e a proposta do planejamento urbano possível, concebida a partir da geografia da existência, são, na verdade, matrizes de uma mesma construção de fundamento utópico ou utopista, na busca por superar estigmas espaciais, potencializando o conhecimento popular daqueles que resistem. As concepções são semelhantes e complementares, porém, enquanto a assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo é propositiva e oferece a instrumentalização operacional das demandas comunitárias, traduzindo-as em elementos técnicos, a Geografia oferece uma base teórica mais consistente, que possibilita uma visão da totalidade da sociedade em movimento e a não banalização da consciência social latente no sujeito.

Dessa forma, após essa imersão na diversidade da produção acadêmica comentada e refletida nessa tese, a derradeira ponderação apontada não será sobre a utopia, nem sobre os utopismos, e, sim, sobre a possibilidade de retirar essa responsabilidade, desde sempre carregada quando o tema é Brasília. O texto *Brasília e a possibilidade de um urbanismo não utópico* (Saboia et al., 2022) convida ao exercício de uma crítica mobilizada pelo conceito de *atopia* proposto por Byung-Chul Han.

Brasília precisa ser discutida para além de mera projeção de ideais utópicos. A partir de outros modos de narrar, as sucessivas reconfigurações do projeto podem revelar questões outras, sejam estéticas, sociais ou políticas, inerentes à construção do lugar. Em uma atitude atópica — ou seja, desarmada da índole utópica de seu projeto como também da crítica retrotópica que nega seu valor de referência contemporânea —, novas leituras sobre Brasília podem revelar a trama narrativa que discute sua incompletude, táticas e percepções contidas nas sucessivas configurações do projeto em permanente construção. (Saboia et al., 2022, p. 12)

Os(as) autores(as) trazem ao debate possibilidades de desvencilhar Brasília do olhar viciado “do binarismo da utopia ou retrotopia”, por um lado, cobrada e prescrita como modelo para materialização do progresso da nação, e, por outro, excomungada quando avaliada a partir dos modelos exógenos da boa urbanidade (Saboia et al., 2022). Essa libertação pode ser a chance de revelar outra cidade e outro urbanismo.

Por fim, o olhar isento da responsabilidade de ser o modelo, de ser a utopia, revela uma cidade heterogênea, que represente seu povo como ele é e admita a história de todas e todos que escreveram nesse território a sua biografia.

Figura 37 – Instalações do artista Gu da Cei



Fonte: <https://www.gudacei.art.br>.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cravalanças, sem provas, não há passado!

Adirley Queirós⁴⁶
"Branco sai, preto fica"

Apresentam-se algumas conclusões para a finalização dessa tese, além de apontamentos no intuito de contribuir para o desdobramento dos conceitos trabalhados.

A interpretação realizada nessa tese, fundamentada em algumas posturas e princípios apropriados desde a Filosofia, corresponde, numa perspectiva metafórica, ao simples ser no mundo a partir da nossa tradição. Assim, após um esforço inicial em apreendê-los, eles acabam fluindo de forma natural; no entanto, esse caminho necessariamente se depara com escolhas, e elas precisam ser feitas.

Portanto, os discursos urbanísticos espaciais interpretados, hermeneuticamente, à luz dos *utopismos patrimoniais* e ao *sujeito em situação espacial duradoura* (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021a) foram escolhidos dentro de muitos e, por isso, representam a essência da minha tradição e não-neutralidade. Como quem escolhe um livro numa estante da biblioteca e não outro, eu escolhi contar essa história de Brasília.

A tese se desenvolveu em torno de uma hipótese: seriam a *utopia Brasília* e os *utopismos patrimoniais* um par dialético, ou de simultaneidade contraditória?

O que ocorre é que o sujeito abstrato mora na tal **utopia Brasília**. O *sujeito em situação espacial duradoura* mora nos barracos de saco em 1958, nas cidades-satélites sem água, nos barracos de madeira nos anos 1970, nas passagens subterrâneas da Asa Norte nos anos 1980, nos lotes semi-urbanizados em 1990, no hotel abandonado nos anos 2000 e, hoje, mora no Noroeste, no meio do Cerrado, na Colina, em Santa Luzia. Contraditoriamente ao sujeito abstrato, esse é o verdadeiro utopista, que veio e continua vindo construir Brasília, tendo seu corpo como instrumento da sua luta.

De livros e revistas empoeiradas na estante da biblioteca a um excesso de publicações em periódicos digitais; no arco temporal de cinco décadas, a diversidade é obrigatória e, portanto, óbvia. E essa talvez seja a sua maior qualidade.

⁴⁶ Do filme documentário ficcional em longa-metragem *Branco sai, preto fica* (2014), dirigido por Adirley Queirós. Diálogo entre o personagem Cravalanças e sua base no futuro.

O motivo da preferência pelos textos que estão aqui é um: associar-se aos *utopismos patrimoniais pela América Latina* e aterrissar no *sujeito situado*, noções tomadas por ideias aproximadas.

De forma generalista, esse único motivo aparente desdobra-se em algumas possibilidades encontradas, de aspecto prático, mas de proximidade teórica:

- Pousar nos territórios populares e na escala da vida cotidiana;
- Assessoria técnica e política para comunidades e para os movimentos populares;
- Ato de traduzir em possibilidade técnica a demanda coletiva popular;
- Compreensão, desde a totalidade do espaço geográfico, de fenômenos sociais perversos, que resultam na aniquilação e no desmantelamento das estratégias de sobrevivência dos povos subalternizados;
- Aproximações ou leitura de memórias invisibilizadas ao longo da história biográfica e de sujeitos subalternizados e da história do território, enquanto simultaneidade de existências contraditórias no continente (Costa, 2016), e conseqüentemente, no Distrito Federal do Brasil;
- Apreensão de formas de representação social e do imaginário urbano de grupos sociais não dominantes;
- Olhares que libertem a cidade de seguir um modelo racionalista preestabelecido.

O exame e a interpretação da produção acadêmica sobre Brasília de autoria dos(as) pesquisadores(as) da UnB demonstra que, ao longo dos anos, há uma oscilação na forma e no conteúdo do reconhecimento das potencialidades criadas a partir da vulnerabilização desses sujeitos, que mesmo assim seguem durando, como preconizam os utopismos patrimoniais pela América Latina.

O caso específico de Brasília exacerba a assimilação da segregação socioespacial, compreendida por alguns autores como planejada e violenta (Campos, 1991; Gouvêa, 2005), considerada a documentação sistemática dos processos e o monopólio estatal da terra.

Quanto à Universidade, sua função de laboratório experimental deixou e ainda produz um destacado legado. As práticas de assessoria técnica e política iniciadas nos anos 1970 ajudou e ajuda a fixar e a urbanizar comunidades: Vila Telebrasil, Paranoá, Estrutural, Cauhy e a luta atual de Santa Luzia e quantas outras estão por vir. Muitas memórias de lutas gestadas nesses territórios, sustentadas pelos seus utopismos.

Assim, em uma reflexão final, mas não definitiva, o resultado da investigação aponta para uma complementariedade necessária entre as abordagens urbanísticas e geográficas. Se as urbanísticas pousam no território com intuito de traduzir em elementos técnicos as demandas comunitárias, as geográficas têm um alcance teórico mais profundo, capaz de resguardar as lutas de uma banalização, já que o atendimento pontual e localizado de reivindicações pode esvaziar mobilizações comunitárias.

A noção teórico-metodológica dos *utopismos patrimoniais* pela América Latina (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021a) fio condutor hermenêutico da interpretação dos discursos espaciais urbanísticos que se estabeleceu nessa tese, na qual se fundamenta o *patrimônio-territorial* enquanto conceito-fato, pousa na ancestralidade e na esperança carregada pelo sujeito subalternizado, empobrecido, periferizado.

Dessa forma, por se ancorar na própria existência e na própria vida, não deve ser banalizado ou compreendido apenas no âmbito do seu aspecto belo e poético, mas na profundidade da resistência e da sobrevivência diante dos riscos produzidos intencionalmente.

Figura 38 – Ponto de apoio de catadores na Colina da UnB



Barga, arribana, mocambo, barraca, barraco, buraco, cabana, capuaba, casebre, choça, choupana, colmado, copé, ipuaba, malha, malhada, maloca, mocambo, mocambinho, moquiço, palhoça, pardieiro, quimbembe, quilombo, rancho, tapera, tapiri, tugúrio.

Meu barraco é um manifesto!

Fonte: Foto da autora (2023).

5 REFERÊNCIAS

- Acioly Jr, C., Miranda, L., Sobral, V. & Junior, W. (1984). Vila Paranoá. O planejamento de um assentamento na realidade brasileira: uma tentativa de captar as origens de um meio ambiente marginalizado. In *Cadernos Brasileiros de Arquitetura. Desenho Urbano III* (Vol. 14, pp. 43–60). Projeto. https://claudioacioly.com/sites/default/files/2020-02/1984_Acioly_Gepafi%20Works%20Brasilia%20Slums_PORT_0.pdf
- Ainsa, F. (2006). *A reconstrução da utopia* (A. Sidekum, Trans.). Nova Harmonia.
- Almeida, J. G. (2017). *Universidade de Brasília - ideia, diáspora e individuação*. Editora UnB.
- Alves, V. J. R. (2020). *As Rodas de Samba do Distrito Federal brasileiro, patrimônio-territorial latinoamericano, expressão de resistência espacial negra*. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38294>
- Andrade, A. B. (2021). Estudos em Geografia Histórica e seu vínculo ao patrimônio-territorial. *PatryTer*, 4(7), 63–77. <https://doi.org/10.26512/patryter.v4i7.27062>
- Andrade, L., Lemos, N., Loureiro, V. & Costa, Á. (2018). Urbanismo participativo na produção do espaço em Brasília como forma de resistência: o caso do processo de regularização fundiária da ocupação Dorothy Stang. *Indisciplinar*, 4(1), 108–137. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32874>
- Andrade, L., Lenoir, J., Portugal, S. & Fialho, Á. (2021). Santa Luzia resiste: processo participativo e padrões espaciais para elaboração do Plano de Bairro e do Projeto de Habitação das Mulheres Poderosas. *Paranoá*, 29. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n29.2021.02>
- Andrade, L., Loureiro, V., Lenoir, J. & Lemos, N. (2019). Extensão e tecnociência solidária: periférico no DF e entorno. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, 26(38), 189–234. <https://doi.org/10.5752/P.2316-1752.2019v26n38p189>
- Anjos, R. (1991a). Configurações espaciais do crescimento urbano no Distrito federal e seu entorno imediato (1964-1990): leitura a partir de dados de sensoriamento remoto. *Geosul*, 6(11), 55–73. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12769>
- Anjos, R. (1991b). *Expansão urbana no Distrito Federal e entorno imediato (1964-1990) : monitoramento por meio de dados de sensoriamento remoto* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14456>
- Anjos, R. (1995). *Modelagem dos processos espaciais formadores da dinâmica urbana no Distrito Federal do Brasil* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23498>
- Anjos, R. (2003). Estruturas básicas da dinâmica territorial no DF. In A. Paviani & L. A. Gouvêa (Eds.), *Brasília: Controvérsias ambientais* (pp. 199–215). Editora UnB.
- Anjos, R. (2018). Relatório técnico do mapeamento dos terreiros do Distrito Federal - 1º etapa cartografia básica. *Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território / Eletronic Magazine: Time - Technique - Territory*, 9(1). <https://doi.org/10.26512/ciga.v9i1.15887>
- Berman, M. (2007). *Tudo o que é sólido se desmancha no ar: A aventura da modernidade* (C. Moisés, Trans.). Companhia das letras.
- Campos, N. (1991). A segregação planejada. In A. Paviani (Ed.), *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília* (pp. 97–113). Editora UnB.
- Campos, N. & Grandjean, P. (1995). Brasília: La ségrégation planifiée. *Travaux de l'Institut de Géographie de Reims*, 23(89), 65–79. <https://doi.org/10.3406/tigr.1995.1316>

- Caúla, A. (2019). *Trilogia das utopias urbanas*. Edufba.
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32069/1/trilogia-das-utopias-urbanas.pdf>
- Cavalcante, N. (2021). *Ceplan: 50 anos em 5 tempos*. Viva Editora.
- Cidade, L. C. (2010). Ideologia, produção do espaço e apropriação da socrionatureza no Lago Paranoá. In A. Paviani, F. Barreto, I. Ferreira, L. C. Cidade & S. U. S. Jatobá (Eds.), *Brasília 50 anos: da Capital a Metrópole* (pp. 195–224). Editora UnB.
- Companhia de Planejamento do Distrito Federal. (1970). *Diagnóstico do setor habitação do Distrito Federal*. Codeplan.
- Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília (Ed.). (1962). *Plano Orientador da Universidade de Brasília*. Editora UnB.
https://unb.br/images/Noticias/2019/Documentos/PDE_UnB_Plano_Orientador_UnB_1962_LQ.pdf
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (2023). *ANEXO I – Critérios definidos pelos Comitês de Assessoramento para avaliação e classificação das propostas*. CNPq.
- Costa, E. (2016). Utopismos patrimoniais pela América Latina - resistências à colonialidade do poder. *XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona: Las Utopías y La Construcción de La Sociedad Del Futuro: Anais*, 1–30. <https://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/EveraldoCosta.pdf>
- Costa, E. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 26(2), 53–75.
<https://doi.org/10.15446/rcdg.v26n2.59225>
- Costa, E. (2018). Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe. *Investigaciones Geográficas, Instituto de Geografía, UNAM*, 96(2), 2–26.
<http://www.investigacionesgeograficas.unam.mx/index.php/rig/article/view/59593>
- Costa, E. (2021a). Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina, conceptos decoloniales y praxis. *Revista Geografica Venezolana*, 62(1), 108–127.
<http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/47523>
- Costa, E. (2021b). Planejamento urbano possível, imaginário, existência e cultura. *Tempo Social*, 33(1), 91–120. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.164522>
- Costa, E. & Alvarado-Sizzo, I. (2023). *Mercados y tianguis, usos del territorio y patrimonio-territorial latinoamericano en México*. <https://doi.org/10.53766/RGV/2022.64.01.05>
- Costa, E. & Peluso, M. L. (2013). Territórios da memória candanga na construção da capital do Brasil (1956-1971). In *XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana: Anais* (pp. 1–22).
<https://docplayer.com.br/1878361-Territorios-da-memoria-candanga-na-construcao-da-capital-do-brasil-1956-1971.html>
- Costa, E. & Peluso, M. L. (2016). Imaginário urbano e situação territorial vulnerável na Capital do Brasil. *Biblio3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*.
<https://doi.org/10.1344/b3w.0.2016.26323>
- Costa, E. & Scarlato, F. C. (2019). Geografía, método y singularidades revisadas en lo empírico. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, 23(3), 640–661. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.161552>
- Costa, E. & Steinke, V. A. (2014). Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 18. <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15033>

- Costa, E. & Suzuki, J. C. (2012). Materialismo histórico e existência: discurso geográfico e utopias. *Revista Espaço e Geografia*, 15(1), 115–147. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11787>
- Dagnino, R. (2019). Sobre o marco analítico-conceitual da tecnociência solidária. *Redes*. <http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/3455>
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1992). *O que é a filosofia?* Editora 34.
- Del'isola, L. H. & Boianovsky, N. (2013). *A bailarina empoeirada: Histórias do povo de Brasília*. Annabel Lee.
- Derntl, M. F. (2018). Além do plano: a concepção das cidades-satélites de Brasília. *Arquitextos | Vitruvius*, 221(3). <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/19.221/7150>
- Derntl, M. F. (2019a). Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, 27(1), 11–34. <https://doi.org/10.20396/resgate.v27i1.8654339>
- Derntl, M. F. (2019b). O Plano Piloto e os planos regionais para Brasília entre fins da década de 1940 e início dos anos 60. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 21(1), 26–26. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n1p26>
- Derntl, M. F. & Saboia, L. (Eds.). (2014). *Brasília 50 + 50: cidade, história e projeto*. Editora UnB.
- Dilthey, W. (1999). O Surgimento da Hermenêutica [texto original de 1900] (E. Gross, Trans.). *Numen*, 2(1), 11–32. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21747>
- Farret, R. (1988). Dinâmica da estrutura residencial de uma cidade planejada. *Ciência e Cultura*, 40(11), 1098–1102. <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003069&pagfis=53164>
- Farret, R. & Campos, N. (2009). Mercado imobiliário em assentamentos informais no Distrito Federal. In P. Abramo (Ed.), *Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras* (pp. 242–271). ANTAC. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5297407/mod_folder/content/0/ABRAMO%2C%20P.%20Favela%20e%20Mercado%20Informal.pdf
- Farret, R. & Santana, R. N. (1973). *A rede urbana da região geo-econômica de Brasília*. UnB, SUDECO.
- Farret, R. & Santana, R. N. (1974). *O sub-sistema Brasília-Anápolis-Goiânia: um modelo de organização espacial*. UnB, SUDECO.
- Fernandes, B. G. M. & Fazito, M. (2022). Turismo y activación popular del frevo como ‘patrimônio-territorial’ de Recife, Pernambuco, Brasil. *PatryTer*, 5(10), 249–272. <https://doi.org/10.26512/patryter.v5i10.41178>
- Ferreira, I. (1975). *Organização Espacial do Distrito Federal*. FUB-GDF.
- Ferreira, I. & Penna, N. (2005). Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, 9(1), 155–168. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2005.73979>
- Ferreira, K. de S., Neto, F. C., Sobrinha, M. P. B. & Filho, M. F. R. (2023). Ameaças ao patrimônio-territorial no conflito de remoção da comunidade do Jacó. Natal/RN, Brasil. *PatryTer*, 6(12), 01–17. <https://doi.org/10.26512/patryter.v6i12.42839>
- Fialho, Á. & Pescatori, C. (2023). Segregação planejada nos primórdios de Brasília: o caso da vila Amauri: El caso de Vila Amauri. *Cadernos Metrópole*, 25(58), 1051–1072. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5812>

- Fuentes, M. (2017). *Os primeiros mestrados da FAU-UnB: de um passado que não se construiu* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24497>
- Gadamer, H.-G. (1999). *Verdade e Método* (F. P. Meurer, Trans.; 3rd ed.). Vozes.
- Gadamer, H.-G. (2007). *Hermenêutica em Retrospectiva* (M. A. Casanova, Trans.; 2nd ed., Vol. 1). Vozes.
- Geraiges de Lemos, A. I., Costa, E. & Alvarado Sizzo, I. (2022). *Pobreza urbana y patrimonio-territorial en metrópolis latinoamericanas*. <https://doi.org/10.53766/RGV/2022.63.01.08>
- Gonçalves, S. (2023). *Da patrimonialização global ao patrimônio-territorial amazônico: a singularidade da Feira do Ver-o-peso em Belém do Pará* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Pará.
- Gouvêa, L. A. (1991). A capital do controle e da segregação social. In *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília* (pp. 75–96). Editora UnB.
- Gouvêa, L. A. (1995). *Brasília - a Capital da segregação e do controle social: uma avaliação da ação governamental na área da habitação*. Annablume.
<https://mizanzuk.files.wordpress.com/2018/02/gouvea-braslia-a-capital-da-segregacao.pdf>
- Gouvêa, L. A. (1997). Luiz Alberto de Campos Gouvêa, O Jacaré: trajetória de um arquiteto. In M. E. Meira, K. Senra & E. Hoelz (Eds.), *Arquiteto faz projeto e também faz urbanização de favela, computação gráfica, avaliação...* (pp. 90–91). Zit Gráfica e Editora.
- Gouvêa, L. A. (2005). A violência estrutural. In I. Ferreira, A. Paviani, I. Ferreira & F. Barreto (Eds.), *Brasília: dimensões da violência urbana* (pp. 341–362). Editora UnB.
- Governo do Distrito Federal. (1997). *Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT. Documento de referência*. IPDF.
- Governo do Distrito Federal. (2006). *Diagnóstico Preliminar dos Parcelamentos Urbanos Informais no Distrito Federal*. SEDUH - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação.
- Grupo Executivo para Assentamento de Favelas e Invasões. (1982). *Invasões no Distrito Federal: base para um programa de ação - 1983-1985*. GEPAFI - Secretaria de Serviços Sociais.
- Habermas, J. (1987). *Dialética e Hermenêutica: Para a crítica da hermenêutica de Gadamer* (A. L. M. Valls, Trans.). L&PM Editores.
- Heidegger, M. (1995). *Ontologia. Hermenêutica da facticidade* (R. Kirchner, Trans.). Vozes.
- Heidegger, M. (2005). *Ser e Tempo* (M. S. C. Schuback, Trans.; 15th ed.). Vozes.
- Holston, J. (1993). *A cidade modernista: uma crítica a Brasília e sua utopia* (M. Coelho, Trans.). Companhia das letras.
- Hostensky, I. L. (2020). Patrimônio-territorial de quilombos no Brasil: caso da Nação Xambá do Portão do Gelo/PE. *PatryTer*, 3(6), 185–201. <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.26992>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1959). *Censo Experimental de Brasília: população, habitação*. CNE - Núcleo de Planejamento Censitário.
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14652.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo Demográfico 2010. Aglomerados subnormais. Notas técnicas*. IBGE.
https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Aglomerados_subnormais/Aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/notas_tecnicas.pdf

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Aglomerados subnormais 2019 : classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19 : notas técnicas*. IBGE. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). *Favelas e Comunidades Urbanas. Nota Metodológica n. 01. Sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas e comunidades urbanas*. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102062.pdf>
- Iwakami, L. N. (1991). Vila Paranoá: a luta desigual pela terra urbana. In A. Paviani (Ed.), *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília* (pp. 231–256). Editora UnB.
- Jatobá, S. U. S. (2016). Informalidade territorial urbana no DF. *Textos para discussão - CODEPLAN*, 18, 1–39. <https://codeplan.df.gov.br/informalidade-territorial-urbana-no-df/>
- Junior, A. L. S. & Boscarior, R. A. (2022). Campo-cidade, circuito inferior da economia urbana e a Feira do Produtor de Ceilândia como patrimônio-territorial do DF. *PatryTer*, 5(10), 145–159. <https://doi.org/10.26512/patryter.v5i10.40004>
- Lima, L. N. M. de. (2020). Patrimonialidade em cidades não patrimonializadas: caso de Crixás, Goiás, Brasil. *PatryTer*, 3(6), 202–218. <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.31725>
- Lispector, C. (2012). Nos primeiros começos de Brasília. In J. R. Katinsky & A. Xavier (Eds.), *Brasília: antologia crítica* (pp. 179–182). Cosac Naify.
- Marques, V. H. O. (Director). (2021). *A etimologia da palavra hermenêutica* [Vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=K5T208IJMMc>
- Márquez, G. G. (2019). *Cem anos de solidão*. Record; Kindle.
- Martins, A., Ivo, S. & Leitão, F. (2022). Mosaico fundiário e o parcelamento irregular no Distrito Federal: o cenário de 2021. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental- IPEA*, 27, 72–93. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11620/1/BRUA_n27_completo.pdf
- Martins, K. F. (2015). *O direito que nasce da luta: a construção social do direito à moradia e à cidade pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no Distrito Federal* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/18604>
- Mesquita, É. (2019). *Patrimônio-territorial ante a patrimonialização global em Assunção – Paraguai* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37887>
- Mesquita, É. (2020). Território usado e lógicas patrimoniais no Paraguai. *PatryTer*, 3(6), 167–184. <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.32283>
- Milton Santos, Arroyo, M., Bernardes, A., Xavier, M., Zerbini, A., Silveira, M. L., Gomes, C., Montenegro, M., Bicudo, E., Rocha, M. F., Grimm, F., Almeida, E., Fabio, B. C., Borin, P., Nobre, G., Ramos, S., Antongiovanni, L., Belo, V. & Pinheiro, M. (2006). O papel ativo da geografia. Um manifesto [2000]. *Revista Tamoios*, 2(1). <https://doi.org/10.12957/tamoios.2006.601>
- Oliveira, M. R. & Almonfrey, E. E. (2024). Patrimônio-territorial indígena capixaba, legado das aldeias Guarani de Aracruz (ES), Brasil. *PatryTer*, 7(13), 01–18. <https://doi.org/10.26512/patryter.v7i13.42874>
- Paviani, A. (1985). A metrópole terciária. In A. Paviani (Ed.), *Brasília, ideologia e realidade, espaço urbano em questão* (pp. 57–79). Projeto.
- Paviani, A. (Ed.). (1991). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Editora UnB.

- Paviani, A. (1993). Perspectivas para as metrópoles regionais: algumas considerações sobre migrações e lacunas de trabalho nos anos 90. *Geosul*, 8(15), 19–26.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12816>
- Paviani, A. (1999a). Gestão do território com exclusão socioespacial. In *Brasília: gestão urbana: conflitos e cidadania* (pp. 197–221). Editora UnB.
- Paviani, A. (1999b). Pobreza e desemprego no Brasil: a exclusão generalizada. *Finisterra*, 34(67/68).
<https://doi.org/10.18055/Finis1693>
- Paviani, A. (2005). A violência do desemprego. In A. Paviani, I. Ferreira & F. Barreto (Eds.), *Brasília: dimensões da violência urbana* (pp. 193–218). Editora UnB.
- Paviani, A. (2007). Geografia Urbana do Distrito Federal: evolução e tendências. *Revista Espaço e Geografia*, 10(1), 1–22.
<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39785>
- Paviani, A., Barreto, F., Ferreira, I., Cidade, L. C. & Jatobá, U. (Eds.). (2010). *Brasília 50 anos: da Capital a Metrópole*. Editora UnB.
- Paviani, A., Farret, R. & Campos, N. (1990). Mobilidade residencial em cidade planejada. *Revista Brasileira de Geografia*, 52(2), 5–19.
<https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/529/296>
- Paviani, A. & Ferreira, I. (1972). Commuting in the Brazilian Federal District. *Revista Geográfica - Pan American Institute of Geography and History*, 77(3), 85–94.
<http://www.jstor.org/stable/40992212>
- Paviani, A. & Ferreira, I. (1973a). As Correntes migratórias para o Distrito Federal. *Revista Brasileira de Geografia*, 35(3), 133–162.
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1973_v35_n3.pdf
- Paviani, A. & Ferreira, I. (1973b). Migração problema e crescimento urbano no Distrito Federal brasileiro. *Boletim Geográfico - FIBGE*, 32(235), 5–15.
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1973_v32_n235_jul_ago.pdf
- Paviani, A. & Ferreira, I. (1994). Brasília: “laboratório” de Geografia Urbana. In A. F. Carlos (Ed.), *Os caminhos da reflexão sobre o Cidade e o Urbano* (pp. 79–89). Edusp.
- Paviani, A., Ferreira, I. & Barreto, F. (Eds.). (2005). *Brasília: dimensões da violência urbana*. Editora UnB.
- Peluso, M. L. & Cidade, L. C. (2002). Urbs e civitas em Brasília: um diálogo impossível? *Revista Espaço e Geografia*, 5(2), 191–222.
<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39704>
- Penna, N. A. (1991). *Política urbana: a ação do estado no Distrito Federal* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34784>
- Pescatori, C., Trevisan, R. & Medeiros, A. E. (2014). Taguatinga: conexões e centralidades. In M. F. Derntl & L. Saboia (Eds.), *Brasília 50 + 50: cidade, história e projeto* (pp. 92–101). Editora UnB.
- Pichiteli, M. A. (2023). *Paisagem cotidiana e patrimônio-territorial: um olhar sobre as Feiras Livres da cidade São Paulo* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo].
<https://doi.org/10.11606/T.8.2023.tde-09102023-155842>
- Pinassi, A. & Bertonecello, R. (2023). Contribuições para a conceitualização do patrimônio comunitário e das comunidades patrimoniais numa perspectiva territorial. *PatryTer*, 6(11), 01–25. <https://doi.org/10.26512/patryter.v6i11.47575>

- Queiroz, P. (2022). *Patrimônio-territorial indígena na urbanização de Brasília e no Santuário Sagrado dos Pajés: contexto latino-americano* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/43175>
- Resende, M. (1991). Movimentos de moradores: a experiência dos inquilinos de Ceilândia. In A. Paviani (Ed.), *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília* (pp. 209–230). Editora UnB.
- Ribeiro, D. (1991). UnB: Invenção e Descaminho. *Carta: Falas, Reflexões, Memórias. Informe de Distribuição Restrita Do Senador Darcy Ribeiro, I*, 121–166. https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/revistas/A_carta.pdf
- Ribeiro, G. L. (2008). *O capital da esperança*. Editora UnB.
- Rodríguez, A. D. (2020). Activación de un patrimonio-territorial mexicano, el amaranto en Santiago Tulyehualco, México. *PatryTer*, 3(6), 96–108. <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.26642>
- Rolnik, R. (2023, October). A abolição do termo ‘aglomerados subnormais’ e o rompimento de uma economia política excludente. *LabCidade*. <https://www.labcidade.fau.usp.br/a-abolicao-do-termo-aglomerados-subnormais-e-passo-importante-para-o-rompimento-de-uma-economia-politica-das-cidades-cimentada-na-exclusao/>
- Saads, L. (2020). Cinema e memória urbana: documentário Estrutural e as narrativas sobre a consolidação da Cidade Estrutural ”“ DF. *Em Tempo de Histórias*, 1(37), Article 37. <https://doi.org/10.26512/emtempos.v1i37.34235>
- Saboia, L., Lassance, G., Pescatori, C. & Capillé, C. (2022). Brasília e a possibilidade de um urbanismo não utópico. *Oculum Ensaios*, 19, 1–16. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v19e2022a5273>
- Salmeron, R. (2012). *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965* (2nd ed.). Editora UnB.
- Santos, M. (1996). Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 21(1), 7–14. <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38613>
- Santos, M. (2006). Uma epistemologia existencial. In A. I. Lemos, M. L. Silveira & M. Arroyo (Eds.), *Questões territoriais na América Latina* (pp. 19–26). CLACSO.
- Santos, M. (2014). *Espaço e Método* (5th ed.). Edusp.
- Santos, M. (2017). *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (4th ed.). Edusp.
- Schrage, R. R. (2020). *Espacialidade mineratória na América Latina: ser minerador no Brasil (Mariana) e na Bolívia (Potosí)* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/37997>
- Schvarsberg, B. (2014). O processo de planejamento urbano e territorial de Brasília. In M. F. Derntl & L. Saboia (Eds.), *Brasília 50 + 50: cidade, história e projeto* (pp. 50–65). Editora UnB.
- Schvarsberg, B. (2017). A carroça ao lado do avião: o direito à cidade metropolitana em Brasília. *Cadernos MetrÓpole*, 19(38), 313–334. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3813>
- Silva, I. F. B. (2022). *As implicações do REUNI no processo de intensificação do trabalho docente na Educação Superior: a experiência da Universidade de Brasília*. <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/45013>
- Silveira, M. L. (2006). O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, 10(2), 81–91. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2006.73991>

- Sousa, L. A. de. (2020). Ativação popular do espaço público na América Latina - pracialidade, monumento e patrimônio-territorial. *PatryTer*, 3(6), 219–233. <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.32310>
- Sousa, N. B. (1991). O movimento pró-fixação do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista. In A. Paviani (Ed.), *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília* (pp. 169–208). Editora UnB.
- Sousa, N. H. (1991). Movimento pró-fixação e urbanização do Núcleo Bandeirante: a outra face do populismo janista. In A. Paviani (Ed.), *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília* (pp. 169–207). Editora UnB.
- Souza, M. (2006). *A prisão e a ágora*. Bertrand.
- Stein, E. (1987). Dialética e Hermenêutica: uma controvérsia sobre o método em filosofia. [apêndice]. In J. Habermas, *Dialética e Hermenêutica*. L&PM Editores.
- Stein, E. (2004). *Aproximações sobre hermenêutica* (2nd ed.). EDIPUCRS.
- Tavares, J. C. (2004). *Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/D.18.2004.tde-23092008-111353>
- Teixeira, A. (1961). Pronunciamento de educadores sobre o Projeto-Prof. Anísio Teixeira, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. In *Universidade de Brasília: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961* (pp. 104–106). Editora UnB.
- Todorov, J. C. (1991). UnB: um depoimento. *Carta: Falas, Reflexões, Memórias. Informe de Distribuição Restrita Do Senador Darcy Ribeiro, 1*, 55–59. https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/revistas/A_carta.pdf
- Universidade de Brasília. (1969a). *Diagnóstico de Desenvolvimento da UnB 1962/1968*. UnB. https://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=464:diagnosticodesenvolvimento1962-68&id=95:1979
- Universidade de Brasília. (1969b). *Relatório das Atividades UnB 1969*. Fundação Universidade de Brasília. https://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=482:relatorio-das-atividades-unb-1969&id=95:1979
- Universidade de Brasília. (1975a). *Curso de mestrado em planejamento urbano: projeto*. Instituto de Arquitetura e Urbanismo, UnB.
- Universidade de Brasília. (1975b). *PEUDF: Programa de Estudos Urbanos do Distrito Federal*. UnB.
- Universidade de Brasília. (1996). *Relatório Anual de Atividades - 1995*. Fundação Universidade de Brasília. https://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/relatoriogestao/de1980a1999/Relatorio_Anuual_de_Atividades_1995.pdf
- Universidade de Brasília. (2015). *Projeto político-pedagógico do Curso de Bacharelado em Geografia*. Departamento de Geografia. https://arquivos.unb.br/arquivos/2020010092e9452041026ed0ebbe5768d/PPP_GEA_Bacharelado_.pdf
- Universidade de Brasília. (2019). *Ceam - Regimento interno e política institucional*. Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - Ceam. https://ceam.unb.br/images/documentos/docs_institucionais/regimento_interno_e_politica_institucional_fim.pdf

- Valcárcel, J. O. (1998). El patrimonio territorial: El territorio como recurso cultural y económico. *Ciudades, 04*, 31–48. <https://doi.org/10.24197/ciudades.04.1998.31-48>
- Valladares, L. do P. (2005). *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Ed. FGV.
- Vasconcelos, A. M. N. (2020). A ocupação urbana e as políticas de habitação na área metropolitana de Brasília - Brasil. In M. Silva, L. Baptista, F. Ribeiro, J. Felizes & A. M. N. Vasconcelos (Eds.), *Espaço urbano e habitação básica como primeiro direito* (pp. 225–240). Húmus.
- Vidal, L. (2009). *De Nova Lisboa a Brasília - A invenção de uma capital (séculos XIX e XX)*. Editora UnB.
- Villaschi, J. N. S. (2014). *Hermenêutica do patrimônio e apropriação do território em Ouro Preto - MG* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2014.tde-07112014-184004>

ANEXO 1

ANTOLOGIA DAS OCUPAÇÕES NO DF – FONTES DAS FIGURAS DE 13 A 18.

ANO	LOCAL	FONTE
1958	SACOLÂNDIA	LIVRO ARQUIVO BRASÍLIA, p. 23, IM. 32, MARCEL GAUTHEROT - IMS
1959	VILA AMAURI	LIVRO ARQUIVO BRASÍLIA, p. 83, IM.227, PAULO MANHÃES DE ALMEIDA - ARQUIVO PAULO MANHÃES
1960	TAGUATINGA	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1960\EDICÃO 00050
1961	NÚCLEO BANDEIRANTE	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1961\EDICÃO 00397
1962	PLANO PILOTO	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1962\EDICÃO 00572
1963	PLANO PILOTO ATRÁS DO PALÁCIO DO PLANALTO	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1963\EDICÃO 00870
1964	PLANO PILOTO W3 SUL	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1964\EDICÃO 01409
1965	VILA DO IAPI	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1965\EDICÃO 01459
1966	PLANO PILOTO	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1966\EDICÃO 01930
1967	PLANO PILOTO SQS 307	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1967\EDICÃO 02427 (2)
1968	VIETCONG - ENTRE TAGUATINGA E BRAZLÂNDIA	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1968\EDICÃO 02592
1969	IAPI	ARQUIVO PÚBLICO DO DF
1970	QNE TAGUATINGA	CORREIO BRAZILIENSE 1970 03085 4 JAN 70 p8
1971	PLANO PILOTO 310 NORTE	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1971\EDICÃO 03687 16 DEZ, ANO 1971\EDICÃO 03688 17 DEZ
1972	PLANO PILOTO SIA TRECHO 4	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1972\EDICÃO 03903
1973	PLANO PILOTO VILA COTELB/TELEBRASÍLIA	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1973\EDICÃO 04136
1974	TAGUATINGA SETOR DE MANSÕES	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1974\EDICÃO 04354A
1975	PLANO PILOTO AV. DAS NAÇÕES/L4 SUL	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1975\EDICÃO 04398B (1)
1976	NÚCLEO BANDEIRANTE NOVA DIVINÉIA	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1976\EDICÃO 04896

1977	CEILÂNDIA	HTTPS://JORNALTAGUACEI.COM.BR/2023/03/27/A-PRIMEIRA-CIDADE-FEITA-POR-AQUELES-QUE-CONSTRUIRAM-BRASILIA-OS-CANDANGOS-FOI-A-CEILANDIA-DIZ-PROFESSOR-JEVAN/
1978	PLANO PILOTO 104 SUL	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1978\EDIÇÃO 05658
1979	SETOR LESTE GAMA INFERNINHO	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1979\EDIÇÃO 05817
1980	TAGUATINGA CHAPARRAL	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1980\EDIÇÃO 06496
1981	PARANOÁ	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1981\EDIÇÃO 06771
1982	ESTRUTURAL	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1982\EDIÇÃO 07215
1983	PARANOÁ	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1983\EDIÇÃO 07327
1984	PLANO PILOTO ASA NORTE	CORREIO BRAZILIENSE 1984 21 OUT
1985	PLANO PILOTO SATURNINO DE BRITO L4SUL	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1985\EDIÇÃO 08294
1986	PARANOÁ VELHO	GERSON DE CASTRO SILVA HTTPS://BDM.UNB.BR/BITSTREAM/10483/22341/1/2019_GERSONDECASTROSILVA_TCC.PDF
1987	PLANO PILOTO 110 NORTE	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1987\EDIÇÃO 08839
1988	PLANO PILOTO HFA SETOR GRÁFICO	CORREIO BRAZILIENSE ANO 1988\EDIÇÃO 09029
1989	SAMAMBAIA	CORREIO BRAZILIENSE 1989 29 NOV
1990	PARANOÁ VELHO	HTTPS://BDM.UNB.BR/BITSTREAM/10483/22341/1/2019_GERSONDECASTROSILVA_TCC.PDF
1991	LAGO PARANOÁ	ANO 1991\EDIÇÃO 10124
1992	PLANO PILOTO PASSAGENS SUBTERRÂNEAS	LIVRO PROPOSIÇÕES: PRESENTE E FUTURO: DOCUMENTO BASE PARA DEBATE E ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO DISTRITO FEDERAL
1993	ESTRUTURAL	HTTPS://PERIODICOS.UNB.BR/INDEX.PHP/EMTEMPOS/ARTICLE/DOWNLOAD/34235/28082/90336
1994	PASSAGENS PEDESTRES	HTTPS://LUME.UFRGS.BR/BITSTREAM/10183/186159/1/001082571.PDF
1995	ESTRUTURAL VILA NOVA	HTTPS://PERIODICOS.UNB.BR/INDEX.PHP/EMTEMPOS/ARTICLE/DOWNLOAD/34235/28082/90336
1996	SAMAMBAIA	ARQUIVO PÚBLICO DO DF HTTPS://BLOGCCS.WORDPRESS.COM/2012/10/10/CHA-DA-MEMORIA-VISITA-A-HISTORIA-VIVA-DE-SAMAMBAIA/

1997	REMOÇÃO ESTRUTURAL	HTTPS://WWW.NOTIBRAS.COM/SITE/ESTRUTURAL-20-ANOS-DEPOIS-POE-CRISTOVAM-E-PM-NO-BANCO-DOS-REUS/
1998	ESTRUTURAL	HTTPS://WWW.NOTIBRAS.COM/SITE/ESTRUTURAL-20-ANOS-DEPOIS-POE-CRISTOVAM-E-PM-NO-BANCO-DOS-REUS/
1999	PLANO PILOTO ASA NORTE	“INVASÃO” DA ASA NORTE EM 1990. AO FUNDO, A 112. FOTO DE EDSON GÊS.
2000	SÃO SEBASTIÃO BAÍA DOS CARROCEIROS	HTTPS://WWW.SAOSEBASTIAODEF.COM.BR/NOTICIA/71/BAIA-DOS-CARROCEIROS--UMA-HIST-RIA-DE-DESCASO/
2001	ITAPOÃ	CORREIO BRAZILIENSE ANO 2002_MÊS_08_11.08.2002_1 - 1º CADERNO (2)
2002	SAMAMBAIA ESTAÇÃO SUL FURNAS	HTTP://DOC.BRAZILIA.JOR.BR/TRMETRO/32-ESTACAO-SAMAMBAIA-SUL-METRO-DF.SHTML
2003	ESTRUTURAL	CORREIO BRAZILIENSE ANO 2003_MÊS_12_04.12.2003_1 - 1º CADERNO (3)
2004	RECANTO DAS EMAS	CORREIO BRAZILIENSE ANO 2004_MES_03_10.03.2004_1 - 1º CADERNO (2)
2005	PLANO PILOTO	CORREIO BRAZILIENSE ANO 2005_MÊS_01_28.01.2005_1 - 1º CADERNO (1)
2006	PLANO PILOTO	CORREIO BRAZILIENSE R_MÊS_11_29.11.2006_1 - 1º CADERNO (1)
2007	PLANO PILOTO	HTTP://MEMORIA.BN.BR/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=028274_05&PAGFIS=196745
2008	PLANO PILOTO ATRÁS DO PALÁCIO DO PLANALTO	ANO 2008\MES_07\07072008\1 - 1º CADERNO
2009	VARJÃO	CORREIO BRASILIENSE ANO 2009_MÊS_12_09122009_1 - 1º CADERNO
2010	ESTRUTURAL	HTTPS://CHICOSANTANNA.WORDPRESS.COM/2010/07/13/BRAZILIA-E-A-CIDADE-COM-MAIOR-DESIGUALDADE-SOCIAL/
2012	NOVO PINHEIRINHO CEILÂNDIA	HTTPS://G1.GLOBO.COM/DISTRITO-FEDERAL/NOTICIA/2012/05/OCUPACAO-DE-AREA-NO-DF-SEGUE-ATE-O-FIM-DE-SEMANA-DIZ-LIDER-SEM-TETO.HTML HTTP://WWW.DIREITOAMORADIA.FAU.USP.BR/?P=13411&LANG=PT
2013	RECANTO DAS EMAS FAVELINHA 406	HTTPS://POLITICADOCERRADO.WORDPRESS.COM/2017/09/11/PONTA-DA-QUADRA-406-DO-RECANTO-DAS-EMAS-VIRA-BANDEIRA-POLITICA/
2014	TORRE PALACE	HTTPS://AGENCIABRASIL.EBC.COM.BR/GERAL/NOTICIA/2015-10/SEM-TETO-OCUPAM-HOTEL-ABANDONADO-NO-CENTRO-DE-BRASILIA

2015	SANTA LUZIA	HTTPS://FOTOGRAFIA.FOLHA.UOL.COM.BR/GALERIAS/35464-CHACARA-SANTA-LUZIA-IN-BRASILIA
2016	TORRE PALACE	HTTPS://WWW.PILOTOPOLICIAL.COM.BR/COM-EMPREGO-DE-HELICOPTEROS-A-POLICIA-MILITAR-DESOCUPA-TORRE-PALACE-HOTEL-NO-DISTRITO-FEDERAL/
2017	PLANO PILOTO 911 CERRADO	HTTPS://WWW.CORREIOBRAZILIENSE.COM.BR/APP/NOTICIA/CIDADES/2017/12/10/INTERNA_CIDADESDF,646791/INVASOES-TOMAM-CONTA-DO-PLANO-PILOTO.SHTML
2018	ESTRUTURAL	HTTPS://WWW.CORREIOBRAZILIENSE.COM.BR/APP/NOTICIA/CIDADES/2018/05/25/INTERNA_CIDADESDF,683313/COMECA-A-SAIR-DO-PAPEL-PROJETO-DE-CONJUNTO-HABITACIONAL-NA-ESTRUTURAL.SHTML
2019	SANTA LUZIA	HTTPS://EGNEWS.COM.BR/DISTRITO-FEDERAL/VEJA-O-PORQUE-DA-REMOCAO-DE-SANTA-LUZIA-NA-ESTRUTURAL/
2020	CEUB	HTTPS://WWW.CORREIOBRAZILIENSE.COM.BR/CIDADES-DF/2020/12/4895860-MAIS-DE-2-MIL-DESABRIGADOS.HTML
2021	CCBB	HTTPS://WWW.CORREIOBRAZILIENSE.COM.BR/CIDADES-DF/2021/04/4916218-VIDEO-POLICIAIS-DERRUBAM-BARRACOS-COM-CHUTES-NO-CCBB.HTML
2022	PLANO PILOTO NOROESTE	HTTPS://WWW.METROPOLES.COM/DISTRITO-FEDERAL/IMAGENS-AEREAS-MOSTRAM-COMO-INVASOES-SE-PROLIFERAM-EM-AREA-NOBRE-DO-DF
2023	PLANO PILOTO CINE BRASÍLIA	ACERVO MARCELO SAVIO

ANEXO 2

REFERÊNCIAS COMPLETAS CONTIDAS NAS FIGURAS 27, 31, 32, 32, 33, 34 E 37, CORRESPONDENTES AOS DIAGRAMAS ALUVIAIS DE 1 A 6, POR AUTOR

GERALDO SÁ NOGUEIRA BATISTA

- Batista, G. (1972a). Urbanismo. In *Enciclopédia Mirador Internacional* (Vol. 20, pp. 11186–11199). Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda.
- Batista, G. (1972b). Urbanização. In *Enciclopédia Mirador Internacional* (Vol. 20, pp. 11199–11219). Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda.
- Batista, G. (1987a). Brasília: problemas e respostas de uma metrópole emergente. In A. Paviani (Org.) *Urbanização e metropolização - A gestão dos conflitos em Brasília* (pp. 209–220). Editora UnB.
- Batista, G. (1987b). The view from Brazil. In E. Galantay (Org.), *The metropolis in transition* (pp. 355–364). Paragon House.
- Batista, G. (2005). Brasília, pessoas ou carros? In O. Ribas (Org.) *Visões de Brasília: patrimônio, preservação e desenvolvimento* (pp. 93–108). Instituto de Arquitetos do Brasil.
- Batista, G. (2021). *Alquímia Urbana: Brasília, urbanismo e outras cidades*. Maria Cobogó.
- Batista, G. & Gastal, A. (1983). O habitat urbano brasileiro: paradigma e perspectivas. *Revista do Serviço Público*, 40(1), 05–16. <https://doi.org/10.21874/rsp.v40i1.2284>
- Batista, G. & Gonzales, S. (1990). *Proposições: presente e futuro: documento base para debate e elaboração do Plano Diretor do Distrito Federal*. CODEPLAN.

IGNEZ COSTA BARBOSA FERREIRA

- Ferreira, I. (1985). O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In A. Paviani (Org.), *Brasília, ideologia e realidade, espaço urbano em questão* (pp. 43–56). Projeto.
- Ferreira, I. (1987). Do rural ao urbano na periferia do Distrito Federal. In A. Paviani (Org.), *Urbanização e metropolização - A gestão dos conflitos em Brasília* (pp. 145–162). Editora UnB.
- Ferreira, I. (1988). Mobilidade da força de trabalho e urbanização. Estudo de caso do entorno do DF. In A. Paviani (Org.), *Textos de pesquisa do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais - NEUR* (pp. 42–61). Editora UnB.
- Ferreira, I. (1999). Gestão do território e novas territorialidades. In A. Paviani (Org.), *Brasília: gestão urbana: conflitos e cidadania* (pp. 135–143). Editora UnB.
- Ferreira, I. (2005). A violência estrutural. In A. Paviani, I. Ferreira & F. Barreto (Orgs.), *Brasília: dimensões da violência urbana* (pp. 341–362). Editora UnB.
- Ferreira, I. (2006a). Des usages complémentaires planifiés à la conquête urbaine libérale. In D. Couret, M. R. Mathieu & I. Ferreira (Orgs.), *Brasília, ville fermée, environnement ouvert* (pp. 149–161). IRD Éditions. <https://doi.org/10.4000/books.irdeditions.391>
- Ferreira, I. (2006b). Incentivo às vocações estratégicas do DF e entorno. In *DF em questão: A Universidade e as eleições 2006 no DF* (pp. 125–129). Editora UnB.
- Ferreira, I. (2010). Brasília: mitos e contradições na história de Brasília. In A. Paviani, F. Barreto, I. Ferreira, L. C. Cidade & S. U. S. Jatobá (Orgs.), *Brasília 50 anos: da Capital a Metrópole* (pp. 23–53). Editora UnB.

- Ferreira, I. F. C. B. & Penna, N. A. (2005). Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, 9(1), 155–168. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2005.73979>
- Ferreira, I. & Penna, N. A. (1996). Brasília, novos rumos para a periferia urbana. In A. Paviani (Org.), *Brasília: moradia e exclusão* (pp. 189–212). Editora UnB.
- Ferreira, I. & Steinberger, M. (2005). O modelo de gestão de Brasília e as políticas urbanas nacionais. *Cadernos Metrópole*, 14. <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8788>
- Ferreira, I., Couret, D. & Mathieu, M. R. (Org.). (2006). *Brasília, ville fermée, environnement ouvert. Brasília, ville fermée, environnement ouvert*. IRD Éditions. <https://doi.org/10.4000/books.irdeditions.342>.
- Mathieu, M. R. & Ferreira, I. (2006). Brasília: un patrimoine mondial en devenir local. *Géographie et cultures*, 56, 111–132. <https://doi.org/10.4000/gc.8806>
- Mathieu, M. R. & Ferreira, I. (2006a). Brasília: l’histoire urbaine d’une ville nouvelle dans le contexte d’un pays en plein essor économique. In D. Couret, M. R. Mathieu & I. Ferreira (Orgs.), *Brasília, ville fermée, environnement ouvert* (pp. 39–42). IRD Éditions. <https://doi.org/10.4000/books.irdeditions.365>
- Mathieu, M. R. & Ferreira, I. (2006b). De la ville nouvelle à l’agglomération urbaine. In D. Couret, M. R. Mathieu & I. Ferreira (Orgs.), *Brasília, ville fermée, environnement ouvert* (pp. 43–45). IRD Éditions. <https://doi.org/10.4000/books.irdeditions.368>
- Paviani, A., Barreto, F., Ferreira, I., Cidade, L. C. & Jatobá, U. (Orgs.). (2010). *Brasília 50 anos: da Capital a Metrópole*. Editora UnB.
- Paviani, A. & Ferreira, I. (1972). Commuting in the Brazilian Federal District. *Revista Geográfica - Pan American Institute of Geography and History*, 77(3), 85–94. <http://www.jstor.org/stable/40992212>
- Paviani, A. & Ferreira, I. (1973a). As Correntes migratórias para o Distrito Federal. *Revista Brasileira de Geografia*, 35(3), 133–162. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1973_v35_n3.pdf
- Paviani, A. & Ferreira, I. (1973b). Migração problema e crescimento urbano no Distrito Federal brasileiro. *Boletim geográfico - FIBGE*, 32(235), 5–15. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1973_v32_n235_jul_ago.pdf
- Paviani, A. & Ferreira, I. (1974). Cidades satélites: organização do espaço urbano no Distrito Federal. *Boletim Geográfico*, 33(242), 31–39. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1974_v33_n242_set_out.pdf
- Paviani, A. & Ferreira, I. (1994). Brasília: “laboratório” de Geografia Urbana. In A. F. Carlos (Org.), *Os caminhos da reflexão sobre o Cidade e o Urbano* (pp. 79–89). Edusp.
- Paviani, A., Ferreira, I. & Barreto, F. (Orgs.). (2005). *Brasília: dimensões da violência urbana*. Editora UnB.
- Penna, N. A. & Ferreira, I. B. (2014). Desigualdades socioespaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades. *Mercator*, 13(3), 25–36. <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1331>

RIICARDO LIBANEZ FARRET

- Farret, R. (1983). The Justification of Brasília: A Political-Economic Approach. *Third World Planning Review*, 5(2), 137–148. <https://doi.org/10.3828/twpr.5.2.j210841863144296>
- Farret, R. (Org.). (1985a). O espaço da cidade: contribuição à análise urbana. Projeto.
- Farret, R. (1985b). O Estado, a questão territorial e as bases da implantação de Brasília. In A. Paviani (Org.), *Brasília, ideologia e realidade, espaço urbano em questão* (pp. 17–41). Projeto.

- Farret, R. (1985c). Paradigmas da estruturação do espaço residencial intraurbano. In *O espaço da cidade: contribuição à análise urbana* (pp. 73–90). Projeto.
- Farret, R. (1988a). A crise econômica e os investimentos federais em desenvolvimento urbano. In *Crise e infância no Brasil - os impactos das políticas de ajustamento econômico* (pp. 221–238). IPE-USP/Unicef.
- Farret, R. (1988b). Dinâmica da estrutura residencial de uma cidade planejada. *Ciência e Cultura*, 40(11), 1098–1102.
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003069&pagfis=53164>
- Farret, R. (1995). Desafios socio-políticos do desenho urbano. In M. F. Gonçalves (Org.), *O novo Brasil urbano: dilemas, iimpasses, perspectivas* (pp. 331–334). Mercado Aberto.
- Farret, R. (2001). Urban and Regional Planning in Brazil. *disP - The Planning Review*, 37(147), 8–13.
<https://doi.org/10.1080/02513625.2001.10556782>
- Farret, R. (2016). Brasília e o seu planejamento territorial: novas escalas, novas demandas e novos paradigmas. *Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território / Eletronic Magazine: Time - Technique - Territory*, 7(2), Article 2. <https://doi.org/10.26512/ciga.v7i2.19093>
- Farret, R. (2021). *Urbanismo em Brasília: fundamentos e resultados*. Ed. do Autor.
- Farret, R. & Campos, N. (2009). Mercado imobiliário em assentamentos informais no Distrito Federal. In P. Abramo (Org.), *Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras* (pp. 242–271). ANTAC.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5297407/mod_folder/content/0/ABRAMO%2C%20P.%20Favela%20e%20Mercado%20Informal.pdf
- Farret, R. & Santana, R. N. (1973). *A rede urbana da região geo-econômica de Brasília*. UnB, SUDECO.
- Farret, R. & Schmidt, B. (1986). *A questão urbana*. Jorge Zahar.
- Holanda, F. de, Kohlsdorf, M. E., Farret, R. & Cordeiro, S. H. C. (2000). Forma urbana: que maneiras de compreensão e representação? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 3, 9–9.
<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2000n3p9>
- Paviani, A., Farret, R. & Campos, N. (1990). Mobilidade residencial em cidade planejada. *Revista Brasileira de Geografia*, 52(2), 5–19.
<https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/529/296>

ALDO PAVIANI

- Paviani, A. (1980). Brasília anos 80: Uma visão geográfica da organização urbana. *Revista Brasileira de Geografia*, 42(4). <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/549>
- Paviani, A. (1985a). A metrópole terciária. In A. Paviani (Org.), *Brasília, ideologia e realidade, espaço urbano em questão* (pp. 57–79). Projeto.
- Paviani, A. (1987a). Periferização urbana. In A. Paviani (Org.), *Urbanização e metropolização—A gestão dos conflitos em Brasília* (pp. 33–49). Editora UnB.
- Paviani, A. (1988a). *Brasília, a metrópole em crise: Ensaio sobre urbanização*. Editora UnB.
- Paviani, A. (1988b). Brasília: Metropolização com periferização. In A. Paviani (Org.), *Textos de pesquisa do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais—NEUR* (pp. 28–41). Editora UnB.
- Paviani, A. (1991b). A construção injusta do espaço urbano. In *A conquista da cidade: Movimentos populares em Brasília* (pp. 115–142). Editora UnB.
- Paviani, A. (1993b). Perspectivas para as metrópoles regionais: Algumas considerações sobre migrações e lacunas de trabalho nos anos 90. *Geosul*, 8(15).
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12816>

- Paviani, A. (1994). Mudança ou transformação na cidade: Uma abordagem preliminar. *Geosul*, 9(17). <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12884>
- Paviani, A. (1996a). A realidade da metrópole: Mudança ou transformação na cidade? In A. Paviani (Org.), *Brasília: Moradia e exclusão* (pp. 213–229). Editora UnB.
- Paviani, A. (1996b). Brasília em Milton Santos: Registro metodológico. In *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo* (pp. 149–154). HUCITEC.
- Paviani, A. (1997). Brasília: Capital e cidade. In *Brasília: A construção do cotidiano* (pp. 37–68). Paralelo 15.
- Paviani, A. (1998). A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In *Território: Globalização e fragmentação* (4^o ed). HUCITEC.
- Paviani, A. (1999b). Gestão do território com exclusão socioespacial. In *Brasília: Gestão urbana: Conflitos e cidadania* (pp. 197–221). Editora UnB.
- Paviani, A. (1999c). Pobreza e desemprego no Brasil: A exclusão generalizada. *Finisterra*, 34(67/68). <https://doi.org/10.18055/Finis1693>
- Paviani, A. (2003a). Ambiente urbano com desemprego. In A. Paviani & L. A. Gouvêa (Orgs.), *Brasília: Controvérsias ambientais* (pp. 29–55). Editora UnB.
- Paviani, A. (2003b). Brasília no contexto local e regional: Urbanização e crise. *Território (UFRJ)*, 7, 63–76.
- Paviani, A. (2005). A violência do desemprego. In A. Paviani, I. Ferreira, & F. Barreto (Orgs.), *Brasília: Dimensões da violência urbana* (pp. 193–218). Editora UnB.
- Paviani, A. (2006a). La gestion partagée de l’environnement urbain de Brasília: La nouvelle utopie pour demain? In D. Couret, M. R. De Andrade Mathieu, & I. Costa Barbosa Ferreira (Orgs.), *Brasília, ville fermée, environnement ouvert* (pp. 185–198). IRD Éditions. <https://doi.org/10.4000/books.irdeditions.398>
- Paviani, A. (2006b). Para quem se programam ações de governo? In *DF em questão: A Universidade e as eleições 2006 no DF* (pp. 156–167). Editora UnB.
- Paviani, A. (2007a). Ambiente de desemprego: Os sem direitos à cidade. *Revista Espaço e Geografia*, 10(1). <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegografia/article/view/39790>
- Paviani, A. (2007b). Geografia Urbana do Distrito Federal: Evolução e tendências. *Revista Espaço e Geografia*, 10(1). <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegografia/article/view/39785>
- Paviani, A. (2007c). Migrações com desemprego: Injustiça social na configuração socioespacial urbana. *Cadernos Metrópole*, 17. <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8761>
- Paviani, A. (2009). Demandas sociais e ocupação do espaço urbano. O caso de Brasília, DF. *Cadernos Metrópole*, 21. <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5956>
- Paviani, A. (2010a). A metrópole terciária: Evolução urbana socioespacial. In A. Paviani (Org.), *Brasília 50 anos: Da Capital a Metrópole* (pp. 227–251). Editora UnB.
- Paviani, A. (2010b). Geografia Urbana: Pauta de problemas/soluções para agendar. *Revista Cidades*, 7(12). <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2010v7n12.12586>
- Paviani, A. (2012). Expansão e Fragmentação Metropolitana com Exclusão Socioespacial o caso de Brasília (DF). In A. Ribeiro, E. Limonad, & P. Gusmão (Orgs.), *Desafios ao Planejamento: Produção da metrópole e questões ambientais* (pp. 57–75). https://www.researchgate.net/publication/303895892_Desafios_ao_Planejamento_producao_da_metropole_e_questoes_ambientais

- Paviani, A. (2013a). Neourbanismo e a evolução das metápoles. In S. Gonzales, A. Paviani, & J. G. Francisconi (Orgs.), *Planejamento e urbanismo na atualidade brasileira: Objeto, teoria, prática* (pp. 109–130). Livre expressão; Kindle.
- Paviani, A. (2013b). *O crescimento das metrópoles e problemáticas de lenta solução*. Ipea, desafios do desenvolvimento.
http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2898:catid=28&Itemid=23
- Paviani, A. (2019). Área metropolitana de Brasília a integrar: O desafio do desemprego e da descentralização de atividades. In A. M. N. Vasconcelos, L. Moura, S. U. S. Jatobá, R. Cruz, M. R. Mathieu, & A. Paviani (Orgs.), *Território e sociedade: As múltiplas faces da Brasília metropolitana* (pp. 47–58). Editora UnB.
- Paviani, A. (Org.). (1985b). *Brasília, ideologia e realidade, espaço urbano em questão*. Projeto.
- Paviani, A. (Org.). (1987b). *Urbanização e metropolização—A gestão dos conflitos em Brasília*. Editora UnB.
- Paviani, A. (Org.). (1988c). *Textos de pesquisa do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais—NEUR*. Editora UnB.
- Paviani, A. (Org.). (1991a). *A conquista da cidade: Movimentos populares em Brasília*. Editora UnB.
- Paviani, A. (Org.). (1993a). *A questão epistemológica da pesquisa urbana e regional*. Editora UnB.
- Paviani, A. (Org.). (1996c). *Brasília: Moradia e exclusão*. Editora UnB.
- Paviani, A. (Org.). (1999a). *Brasília: Gestão urbana: Conflitos e cidadania*. Editora UnB.
- Paviani, A., & Ferreira, I. (1972). Commuting in the Brazilian Federal District. *Revista Geográfica - Pan American Institute of Geography and History*, 77(3). <http://www.jstor.org/stable/40992212>
- Paviani, A., & Ferreira, I. (1973a). As Correntes migratórias para o Distrito Federal. *Revista Brasileira de Geografia*, 35(3).
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1973_v35_n3.pdf
- Paviani, A., & Ferreira, I. (1973b). Migração problema e crescimento urbano no Distrito Federal brasileiro. *Boletim geográfico - FIBGE*, 32(235), 5–15.
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1973_v32_n235_jul_ago.pdf
- Paviani, A., & Ferreira, I. (1974). Cidades satélites: Organização do espaço urbano no Distrito Federal. *Boletim Geográfico*, 33(242).
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1974_v33_n242_set_out.pdf
- Paviani, A., & Ferreira, I. (1994). Brasília: “laboratório” de Geografia Urbana. In A. F. Carlos (Org.), *Os caminhos da reflexão sobre o Cidade e o Urbano* (pp. 79–89). Edusp.
- Paviani, A., & Gouvêa, L. A. (Orgs.). (2003). *Brasília: Controvérsias ambientais*. Editora UnB.
- Paviani, A., Barreto, F., Ferreira, I., Cidade, L. C., & Jatobá, U. (Orgs.). (2010). *Brasília 50 anos: Da Capital a Metrópole*. Editora UnB.
- Paviani, A., Farret, R., & Campos, N. (1990). Mobilidade residencial em cidade planejada. *Revista Brasileira de Geografia*, 52(2).
<https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/529/296>
- Paviani, A., Ferreira, I., & Barreto, F. (Orgs.). (2005). *Brasília: Dimensões da violência urbana*. Editora UnB.
- Paviani, A., Mathieu, M. R., Vasconcelos, A. M. N., Moura, L., Jatobá, U., & Cruz, R. (Orgs.). (2019). *Território e sociedade: As múltiplas faces da Brasília metropolitana*. Editora UnB.
- Gonzales, S., Paviani, A., & Francisconi, J. G. (Orgs.). (2013). *Planejamento e urbanismo na atualidade brasileira: Objeto, teoria, prática*. Livre expressão.

- Holanda, F. de. (1975). O centro urbano de Brasília. *Monografias sobre o Distrito Federal*.
- Holanda, F. de. (1985a). A morfologia interna da Capital. In A. Paviani (Org.), *Brasília, ideologia e realidade, espaço urbano em questão* (pp. 135–160). Projeto.
- Holanda, F. de (Org.). (1985b). Arquitetura como estruturação social. In *O espaço da cidade: contribuição à análise urbana* (pp. 115–141). Projeto.
- Holanda, F. de. (1989). Brasília: The daily invention of the city. *Ekistics*, 56(334/335), 75–83. <https://www.jstor.org/stable/43622105>
- Holanda, F. de. (1990). Notas sobre a dimensão estética da arquitetura. *RUA: Revista de urbanismo e arquitetura*, 3(1), Article 1. <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3107>
- Holanda, F. de. (2000). Class footprints in the landscape. *URBAN DESIGN International*, 5(3), 189–198. <https://doi.org/10.1057/palgrave.udi.9000015>
- Holanda, F. de. (2001). Uma ponte para a urbanidade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 5, 59–59. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2001n5p59>
- Holanda, F. de. (2002). *O espaço de exceção*. Editora UnB.
- Holanda, F. de. (2005). A trajetória perversa: danificar qualidades e amplificar problemas. In *Visões de Brasília: patrimônio, preservação e desenvolvimento* (pp. 77–92). Instituto de arquitetos do Brasil.
- Holanda, F. de. (2006). Na contramão do apartaíde. *Oculum Ensaios*, 6, 4–17. <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/372>
- Holanda, F. de. (2007a). A praga do infinito e a ressurreição do lugar. In C. Duarte, P. A. Rheingantz, G. Azevedo & L. Bronstein (Orgs.), *O lugar do projeto no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo* (pp. 241–254). Contra Capa Livraria. https://www.fredericodeholanda.com.br/textos/holanda_2005_a_praga_do_infinito_e_a_ressurreicao_do_lugar.pdf
- Holanda, F. de. (2007b). Arquitetura sociológica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 9(1), 115–115. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n1p115>
- Holanda, F. de. (2007c). Urbanidade e reestruturação das cidades: o que nos ensina Brasília? In S. Feldman & A. Fernandes (Orgs.), *O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios* (pp. 227–248). Edufba: Ed. Unesp: Anpur. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34855>
- Holanda, F. de. (2010a). *Brasília - cidade moderna, cidade eterna*. Ed. FAU UnB.
- Holanda, F. de. (2010b). Exumar cadáveres. *Minha Cidade | Vitruvius*, 117(02), Article 02. https://www.fredericodeholanda.com.br/textos/holanda_2010_exumar_cadaveres.pdf
- Holanda, F. de. (2010c). *Sociological Architecture: A Particular Way Of Looking At Places* (Nº 2). 1(2), Article 2.
- Holanda, F. de. (2011a). É a luta de classes, estúpido!. *Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, 6(1), Article 1. http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/006/original/emetropolis_n06.pdf?1447896291
- Holanda, F. de. (2011b). Fred Holanda’s discussion on “Temporality in Hillier and Hanson’s Theory of Spatial Description”. *The Journal of Space Syntax: architecture urbanism society*, 2(1), 282–286. <https://access.portico.org/Portico/auView?auId=ark%253A%252F27927%252Fpjb405b92k0&auViewType1=PDF>

- Holanda, F. de. (2012a). Além do maniqueísmo. In J. R. Katinsky & A. Xavier (Orgs.), *Brasília: antologia crítica* (pp. 387–394). Cosac Naify.
- Holanda, F. de (Org.). (2012b). *Ordem e desordem: arquitetura e vida social*. FRBH Edições.
- Holanda, F. de. (2012c). Ordem x desordem: o que nos ensina Brasília. In P. Rheingantz & R. Pedro (Orgs.), *Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: controvérsias e ressonâncias em coletivos urbanos* (pp. 131–144). Ed.UFRJ/PROARQ.
- Holanda, F. de. (2012d). Urbanidade: arquitetônica e social. In V. M. Netto & D. Aguiar (Orgs.), *Urbanidades* (pp. 162–187). FolioDigital.
https://www.academia.edu/6314921/URBANIDADES_Livro_completo_
- Holanda, F. de. (2017). Urban Fissures. *Journal of Space Syntax*.
https://www.fredericodeholanda.com.br/textos/holanda_2017_urban_fissures_JOSS.pdf
- Holanda, F. de. (2018a). Arquitetura e sociedade como artefatos. In V. Oliveira (Org.), *Diferentes abordagens em morfologia urbana*. Universidade do Porto;
<https://vitoroliveira.fe.up.pt/pdf/diferentes-abordagens-em-morfologia-urbana.pdf>.
- Holanda, F. de. (2018b). Inserting urbanity in a modern environment. In V. Oliveira (Org.), *Teaching urban morphology* (pp. 185–203). Springer.
- Holanda, F. de. (2019). Hard and soft revisited. *Area Development and Policy*, 5, 1–27.
<https://doi.org/10.1080/23792949.2019.1694847>
- Holanda, F. de. (2020). Inclusão e exclusão em Brasília. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 12, e20190306. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190306>
- Holanda, F. de. (2021a). Brasília: Superblocks in perspective. *Journal of Design for Resilience in Architecture and Planning*, 2((Special Issue)), 34–55.
<https://doi.org/10.47818/DRArch.2021.v2si034>
- Holanda, F. de. (2021b). É a configuração, estúpido! In E. Fernandes (Org.), *20 anos do Estatuto da Cidade: experiências e reflexões* (pp. 140–145). Gaia Cultura.
https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/08/TEXTOFINAL20_anos_do_estatuto_da_cidade-spread.pdf
- Holanda, F. de. (2016, 26. abril). Brasília: utopia ou segregação à brasileira? *Le Monde Diplomatique*.
https://www.fredericodeholanda.com.br/textos/holanda_2016_brasilia_utopia_segregacao_final.pdf
- Holanda, F. de, Kohlsdorf, M. E., Farret, R. & Cordeiro, S. H. C. (2000). Forma urbana: que maneiras de compreensão e representação? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 3, 9–9.
<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2000n3p9>
- Holanda, F. de, Medeiros, V., Ribeiro, R. & Moura, A. (2015a). A configuração da Área Metropolitana de Brasília. In R. J. da C. Ribeiro, G. Tenório & F. de Holanda (Orgs.), *Brasília: transformações na ordem urbana* (pp. 64–97). Letra Capital.
- Holanda, F. de, Medeiros, V., Ribeiro, R. & Moura, A. (2015b). *Brasília: transformações na ordem urbana* (R. Ribeiro, G. Tenório, & F. de Holanda, Orgs.). Letra Capital.
http://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/serie_ordemurbana_brasilia.pdf
- Holanda, F. de, Mota, A. M. P., Leite, A. A. C., de Bello Soares, L. R. S. & Garcia, P. M. (2002). Eccentric Brasília. *URBAN DESIGN International*, 7(1), 19–28.
<https://doi.org/10.1057/palgrave.udi.9000063>
- Holanda, F. de & Ribeiro, R. J. da C. (2015). A Metrôpole de Brasília na rede urbana brasileira e configuração interna. In R. J. da C. Ribeiro, G. Tenório & F. de Holanda (Orgs.), *Brasília: transformações na ordem urbana* (pp. 35–63). Letra Capital.

- Holanda, F. de & Tenório, G. (2014). Patrimônio, preservação e poder. In M. F. Derntl & L. Saboia (Orgs.), *Brasília 50 + 50: cidade, história e projeto* (pp. 40–49). Editora UnB.
- Medeiros, V. & Holanda, F. de. (2010). Brazilian cities: Fragmentary space, patchwork and oasis in the labyrinth. *URBAN DESIGN International*, 15(2), 73–89.
<https://doi.org/10.1057/udi.2009.18>
- Medeiros, V., Holanda, F. de & Barros, A. P. B. G. (2011). O labirinto das cidades brasileiras: heranças urbanísticas e configuração espacial. <http://www.ipea.gov.br>.
<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1813>
- Ribeiro, R. J. da C. & Holanda, F. de. (2006). Proposta para análise do Índice de Dispersão Urbana. *Cadernos Metrôpole*, 15, Article 15.
<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8777>
- Ribeiro, R. J. da C., Holanda, F. de, Romero, M. A. B., Baptista, G. M. & Bias, E. de S. (2007). O perfil urbano e o comportamento socioeconômico do DF. *Paranoá*, 4, 1–13.
<https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n4.2007.12100>

SUELY FRANCO NETTO GONZALES

- Gonzales, S. (Org.). (1985a). A renda do solo urbano: hipóteses de explicação de seu papel na evolução da cidade. In *O espaço da cidade: contribuição à análise urbana* (pp. 91–114). Projeto.
- Gonzales, S. (1985b). As formas concretas da segregação espacial em Brasília. In A. Paviani (Org.), *Brasília, ideologia e realidade, espaço urbano em questão* (pp. 81–99). Projeto.
- Gonzales, S. (2010). A gestão urbanística do espaço habitado: o objeto e o método no caso do Distrito Federal. In A. Paviani, F. Barreto, I. Ferreira, L. C. Cidade & S. U. S. Jatobá (Orgs.), *Brasília 50 anos: da Capital a Metrôpole* (pp. 163–193). Editora UnB.
- Gonzales, S. (2013a). Anotações para uma metodologia. Em S. Gonzales, A. Paviani & J. G. Francisconi (Orgs.), *Planejamento e urbanismo na atualidade brasileira: objeto, teoria, prática* (pp. 1–60). Livre expressão.
- Gonzales, S. (2013b). Ocupação urbana Sul/Sudeste do DF - Uma nova Cidade?. *Brasília em Debate - Codeplan*, 5, 23–26.
- Gonzales, S. (2016). *A Renda do Solo Urbano: Instrumento da política pública urbana* (Vol. 1).
- Gonzales, S. F. N. (1983). Proposições sobre o objetivo e o método do planejamento urbano. *Revista do Serviço Público*, 40(1), 83–88. <https://doi.org/10.21874/rsp.v40i1.2307>
- Gonzales, S. F. N. (2020). *A produção da moradia como política pública: construindo um novo paradigma*. Simplíssimo livros.
- Gonzales, S., Paviani, A. & Francisconi, J. G. (Orgs.). (2013). *Planejamento e urbanismo na atualidade brasileira: objeto, teoria, prática*. Livre expressão.
- Batista, G. & Gonzales, S. (1990). *Proposições: presente e futuro: documento base para debate e elaboração do Plano Diretor do Distrito Federal*. CODEPLAN.

MARILIA LUIZA PELUSO DE OLIVEIRA

- Arteaga, P., Peluso, M. L., & Pantoja, W. (Eds.). (2020). *Religião e Conexões Geopolíticas no terceiro milênio*.
https://www.academia.edu/49994214/Religi%C3%A3o_e_Conex%C3%B5es_Geopol%C3%ADticas_no_terceiro_mil%C3%AAnio

- Cidade, L. C. F., & Peluso, M. L. (2011). Dinâmica econômica, tensões e conflitos urbanos e movimentos sociais. *Revista Espaço e Geografia*, 14(1), 79–94.
<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39890>
- Costa, E., & Peluso, M. L. (2013). Territórios da memória candanga na construção da capital do Brasil (1956-1971). In *XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana: Anais* (pp. 1–22).
<https://docplayer.com.br/1878361-Territorios-da-memoria-candanga-na-construcao-da-capital-do-brasil-1956-1971.html>
- Costa, E., & Peluso, M. L. (2016). Imaginário urbano e situação territorial vulnerável na Capital do Brasil. *Biblio3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*.
<https://doi.org/10.1344/b3w.0.2016.26323>
- Dias, P. dos S., Peluso, M. L., & Dantas, E. M. (2021). Passos perdidos: A prostituição feminina da cidade de Planaltina (DF). *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, 14(4).
<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/24>
- Feitosa, E., & Peluso, M. L. (2018). Etnogeografia Quilombola: A Comunidade Tradicional do Moinho em Alto Paraíso de Goiás. In M. L. Peluso & E. Feitosa (Eds.), *Diálogos Contemporâneos em Geografia* (pp. 67–79). Strong Edições.
- Gonçalves, J. R., & Peluso, M. L. (2023). E Brasília, o que é? Diga lá, meu irmão: concepções sobre os limites territoriais da capital do Brasil. *Boletim Goiano de Geografia*, 43(01).
<https://doi.org/10.5216/bgg.v43i01.70655>
- Oliveira, T., & Peluso, M. L. (2022). Segregação urbana como prática ordenadora do território: O caso da vila do IAPI e a Ceilândia. In M. Peluso, E. Feitosa, & M. S. Sousa (Eds.), *Diálogos Contemporâneos em Geografia 2* (Vol. 2, pp. 49–61). Strong Edições.
- Peluso, M. L. (1980). Notas sobre a organização espacial periférica do Distrito Federal. *Projeção - Revista Brasileira de Tributação e Economia*, 4(27), 40–46.
- Peluso, M. L. (1987). Contradições e conflitos no espaço de classe: Centro versus periferia. In A. Paviani (Org.), *Urbanização e metropolização—A gestão dos conflitos em Brasília* (pp. 125–144). Editora UnB.
- Peluso, M. L. (1998). *O morar na constituição subjetiva do espaço urbano: As representações sociais da moradia na cidade-satélite de Samambaia/DF* [Tese de Doutorado].
<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17272/1/Marilia%20Luiza%20Peluso.pdf>
- Peluso, M. L. (1999). O papel das representações do comprar a casa na identificação dos problemas habitacionais. In A. Paviani (Org.), *Brasília: Gestão urbana: Conflitos e cidadania* (pp. 111–132). Editora UnB.
- Peluso, M. L. (2002). As espacialidades do morar: Conforto, intimidade e privacidade entre os pobres de Brasília/ Distrito Federal. *Boletim Goiano de Geografia*, 22(1).
<https://doi.org/10.5216/bgg.v22i1.15377>
- Peluso, M. L. (2003a). Brasília: Do mito ao plano, da cidade sonhada à cidade administrativa. *Revista Espaço e Geografia*, 6(2), 1–29.
<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39715>
- Peluso, M. L. (2003b). O potencial das representações sociais para a compreensão interdisciplinar da realidade: Geografia e Psicologia Ambiental. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8, 321–327.
<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000200014>
- Peluso, M. L. (2003c). Reflexões sobre ambiente urbano e representações sociais. In A. Paviani & L. A. Gouvêa (Eds.), *Brasília: Controvérsias ambientais* (pp. 181–196). Editora UnB.
- Peluso, M. L. (2006). Brasília à la croisée de deux utopies: Capitale mythique et eldorado urbain. In M. R. Mathieu, I. Ferreira, & D. Couret (Eds.), *Brasília—Ville fermée, environnement ouvert* (pp. 79–94). IRD Éditions. <https://books.openedition.org/irdeditions/375>

- Peluso, M. L. (2011). Campos e identidades teórico-conceituais da Geografia urbana no Centro-Oeste brasileiro. In E. Pereira & L. Dias (Eds.), *As cidades e a urbanização no Brasil. Passado, presente e futuro* (pp. 404–422). Insular.
- Peluso, M. L. (2020). Uma reflexão sobre a modernidade: Religião e geopolítica no Distrito Federal. In P. Arteaga, M. L. Peluso, & W. Pantoja (Eds.), *Religião e Conexões Geopolíticas no terceiro milênio* (pp. 42–55). Produção independente.
https://www.academia.edu/49994214/Religi%C3%A3o_e_Conex%C3%B5es_Geopol%C3%ADticas_no_terceiro_mil%C3%AAnio
- Peluso, M. L., & Aubertin, C. (1988). A dinâmica da ocupação diferecial nos municípios do entorno de Brasília. In A. Paviani (Org.), *Textos de pesquisa do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais—NEUR* (pp. 62–68). Editora UnB.
- Peluso, M. L., & Aubertin, C. (1990). Du symbole au lot semi-urbanisé: Les politiques de l’habitat dans le District Fédéral (Brasília D.F.). *Cah. Sci. Hum*, 26(4), 731–747.
https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_4/sci_hum/35111.pdf
- Peluso, M. L., & Candido, W. (2012). *Distrito Federal: Paisagem, População e Poder* (2nd ed.). Editora Candido Calazans.
- Peluso, M. L., & Cidade, L. C. (2002). Urbs e civitas em Brasília: Um diálogo impossível? *Revista Espaço e Geografia*, 5(2), 191–222.
<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39704>
- Peluso, M. L., & Cidade, L. C. (2012). Sociedade contemporânea e conflitos urbanos em Brasília. *Revista Espaço e Geografia*, 15(1), 265–282.
<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39935>
- Peluso, M. L., & Cidade, L. C. (2019). Resíduos sólidos e gestão das desigualdades na Brasília metropolitana. In A. M. N. Vasconcelos, L. Moura, R. Cruz, S. U. S. Jatobá, M. R. Mathieu, & A. Paviani (Eds.), *Território e sociedade: As múltiplas faces da Brasília metropolitana* (pp. 153–170). Editora UnB.
- Peluso, M. L., & Feitosa, E. (Eds.). (2018). *Diálogos Contemporâneos em Geografia 1* (Vol. 1). Strong Edições.
- Peluso, M. L., Feitosa, E., & Sousa, M. S. (Eds.). (2022). *Diálogos Contemporâneos em Geografia 2* (Vol. 2). Strong Edições.
- Peluso, M. L., & Gonçalves, J. (2021). Representações sociais de Brasília na literatura. In A. Schmidt & J. Marcon (Eds.), *Diálogos convergentes e articulação interdisciplinar*. Atena.
<https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/educacao-dialogos-convergentes-e-articulacao-interdisciplinar-2>
- Peluso, M. L., & Penna, N. A. (2008). Territórios em Conflito. In F. Fonseca (Org.), *Águas Emendadas. Distrito Federal. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente* (pp. 391–396). SEDUMA.
- Peluso, M. L., & Tormin, C. V. (2005a). Violência, contradições espaciais e representação sociais em Luziânia, no Entorno de Brasília/DF. In A. Paviani, I. Ferreira, & F. Barreto (Eds.), *Brasília: Dimensões da violência urbana* (pp. 251–273). Editora UnB.
- Peluso, M. L., & Tormin, C. V. (2005b). Violência social, pobreza e identidade entre jovens no entorno do Distrito Federal. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, 9(1), 127–137.
<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2005.73977>
- Pinto, M. A. de B., & Peluso, M. L. (2014). A metrópole e os territórios da violência: Aproximações ao território da violência homicida no entorno do distrito federal. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 18(493 (29)).
<https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15018>

NEIO LUCIO DE OLIVEIRA CAMPOS

- Campos, N. (1988). A questão da terra na reforma urbana. In A. Paviani (Org.), *Textos de pesquisa do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais—NEUR* (pp. 18–27). Editora UnB.
- Campos, N. (1991). A segregação planejada. In A. Paviani (Org.), *A conquista da cidade: Movimentos populares em Brasília* (pp. 97–113). Editora UnB.
- Campos, N. (2003). *Mudança no padrão de distribuição social a partir da localização residencial: Brasília: Década 90* [Tese de Doutorado]. UFRJ.
- Campos, N. (2006). Escolhas coletivas para o DF e Entorno. In *DF em questão: A Universidade e as eleições 2006 no DF* (pp. 47–52). Editora UnB.
- Campos, N., & Grandjean, P. (1995). Brasília: La ségrégation planifiée. *Travaux de l'Institut de Géographie de Reims*, 23(89), 65–79. <https://doi.org/10.3406/tigr.1995.1316>
- Campos, N., & Medeiros, A. E. (2010). Cidade Projetada, construída, tombada e vivenciada: Pensando o planejamento urbano em Brasília. In A. Paviani, F. Barreto, I. Ferreira, L. C. Cidade, & S. U. S. Jatobá (Eds.), *Brasília 50 anos: Da Capital a Metrópole* (pp. 137–193). Editora UnB.
- Farret, R., & Campos, N. (2009). Mercado imobiliário em assentamentos informais no Distrito Federal. In P. Abramo (Org.), *Favela e mercado informal: A nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras* (pp. 242–271). ANTAC. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5297407/mod_folder/content/0/ABRAMO%2C%20P.%20Favela%20e%20Mercado%20Informal.pdf
- Jatobá, S. U. S. (2016). Informalidade territorial urbana no DF. *Textos para discussão - CODEPLAN*, 18, 1–39. <https://codeplan.df.gov.br/informalidade-territorial-urbana-no-df/>
- Paviani, A., Farret, R., & Campos, N. (1990). Mobilidade residencial em cidade planejada. *Revista Brasileira de Geografia*, 52(2), 5–19. <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/529/296>
- Schvarsberg, B., & Campos, N. (2022). Ressurgências do passado, emergências do presente e o futuro pós pandêmico das cidades, indicações a partir do caso brasileiro e sua capital. In P. Cepeda (Org.), *El futuro de las ciudades* (pp. 353–364). FLACSO/Ecuador. https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/inline-files/El_futuro_de_las_ciudades.pdf

RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOS ANJOS

- Anjos, R. (1991a). Configurações espaciais do crescimento urbano no Distrito federal e seu entorno imediato (1964-1900): Leitura a partir de dados de sensoriamento remoto. *Geosul*, 6(11), 55–73. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12769>
- Anjos, R. (1991b). *Expansão urbana no Distrito Federal e entorno imediato (1964-1990): Monitoramento por meio de dados de sensoriamento remoto* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14456>
- Anjos, R. (1995). *Modelagem dos processos espaciais formadores da dinâmica urbana no Distrito Federal do Brasil* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23498>
- Anjos, R. (2003). Estruturas básicas da dinâmica territorial no DF. In A. Paviani & L. A. Gouvêa (Eds.), *Brasília: Controvérsias ambientais* (pp. 199–215). Editora UnB.
- Anjos, R. (2006). *Brasília, ville fermée, environnement ouvert* [Map]. IRD Éditions. <http://books.openedition.org/irdeditions/342>
- Anjos, R. (2008). *Dinâmica territorial: Cartografia, monitoramento, modelagem*. Mapas Editora & Consultoria. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24283>

- Anjos, R. (2010). Monitoramento do crescimento e vetores de expansão urbana de Brasília. In A. Paviani, F. Barreto, I. Ferreira, L. C. Cidade, & S. U. S. Jatobá (Eds.), *Brasília 50 anos: Da Capital a Metrópole* (pp. 369–396). Editora UnB.
- Anjos, R. (2015). Brasília: 50 anos de dinâmica territorial urbana. *Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território / Eletronic Magazine: Time - Technique - Territory*, 6(2), 96–100. <https://doi.org/10.26512/ciga.v6i2.21778>
- Anjos, R. (2018). Relatório técnico do mapeamento dos terreiros do Distrito Federal—1º etapa cartografia básica. *Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território / Eletronic Magazine: Time - Technique - Territory*, 9(1). <https://doi.org/10.26512/ciga.v9i1.15887>
- Anjos, R., Albuquerque, R., & Soares, A. (2002). Mapeamento do uso da terra no Distrito Federal – 1964. *Revista Espaço e Geografia*, 233–247. <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39710>
- Anjos, R., Arteaga, P., Denis, R., & Tolentino, G. (2018). Cartografia dos pontos de cultura no Distrito Federal do Brasil—2017: Uma ferramenta para o planejamento e gestão de políticas públicas. *Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território / Eletronic Magazine: Time - Technique - Territory*, 9(3), 48–56. <https://doi.org/10.26512/ciga.v9i3.17193>
- Anjos, R., Freitas, J., Vilela, R., Silva, R., Teixeira, D., & Schramm, J. F. (2010). Relatório de trabalho de campo no território quilombola Kalunga. Goiás e Tocantins. *Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território / Eletronic Magazine: Time - Technique - Territory*, 1(2), 01–13. <https://doi.org/10.26512/ciga.v1i2.16640>
- Anjos, R., Moura, M., Souza, I., Santos, D., & Figueiredo, V. (2013). Mapeamento do turismo rural no DF - 2014. *Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território / Eletronic Magazine: Time - Technique - Territory*, 4(2). <https://doi.org/10.26512/ciga.v4i2.16749>
- Anjos, R., Parizotto, R., Almeida, E., Ferreira, C., Denis, R., & Tolentino, G. (2018). Cartografia preliminar dos fluxos e deslocamentos dos terreiros de religiões de matriz africana e afrobrasileira do Distrito Federal para outras unidades políticas do Brasil. *Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território / Eletronic Magazine: Time - Technique - Territory*, 9(3), 31–37. <https://doi.org/10.26512/ciga.v9i3.17189>

BENNY SCHVARSBERG

- Schvarsberg, B. (1996). Habitação e urbanização popular: Os recursos do trabalhador? A apropriação da Fonte de Manon em Brasília. In A. Paviani (Org.), *Brasília: Moradia e exclusão* (pp. 139–166). Editora UnB.
- Schvarsberg, B. (2010). Do Plano Piloto a Brasília metropolitana: Considerações sobre planos diretores e planejamento metropolitano. Em A. Paviani (Org.), *Brasília 50 anos: Da Capital a Metrópole* (pp. 253–279). Editora UnB.
- Schvarsberg, B. (2011a). Avanços e Dilemas após 10 anos do Estatuto da Cidade no Brasil: Uma agenda de política urbana comprometida com o direito à cidade. *Cadernos Inesp*, 5(1). <https://www.al.ce.gov.br/index.php/publicacoes/category/87-inesp-publicacoes-autorais?download=1248:caderno-cidade-e-seu-estatuto---10-anos-de-conquistas>
- Schvarsberg, B. (2011b). Planejamento Urbano no Brasil pós-1988: panorama histórico e desafios contemporâneos. In B. Schvarsberg & R. S. de Faria (Orgs.), *Políticas Urbanas e Regionais no Brasil*. Ed. FAU UnB. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/40106/1/LIVRO_PolíticasUrbanasRegionais.pdf
- Schvarsberg, B. (2012). Desafios ao planejamento e à gestão territorial integrada da área metropolitana de Brasília. *Brasília em Debate - Codeplan*, 1(1). <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Bras%C3%ADlia-em-Debate-01.pdf>

- Schvartsberg, B. (2014a). Afinal, estamos em uma metrópole! Velhas novidades do debate metropolitano a partir dos 360° de Brasília. In E. Limonad & E. Castro (Orgs.), *Um novo planejamento para um novo Brasil?* (pp. 166–189). Letra Capital. https://www.researchgate.net/profile/Ester_Limonad/publication/303896080_Um_novo_planejamento_para_um_novo_Brasil/links/591e114daca272d31bcda4a6/Um-novo-planejamento-para-um-novo-Brasil.pdf
- Schvartsberg, B. (2014b). O processo de planejamento urbano e territorial de Brasília. In M. F. Derntl & L. Saboia (Orgs.), *Brasília 50 + 50: Cidade, história e projeto* (pp. 50–65). Editora UnB.
- Schvartsberg, B. (2017). A carroça ao lado do avião: O direito à cidade metropolitana em Brasília. *Cadernos Metrôpole*, 19(38). <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3813>
- Schvartsberg, B. (2018). Do ensino do urbanismo ao do planejamento urbano e suas interações. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, 6(1). <https://doi.org/10.23900/2359-1552v6n101>
- Schvartsberg, B. (2019a). Consistência do planejamento e da gestão urbana na área metropolitana de Brasília. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e20180088. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180088>
- Schvartsberg, B. (2019b). Dependência e autonomia na Área Metropolitana de Brasília. In A. M. N. Vasconcelos, L. Moura, R. Cruz, S. U. S. Jatobá, M. R. Mathieu, & A. Paviani (Orgs.), *Território e sociedade: As múltiplas faces da Brasília metropolitana* (pp. 93–106). Editora UnB.
- Schvartsberg, B. (2019c). O direito à cidade achado nas ruas metropolitanas brasileiras. *Papers do NAEA*, 1(2). <https://doi.org/10.18542/papersnaea.v28i2.8105>
- Schvartsberg, B. (2021). Estatuto da Cidade e Fórum Social Mundial fazem 20 anos na pandemia. In E. Fernandes (Org.), *20 anos do Estatuto da Cidade: Experiências e reflexões* (pp. 134–139). Gaia Cultura. https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/08/TEXTOFINAL20_anos_do_estatuto_da_cidade-spread.pdf
- Schvartsberg, B., & Aliaga, M. (2022). El caso de la autonomía tutelada del Distrito Federal en Brasil. In F. Carrión & P. Cepeda (Orgs.), *Ciudades Capitales en America Latina: Capitalidad y autonomía* (pp. 447–466). FLACSO/Ecuador.
- Schvartsberg, B., & Campos, N. (2022). Ressurgências do passado, emergências do presente e o futuro pós pandêmico das cidades, indicações a partir do caso brasileiro e sua capital. In P. Cepeda (Org.), *El futuro de las ciudades* (pp. 353–364). FLACSO/Ecuador. https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/inline-files/El_futuro_de_las_ciudades.pdf
- Schvartsberg, B., & Faria, R. S. de (Orgs.). (2011). *Políticas Urbanas e Regionais no Brasil*. Ed. FAU UnB. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/40106/1/LIVRO_PolíticasUrbanasRegionais.pdf
- Schvartsberg, B., & Lopes, A. (2011). O tema metropolitano nos Planos Diretores. In D. T. Montandon & O. Santos Junior (Orgs.), *Do Plano Piloto a Brasília metropolitana: Considerações sobre planos diretores e planejamento metropolitano* (pp. 219–254). Letra Capital.

NELBA AZEVEDO PENNA

- Penna, N. A. (1991). *Política urbana: A ação do estado no Distrito Federal* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34784>
- Penna, N. A. (2002). Urbanização, cidade e meio ambiente. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, 6(2), 125–140. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2002.123776>
- Penna, N. A. (2003). A fragmentação do ambiente urbano: Crises e contradições. In A. Paviani & L. A. Gouvêa (Eds.), *Brasília: Controvérsias ambientais* (pp. 57–72). Editora UnB.

- Penna, N. A. (2012). Planejamento urbano e estratégias empreendedoras em Brasília. *Finisterra*, 47(93), 109–127. <https://doi.org/10.18055/Finis1300>
- Penna, N. A. (2013). Les effets de l'expansionnisme urbain sur l'environnement de Brasília. In D. Couret, M. R. De Andrade Mathieu, & I. Costa Barbosa Ferreira (Eds.), *Brasília, ville fermée, environnement ouvert* (pp. 163–171). IRD Éditions. <https://doi.org/10.4000/books.irdeditions.392>
- Penna, N. A. (2016). Dinâmicas do capital e dinâmicas públicas na produção da cidade: Conflitos e consensos. *Revista Espaço e Geografia*, 19(1), 139–168. <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40080>
- Penna, N. A. (2019). Vulnerabilidades socioespaciais: Formas e conteúdos da urbanização recente. In F. R. D. Oliveira & D. Paiva (Eds.), *Saberes Geográficos e Geografia Institucional: Relações luso-brasileiras no século XX*. (pp. 289–300). Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/46234>
- Penna, N. A., & Carlos, A. F. A. (2000). *Brasília: Do espaço concebido ao espaço produzido - a dinâmica de uma metrópole planejada* [Tese de Doutorado]. <https://repositorio.usp.br/item/001074401>
- Penna, N. A., & Ferreira, I. B. (2014). Desigualdades socioespaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades. *Mercator*, 13(3), 25–36. <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1331>
- Ferreira, I. (2005). A violência estrutural. In A. Paviani, I. Ferreira, & F. Barreto (Eds.), *Brasília: Dimensões da violência urbana* (pp. 341–362). Editora UnB.
- Ferreira, I. C. B., Vasconcelos, A. M. N., & Penna, N. A. (2016). Violência urbana: A vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. *Anais*, 0, 1–18. <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1805>
- Ferreira, I. F. C. B., & Penna, N. A. (2005). Território da violência: Um olhar geográfico sobre a violência urbana. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, 9(1), 155–168. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2005.73979>
- Ferreira, I., & Penna, N. A. (1996). Brasília, novos rumos para a periferia urbana. In A. Paviani (Ed.), *Brasília: Moradia e exclusão* (pp. 189–212). Editora UnB.
- Ferreira, I., & Penna, N. A. (2005). Território da violência. In A. Paviani, I. Ferreira, & F. Barreto (Eds.), *Brasília: Dimensões da violência urbana* (pp. 57–86). Editora UnB.
- Peluso, M. L., & Penna, N. A. (2008). Territórios em Conflito. In F. Fonseca (Ed.), *Águas Emendadas. Distrito Federal. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente* (pp. 391–396). SEDUMA.

LUIZ ALBERTO DE CAMPOS GOUVÊA

- Gouvêa, L. A. (1984). Projetos de assentamento de invasões (favelas) em Brasília. In *Cadernos Brasileiros de Arquitetura e Desenho Urbano* (Vol. 3, pp. 61–71). Projeto. https://claudioacioly.com/sites/default/files/2020-02/1984_Acioly_Gepafi%20Works%20Brasilia%20Slums_PORT_0.pdf
- Gouvêa, L. A. (1991). A capital do controle e da segregação social. In *A conquista da cidade: Movimentos populares em Brasília* (pp. 75–96). Editora UnB.
- Gouvêa, L. A. (1995). *Brasília—A Capital da segregação e do controle social: Uma avaliação da ação governamental na área da habitação*. Annablume. <https://mizanzuk.files.wordpress.com/2018/02/gouvea-brasilia-a-capital-da-segregacao.pdf>
- Gouvêa, L. A. (1996). Habitação e emprego: Uma política de interesse social. In A. Paviani (Org.), *Brasília: Moradia e exclusão* (pp. 231–250). Editora UnB.

- Gouvêa, L. A. (1997). Luiz Alberto de Campos Gouvêa, O Jacaré: Trajetória de um arquiteto. In M. E. Meira, K. Senra, & E. Hoelz (Eds.), *Arquiteto faz projeto e também faz urbanização de favela, computação gráfica, avaliação...* (pp. 90–91). Zit Gráfica e Editora.
- Gouvêa, L. A. (2003a). A cidade sustentável: Planaltina. In A. Paviani & L. A. Gouvêa (Eds.), *Brasília: Controvérsias ambientais* (pp. 301–316). Editora UnB.
- Gouvêa, L. A. (2003b). *Biocidade: Conceitos e critérios para um desenho ambiental urbano, em localidades de clima de planalto*. Nobel.
- Gouvêa, L. A. (2008). *Cidadevida: Curso de desenho urbano ambiental*. Nobel.
- Gouvêa, L. A. (2010). O coração da metrópole. In A. Paviani, F. Barreto, I. Ferreira, L. C. Cidade, & S. U. S. Jatobá (Eds.), *Brasília 50 anos: Da Capital a Metrópole* (pp. 457–479). Editora UnB.
- Gouvêa, L. A., Barreto, F., & Gorovitz, M. (Eds.). (1999). *Contribuição ao ensino da arquitetura e urbanismo*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-da-educacao-superior/contribuicao-ao-ensino-da-arquitetura-e-urbanismo>
- Paviani, A., & Gouvêa, L. A. (Org.). (2003). *Brasília: Controvérsias ambientais*. Editora UnB.

LUCIA CONY FARIA CIDADE

- Cidade, L. C. (1997). Políticas públicas e gestão urbana no Distrito Federal. In *Anais do 7º Encontro Nacional da ANPUR: Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais, desafios ao planejamento* (Vol. 2, pp. 1627–1640). ANPUR.
- Cidade, L. C. (2003). Qualidade ambiental, imagem de cidade e práticas sócio-espaciais. In A. Paviani & L. A. Gouvêa (Eds.), *Brasília: Controvérsias ambientais* (pp. 157–180). Editora UnB.
- Cidade, L. C. (2010). Ideologia, produção do espaço e apropriação da sacionatureza no Lago Paranoá. In A. Paviani, F. Barreto, I. Ferreira, L. C. Cidade, & S. U. S. Jatobá (Eds.), *Brasília 50 anos: Da Capital a Metrópole* (pp. 195–224). Editora UnB.
- Cidade, L. C. (2014). The Instant city. In P. Knox (Org.), *Atlas of cities: Mapping the origins, development, and impacts of urbanization* (pp. 158–175). Princeton University Press.
- Cidade, L. C., & Resende, L. (2013). Adensamento, dispersão e pressões na Brasília metropolitana. *Brasília Em Debate - Codeplan*, 4, 13–18. <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Bras%C3%ADlia-em-Debate-04.pdf>
- Cidade, L. C., & Souza, S. de O. (2002). Geopolítica, modernismo e imagem de cidade: Potencialidades e limites do patrimônio turístico no Distrito Federal. *Geografia*, 71–86. <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1911>
- Guia, G. A. da, & Cidade, L. C. (2010). Segregação residencial e reprodução das desigualdades socioespaciais no aglomerado urbano de Brasília. *Cadernos Metrópole*, 12(23). <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5928>
- Paviani, A., Barreto, F., Ferreira, I., Cidade, L. C., & Jatobá, U. (Eds.). (2010). *Brasília 50 anos: Da Capital a Metrópole*. Editora UnB.
- Paviani, A., & Cidade, L. C. (Eds.). (1999). Acumulação flexível e gestão do território no Distrito Federal. In *Brasília: Gestão urbana: Conflitos e cidadania* (pp. 223–251). Editora UnB.
- Peluso, M. L., & Cidade, L. C. (2002). Urbs e civitas em Brasília: Um diálogo impossível? *Revista Espaço e Geografia*, 5(2), 191–222. <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39704>
- Peluso, M. L., & Cidade, L. C. (2012). Sociedade contemporânea e conflitos urbanos em Brasília. *Revista Espaço e Geografia*, 15(1), 265–282. <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39935>

Peluso, M. L., & Cidade, L. C. (2019). Resíduos sólidos e gestão das desigualdades na Brasília metropolitana. In A. M. N. Vasconcelos, L. Moura, R. Cruz, S. U. S. Jatobá, M. R. Mathieu, & A. Paviani (Eds.), *Território e sociedade: As múltiplas faces da Brasília metropolitana* (pp. 153–170). Editora UnB.

VALÉRIO AUGUSTO S. DE MEDEIROS

Medeiros, V. (2006). *Urbis brasiliae ou sobre cidades do Brasil: Inserindo assentamentos urbanos do país em investigações configuracionais comparativas* [Tese de Doutorado].
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/1557>

Medeiros, V. (2012). As cidades e o labirinto: A configuração espacial em assentamentos brasileiros. In F. de Holanda (Org.), *Ordem e desordem: Arquitetura e vida social* (pp. 47–66). FRBH Edições.

Medeiros, V. (2013). *Urbis brasiliae ou sobre cidades do Brasil*. Editora UnB.

Medeiros, V. (2016). Brasília (in)vulgar. *Revista de Morfologia Urbana*, 4(1), 52–54.
<https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/issue/download/4/3>

Medeiros, V., & Holanda, F. de. (2010). Brazilian cities: Fragmentary space, patchwork and oasis in the labyrinth. *URBAN DESIGN International*, 15(2), 73–89. <https://doi.org/10.1057/udi.2009.18>

Medeiros, V., & Holanda, F. de. (2012). Ordem & desordem em Brasília e Chandigarh. In F. de Holanda (Org.), *Ordem e desordem: Arquitetura e vida social* (pp. 16–46). FRBH Edições.

Medeiros, V., Holanda, F. de, & Barros, A. P. B. G. (2011). O labirinto das cidades brasileiras: Heranças urbanísticas e configuração espacial. <http://www.ipea.gov.br>.
<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1813>

Holanda, F. de, Medeiros, V., Ribeiro, R., & Moura, A. (2015a). A configuração da Área Metropolitana de Brasília. In R. J. da C. Ribeiro, G. Tenório, & F. de Holanda (Eds.), *Brasília: Transformações na ordem urbana* (pp. 64–97). Letra Capital.

Holanda, F. de, Medeiros, V., Ribeiro, R., & Moura, A. (2015b). *Brasília: Transformações na ordem urbana* (R. Ribeiro, G. Tenório, & F. de Holanda, Eds.). Letra Capital.
http://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/serie_ordemurbana_brasilia.pdf

Lemos, N., Andrade, L., & Medeiros, V. (2015). Desafios do planejamento urbano no Brasil e seus marcos legais sob a ótica da agricultura urbana. *Paranoá*, 14. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n14.2015.16988>

Loureiro, V., Medeiros, V., & Guerreiro, R. (2019). A lógica socioespacial da favela: Padrões da informalidade auto-organizada. *Revista de Morfologia Urbana*, 7(1), e00077–e00077.
<https://doi.org/10.47235/rmu.v7i1.77>

Ribeiro, M., & Medeiros, V. (2012). A regularidade dos padrões urbanos: A sintaxe espacial como estratégia para leitura de Olinda e Brasília. *Oculum Ensaios*, 16, 124–137.
<https://doi.org/10.24220/2318-0919v0n16a1456>

MARIA FERNANDA DERNTL

Derntl, M. F. (2018). Além do plano: A concepção das cidades-satélites de Brasília. *Arquitextos | Vitruvius*, 221(3). <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/19.221/7150>

Derntl, M. F. (2019a). Brasília e seu território: A assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites. *Cadernos MetrÓpole*, 22, 123–146.
<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4706>

- Derntl, M. F. (2019b). Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: Memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, 27(1), 11–34. <https://doi.org/10.20396/resgate.v27i1.8654339>
- Derntl, M. F. (2019c). O Plano Piloto e os planos regionais para Brasília entre fins da década de 1940 e início dos anos 60 | The Pilot Plan and the regional plans for Brasília between the late 1940s and early 1960s. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 21(1), 26–26. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n1p26>
- Derntl, M. F. (2020a). Alegorias de Brasília: Narrativas históricas sobre as capitais brasileiras. *Paranoá*, 25, 94–106. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n25.2020.07>
- Derntl, M. F. (2020b). Brasília e suas unidades rurais: Planos e projetos para o território do Distrito Federal entre fins da década de 1950 e início da década de 1960. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 28, 1–32. <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e30>
- Derntl, M. F. (2021a). Brasília: Empreendimento imobiliário de fins dos anos 1950. *Antíteses*, 14(28), 127–158. <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2021v14n28p127>
- Derntl, M. F. (2021b). História, memória e patrimônio de Brasília: Escolas em unidades de vizinhança. In C. P. de Moura, E. R. Peixoto, & M. F. Derntl (Eds.), *Cotidianos, escolas e patrimônios: Percepções antropourbanísticas da capital do Brasil* (pp. 27–58). Portal de Livros da UnB. <https://doi.org/10.26512/9786558460107>
- Derntl, M. F. (2021c). Vertentes da historiografia e da crítica de Brasília. *Arquitextos | Vitruvius*, 249(6). <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.249/8010#:~:text=Destacaremos%20aqui%20cinco%20vertentes%20de,e%20ainda%20as%20representa%C3%A7%C3%B5es%20sociais.>
- Derntl, M. F., & Saboia, L. (Eds.). (2014). *Brasília 50 + 50: Cidade, história e projeto*. Editora UnB.
- Barbosa, D., & Derntl, M. F. (2022). Embates e questões em torno da preservação de um acampamento de obras em Brasília: O caso da Vila Planalto. *Revista Memória em Rede*, 14(26), 144–166. <https://doi.org/10.15210/rmr.v14i26.21915>
- Barbosa, D. P., & Derntl, M. F. (2018). Igrejas Remanescentes dos Acampamentos de Obras de Brasília: Patrimônio, Discurso e Documentação. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, 16(2), 361–372. <https://doi.org/10.18224/hab.v16i2.6610>
- Barbosa, D. P., & Derntl, M. F. (2023). Um patrimônio centenário em Brasília: Processos patrimoniais e discursos relativos a antecedentes da Nova Capital. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 31, 1–31. <https://doi.org/10.11606/1982-02672023v31e20>
- Moura, C. P., Peixoto, E. R. & Derntl, M. F. (Org.). (2021). *Cotidianos, escolas e patrimônios: Percepções antropourbanísticas da capital do Brasil*. Portal de Livros da UnB. <https://doi.org/10.26512/9786558460107>
- Peixoto, E., Palazzo, P., Derntl, M. F., & Trevisan, R. (Eds.). (2014). *Arquitetura, Estética e Cidade: Questões da modernidade*. Ed. FAU UnB. <https://docplayer.com.br/230382683-Arquitetura-estetica-e-cidade.html>

CAROLINA PESCATORI C. DA SILVA

- Pescatori, C. (2015). Cidade compacta e cidade dispersa: Ponderações sobre o projeto do Alphaville Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 17(2), 40–40. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2015v17n2p40>
- Pescatori, C., & Bowns, C. (2008). Transporte e equidade: Ampliando o conceito de sustentabilidade pelo estudo de caso de Brasília. *Cadernos Metrópole*, 19, 293–317. <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8720>

- Pescatori, C., & Bruzesse, A. (2011). Gli altri volti di Brasília: L'evoluzione del Plano Piloto di Lucio Costa. *Abitare*, 517, 36–49.
https://www.academia.edu/3751548/Abitare_n517_Bruzesse_e_Pescatori_Gli_altri_volti_di_Brasilia_L_evoluzione_del_Plano_Piloto_di_Lucio_Costa
- Pescatori, C., & Faria, R. S. de. (2019a). Brasília. In A. M. Orum (Org.), *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Urban and Regional Studies*. John Wiley & Sons Ltd.
<https://doi.org/10.1002/9781118568446.eurs0029>
- Pescatori, C., & Faria, R. S. de. (2019b). Por uma leitura historiográfica da dispersão urbana. *Revista Jatobá*, 1, e-61697. <https://revistas.ufg.br/revjat/article/view/61697>
- Pescatori, C., & Sánchez, J. M. (2013). Mobility and Public Transportation in Brasilia. *Urbanistica - Rivista Semestrale Dell'Istituto Nazionale Di Urbanistica*, 150–151, 145–148.
- Pescatori, C., Trevisan, R., & Medeiros, A. E. (2014). Taguatinga: Conexões e centralidades. In M. F. Derntl & L. Saboia (Eds.), *Brasília 50 + 50: Cidade, história e projeto* (pp. 92–101). Editora UnB.
- Fialho, Á. R., & Silva, C. P. C. da. (2023). Segregação planejada nos primórdios de Brasília: O caso da vila Amauri: El caso de Vila Amauri. *Cadernos Metrópole*, 25(58), 1051–1072.
<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5812>
- Lassance, G., Saboia, L., Capillé, C., & Pescatori, C. (2023). Referencial de cidade e ensino: Uma revisão necessária. *Bitácora Urbano Territorial*, 33(1), 139–151.
<https://doi.org/10.15446/bitacora.v33n1.104538>
- Lassance, G., Saboia, L., Pescatori, C., & Capillé, C. (2021). *Cidade Pós-compacta—Post-compact city: Estratégias de projeto a partir de Brasília*. Rio Books.
- Leme, M. C., Leão Rego, R., Pescatori, C., & Roldan, D. D. (2023). Seminars on urban design and the constitution of the discipline in mid-1980s Brazil. *Planning Perspectives*, 38(1), 213–222.
<https://doi.org/10.1080/02665433.2022.2158362>
- Saboia, L., Lassance, G., Pescatori, C., & Capillé, C. (2022). Brasília e a possibilidade de um urbanismo não utópico. *Oculum Ensaios*, 19, 1–16. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v19e2022a5273>

EVERALDO BATISTA DA COSTA

- Costa, E. (2008). A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial. *OLAM - Ciência & Tecnologia*, 8(1).
<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/1045>
- Costa, E. (2012). Brasília e áreas protegidas do cerrado: Gestão do patrimônio mundial no Brasil Central. *OLAM - Ciência & Tecnologia*, 12(1–2).
<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/6383>
- Costa, E. (2016). Utopismos patrimoniais pela América Latina -resistências à colonialidade do poder. *XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona: Las Utopías y La Construcción de La Sociedad Del Futuro: Anais*, 1–30. <https://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/EveraldoCosta.pdf>
- Costa, E. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: Teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 26(2), 53–75.
<https://doi.org/10.15446/rcdg.v26n2.59225>
- Costa, E. (2018). Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe | Investigaciones Geográficas. *Investigaciones Geográficas, Instituto de Geografía, UNAM*, 96(2), 2–26. <http://www.investigacionesgeograficas.unam.mx/index.php/rig/article/view/59593>

- Costa, E. (2021a). Patrimônio-territorial y territorio de excepción en América Latina, conceptos decoloniales y praxis. *Revista Geografica Venezolana*, 62(1), 108–127. <http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/47523>
- Costa, E. (2021b). Planejamento urbano possível, imaginário, existência e cultura. *Tempo Social*, 33(1), 91–120. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.164522>
- Costa, E., & Alvarado-Sizzo, I. (2019). Heterotopia patrimonial: Concepto para estudios latinoamericanos. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 23, 1–31. <https://doi.org/10.1344/sn2019.23.22329>
- Costa, E., & Peluso, M. L. (2013). Territórios da memória candanga na construção da capital do Brasil (1956-1971). In *XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana: Anais* (pp. 1–22). <https://docplayer.com.br/1878361-Territorios-da-memoria-candanga-na-construcao-da-capital-do-brasil-1956-1971.html>
- Costa, E., & Peluso, M. L. (2016). Imaginário urbano e situação territorial vulnerável na Capital do Brasil. *Biblio3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. <https://doi.org/10.1344/b3w.0.2016.26323>
- Costa, E., & Scarlato, F. C. (2019). Geografia, método y singularidades revisadas en lo empírico. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, 23(3), 640–661. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.161552>
- Costa, E., & Steinke, V. A. (2013). Cidades históricas do estado de Goiás, Brasil: Uma agenda de pesquisa. *Ateliê Geográfico*, 7(2), 164–195. <https://doi.org/10.5216/ag.v7i2.18518>
- Costa, E., & Steinke, V. A. (2014). Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 18. <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15033>
- Costa, E., & Suzuki, J. C. (2012a). *A ideologia espacial constitutiva do Estado nacional brasileiro*. XVI(418). <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-6.htm>
- Costa, E., & Suzuki, J. C. (2012b). Materialismo histórico e existência: Discurso geográfico e utopias. *Revista Espaço e Geografia*, 15(1), 115–147. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11787>
- Costa, E., Zomighani Jr, J. H., & Boscarriol, R. (2012). Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. *Finisterra*, 47(93). <https://doi.org/10.18055/Finis1255>
- Alvarado-Sizzo, I. A., & Costa, E. (2019). Situación geográfica turística en la era urbana y devenir campo-ciudad en América Latina. *Investigaciones Geográficas*, 99. <https://doi.org/10.14350/rig.59792>
- Araújo, S. H. de, & Costa, E. (2017). From Social Hell to Heaven? The Intermingling Processes of Territorial Stigmatization, Agency from Below and Gentrification in the Varjão, Brazil. In *Negative Neighbourhood Reputation and Place Attachment The Production and Contestation of Territorial Stigma* (pp. 158–177). https://www.academia.edu/41513043/From_Social_Hell_to_Heaven_The_Intermingling_Processes_of_Territorial_Stigmatization_Agency_from_Below_and_Gentrification_in_the_Varj%C3%A3o_Brazil
- Geraiges de Lemos, A. I., Costa, E., & Alvarado Sizzo, I. (2022). *Pobreza urbana y patrimonio-territorial en metrópolis latinoamericanas*. <https://doi.org/10.53766/RGV/2022.63.01.08>
- Scarlato, F. C., & Costa, E. (2017). A natureza do urbano. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia*, 30. <https://doi.org/10.4000/confins.11676>
- Steinke, V. A., & Costa, E. (2012). Da natureza do sagrado à natureza do lugar: Morro da Capelinha (DF) como patrimônio natural. *OLAM - Ciência & Tecnologia*, 12(1–2). <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/8395>

- Andrade, L. M. S. de, Lenoir, J. A. F., Portugal, S. de F., & Fialho, Á. R. (2021). Santa Luzia resiste: Processo participativo e padrões espaciais para elaboração do Plano de Bairro e do Projeto de Habitação das Mulheres Poderosas. *Paranoá*, 29. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n29.2021.02>
- Andrade, L. M. S. de, Lenoir, J. A. F., & Rezende, V. S. (2021). Ocupações informais e direito à água no contexto da Covid-19: Análise das vulnerabilidades hídricas nas bacias hidrográficas do DF em uma visão ecossistêmica da saúde. *Revista da Arquitetura: cidade e habitação*, 1(1), 89–99. <https://doi.org/10.5102/ra.v1i1.7011>
- Andrade, L. (2021). A importância do microplanejamento urbano para a regularização fundiária sustentável das ocupações informais nas bacias hidrográficas. In E. Fernandes (Org.), *20 anos do Estatuto da Cidade: Experiências e reflexões* (pp. 146–155). Gaia Cultura. https://www.observatoriodasmetroboles.net.br/wp-content/uploads/2021/08/TEXTOFINAL20_anos_do_estatuto_da_cidade-spread.pdf
- Andrade, L., Lemos, N., Loureiro, V., & Costa, Á. (2018). Urbanismo participativo na produção do espaço em Brasília como forma de resistência: O caso do processo de regularização fundiária da ocupação Dorothy Stang. *Indisciplinar*, 4(1), 108–137. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32874>
- Andrade, L., Lemos, N., Loureiro, V., & Leal, N. (2019). A Assistência Técnica em AU nos Projetos de Extensão da FAU/UnB em dois momentos, no nível de formação dos estudantes no EMAU/CASAS e no nível de profissionalização com a metodologia participativa do processo de projeto do Grupo Periférico. In L. Sarmiento, M. Bomtempo, D. Melo, M. Coelho, & S. Marinho (Eds.), *Assistência Técnica em Urbanismo e Arquitetura de Interesse Social: Anotações sobre o processo de imersão da equipe técnica da CODHAB nas periferias do Distrito Federal (2015-2018)* (pp. 544–555).
- Andrade, L., & Lenoir, J. (2021). Um aplicativo de mapeamento online participativo como ferramenta de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo. *Revista Indisciplinar*, 7(1), 271–295. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/issue/view/1789>
- Andrade, L., & Loureiro, V. (2020). A quadriade ensino-pesquisa-extensão-gestão e a universidade cidadã: A experiência da política de gestão da extensão na FAU/UnB. In A. Souza, M. Cotrim, & N. Suarez (Eds.), *Pesquisa em Projeto e Extensão na Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo* (pp. 276–328). Edufba.
- Andrade, L., Loureiro, V., Lenoir, J., & Lemos, N. (2019). Extensão e tecnociência solidária: Periférico no DF e entorno. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, 26(38), 189–234. <https://doi.org/10.5752/P.2316-1752.2019v26n38p189>
- Andrade, L., Loureiro, V. R. I T., Silva, C. F., & Machado, L. F. (2016). “Da realidade ao sonho”: Uma tentativa de planejamento participativo do parcelamento do solo para a Ecoagrovila Renascer desenvolvido pelo EMAU/CASAS/FAU/UnB. *Paranoá*, 17. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n17.2016.07>
- Miranda, J. C. B., & Andrade, L. (2018). Análise comparativa segundo as dimensões da sustentabilidade entre a ocupação das chácaras Santa Luzia e a proposta para habitação social do governo. *Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista*, 14(2), 28–45. <https://doi.org/10.17271/1980082714220181916>
- Nogueira, M., Lemos, N., & Andrade, L. (2021). Da terra à mesa: Produção alimentar na relação campo-cidade como forma de resistência biopotente. In N. Rena, D. Freitas, M. Brandão, & A. I. Sá (Eds.), *Urbanismo Biopolítico* (pp. 445–458). AIC-Agência de Iniciativas Cidadãs. <https://files.indlab.net/producao-ind/livros/Ebook%20Urbanismo%20Biopol%3%ADtico.pdf>
- Rezende, V. S., Andrade, L., Rodrigues, S. E., Pereira, Í. P. P., & Lemos, N. da S. (2020). O ecossistema urbano da ocupação Santa Luzia: Análise dos impactos por técnicas de

geoprocessamento e proposição de Soluções baseadas na Natureza. *Paranoá*, 26, Article 26. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n26.2020.15>

Andrade, L.; Lemos, N. & Prates, S. (2022). (Org.). *Serrinha do Paranoá sensível à água*. Unb. <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/207>

Theodoro, J. H., Maravalhas, R., Andrade, L., & Silva, C. F. (2016). Financiamento habitacional no campo: A sustentabilidade como problemática no desenvolvimento de edificações rurais. Caso do Distrito Federal. *Paranoá*, 17. <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n17.2016.10>

Trindade, T., Andrade, L., & Correia, L. (2021). A luta pela democratização do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial no Distrito Federal. In B. Silva, C. Amancio, P. Rossi, & T. Trindade (Eds.), *A cidade em disputa: Planos Diretores e participação no cenário da pandemia* (pp. 187–211). Lutas Anticapital. https://www.brcidades.org/_files/ugd/9fc67a_3d15bdc058a4c62a6ae1ee0d1e00055.pdf